



Universidade de Brasília  
Instituto de Psicologia  
Departamento de Psicologia Clínica  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

---

**Polivitimização de Meninos Abusados Sexualmente: Vítimas, Familiares e  
Profissionais**

Brasília, dezembro de 2021.



Universidade de Brasília  
Instituto de Psicologia  
Departamento de Psicologia Clínica  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

---

**Polivitimização de Meninos Abusados Sexualmente: Vítimas, Familiares e  
Profissionais**

Amanda Pinheiro Said

Orientadora: Profa. Dra. Liana Fortunato Costa

Tese de Doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia Clínica e Cultura da  
Universidade de Brasília como  
requisito parcial para a obtenção do  
título de Doutora em Psicologia  
Clínica e Cultura.

Brasília, dezembro de 2021.

Polivitimização de Meninos Abusados Sexualmente: Vítimas, Familiares e Profissionais

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília, sob a orientação da Profa. Dra. Liana Fortunato Costa. Aprovada pela seguinte comissão examinadora:

---

Profa. Dra. Liana Fortunato Costa  
Universidade de Brasília  
Presidente

---

Profa. Dra. Carmem Leontina Ojeda Ocampo Moré  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Membro Externo

---

Profa. Dra. Maria Inês Gandolfo Conceição  
Universidade de Brasília  
Membro Interno

---

Profa. Dra. Marlene Magnabosco Marra  
Instituto de Ensino, Extensão e Pesquisa Aprender Vivo  
Membro Externo

---

Profa. Dra. Isabela Machado da Silva  
Universidade de Brasília  
Suplente

## **Agradecimentos**

Agradeço à Universidade de Brasília, minha casa agora há mais de 13 anos, e, em especial ao Instituto de Psicologia, ao Departamento de Psicologia Clínica e a todas e todos servidores que passaram pelo PPG PsiCC que, com toda a paciência e presteza, fizeram o processo burocrático de um doutorado ser menos sofrido.

À minha orientadora, a professora Liana Fortunato Costa, que (respira fundo e) me olha com ternura e carinho até nos momentos em que sou mais cabeça dura. Obrigada pela acolhida desde o princípio, pelo abraço sempre presente, e por acreditar em meu processo. Aprendo muito com você e tenho certeza que seguiremos juntas por muito tempo.

Agradeço às minhas colegas do grupo de pesquisa que me ensinaram a ouvir e a construir em equipe. Vejo nitidamente a contribuição do trabalho de vocês nesta tese. Obrigada Andrea Lagares, Kárita Barros, Andrea Schettino e Raiane Nogueira.

Agradeço a todas e todos professores e colegas de pós-graduação com quem tive a oportunidade trocar e dialogar nesses pouco mais de quatro anos. Com certeza uma das coisas que (já) me faz mais sentir saudosa é o contexto de sala de aula, sempre tão rico e instigante. Em especial à professora Silvia Lordello, com quem pude aprender até mesmo além-mar. Obrigada pela presença em momentos tão decisivos e importantes da minha caminhada e pela enorme generosidade. Nos vemos em breve!

Agradeço à toda a minha equipe de trabalho do CEPAV Flor de Lótus, que esteve ao meu lado desde o dia 1 deste doutorado. Karla Lopo, Neurialan de Paula, Ana Carolina Amui, Juliana Cabral, Tatiana Fonseca, Maria das Graças Ribeiro, Douglas Gomes e Luísa Lara, obrigada por trazer leveza aos meus dias e por serem parceria nesse barco tão difícil que é o trabalho na saúde e no contexto de violência.

Às professoras da minha banca examinadora, Carmem Moré, Maria Inês Gandolfo, Marlene Marra e Isabela Machado, obrigada por aceitarem prontamente o convite e por me permitirem crescer também com a contribuição de vocês.

Ao meu companheiro de vida, Victor Guevara, obrigada pela abundância, mesmo nos momentos mais escassos. Meu olhar para a psicologia é mais amplo e mais complexo desde que você entrou na minha vida, que é agora, sem dúvida, mais cheia de cores, ritmos e sabores. Obrigada por partilhar o dia-a-dia e ser tão diferente e, ao mesmo tempo, tão parecido comigo. Amo você.

Aos meus pais, Neide e Mamede, obrigada pelas inúmeras formas de me demonstrar afeto, presença, confiança e admiração. Acredito em mim e em um mundo mais bonito por causa de vocês. Agradeço por terem me dado meus irmãos, Flávia e Gabriel, a quem também agradeço por compartilharem comigo o interesse pelo conhecimento, pela expansão das ideias, pelo diálogo e o não conformismo. Sou mais forte e mais lúcida quando estou com vocês.

Agradeço a toda minha família, que me ensinou na prática que família são famílias e que vínculo é a gente que constrói. Sérgio, Regina e Verena, a vocês também agradeço pela presença e apoio, pelos votos de confiança, respeito e carinho.

A todas minhas amigas e amigos que me deram colo, bolos e serenidade nos momentos de desespero. Com vocês aprendi que o clichê é realmente verdade, e que lindas amizades sobrevivem à doutorados e pandemias. Estou morrendo de saudade e de vontade de comemorar com vocês! Em especial à minha amiga e parceira de tudo, Beatriz Schmidt, obrigada por descomplicar tantas pontas na minha vida profissional, pessoal, tecnológica, artística, elétrica e de ainda assim continuar por perto.

Agradeço à minha psicoterapeuta, Fernanda de Albuquerque, que representou muito mais do que ouvidos atentos e palavras carinhosas. Chego até aqui mais firme na minha (in)decisão e ainda viva, sonhadora e ávida por mais. Obrigada pelas trocas e por ser suporte nesse período tão desafiador. Você me inspira!

Por fim, mas certamente não menos importante, agradeço a todos os meninos e famílias que atendi, a todas e todos profissionais com quem trabalhei e aos 27 participantes desta pesquisa. Vocês me inspiraram, me provocaram e construíram comigo este trabalho. Seguimos juntas, sem soltar a mão de ninguém. Muito obrigada!

*“Continuamos, e continuamos, naquele ritmo, porque leva tempo para sermos quem já somos. Leva tempo para o caminho já feito se fazer, plenamente, em nós. Leva tempo para o dia que atravessa nossos passos atravessar-nos inteiramente. Leva tempo para a paisagem, a mesma, lá adiante, se tornar o que ela já é, quando distante dos nossos olhos. Leva tempo para morrer em nós o que, há muito, estava morto. Leva tempo – esses anos todos! – para você se transformar naquele que sempre foi em mim. Leva tempo para as palavras sentidas alcançarem o destino que as espera – o de palavras ditas. Leva tempo para a dor ser a dor que ela é, quando se transforma em nossa dor.*

*Leva tempo.”*

“A Trilogia do Adeus”

João Anzanello Carrascoza

## Resumo

A polivitimização é um conceito cunhado por um grupo de autores estadunidenses no início dos anos 2000 e refere-se ao fenômeno em que a mesma pessoa é vítima de mais de um tipo de violência. Quase 20 anos depois, ainda é um termo pouco pesquisado no Brasil, embora nosso país seja marcado historicamente por polivitimizações. Há estudos que apontam que os meninos tendem a ser mais polivítimas que as meninas e que fatores históricos, sociais e contextuais, como o padrão de masculinidade hegemônica, colocam os meninos em situação de maior risco e desamparo. Para eles, o tempo entre a ocorrência de um episódio de violência e a sua revelação pode durar anos, ou mesmo não ocorrer. No Brasil, também a partir dos anos 2000, ocorreram avanços importantes no que diz respeito ao Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, merecendo destaque a Lei nº 13.431/2017, que dispõe sobre o depoimento especial e a escuta especializada. A partir de um referencial epistemológico sistêmico novo-paradigmático, com seus pressupostos da complexidade, instabilidade e intersubjetividade, e da teoria sistêmica, o objetivo desta tese é compreender o fenômeno polivitimização de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual do gênero masculino na perspectiva das polivítimas, de seus familiares e de profissionais. Para isso, em uma proposta qualitativa multimétodos, que adota a ferramenta de análise temática reflexiva de Braun e Clarke como principal eixo metodológico, assumindo ainda premissas de perspectivas metodológicas como a pesquisa-ação e a proposta qualitativa de González-Rey, as e os participantes foram divididos em três grupos. O Grupo 1 contou com a participação de três meninos polivitimizados, o Grupo 2 com três mães de meninos vítimas de violência sexual e o Grupo 3 com 21 profissionais das seguintes áreas de atuação: Assistência Social, Educação, Justiça, Ministério Público, Saúde, Segurança Pública e Sociedade Civil. As e os 27 participantes foram entrevistados e, devido ao cenário da pandemia de Covid-19, 14 entrevistas ocorreram em formato *on-line*. O conteúdo de todas as transcrições foi analisado seguindo as seis etapas da proposta da análise temática reflexiva, que prevê um processo fluido e com protagonismo da subjetividade da pesquisadora, além de priorizar a ideia de construção. As seis etapas são: familiarização, codificação, construção de temas iniciais, redefinição e refinamento de temas, revisão e nomeação de subtemas, e revisão dos temas e produção do relato. Para o Grupo 1, construímos seis temas e 12 subtemas, seis temas e oito subtemas para o Grupo 2, e para o Grupo 3, 14 temas e 30 subtemas. Observamos que o não reconhecimento da polivitimização ocorreu para os três grupos de participantes, cada um com suas especificidades, nos sinalizando para a importância de serem investidos esforços contínuos e coletivos para uma mudança paradigmática que passe a ver e a nomear as ocorrências de diferentes tipos de violência, antes mesmo de se pensar e planejar intervenções às polivítimas do gênero masculino. Defendemos que às polivítimas sejam buscadas formas de proporcionar saúde e bem-estar e que a família seja sempre incluída no cenário de ação para polivitimização, seja porque ela também tem histórico de (poli)vitimizações, porque são ofensores(as), ou ainda pela necessidade de oferecerem suporte sem reproduzir estereótipos, como o de que meninos são mais independentes e não sofrem violências sexuais. Defendemos ainda o fortalecimento da rede social, por meio do oferecimento de capacitações continuadas aos profissionais, para que as instituições consigam cumprir seu papel de orientação, suporte e apoio. Sugerimos a realização de outras pesquisas em outras cidades e estados para ampliar a compreensão sobre o fenômeno de forma ainda mais ampla e contextualizada no Brasil.

**Palavras-chave:** Polivitimização; Polivitimização de meninos; Meninos vítimas de violência sexual; Família; Rede de profissionais.

### Abstract

Polyvictimization is a concept coined by a group of American authors in the early 2000s and it refers to the phenomenon in which the same person is a victim of more than one type of violence. Almost 20 years later, research in this area in Brazil is still lacking, although our country is historically marked by polyvictimization. There are studies that show that boys tend to be more polyvictims than girls and that historical, social and contextual factors, such as the pattern of hegemonic masculinity, place them at greater risk. For male polyvictims, the time between the occurrence of an episode of violence and its disclosure can take years, or even not occur. In Brazil, also from the 2000s onwards, important advances were made with regard to the System for Guaranteeing the Rights of Children and Adolescents. More recently, Law n° 13.431/2017 is noteworthy. From a systemic-new paradigmatic epistemological framework, with its assumptions of complexity, instability and intersubjectivity, and from the systemic theory, the objective of this dissertation is to understand the phenomenon of polyvictimization of male children and adolescents, from the perspective of polyvictims, family members and professionals. To do so, this research used a qualitative multimethod proposal, adopting the reflexive thematic analysis tool by Braun and Clarke as the main methodological axis, also assuming premises of methodological perspectives such as action research and the qualitative proposal of González-Rey. The participants were divided into three groups: three polyvictimized boys (Group 1), three mothers of boys who were victims of sexual violence (Group 2) and 21 professionals from the following areas: Social Assistance, Education, Justice, Public Ministry, Health, Public Security and Civil Society (Group 3). The 27 participants were interviewed and, due to the Covid-19 pandemic scenario, 14 interviews were made online. The content of all transcripts was analyzed following the six steps of the reflexive thematic analysis proposal, which foresees a fluid process, with a leading role in the researcher's subjectivity and an emphasis on the idea of knowledge construction. The six steps are: familiarization, coding, generating potential themes, reviewing themes, defining and naming subthemes, and reviewing and producing the report. For Group 1, we developed 6 themes and 12 subthemes, 6 themes and 8 subthemes for Group 2, and for Group 3, 14 themes and 30 subthemes. We observed that the non-recognition of polyvictimization occurred for the three groups of participants, which signals the importance of investing continuous and collective efforts for a paradigmatic shift that starts to see and name the occurrences of different types of violence, even before thinking about and planning interventions for male polyvictims. We expect that efforts are invested to provide health and well-being to polyvictims and that the family is always included, either because they also have a history of (poly)victimization, because they are offenders, or because of their need to offer support without reproducing stereotypes, such as that boys are more independent and do not suffer sexual violence. We also defend the strengthening of the social network, by offering continuous training to professionals, so that institutions can fulfill their role of offering guidance and support. We suggest carrying out further research in other cities to broaden the understanding of the phenomenon in an even broader context in Brazil.

**Key-words:** Polyvictimization; Male polyvictimization; Boys' victims of sexual violence; Family; Social network.



### Lista de Siglas e Abreviações

ACS - Agente Comunitário de Saúde  
 APA - American Psychology Association  
 ATR - Análise Temática Reflexiva  
 CECRIA - Centro de Referência de Estudos e Pesquisas sobre Criança e Adolescente  
 CEF - Centro de Ensino Fundamental  
 CEP-UnB - Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília  
 APS - Atenção Primária à Saúde  
 CEPAV – Centro de Especialidade para Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar e Doméstica  
 CIL - Centro Interescolar de Línguas  
 CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
 CP - Código Penal  
 CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
 CT – Conselho Tutelar  
 DCA – Delegacia da Criança e do Adolescente  
 DEAM - Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher  
 DF – Distrito Federal  
 ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
 EUA – Estados Unidos da América  
 DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente  
 GDF - Governo do Distrito Federal  
 IML - Instituto Médico Legal  
 JVQ - Juvenile Victimization Questionnaire  
 LMP - Lei Maria da Penha  
 LGBTQIAP+: Leis, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e mais  
 MP - Ministério Público  
 MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
 MS - Ministério da Saúde  
 NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família  
 NDH - Núcleo de Direitos Humanos  
 NERCRIA – Núcleo de Assessoramento sobre Violência contra Crianças e Adolescentes  
 OMS - Organização Mundial de Saúde  
 ONG - Organização Não-Governamental  
 ONU - Organização das Nações Unidas  
 PCDF - Polícia Civil do Distrito Federal  
 PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios  
 PDEsp - Posto de Depoimento Especial  
 PMDF - Polícia Militar do Distrito Federal  
 PROVID - Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica  
 PS - Pronto Socorro  
 PvCA – Polivitimização contra crianças e adolescentes  
 RA - Região Administrativa  
 SAM - Seção de Atendimento à Mulher  
 SCIA - Setor Complementar de Indústria e Abastecimento  
 SEJUS - Secretaria de Justiça do Distrito Federal  
 SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SERAV - Serviço de Assessoramento aos Juízes Criminais  
SES – Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal  
SIA - Setor de Indústria e Abastecimento  
SUS - Sistema Único de Saúde  
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
TEPT - Transtorno de Estresse Pós-Traumático  
TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios  
UBS - Unidade Básica de Saúde  
UnB - Universidade de Brasília  
VIJ – Vara da Infância e Juventude  
VS – Violência sexual

### **Lista de Tabelas**

Tabela 1.....	Página 53
Tabela 2.....	Página 54
Tabela 3.....	Página 56
Tabela 4.....	Página 66
Tabela 5.....	Página 76
Tabela 6.....	Página 78
Tabela 7.....	Página 80

### **Lista de Figuras**

Figura 1.....	Página 52
Figura 2.....	Página 57
Figura 3.....	Página 69
Figura 4.....	Página 70
Figura 5.....	Página 76
Figura 6.....	Página 78
Figura 7.....	Página 80

## Sumário

Capítulo I.....	12
Apresentação .....	12
Introdução.....	17
Polivitimização .....	17
Violência Contra Crianças e Adolescentes.....	23
Legislação: Histórico e Mudanças.....	27
Os Meninos (Poli)vítimas .....	31
Referencial Teórico-Epistemológico.....	36
Epistemologia Sistêmica Novo-Paradigmático .....	36
Teoria Sistêmica .....	39
Objetivos .....	42
Objetivo Geral .....	42
Objetivos Específicos .....	43
Capítulo II .....	44
Método .....	44
Pesquisa Qualitativa Multimétodos .....	44
Contextualização .....	48
Participantes.....	51
Instrumentos .....	57
Procedimentos .....	59
Cuidados Éticos .....	67
Capítulo III.....	69
Resultados .....	69
Capítulo IV.....	85
Discussão do Grupo 1 .....	85
Capítulo V .....	122
Discussão do Grupo 2 .....	122
Capítulo VI.....	152
Discussão do Grupo 3 .....	152
Capítulo VII .....	254
Considerações Finais.....	254
Referências .....	262
Apêndice A: Roteiros de Entrevistas Semiestruturados .....	291
Apêndice B: Questionário Sociodemográfico do Grupo 3 .....	293
Apêndice C: Mapas Temáticos com Temas em Potencial – 3ª Etapa de Análise.....	294
Apêndice D: Mapas Temáticos Refinados – 4ª e 5ª Etapas de Análise .....	297
Apêndice E: Lista Com as Mudanças Feitas da 5ª para a 6ª Etapa de Análise .....	300

## Capítulo I

*“Isso era amor: uma corrente de coincidências que iam juntando significado e se tornavam milagres.”*

Chimamanda Adichie – “Meio Sol Amarelo”

### Apresentação

A escolha pelo estudo do fenômeno polivitimização em uma tese de doutorado começou ainda durante o meu mestrado, em 2015, quando o foco de estudo já eram os meninos vítimas de violência sexual (VS) e a polivitimização foi um dos resultados de destaque na dissertação. Até aquele momento, além do papel de pesquisadora que se iniciava, eu já contava com uma bagagem de experiência com o atendimento de famílias em situação de violência, fruto do estágio que fiz no então Serviço de Assessoramento aos Juízes Criminais (SERAV) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Por quase dois anos, acompanhei o trabalho de profissionais da psicologia e do serviço social que conduziam audiências, estudos e avaliações psicossociais em casos de violência doméstica contra mulheres, maus-tratos físicos e VS contra crianças e adolescentes. Além de todo o aprendizado, teórico e prático, sobre como abordar essas famílias, rede social, instituições e o lugar da psicologia em um contexto psicossocial, hoje compreendo o privilégio que tive em me deparar pela primeira vez com temas tão desafiadores em um contexto ainda protegido, de estudo, com acompanhamento e supervisões. Tanto a equipe profundamente qualificada do SERAV/TJDFT, quanto as supervisões de estágio, com a mesma professora Liana que ainda me acompanha, foram essenciais e me permitiram compreender o tema da violência nas famílias com a seriedade que requer, de forma humana e sensível.

Nos últimos meses do meu mestrado, ocorreu o processo de seleção para o doutorado e no mesmo mês de maio de 2017 três importantes eventos marcaram minha trajetória profissional e acadêmica: finalizo a dissertação, sou aprovada no processo de seleção para o doutorado e sou nomeada no concurso da Secretaria de Estado de Saúde

do Distrito Federal (SES-DF). Um mês depois, a Amanda era Mestre em Psicologia Clínica, aluna de doutorado da Universidade de Brasília (UnB) e servidora pública do Governo do Distrito Federal (GDF). Como resultado, há pouco mais de quatro anos, os contextos acadêmico e prático se entrelaçam no meu dia a dia, juntamente com a prática como psicoterapeuta de casais e famílias em consultório.

Embora cada um desses papéis tenham me exigido diferentes habilidades, minha experiência com cada um deles se enriqueceu pelo desempenho em conjunto de todos eles. A compreensão do fenômeno polivitimização também foi sendo construída dentro de mim e ao meu redor, em duas frentes: por meio de leituras e do contato com a produção acadêmica na área e na prática, trabalhando em um serviço especializado no atendimento a pessoas em situações de violências. Fui me deparando cotidianamente com a complexidade da polivitimização narrada pelas pesquisas e artigos e vivenciando os desafios que esse fenômeno significava para a rotina de atendimento em saúde pública, especialmente com o recorte das vítimas do gênero masculino.

Por isso, a escolha metodológica desta tese precisava abarcar não apenas a pluralidade que o fenômeno da polivitimização impunha, mas também a pluralidade de papéis que me cabia. A decisão por um trabalho qualitativo se deu logo no início, assim como a ideia de incluir diferentes atores que participam do fenômeno. Porém, a busca por estratégias e ferramentas para conduzir essa pesquisa qualitativa demandou um caminho mais longo, de idas e vindas por autores, mas que acabou fazendo sentido com a escolha final por duas pesquisadoras australianas: Virginia Braun e Victoria Clarke.

A partir da escolha de uma proposta de coleta e análise de informações que considerava meu papel de pesquisadora como parte essencial para a construção do conhecimento, consegui aproveitar esse processo de construção, lembrando sempre, e a todo momento, do que se tratava: de um processo. Mesmo assim, escolher pesquisar a

polivitimização em crianças e adolescentes do gênero masculino, no Distrito Federal (DF), Brasil, me demandou problematizar e contextualizar tal escolha. Meu desafio inicial foi exatamente por onde começar a discutir o termo “polivitimização”. Apresentar a origem, americana, do termo? Citar os primeiros estudos e seus desdobramentos? Denunciar o espaço, reduzido, nas produções acadêmicas? Retomar os instrumentos, numa lógica ainda positivista, produzidos, reeditados e traduzidos para identificar a polivitimização? Ou talvez o mais adequado fosse começar falando sobre Brasil?

Que Brasil? O Brasil de dimensões continentais e marcado por significativas desigualdades sociais? O Brasil de 2021, com estatísticas crescentes de desemprego, insegurança alimentar e vulnerabilidade social? O Brasil assolado pela pandemia da *Sars-Cov-2* – ou do novo coronavírus – que tem como uma de suas consequências o aumento nos números de violências intrafamiliares contra crianças, adolescentes e contra mulheres (IPEA, 2020a, 2021)? Ou começar pelo Brasil de 1500, com invasões, estupro, genocídios, apagamentos e torturas?

A chegada do novo coronavírus e da Covid-19 foi um capítulo na trajetória desta tese que não conseguiu ficar à parte. Inicialmente, as dúvidas e o desconhecimento sobre significado da pandemia no Brasil e no mundo foram um primeiro efeito, que depois se desdobraram em mudanças na forma de recrutamento das e dos participantes e da coleta das informações. A pandemia impactou também meu exercício profissional enquanto servidora pública, que seguiu durante 2020 e 2021, os dois últimos anos deste doutorado, presencialmente, em um contexto de atendimento em saúde, que representava mais riscos de contágio e contaminação pelo novo coronavírus, por se localizar em um hospital. Durante esses dois anos, acompanhei os efeitos cruéis da pandemia, e de sua condução pelos governantes, aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A interrupção de encontros presenciais com o grupo de pesquisa e os desafios de adaptação

a um novo cenário, compulsoriamente virtual, a impossibilidade de frequentar os ambientes universitários com encontros e trocas entre estudantes e professores, somados ao início tardio da vacinação em massa no Brasil, além de todas as consequências pessoais e familiares, com adoecimentos e falecimentos em decorrência da Covid-19, geraram um sentido de ainda mais dificuldade no processo de construção de uma tese.

Faz sentido para mim que a discussão e a reflexão do termo polivitimização no cenário brasileiro se dê nesse mesmo contexto brasileiro: o atual e que, ao mesmo tempo, reflete nossa história de pouco mais de 500 anos. Para além da relação entre marcos histórico e o momento atual que caracteriza o Brasil com a escolha de estudar o fenômeno polivitimização – em uma expectativa que ele seja problematizado e compreendido “à brasileira” – também espero dimensionar a relevância deste fenômeno com foco nas crianças e adolescentes do gênero masculino. Para isso, será apresentada uma construção teórica e epistemológica que compreendo ser coerente com a perspectiva reflexiva e questionadora desta tese. A proposta de unir autores que tenham pontos em comum simboliza a priorização da convergência, sem desconsiderar as divergências, e que principalmente permita o fluxo dialógico entre temas, conceitos e perspectivas futuras.

Também destaco algumas escolhas em relação à escrita e estrutura desta tese. Primeiramente, foi feita a opção por utilizar uma linguagem inclusiva e livre de viés, ou seja, não será utilizada a forma masculina de termos, palavras e expressões com intuito de generalização, como é feito na língua portuguesa. Quando não for possível utilizar termos neutros – como na expressão “equipe de profissionais” –, sem distinção de gênero masculino ou feminino na escrita, será feito uso de ambas as expressões, como no caso de “as pesquisadoras e os pesquisadores”. Compreendo o impacto, em termos de extensão, para o trabalho, mas além de seguir as normativas da própria *American*

*Psychology Association* (APA) em seu sétimo manual, também entendo ser uma escolha política fundamental em uma pesquisa que também constrói conhecimento sobre gênero.

O uso deste termo, *gênero*, e não *sexo*, ao fazer referência às crianças e adolescentes que estão sendo estudadas, foi outra decisão para esta tese. Ao optar pelo uso daquele termo, espero falar de uma perspectiva contemporânea que retira do corpo biológico as definições de identidade, e que privilegia a construção social que se faz em torno do que é ser menino, menina, homem e mulher, sem que com isso se excluam outras expressões de identidade de gênero que saiam dessa posição ainda binária. Atribuímos, portanto, um sentido de gênero enquanto categoria política e que precisa ser compreendido enquanto estrutura social (Connell & Pearse, 2015) de uma forma complexa: ao mesmo tempo em que faz parte da sociedade, também a constrói.

Ainda sobre a estrutura da tese, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, em que meu lugar de pesquisadora tem destaque em todas as suas etapas, optamos por privilegiar o uso da primeira pessoa – singular e plural. Não fazendo uso da terceira pessoa, busco me furtar de uma compreensão do fazer ciência em uma lógica positivista, em que pesquisador e pesquisadora devem se manter distantes do seu tema de estudo. Ao contrário disso, busco de forma explícita meu toque pessoal à construção de todo o trabalho.

Em relação ao próprio termo que dá título a esta tese, polivitimização, ele será prioritariamente usado para abarcar crianças e adolescentes que passaram por polivitimizações, ainda que seja um termo que possibilite também a inclusão de adultos polivitimizados. Na grande maioria das vezes, portanto, será feito uso da sigla PvCA em referência à “polivitimização contra crianças e adolescentes”. Os termos *vitimização* e *violência* também serão usados como sinônimos nesta tese.



Em termos de organização do trabalho, volto ao primeiro questionamento e começo a seção de Introdução apresentando as origens do fenômeno polivitimização, seguindo também a ordem que eu mesma tive com este assunto: primeiro tendo contato com o termo, as diversas produções sobre ele, e então pensando sobre, escolhendo-o como fenômeno a ser pesquisado e refletindo com e a partir dele. Retomo a violência contra crianças e adolescentes enquanto fenômeno global, faço um apanhado no histórico de leis e políticas públicas brasileiras e contextualizo o menino (poli)vitimizado. Em seguida, apresento os referenciais epistemológicos e teóricos em que baseio minha análise. Após apresentação dos objetivos, método e resultados, apresento a discussão por grupo de participante. Finalizo com minhas considerações, apresentando reflexões acerca do material produzido ao longo da pesquisa e, por último, as referências e apêndices, com material detalhado do processo de coleta e análise de informações.

## **Introdução**

### **Polivitimização**

O termo polivitimização foi cunhado por um grupo de pesquisadores, em sua maioria sociólogos e psicólogos, estadunidenses, no início dos anos 2000. Ampliando os estudos sobre vitimizações sexuais, Finkelhor e colegas cunharam o termo, em inglês, *poly-victimization* definindo-o como o fenômeno em que a mesma vítima vivencia múltiplas e diferentes violências (Finkelhor, Ormrod, et al., 2005). Desde então, este mesmo grupo de pesquisadores publicou diversos estudos com foco na polivitimização e nas polivítimas. Ainda em 2005 (Finkelhor, Hamby, et al., 2005), foi publicado um artigo expondo dados de confiabilidade, validade e normas para aplicação do *Juvenile Victimization Questionnaire - JVQ*, instrumento que foi inicialmente utilizado em entrevistas por telefone com crianças e adolescentes e que abrange 34 tipos de

violências, divididas em cinco grandes grupos: (1) crimes convencionais, (2) maus-tratos, (3) vitimização por irmãos ou pares, (4) vitimização sexual, e (5) testemunhar vitimizações ou sofrer violências indiretas.

Na sequência, o mesmo grupo publicou textos aprofundando a discussão sobre a polivitimização, definindo-a de forma mais criteriosa e buscando compreender em mais detalhes o perfil das polivítimas. Em 2007, Finkelhor et al. (2007a) chamaram atenção para três principais riscos de se conduzir pesquisas que enfoquem apenas um tipo de violência: (1) a possibilidade de exagerar a contribuição de um tipo único de vitimização em possíveis problemas de saúde mental, (2) a não delimitação das relações entre as diferentes vitimizações e o papel dessas relações na saúde mental, e (3) a dificuldade em identificar, dentre as crianças e adolescentes vitimizados, quais estão em maior risco, por pertencerem a grupos que são vitimizados cronicamente ou que se encaixam no perfil de polivítimas.

Ainda em 2007 (Finkelhor et al., 2007b) também foi publicada pesquisa diferenciando os fenômenos *revitimização* e *polivitimização*, confusão comum até os dias atuais. Enquanto a revitimização se refere à repetição de uma vitimização, a polivitimização inclui necessariamente a ocorrência de diferentes tipos de violência, seja no mesmo episódio ou não. Ou seja, uma pessoa pode passar por reiterados episódios de uma mesma violência, mas não ser polivítima. De toda forma, enfatiza-se que sofrer uma ou mais vitimizações aumenta o risco de vitimizações subsequentes (Finkelhor et al., 2007b).

Quais caminhos levam à polivitimização é outro importante questionamento, que dá título à publicação de 2009 deste mesmo grupo de pesquisadoras(es) (Finkelhor, Ormrod, Turner, et al., 2009). A partir de um estudo longitudinal em que 989 crianças e adolescentes participaram das três fases de coleta de informação, as e os autores

apontaram quatro importantes dimensões como fatores de risco para a ocorrência de polivitimização: (1) viver em comunidades consideradas mais perigosas, (2) residir em famílias com mais violência e conflitos, (3) pertencer a famílias cercadas por problemas conjugais, de desemprego, abuso de substâncias, etc, e (4) ter certas características individuais que sinalizam para problemas emocionais. Ainda que apresentem de forma objetiva tais fatores de risco, salientam que devam ser vistos em contexto, como processos complementares. A ampla diversidade de características das polivítimas e de seus contextos, impossibilitando a delimitação de algo como um *perfil de polivítima* também é levantada neste texto (Finkelhor, Ormrod, Turner, et al., 2009).

Diversos outros trabalhos seguiram sendo publicados, contribuindo para a divulgação do fenômeno e defendendo a importância da PvCA ser tema central nas pesquisas. Dentre alguns dos importantes resultados e compreensões sobre a PvCA, podemos citar um importante alerta feito Soler et al. (2013) que relaciona a ocorrência de vários tipos de vitimizações com a diminuição na autoestima em adolescentes. No mesmo estudo, aponta-se como fator de proteção contra esses sintomas o desenvolvimento da sensação de valoração social. Mais recentemente, Musicaro et al. (2019) resgatam a importância de ser considerado um cenário histórico para compreensão da polivitimização, dando ênfase na população afroamericana dos EUA e as violências e discriminações sofridas por eles. Também enfatizam a necessidade do trabalho com a PvCA ser multiprofissional, incluindo também a participação do Estado no oferecimento de políticas públicas que previnam violências (e.g., não legalização do porte de armas).

Especificamente sobre vítimas do gênero masculino, Burns et al. (2016) chamam a atenção para um aparente *esquecimento* que se tem diante das populações do gênero masculino e de estudos que falam especificamente sobre este grupo. Um de seus

resultados aponta para a relação entre vitimização sexual na infância e revitimização na vida adulta, uma vez que a amostra de participantes foi com homens de 18 anos ou mais. Também Kassing et al. (2021) relacionam as experiências adversas na infância com maior risco de revitimização na idade adulta, mas fazem um recorte para a população LGBTQIAP+, sugerindo que essas pessoas podem estar em maior risco para sofrerem violências, e terem mais problemas mentais e físicos no futuro, em função de sua identidade de gênero e orientação sexual. Outras pesquisas e resultados podem ser vistos também em Dierkhising et al. (2018), Palermo et al. (2019) e Turner et al. (2016).

Além desses, o próprio instrumento JVQ foi revisitado (Finkelhor et al., 2011) e aos cinco grandes grupos de vitimizações foram acrescentados itens suplementares com objetivo de obter mais detalhes em relação à exposição de violência ou abuso familiar, ameaça ou violência escolar, incluindo vitimizações por meio virtual, e exposição à violência comunitária. Foram feitas traduções e tentativas de adaptações culturais ao JVQ (Crimes Against Children Research Center, n.d.) que também foi utilizado enquanto ferramenta para identificação de polivitimização em estudos da Espanha (Soler et al., 2013), de Portugal (Sani et al., 2021), do Chile (Pinto-Cortez & Venegas, 2015), do México (Méndez-López & Pereda, 2019), além de Estados Unidos (EUA) (Loomis et al., 2020). No Brasil, o instrumento também foi traduzido (Faria et al., 2017; Furlan, 2013), mas em busca por bases de dados nacionais, foram encontradas poucas pesquisas que o utilizaram como ferramenta para coleta de dados e informações (Faria et al., 2020; Faria, 2015).

Embora a utilização de instrumentos como o JVQ contribua para o objetivo de mensurar ou identificar a PvCA (Loomis et al., 2020), seu uso vem sendo priorizado em pesquisas com método predominantemente quantitativo, com amostras amplas (e.g., Méndez-López & Pereda, 2019) e que utilizam outras escalas e instrumentos

semelhantes para complementar a coleta e análise de dados (Soler et al., 2013).

Observamos, portanto, que há ainda escassez de estudos com métodos qualitativos e que busquem não apenas identificar ou *determinar* a prevalência da polivitimização, mas também compreendê-la de forma contextualizada para cada região. Pinto-Cortez e Venegas (2015) sinalizam a necessidade de estudos que expandam as perspectivas estadunidenses e europeias e que considerem as especificidades de países da América Latina, como o Chile, no caso desses autores, ou o Brasil, como nesta tese.

Em revisão sistemática com 30 artigos que investigaram ao menos quatro formas de vitimizações contra crianças e adolescentes oriundas de países de baixa e média renda como Índia, Bolívia, Uganda e Afeganistão, Le et al. (2018) apontaram evidências de que o fenômeno da polivitimização é mais prevalente entre crianças e adolescentes de países de baixa e média renda do que em países de renda média alta e alta, como Espanha e EUA. As autoras apontaram que as situações de vulnerabilidade social, com acesso inadequado a serviços de saúde, habitações superlotadas, presença de doenças, além da falta de recursos econômicos, da ocorrência de desastres, conflitos e guerras, da falta de suporte parental e seu conseqüente comportamento de estresse, preocupação, sobrecarga e irritabilidade são alguns dos fatores que caracterizam os países de baixa e média renda. Esses mesmos fatores também se configuram como fatores de risco para a ocorrência de mais vitimizações contra crianças e adolescentes. É importante salientar que, além da língua inglesa e do período entre 2005 e 2015, outro importante critério para inclusão dos artigos nesta revisão sistemática foi a presença exclusiva de pesquisas empíricas e quantitativas, corroborando a discussão feita anteriormente, da necessidade de serem investidos esforços para ampliar a produção de conhecimento sobre polivitimização a partir de critérios e métodos também qualitativos.

Outros aspectos desta revisão sistemática chamam a atenção. O fato de ter sido conduzida por pesquisadoras australianas e, portanto, não pertencentes a países de baixa ou média renda pode ser um primeiro aspecto a ser comentado. São apresentadas informações internacionais, provenientes de dados da Organização das Nações Unidas (ONU), apontando a carência de pesquisas sobre polivitimização, dentre os países definidos como de baixa ou média renda. Elas fazem referência à definição proposta por Finkelhor, Ormrod, et al. (2005). Ainda que não seja o objetivo do artigo, não há ponderações, nesta revisão sistemática (Le et al., 2018), acerca do próprio cenário de produções e pesquisas acadêmicas em países de baixa e média renda. Eles são muitas vezes caracterizados por deficiências em termos de investimentos e recursos que dificultam a produção de pesquisadores e a divulgação de seus trabalhos, por exemplo (Santos, 2016).

Reflexões acerca de todo esse cenário de risco que caracteriza países de baixa e média renda também poderiam estar melhor apresentadas na revisão sistemática (Le et al., 2018). Os 30 artigos analisados eram provenientes de países de diferentes continentes – África, Ásia, América do Sul e Central – porém, diversas hipóteses, e até mesmo dados históricos, poderiam contextualizar a presença de fatores de risco em comum entre eles. De forma geral e sem aprofundamento na histórica local de cada país, poderia ter sido resgatado o caráter de colonização, exploração – de recursos naturais, humanos e territoriais –, subjugação e dependência (Lima & Cedeño, 2021) a que países como Índia, El Salvador, Vietnã e Uganda, por exemplo, foram submetidos ao longo de sua história. Ainda que o Brasil não tenha sido contemplado nessa recente revisão sistemática de Le et al. (2018), vários dos fatores de risco mencionados também caracterizam o contexto brasileiro.

Por fim, as autoras (Le et al., 2018) também sugerem que informações mais coordenadas a respeito do que se define como polivitimização, suas possibilidades de identificação, frequência e intensidade sejam pensadas e construídas de forma mais coesa entre pesquisadores e especialistas de cada localidade. Essa parece ser uma dimensão bastante relevante, uma vez que o conceito, a definição e as problematizações a respeito da polivitimização têm sido produzidas em países com características diversas entre si, mas predominantemente de renda média alta e alta. Portanto, é preciso pensar o uso indiscriminado do termo polivitimização em países com características e uma bagagem histórica diferente daquelas de países como os EUA, de onde são as e os pesquisadores que originaram o termo.

### **Violência Contra Crianças e Adolescentes**

Se é recente a concepção de infância e de adolescência como temos, considerando-os sujeitos de direito e que se diferenciam dos adultos, mais recente ainda é a ampliação da discussão a respeito da violência sofrida por eles. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), define-se violência como “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (OMS, 2002). A própria OMS apresenta como tipologias da violência a autoinfligida, a interpessoal – incluindo aquelas que poderiam ser consideradas intrafamiliares e extrafamiliares – e a coletiva – subdividida entre violência social, política e econômica.

A pluralidade de definições e subdivisões por um lado representa a relevância que o termo *violência* tem na comunidade, acadêmica e profissional. Por outro lado, também pode interferir na própria produção de conhecimento e no entendimento que se tem sobre ele, além também da apresentação de estatísticas e prevalências, pois os

critérios para inclusão ou contabilização de determinado fenômeno ou perfil de vítima podem variar de pesquisa para pesquisa, de acordo com essas diferentes definições.

Ao se restringir às crianças e adolescentes, muitos são os termos utilizados: violência, vitimização, abuso infantil, maus-tratos infantis. A OMS define abuso infantil como sinônimo de maus-tratos infantil e fala sobre “todas as formas de maus-tratos físicos ou emocionais, abuso sexual, negligência ou tratamento negligente, exploração comercial ou outros que resultem em prejuízo real ou potencial para a saúde e sobrevivência da criança, seu desenvolvimento e dignidade em um contexto de relação de responsabilidade, confiança ou poder<sup>1</sup>” (WHO, 1999). Observa-se, portanto, que várias formas de violações estão incluídas neste grande guarda-chuva que é o termo “maus-tratos infantis”. É comum, no entanto, que o abuso sexual seja mencionado, pesquisado e definido à parte dos maus-tratos, ainda que possa ser considerado um subtipo dentro desta definição.

Essa pluralidade no contexto das pesquisas sobre violências contra crianças e adolescentes não se restringe às definições do que é violência, mas também inclui os métodos utilizados nas pesquisas (Fluke et al., 2021). Essas diferentes formas de coletar e analisar as informações são, todavia, fundamentais para entender as circunstâncias associadas às violências, considerando as especificidades de cada estudo e seu respectivo contexto.

Para esta tese, por exemplo, seguindo a tendência de outras produções (e.g., Bastos & Costa, 2021), será considerada como violência intrafamiliar aquela praticada por pessoa que se tem vínculo afetivo, de convívio e familiaridade, extrapolando o laço consanguíneo. Para outras classificações em termo da natureza da violência, será utilizada a definição recente da Lei nº 13.431 (Brasil, 2017), que diferencia a violência

---

<sup>1</sup> Tradução feita livremente pela autora principal desta tese.



física, psicológica, sexual e violência institucional. Quando for feito uso do termo maus-tratos nesta tese, ele compreenderá os casos de violência física e psicológica, com suas respectivas variações e diferentes exemplos, excluindo então a VS.

Além desses tipos, a violência também será considerada enquanto pano de fundo estrutural, ou seja, como um fenômeno humano, de natureza biopsicossocial e que, portanto, tem seu espaço de criação e desenvolvimento na vida em sociedade (Minayo, 1994). Considerar a violência enquanto um fenômeno que não tem origem no biológico contribui, inclusive, para a percepção de adaptação, ajuste, minimização ou mesmo interrupção da violência por parte dos indivíduos que compõem a sociedade.

No que se refere ao registro epidemiológico das violências contra crianças e adolescentes, observa-se que também há mais pesquisas e estudos que se restringem a analisar um tipo único de violência contra crianças e adolescentes (e.g., Stoltenborgh et al., 2011; Stoltenborgh, Bakermans-kranenburg & Van Ijzendoorn, 2013; Stoltenborgh, Bakermans-Kranenburg, et al., 2013). Indo de encontro a essa tendência, Moody et al. (2018) conduziram uma revisão sistemática, com um total de 337 estudos de diferentes países e continentes, sobre a prevalência de maus-tratos em crianças e adolescentes, a partir do autorrelato das próprias vítimas, ainda na infância e juventude, ou já na idade adulta. Ainda que uma das potências dessa revisão seja exatamente a inclusão dos quatro tipos de maus-tratos – violência sexual, física, emocional e negligência – os dados ainda são apresentados separadamente, até porque alguns dos estudos selecionados (44%) também apresentavam a prevalência de um ou outro tipo de violência unicamente. De toda forma, é uma fonte epidemiológica recente e importante que nos sinaliza para a VS como o tipo de maus-tratos mais estudado, mesmo com diferença entre as localidades.

Os estudos que abordaram especificamente a prevalência para as vítimas do gênero masculino também foram minoria para os quatro tipos de maus-tratos, o que

pode ter relação com a escolha metodológica dessa revisão sistemática (Moody et al., 2018), pois é mais desafiador para pessoas do gênero masculino – em qualquer faixa etária – falar sobre a experiência de ter sido vítima (Romano et al., 2019). Além disso, também chama a atenção o número restrito de pesquisas que trataram da violência emocional e da negligência, sinalizando para uma tendência de supervalorizar certos tipos de violência, em geral as que são passíveis de deixarem marcas mais visíveis, como é o caso da física e da sexual (Moody et al., 2018). A vivência de mais de um tipo de violência pela mesma vítima é levantada como possibilidade nessa revisão, contudo não são feitas observações a respeito da PvCA. Mais uma vez, percebe-se a ocorrência do fenômeno sem que ele seja mencionado e identificado, prejudicando assim a reflexão e a produção de conhecimento sobre esse tipo específico de vítimas.

No Brasil, de acordo com os dados do “Boletim Epidemiológico nº 27”, realizado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (MS) (Brasil, 2018a), e que coletou informações das fichas de notificação de 2011 a 2017, 1.460.326 casos de violência interpessoal ou autoprovocada foram notificadas entre esses anos, sendo 40,5% referentes a vítimas crianças ou adolescentes. Dentre as crianças, a frequência de vítimas do gênero masculino foi de 25,8% e entre os adolescentes do gênero masculino foi de 7,6%. Outros dados de perfil das vítimas e dos ofensores mostrou que a repetição da VS ocorre com uma frequência considerável, que a residência ainda é o local de maior incidência e que a maior parte dos ofensores é do sexo masculino (Brasil, 2018a).

Embora esse documento seja de importância inquestionável por apresentar os dados nacionais oficiais, além de informações sobre os serviços que oferecem o atendimento integral às crianças e adolescentes em situação de VS, ressalta-se a ausência de informações que contemplem cenários de polivitimização. Tendo em vista que as

informações foram coletadas a partir das fichas de notificação, instrumento de preenchimento obrigatório para os casos de suspeita ou confirmação de violência, de qualquer natureza (Lima & Deslandes, 2015), pode-se perceber como à VS é dado um espaço de maior destaque, já que não foram apresentadas informações detalhadas referentes às outras violências, tendência já mencionada também em pesquisas internacionais (Moody et al., 2018).

### **Legislação: Histórico e Mudanças**

A caracterização da violência contra crianças e adolescentes como uma questão de saúde pública, coloca-a como um fenômeno complexo e que não se restringe aos contextos e instituições de saúde. Por isso, compreender a perspectiva legal que circunda o fenômeno é fundamental. Como marco histórico que merece atenção na trajetória de políticas públicas, leis e documentos, cita-se inicialmente a Declaração Universal dos Direitos Humano (ONU, 1948), que inspirou constituições e documentos de muitos países, dentre eles o Brasil (Brasil, 1988). Logo em seguida, a Convenção sobre os Direitos das Crianças (ONU, 1989) coloca como prioritárias as pautas e cuidados necessários para garantir o bem-estar e a proteção das crianças, delegando aos Estados Partes e suas instituições, públicas ou privadas, a responsabilidade por assegurar o melhor interesse delas. No ano seguinte (Brasil, 1990), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) endossa as decisões da ONU a nível nacional e prevê não apenas as condições para proteção integral das crianças e adolescentes, como também versa sobre guarda, adoção, prevenção e atendimento em situações de adoecimento ou violações, medidas de proteção, medidas sócio-educativas, dentre outros assuntos.

Mais recentemente, a publicação da Lei nº 13.431/2017 (Brasil, 2017) que normatiza e organiza o Sistema de Garantia de Direitos (SDG) da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, representou outro importante marco

brasileiro no que se refere à proteção de crianças e adolescentes. Essa lei não apenas complementa os dispositivos do ECA ao definir de forma mais abrangente o que é considerado violência e quais são os direitos e garantias de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas, mas também diferencia a escuta especializada do depoimento especial, e ainda descreve a integração das políticas de atendimento. De forma complementar, o Decreto nº 9.603/2018 (Brasil, 2018b) vem regulamentar a Lei nº 13.431/2017 e prevê ações e políticas avançadas ao SGD.

Sobre esse Sistema de Garantia de Direitos, tanto a Lei nº 13.431 (Brasil, 2017), quanto o Decreto nº 9.603 (Brasil, 2018b) dividem os organismos, pertencentes ao SGD, em cinco grandes instâncias ou áreas: saúde, assistência social, educação, segurança pública e justiça. Essas instâncias integram os eixos de promoção, controle e defesa dos direitos das crianças e adolescentes e é previsto que o trabalho seja realizado de forma articulada, integrada e coordenada, garantindo os cuidados necessários para as crianças e adolescentes (Brasil, 2018b).

De acordo com o Decreto nº 9.603 (Brasil, 2018b), em relação à saúde, destaca-se a existência dos três diferentes níveis de atenção: primário, secundário e terciário. Eles devem atuar de forma complementar e ampliada, garantindo o acolhimento, o atendimento multiprofissional, o tratamento especializado, a notificação e o encaminhamento para o restante da rede de proteção, sempre que necessário. Já na assistência social, tanto no âmbito da proteção social básica quanto especial, os serviços disponíveis deverão atuar nos contextos de vulnerabilidade das crianças e adolescentes e de suas famílias, também de forma preventiva, fortalecendo a capacidade protetiva das famílias. No âmbito educacional, o Decreto nº 9.603 prevê o acolhimento às crianças e adolescentes, bem como o fornecimento de informações necessárias sobre direitos e procedimentos de comunicação ao Conselho Tutelar (CT) ou às autoridades policiais.

De forma complementar, a instância educacional deve se responsabilizar pelo encaminhamento da criança ou adolescente para outra instituição do SGD quando necessário.

A segurança pública se responsabilizará pelo registro da ocorrência policial, bem como as perícias, quando necessárias, ainda que as crianças ou adolescentes estejam desacompanhados. A busca pelas informações deverá ser ampliada para as pessoas que acompanham a criança ou o adolescente de forma que estes sejam sempre preservados. Na justiça, por sua vez, seja em varas ou juizados especializados, ou não, deverá ocorrer o “julgamento e a execução das causas decorrentes das práticas de violência” (Parágrafo Único do Art. 23, Lei nº 13.431, Brasil, 2017).

Outra instância de extrema relevância no SDG são os organismos de atuação da sociedade civil, que, no Decreto nº 9.603, são citados com a função de “articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento” (Inciso I do Art. 9º, Brasil, 2018b). Dentre as instâncias da sociedade civil, é preciso mencionar o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, criado em 2000 com o intuito de articular e monitorar, juntamente com as demais instituições que formam o SGD, a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Brasil, 2013). Além do Comitê Nacional, há o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que é a instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas da infância e da adolescência (Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos, 2018), formado por representantes do governo e também da sociedade civil. Dentre os representantes da sociedade civil, destaca-se a Organização Não Governamental (ONG) CECRIA (Centro de Referência de Estudos e Pesquisas sobre Criança e Adolescente), criada em 1994 no

âmbito do DF (Prosas, 2021), e pela Rede Ecpat Brasil, uma instância nacional de organizações civis, existente desde 1997.

As mudanças em termo de legislação podem impactar para além de um nível administrativo e de gestão, promovendo mudanças nas práticas e intervenções. Uma alteração em termos de legislação ocorreu com a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, criada em 2003, pelo governo federal, na gestão do então presidente da república Luis Inácio Lula da Silva. Há época, a Comissão era composta por 20 ministérios e 12 parceiros da sociedade civil (Brasil, 2013). Eram previstas estratégias de enfrentamento à violência, a promoção da intersectorialidade, a integração de políticas públicas e o estímulo à criação, expansão e manutenção das redes de enfrentamento a violência (Brasil, 2007; Verdélio, 2020). Com a mudança do governo federal em 2019, na gestão do presidente Jair Messias Bolsonaro, a Comissão Intersetorial perdeu força com a interrupção de seus encontros, discussões e articulações e, além da redução no número de membros da sociedade civil (Brasil, 2021).

As ações de enfrentamento à VS avançam de forma vanguardista no Brasil, uma vez que já em 2000 o país apontava para um avanço significativo com a criação do primeiro Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. Nessa primeira década dos anos 2000 foram vários progressos, dentre eles a revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes (Brasil, 2013). Apesar da previsão de que as ações do novo Plano fossem implementadas até 2020 e de que decenalmente fossem feitas revisões (Brasil, 2013), tais ações não ocorreram em 2020 e apenas em 2021 foram decretadas novas medidas.

No Decreto nº 10.701/2021 (Brasil, 2021) foi instituído o Programa Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, que tem, em seus objetivos

específicos, ações mais voltadas ao SGD e ao fortalecimento de suas instituições. A complexidade do SGD das crianças e dos adolescentes se dá pela necessidade de atuação de forma integrada de vários organismos e instituições que têm ações, funções e objetivos diversos. A temática da violência, no entanto, requer que de fato sejam implementadas políticas nas mais variadas instâncias, de forma a atender integralmente as vítimas ou testemunhas de violência, bem como seus familiares.

Outro aspecto que compõe esse complexo cenário do SDG é a própria diversidade existente no território brasileiro. Ou seja, ainda que haja previsão de ações e políticas para serem nacionalmente executadas, cada estado, cidade, município, ou o próprio DF apresentam idiossincrasias importantes que irão influenciar a forma como tais políticas serão executadas.

Isso quer dizer que, ainda que seja previsto pelo ECA (Brasil, 1990), pela Lei nº 13.431 (Brasil, 2017) e pelo Decreto nº 9.603 (Brasil, 2018b) o oferecimento de tratamento especializado na instância saúde não há uma instituição especializada para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência em todo território nacional, por exemplo. De forma igual, não existem Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) em todos os municípios, ou varas judiciais especializadas, ou mesmo a presença de CTs em todo e qualquer município brasileiro. O cenário é ainda mais complexo quando se leva em consideração que a existência das mesmas instituições em diferentes estados, municípios ou no DF, não sinaliza para a mesma forma de atuação, ou o número e a expertise dos profissionais, o oferecimento de capacitações, etc.

### **Os Meninos (Poli)vítimas**

O cenário de precariedade, descrito anteriormente, no oferecimento de serviços e atendimentos que busquem o bem-estar biopsicossocial das crianças e adolescente é

restrito, mas ainda maiores são as limitações no contexto dos meninos que passam por (poli)vitimizações. Para iniciar a discussão sobre esse cenário, retomo alguns aspectos importantes a respeito da socialização de crianças e adolescentes do gênero masculino.

Ainda que os padrões de gênero estejam sempre em movimento e mudança e que para cada sociedade, cultura e período histórico eles sejam distintos (Connell & Pearse, 2015), o recorte feito aqui é de uma socialização ocidental de meninos e que estipula como padrão o que Connell definiu, em 1987, como masculinidade hegemônica (Connell, 1987). A partir desse conceito, a autora aponta uma estrutura social de dominância global dos homens sobre as mulheres, mas constrói o termo de forma relacional com outros padrões de masculinidades e também em relação às mulheres. Dessa forma, Connell não considera que hegemonia se relaciona com total dominância cultural, mas compreende a existência de outras masculinidades, que poderiam ser denominadas *alternativas* e que nem mesmo possuem definições claras. Ainda que exista uma imagem masculina que poderia representar esse padrão hegemônico – muitas vezes exposto em filmes, personagens, lendas e histórias –, essa figura não representa a maioria dos homens, embora muitos deles endossem e colaborem para a manutenção dessa imagem.

A existência de um padrão de masculinidade hegemônica não é também assumida como um construto posto e imutável (Connell, 2005). Por ser compreendido de forma relacional, entende-se que é também fruto de um sistema de relações de gênero. Esses sistemas, por sua vez, também estão inseridos em macrossistemas sociais que constantemente passam por transformações. Ao longo dos três volumes do livro *História da Virilidade* (Corbin et al., 2013; Courtine et al., 2013; Vigarello et al., 2013), são expostos diversos momentos e formas com que a virilidade se manifestou: das



virilidades gregas, passando pelos romanos, clérigos, virilidade militar e operária e, enfim, as virilidades esportivas e as suas imagens e fantasmas da contemporaneidade.

Os atributos e as características do que fazem um homem ser *de verdade* mudam ao longo do tempo, assim como as características que são valorizadas em determinado momento histórico. O fator em comum é a ideia de poder e dominação diante de outros grupos – incluindo os homens que não performam o padrão hegemônico em vigor, e todos os grupos de mulheres. Em relação às crianças e adolescentes, Baubérot (2013) pontua a importância da família, dos grupos de pares, dos movimentos de juventude, das escolas, do trabalho e do quartel como importantes instituições e sistemas que participam da socialização dos meninos, encarregando-se de transmitir as atribuições, físicas e psíquicas, para que eles consigam então desempenhar o papel de *homem de verdade*, ao atingir a maturidade.

Na atualidade, a intersecção de classe econômica e social também interfere no valor que se dá à expressões da virilidade. Trabalhos manuais ou que exigem a força física, *bruta*, se distanciam de classes economicamente privilegiadas que são compostas cada vez mais por jovens adultos – ou o que o autor chama de pós-adolescentes (Baubérot, 2013). Esse grupo permanece cada vez mais tempo na casa dos pais, buscando diversificar suas experiências e aproveitar sua juventude.

O recorte de classe econômica é especialmente importante em países com um quadro de vulnerabilidade social como o do Brasil. De acordo com Baubérot (2013), a pressão que existe para que se exerça uma virilidade *tradicional*, marcada pela heterossexualidade, dentre tantas características, é especialmente marcante entre jovens que residem em bairros periféricos ou economicamente desprivilegiados. Isso porque se busca compensar a falta de reconhecimento social com a legitimidade de pertencimento a esse grupo masculino dominante.

Os estigmas e o preconceito que existem diante de meninos que não se encaixam nos padrões de virilidade tradicional – ou masculinidade hegemônica – não se restringem, no entanto, a crianças e adolescentes do gênero masculino em situação de vulnerabilidade. Assim, os meninos ditos efeminados são frequentemente alvos de *bullying* e violência pelos pares, pois são colocados em patamares inferiores (De Castro Filho, 2020), independentemente da classe social a que pertencem. Essa discriminação acontece mesmo entre os meninos efeminados que não são homossexuais, apontando para um cenário em que a exclusão social pode atacar mais a diversidade na performance de gênero do que a diversidade da conduta sexual (De Castro Filho, 2020).

Os riscos aos quais os meninos estão sujeitos não se restringem apenas aos pares ou ao contexto escolar, mas inclui também profissionais que acabam perpetuando mitos a respeito da masculinidade hegemônica e da, suposta, passividade feminina (Javaid, 2018). É um cenário que em parte se justifica pela falta de conhecimento que profissionais têm sobre estupro e vitimizações sexuais contra pessoas do gênero masculino e por isso é fundamental que sejam investidos esforços coletivos para que o cenário de quebra de tabus não seja apenas um compromisso individual (De Castro Filho, 2020).

A dificuldade que as crianças e adolescentes do gênero masculino têm para comunicar que passaram por uma situação de violência sexual parece passar pelo receio de se tornarem polivítimas, ainda que não haja essa intencionalidade ou clareza no uso do termo. Essa possibilidade – de com a revelação serem novamente vitimizados – é mais frequente para homens não brancos ou que não performam a masculinidade hegemônica, pois também o tratamento que é oferecido pelas equipes profissionais a esses homens tende a ser menos sensível e acolhedor (Javaid, 2018).

A existência de receio em homens adultos em procurar ajuda quando passam por uma situação de violência sexual alerta para o risco em potencial de que para crianças e adolescentes do gênero masculino essa dificuldade em pedir auxílio seja ainda mais presente. Rosa e Souza (2020) acrescentam a essa discussão, sobre o silenciamento de meninos, questões relacionadas à homofobia e misoginia. Isso porque, na sociedade atual, ainda são atribuídos às mulheres, pessoas não heterossexuais e não cisgêneros atributos de desqualificação e menor valor. Se os meninos são socializados neste contexto, tanto pela família, quanto pela escola e pela própria comunidade, mídias sociais, etc, eles também receiam serem vistos nessas categorias compreendidas como inferiores – qualquer uma que não a da masculinidade hegemônica.

No entanto, a complexidade das vitimizações a que os meninos estão sujeitos não se limita à VS, com estudos já apontando para um cenário em que os meninos são mais polivítimas do que as meninas (e.g., Finkelhor, Ormrod, & Turner, 2009; Oliveira et al., 2014). Mais uma vez o viés de gênero participa desse cenário, pois nota-se também alguma diferença em relação aos tipos de violência a que eles e elas estão mais sujeitos.

Negriff et al. (2015), por exemplo, encontram como resultado de sua pesquisa com 454 adolescentes estadunidenses – sendo 241 do gênero masculino – que a violência física e a negligência foram mais comuns para eles, em contraste com a violência sexual e emocional para elas. Já Pereda et al. (2014), em estudo na Espanha com 1107 adolescentes – sendo 590 do gênero masculino –, encontraram taxas mais altas para eles do que para elas no que se refere aos crimes convencionais. Os crimes convencionais foram definidos de acordo com o JVQ (Finkelhor, Hamby, et al., 2005) e incluem roubo, assalto à mão armada e sequestro.

No Brasil, dados recentes do Atlas da Violência 2021 (IPEA, 2021) apontam para a manutenção de um cenário ao longo dos anos em que mais de 90% das vítimas de

homicídio no país são jovens do gênero masculino. Novamente, o contexto em que os meninos são socializados, que reforça e reproduz comportamentos de agressividade e violência, é evocado para auxiliar na compreensão e justificativa deste cenário. Percebe-se, portanto, a complexidade e a diversidade, atual ou em potencial, a que as crianças e adolescentes do gênero masculino estão expostos em termos de polivitimizações.

Com a descrição desse cenário, a proposta desta tese é de, por meio de uma pesquisa qualitativa, ampliar e aprofundar a compreensão acerca da polivitimização de meninos vítimas de violência sexual. Para isso, foi feito um recorte no contexto de atendimentos em serviços públicos do DF, a partir de uma perspectiva multimétodos, detalhada a seguir. De forma inicial, importa dizer que o movimento circular e dialógico entre o aporte epistemológico e teórico e as diferentes perspectivas metodológicas são percebidos como fundamentais para abarcar a complexidade que o fenômeno estudado requer.

### **Referencial Teórico-Epistemológico**

#### **Epistemologia Sistêmica Novo-Paradigmático**

O significado adotado para epistemologia nesta tese baseia-se na construção de Esteves de Vasconcellos (2003) que coloca como semelhante os termos epistemologia e paradigma, apontando para uma forma de pensar e compreender o mundo. Essa visão de mundo representa o conjunto de regras que nos moldam e influenciam também nossas ações e padrões comportamentais. Como consequência, também pode impedir que se aceitem novas ideias, aparentemente dissonantes da visão de mundo adotada por um determinado grupo, ou por nós mesmos.

Na ciência, diferentes visões de mundo foram defendidas ao longo dos séculos, influenciando a forma de se fazer ciência e, de maneira recursiva, a própria compreensão que se tinha sobre o que é ciência. Esteves de Vasconcellos (2003) traça a trajetória do

desenvolvimento do conhecimento científico, desde o pensamento dos gregos, com o salto dos mitos para a razão, passando pelo pensamento do homem medieval e então chegando ao homem moderno. Com a modernidade, concentram-se esforços na identificação de causalidade e finalidade nos fenômenos, privilegiando a evidência da experiência ou do princípio empírico (Esteves de Vasconcellos, 2003).

Como paradigmas dessa ciência tradicional, pode-se resumir entre os pressupostos da simplicidade, da estabilidade e da objetividade. Compreende-se que existe uma realidade, independente de quem a observa, e que para os fenômenos poderiam ser feitas previsões, classificações, traçar leis gerais e analisá-lo de forma neutra, impessoal. Ainda que continue intensa na atualidade, a ciência tradicional passa a ganhar visões alternativas e ceder espaço para compreensões de ciência que têm como características o acaso, a contradição, as múltiplas verdades e o não-reducionismo.

Esteves de Vasconcellos (2003) defende a emergência de um novo paradigma da ciência contemporânea, ou um pensamento sistêmico. Para a autora, há uma compreensão de que novo paradigmático é o(a) cientista/profissional que conseguiu superar os paradigmas da ciência tradicional, e tenha assumido três novos pressupostos epistemológicos que compõem sua nova visão de mundo (Esteves de Vasconcellos, 2012), são eles: (1) a complexidade, (2) a instabilidade, e (3) a intersubjetividade.

É uma epistemologia que nos implica e que só é possível no relacionar de forma recursiva esses três pressupostos. Ainda que existam autores que sejam reconhecidos como referências para cada um desses pressupostos (e.g., Morin, 1996, 2005) para a Epistemologia da Complexidade), Esteves de Vasconcellos (2012) defende que não faz sentido, em um novo paradigma científico, pensar ou assumir esses pressupostos individualmente. Alega, ao contrário, a integração entre os três, preservando suas diferenças.

Enquanto pressuposto da complexidade, somos provocados a romper com uma lógica dicotômica e de uma atitude *ou – ou*, para assumir as contradições, paradoxos e uma atitude *e – e*. No âmbito da PvCA, por exemplo, a complexidade comparece quando defendemos um olhar para crianças e adolescentes do gênero masculino que tenham sido vítimas de VS *e* de violência física; ou quando admitimos a possibilidade de um adolescente ter sido, ao mesmo tempo, vítima *e* ofensor sexual. Assumir o pressuposto da complexidade torna sem sentido o estabelecimento de uma síntese de ideias, pois, na verdade, nos impulsiona a ampliar o foco da observação, promovendo uma postura sempre dialógica, capaz de unir conceitos que tradicionalmente seriam opostos ou considerados antagônicos (Esteves de Vasconcellos, 2003).

Com o pressuposto da instabilidade, rompemos com uma compreensão de mundo estável, que assume a ordem como regra geral, em que os fenômenos devem permanecer em equilíbrio, previsíveis e controláveis. Não são desconsideradas as relações e fenômenos que podem se beneficiar de um olhar experimental e quantificável, mas a ideia é romper com uma compreensão única da realidade, e reconhecer os amplos processos de auto-organização, admitindo o não controle sobre os mesmos. Recorrer ao pressuposto da instabilidade é assumir, assim, a possibilidade de caos diante do fenômeno PvCA, mas acreditar também na possibilidade de sua transformação contínua, em que, a partir da desordem, podem surgir formas alternativas (Esteves de Vasconcellos, 2003).

Por fim, o pressuposto da intersubjetividade desafia a ideia de que é possível representar a realidade ou observá-la de forma independente. Deixa-se, inclusive, de acreditar na existência de uma realidade *a priori*. Com a intersubjetividade, qualquer observação ou conhecimento implica a ou o observador e, desta forma, privilegia-se uma ideia de constante co-construção e interrelação entre as partes de um fenômeno ou

sistema. Trazer como foco as diferentes facetas, por exemplo, da PvCA, é vantajoso e enriquecedor, pois inclui a pluralidade de perspectivas para as e os profissionais – incluindo a equipe de pesquisa – , para as polivítimas e para seus familiares.

Sobre a nomenclatura, Esteves de Vasconcellos (2012) defende que o uso do termo *sistêmico novo-paradigmático* seja importante no momento atual, ainda de transição nas visões de mundo e de ciência. No entanto, para a autora é um termo redundante, pois assumir um *pensamento sistêmico* ou uma *epistemologia sistêmica* já deveria dar conta da integração e recursividade no uso e introjeção dos três pressupostos apresentados.

### **Teoria Sistêmica**

A ampliação da consideração de sujeitos únicos para uma compreensão relacional foi um dos grandes saltos e avanços que caracterizou o início da Teoria Familiar Sistêmica. Muitas foram as influências e referências que contribuíram para o surgimento e desenvolvimento de uma abordagem psicológica que, desde o princípio, valorizou compreensões e saberes multidisciplinares, como a biologia, o serviço social, a antropologia, favorecendo diálogos amplos e perspectivas plurais (Grandesso, 2011).

Dois principais autores que merecem destaque na trajetória inicial da teoria sistêmica não são psicólogos: Ludwig Von Bertalanffy, biólogo, Norbert Wiener, matemático (Esteves de Vasconcellos, 2003). Foi a partir deles e de suas respectivas Teoria Geral dos Sistemas e Teoria Cibernética que a teoria sistêmica se enraizou, ganhando dimensões, flores e frutos desde então. Além deles, são muitas autoras e autores, teóricos e escolas sistêmicas que poderiam ser citadas (e.g., Comunicacional, Estratégica, Estrutural, Sistêmico de Milão, etc). Fazer um apanhado dessas diferentes abordagens, contextualizando-as e apontando suas trajetórias é uma tarefa que já foi muito bem conduzida por outras autoras (e.g., Costa, 2010; Gomes et al., 2014) e, por

isso, não será aqui novamente realizada. Considera-se, porém, importante retomar alguns conceitos e pressupostos teóricos que fornecem uma base interpretativa importante para o material analisado nesta tese.

O primeiro conceito sistêmico significativo é exatamente o de sistema que, dentre tantas definições, pode ser compreendido como um conjunto de partes ou elementos que se conectam, interagem e se relacionam. Sendo assim, podemos falar de sistemas com as mais variadas características e elementos (e.g., sistemas do corpo humano, sistemas sociais, sistemas elétricos, etc). Mais especificamente sobre a família, Minuchin et al. (2009) entende que ela também é um sistema, pois é uma totalidade organizada em que seus membros funcionam de maneira que extrapola suas individualidades, atuando em relação.

A relação é a unidade fundamental que passa a ser privilegiada na compreensão sistêmica. Retira-se o foco dos indivíduos, e expande-se, buscando ver o todo que, inclusive, vai para além da família e inclui os macrossistemas dos quais ela faz parte (e.g., sistemas institucionais, sistemas sociais, sistema linguístico). Sluzki (1998), inclusive, nos lembra que, enquanto terapeutas sistêmicos, vemos e tratamos a família enquanto unidade, instituição e sistema, pois somos especialistas em vê-las. Com isso em mente, é necessário cuidado para não reproduzir com os sistemas familiares a postura que se tinha com os indivíduos anteriormente: retirando-os de contexto e pensando-os isoladamente.

Além do conceito de sistema, mencionamos os núcleos mais restritos, os subsistemas, formados por grupos menores de membros da família e que têm funções e relações mais restritas (e.g., subsistema conjugal, subsistema parental, subsistema fraternal). Entre os subsistemas e o sistema familiar mais amplo estão as fronteiras, que impõem os limites de atuação e de características entre os indivíduos. Há fronteiras



difusas, claras, emaranhadas e todos versam sobre a forma como os membros se relacionam entre si e com os sistemas extrafamiliares (Nichols & Schwartz, 2007).

O conceito de circularidade também simboliza outra mudança da teoria sistêmica, pois fala exatamente da interação que acontece entre os componentes de um sistema de forma bilateral (Grandesso, 2011). Assim, tem-se uma compreensão de influência mútua e circular entre os indivíduos de uma família e sua própria família, da família com a sociedade que faz parte, da sociedade com as famílias, etc. As famílias<sup>2</sup> são compreendidas, portanto, como sistemas abertos, que fazem, e recebem, trocas contínuas com os ambientes e outros sistemas que as cercam.

Com a evolução das abordagens sistêmicas, houve diferenciações em termos do que se destaca, tendo a própria figura da/o psicoterapeuta se transformado ao longo do tempo. Se antes, em abordagens mais tradicionais (e.g., Estratégica e Estrutural), havia uma compreensão da necessidade de a/o psicoterapeuta se manter neutro/a em relação ao sistema familiar, atualmente há uma compreensão de que a subjetividade de a/o psicoterapeuta faz parte do sistema familiar, não sendo mais destinado a esta figura ser mero observador(a), mas sim integrar e participar daquele sistema (ver Schnitman, 1996 para exemplos Pós-Modernos). Até mesmo autores do início da Teoria Sistêmica, como Salvador Minuchin e Maurizio Andolfi, atualizaram alguns entendimentos ao longo do tempo (Andolfi, 2018; Minuchin et al., 2009).

Seguindo uma tendência também de outras áreas do saber, como a física, abre-se mão de uma compreensão, ilusória, de certeza e verdade única, passando a compreender a relação terapêutica como um processo de conhecimento e desenvolvimento de todas as partes – familiares e psicoterapeuta/o –, pois todos/as participam ativamente do processo

---

<sup>2</sup> Mencionadas no plural numa intenção de abarcar toda e qualquer configuração familiar, sem a consideração de uma estrutura ou tipo único de família.

de compreensão, construção e (re)criação de narrativas, histórias familiares e significados (Andolfi, 2018). A perspectiva de ampliação e contextualização também caracteriza a teoria sistêmica que, principalmente com Sluzki (1998), apresenta o sistema de redes e seus vários membros, seus vários atributos e suas várias funções.

Assumir como base a epistemologia sistêmica novo-paradigmática e a teoria sistêmica, com seus conceitos, tradicionais e em transformação, nos possibilita observar, compreender, e construir conhecimento para além do *setting* terapêutico. Inclui-se também a produção científica e o contexto acadêmico, como é o caso desta tese, sobre a polivitimização contra crianças e adolescentes do gênero masculino. Ainda que os três pressupostos novo-paradigmáticos representem um desafio a um modo de pensar e fazer ciência humana e psicológica, compreendemos que são pressupostos e conceitos que valorizam os contextos e, assim, a produção de conhecimento de um fenômeno que, mesmo não sendo novo, carece de informações com as especificidades do Brasil. Essa é a tese central desta pesquisa: compreender e conhecer o fenômeno, em e com seu contexto, é um passo fundamental, mais importante, ou até anterior, à criação de uma intervenção, de um protocolo ou de um método para agir diante da PvCA.

Por isso, levando em consideração o objetivo amplo desta pesquisa e, ao mesmo tempo, toda sua complexidade, assumimos que a escolha teórico-epistemológica que fazemos é, inédita, mas acertada. Com essa base, optamos por abrir mão de um lugar de observadora *neuta* que vai a campo *obter* a Verdade, mas buscamos encarar um papel de pesquisadora pertencente, com subjetividade, dúvidas e paradoxos e que, também por isso, participa ativamente da construção e compreensão de conhecimentos.

## **Objetivos**

### **Objetivo Geral**

O objetivo geral desta tese é compreender o fenômeno polivitimização de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual do gênero masculino na perspectiva das polivítimas, de seus familiares e de profissionais do SGD.

### **Objetivos Específicos**

- (1) Compreender como o fenômeno PvCA é visto por diversos atores implicados no fenômeno: polivítimas, familiares de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e profissionais;
- (2) Compreender como os diversos atores implicados no fenômeno percebem a PvCA do gênero masculino;
- (3) Compreender como se dá o fluxo de inserção na rede social de crianças e adolescentes polivítimas do gênero masculino;
- (4) Compreender quais e como são as possibilidades de auxílio e intervenção para as polivítimas do gênero masculino.

## Capítulo II

*“A vida é como uma partitura complexa, pensa Tsukuru. Ela está repleta de semicolcheias e fusas, com muitos códigos esquisitos e anotações ininteligíveis. É um trabalho árduo decifrá-los corretamente e, mesmo conseguindo fazer isso e conseguindo convertê-los em sons corretos, nem sempre o significado contido neles será compreendido e reconhecido pelas pessoas.”*

Haruki Murakami – “O incolor Tsukuru Tazaki e seus anos de peregrinação”

### Método

#### Pesquisa Qualitativa Multimétodos

A pesquisa qualitativa pode ser metaforicamente compreendida como um amplo guarda-chuva, que abarca diversas possibilidades de pensar, compreender e construir conhecimento sobre os fenômenos. Mesmo que ainda existam desafios no seu reconhecimento enquanto método confiável (Costa & Lordello, 2019), é uma forma de fazer ciência cada vez mais consolidada, que privilegia o processo como ideia central (Guest et al., 2014) e que permite a inclusão de uma variedade de abordagens, com manejo e técnicas múltiplas para serem utilizadas na coleta e análise das informações<sup>3</sup>. Independentemente de quais sejam, é interessante que, de alguma forma, as abordagens, pressupostos epistemológicos e teóricos se relacionem com características da pesquisa qualitativa (Clark & Braun, 2013).

Algumas dessas características, coerentes com o aporte epistemológico sistêmico novo-paradigmático utilizado nesta pesquisa, são: (1) inexistência de uma verdade única, com a possibilidade de se ter conhecimento e compreensões diversas sobre o mesmo fenômeno, neste caso a PvCA; (2) relevância que o contexto tem para a pesquisa, sem que seja possível fazer análises e compreensões de forma isolada ou ainda generalista, por isso sendo relevante uma ampla descrição do contexto social, histórico e cultural em que a pesquisa foi desenvolvida; (3) recusa em considerar o ou a pesquisadora como

---

<sup>3</sup> Optou-se por trocar o termo “dados” por “informações”, tanto no procedimento de coleta quanto de análise, na tentativa de se afastar de uma compreensão de que dados são existentes *a priori*.

agentes neutros e que poderiam compreender o fenômeno de forma objetiva, admitindo, portanto, a existência da subjetividade também do ou da pesquisadora.

Na condução desta pesquisa sobre PvCA, a principal ferramenta metodológica utilizada foi a Análise Temática, método que prevê a inclusão de diferentes abordagens teóricas, com possíveis variações em termos de estrutura e premissas. Nesta pesquisa, foi feita a escolha pela utilização da proposta das autoras Braun e Clarke (2006), que mais recentemente atualizaram seu método, definindo-o como Análise Temática Reflexiva (ATR) (Braun, Clarke, Hayfield, et al., 2019b; Braun & Clarke, 2019, 2020; Clarke & Braun, 2018). Os principais aspectos que, ao mesmo tempo em que caracterizam a ATR, também a diferencia de outras abordagens que utilizam os conceitos de temas ou códigos, são a consideração do papel ativo da ou do pesquisador(a), considerando sua subjetividade como um recurso; e a diferenciação entre os termos *temas* e *códigos* (Braun, Clarke, Hayfield, et al., 2019).

Para Braun e Clarke (2006, 2013, 2019), o processo de análise é o âmbito que merece destaque e que precisa também ser amplamente discutido e refletido, com registros e compartilhamentos desses processos. Desta forma, o conhecimento é construído de forma orgânica e recursiva, com as reiteradas idas e vindas durante as etapas de análise, mas com a marcação do posicionamento feito pelo(a) pesquisador(a) durante o processo de análise e construção do conhecimento: o que ocorreu ao longo das etapas? De qual contexto parte o(a) pesquisador(a)? Qual a história que se quer contar a partir daquelas informações? (Braun, Clarke, & Hayfield, 2019).

Embora a ATR se apresente como uma proposta metodológica flexível, que admite diferentes epistemologias e pressupostos teóricos (Clarke & Braun, 2014), há uma defesa de que a ATR evite noções positivistas de interpretação de dados e, com isso, tenha seu uso favorecido em pesquisas com abordagens pós-modernas (Byrne,

2021). Neste sentido, compreendemos que a escolha pela epistemologia sistêmico novo-paradigmática (Esteves de Vasconcellos, 2003), e todos seus pressupostos que abraçam a subjetividade do(a) pesquisador(a), sua criatividade e capacidade reflexiva são coerentes com esta proposta metodológica (Braun & Clarke, 2006).

A característica de flexibilidade da ATR também recai sobre as próprias etapas do método, pois, mais do que privilegiar a execução rígida das etapas da ATR, são é valorizada a consideração dos contextos e das teorias utilizadas, priorizando o engajamento reflexivo com as informações e o processo de análise (Braun & Clarke, 2019). Essa flexibilidade prevista na ATR (Braun & Clarke, 2006, 2019, 2020) admite a utilização e mistura de outras ferramentas qualitativas, desde que esse *mashup* seja compatível e deliberadamente apresentado (Braun & Clarke, 2019), como está sendo feito nesta pesquisa multimétodos.

Juntamente com o eixo central proposto pela ATR, foram consideradas e utilizadas algumas premissas de outras perspectivas metodológicas, a fim de enriquecer a compreensão sobre o fenômeno PvCA. Essa opção é bem-vinda dentro da perspectiva qualitativa (Guest et al., 2014) que não nega a existência de diferenças e contradições, mas as percebe de forma profícua, favorecendo a compreensão de fenômenos complexos e invisibilizados, como é o caso da PvCA.

A valorização da subjetividade de todas as pessoas envolvidas no processo de pesquisa foi uma dessas premissas, amplamente discutida na proposta metodológica construtivo-interpretativa de González-Rey (2005; 2010). Além dessa, outras premissas deste autor que foram aqui consideradas sobre a pesquisa qualitativa foram: (1) a perspectiva de construção de novos pensamentos, compreensões e teorias a respeito de fenômenos, ao invés de simplesmente partir de compreensões previamente existentes de forma inquestionável, (2) valorização dos encontros entre pesquisador(a) e indivíduos

pesquisados, uma vez que é nessa interação que são construídos sentidos e significados acerca de um fenômeno, com a presença da subjetividade de ambos (González-Rey, 2005, 2010).

Ainda, privilegamos a premissa de horizontalidade entre teoria e contexto acadêmico com a prática e o contexto de atuação de ponta, características privilegiadas em propostas metodológicas de pesquisa-ação (Dionne, 2007) e de pesquisa clínicas (Levy, 2001). Ainda que este trabalho não se defina como uma pesquisa-ação puramente, já que não traz em seus objetivos a execução de uma ação prioritariamente interventiva, com marcados objetivos terapêuticos ou clínicos, foi valorizada a dimensão de aproximação entre os contextos acadêmico e prático, sem que houvesse a primazia ou o poder de um para o outro (Levy, 2001). Da mesma forma, também foi valorizado o potencial reflexivo e de mudanças em cada participante ao longo das etapas da pesquisa. Assim, a participação nesta pesquisa possibilitou a ocorrência de ações com potencialidade de mudanças tanto individuais, mas também mudanças nos contextos institucionais e profissionais cujos participantes faziam parte.

Consideramos que privilegiar as semelhanças e coerências entre essas ferramentas qualitativas é uma maneira de contribuir para a proposta e o objetivo desta pesquisa sobre PvCA, enriquecendo a compreensão sobre o fenômeno. Para todas elas, por exemplo, valoriza-se o papel do(a) pesquisador(a) de forma ativa em todos os processos e etapas de pesquisa, compreendendo que o contexto, a formação e o conhecimento acadêmico, as suposições teóricas, os grupos de referência, os gostos intelectuais, o próprio lugar social e cultural, as experiências e as vivências da ou do pesquisador(a) influenciam todo a produção de conhecimento. Tal influência começa logo na escolha do fenômeno a ser pesquisado, passa pela deliberação de quais instrumentos de pesquisa utilizar, e chega até a construção das informações e de novos

conhecimentos. Por isso, não é possível assumir uma postura ingênua de que a ou o pesquisador(a) *deu voz* aos participantes ou fez os temas *emergirem* (Braun & Clarke, 2006).

Outro aspecto valorizado nesta pesquisa foi uma postura por vezes denominada como *aproximação ao campo* (Dionne, 2007; González-Rey, 2010) e que versa sobre a forma com a equipe de pesquisa se insere no contexto da pesquisa, buscando favorecer a aproximação entre pesquisadores e participantes e contribuindo para a vinculação e construção do conhecimento de forma horizontal (Dionne, 2007). Também é um momento para as e os participantes entrarem em contato com o fenômeno a ser pesquisado, percebendo-o como relevante e que necessita de maior aprofundamento (González-Rey, 2010).

Ao utilizar premissas de métodos distintos, ainda que com a ATR como eixo central, esperamos fortalecer a perspectiva de construção de conhecimento de um fenômeno ainda caracterizado, especialmente no Brasil, por uma produção acadêmica escassa e restrita. Levando em consideração tal momento, compreendemos como enriquecedora a utilização de abordagens que afins, que consideram o contexto e que buscam abarcar a complexidade e possíveis ambiguidades que o fenômeno da PvCA possa apresentar.

### **Contextualização**

Os meninos vítimas de VS no Brasil são amparados pelo SGD, que inclui a ação e participação de diversas instituições e serviços, em sua maioria, públicos. A porta de entrada desses meninos que sofreram VS, ou seja, os primeiros lugares a receberem a notícia de ocorrência de uma violência não se restringem a uma instituição, podendo ser a escola, o CT, os Hospitais ou Unidades Básicas de Saúde (UBS), Delegacias, ou mesmo o Disque 100. São instituições e serviços de diferentes naturezas e funções que,



embora tenham como objetivo proteger e/ou responsabilizar, também assumem a função de inserir os meninos vítimas de VS em um fluxo de atendimento. Embora haja previsão legal, com alcance nacional, para a política de proteção integral a crianças e adolescentes, a operacionalização de tal fluxo de atendimento pode variar de estado para estado no território brasileiro. Neste trabalho, esse fluxo será abordado no cenário atual do DF.

De acordo com os últimos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) (CODEPLAN, 2018)<sup>4</sup>, a população do DF é de 2.881.854 habitantes, que se dividem em 33 regiões administrativas (RAs). Tais regiões apresentam características bem distintas entre si, com a estimativa populacional variando de 1.549 habitantes da RA SIA (Setor de Indústria e Abastecimento), por exemplo, até 432.927 habitantes na RA Ceilândia. Além das diferenças em relação ao número de habitantes, também no DF a desigualdade socioeconômica da população é muito alta, com a renda per capita variando de R\$ 527,34 reais para os habitantes da RA SCIA (Setor Complementar de Indústria e Abastecimento), que compreende a Estrutural e a Chácara Santa Luzia, até R\$ 8.322,80 para os habitantes da RA Lago Sul (CODEPLAN, 2018).

Salienta-se ainda que, por não se enquadrar como estado e nem como município, o DF funciona de maneira particular em relação aos outros 26 estados da federação. Não há, por exemplo, a figura do(a) prefeito(a) ou de vereador(a), uma vez que as RAs não funcionam de forma análoga aos municípios. Cabe, portanto ao GDF fazer a gestão de todo o DF, com o auxílio da atuação de um(a) administrador(a) regional para cada uma das 33 RAs, além dos secretários responsáveis pelas diversas pastas existentes.

---

<sup>4</sup> Está em andamento, desde maio de 2021, nova PDAD, com previsão para finalização e divulgação dos dados ainda em dezembro de 2021.

A existência de tais particularidades se mostra presente não apenas na operacionalização de como as instituições e serviços funcionam e se organizam, mas também nas diferentes formas com que tais instituições e serviços são geridos, incluindo, por exemplo, a própria questão dos repasses financeiros. Para algumas instituições e serviços no DF a responsabilidade pelo repasse é federal – como no TJDF e no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) –, e para outras a responsabilidade é distrital – como as políticas de saúde e assistência social.

Além de apresentar informações contextualizando o local onde esta pesquisa foi conduzida, também é oportuno apresentar informações a respeito da pandemia de Covid-19. As etapas de coleta e análise das informações desta pesquisa, além da escrita do texto final da tese, ocorreram durante a pandemia, declarada pela OMS em 11 de março de 2020 (OPAS & OMS, n.d.). Desde então, muitas medidas com intuito de prevenir a propagação do vírus foram tomadas em todo o mundo, tendo sido priorizadas, especialmente no início da pandemia, ações de isolamento e distanciamento social (Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, n.d.).

Com isso, a fim de garantir maior proteção tanto dos meninos e familiares, como das e dos profissionais participantes e pesquisadores, as entrevistas foram conduzidas prioritariamente por videochamadas *on-line*. Os casos em que as entrevistas foram conduzidas presencialmente – Grupos 1 e 2 principalmente – se deram com os cuidados sanitários preconizados pelas agências e órgãos de saúde – como uso correto de máscaras apropriadas, distância de um metro e meio e locais arejados (Brasil, 2021), além de ocorrerem em momento em que o número de novos casos no DF estava em queda.

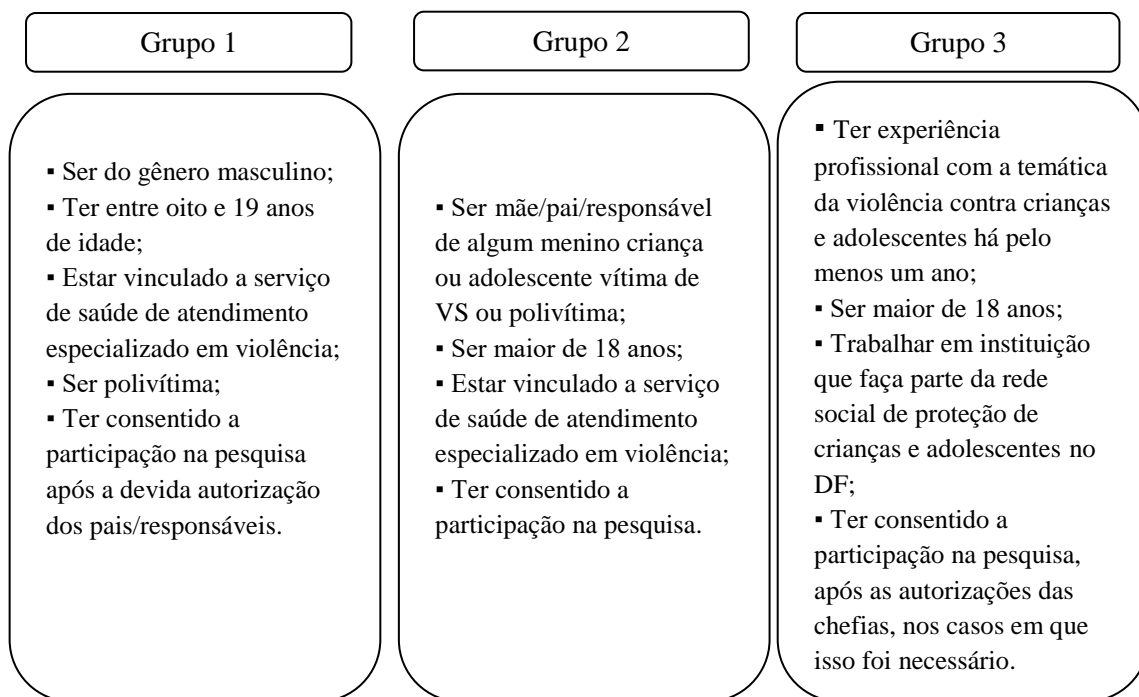
## **Participantes**

Por se tratar de fenômeno complexo e que tem, em suas expressões, a participação de atores diversos, buscamos incluir essa diversidade, dividindo-os em três grupos distintos. O Grupo 1 foi destinado aos próprios meninos polivítimas, o Grupo 2 foi destinado aos familiares, e o Grupo 3 foi destinado aos profissionais de instituições e serviços do DF que compõem a rede social de atendimento e proteção a crianças e adolescentes. A Figura 1 apresenta os critérios de inclusão por grupo de participante.

A presença de algum transtorno ou deficiência física, mental ou cognitiva foi o único critério de exclusão para o Grupo 1. Para o Grupo 2, a presença de um filho como participante do Grupo 1 desta mesma pesquisa foi critério de exclusão, a fim de evitar que possíveis agressores(as) dos meninos participantes desta pesquisa fossem também participantes do Grupo 2. Para o Grupo 3, o critério de exclusão foi não ter experiência com a VS, ou trabalhar há menos de um ano com essa temática. O total de participantes nesta pesquisa foi de 27 pessoas, sendo três pertencentes ao Grupo 1, três pertencentes ao Grupo 2 e 21 pertencentes ao Grupo 3. Abaixo, seguem informações mais detalhadas sobre as e os participantes de cada grupo.

**Figura 1**

*Critérios de Inclusão por Grupo de Participante<sup>5</sup>*



### **Grupo 1**

Primeiramente, ao citar as polivítimas nesta pesquisa, sempre estará sendo feita referência a uma vítima do gênero masculino que sofreu VS e ao menos algum outro tipo de violência. Com isso, não serão consideradas polivítimas que não tenham sofrido VS (e.g., menino que sofreu *bullying* na escola e maus tratos físicos em casa, mas nunca sofreu episódio de VS). Assim, ao longo desta tese, as menções à polivítima ou polivitimização sempre estará fazendo referência às polivítimas que tenham necessariamente sido vítimas de VS.

A Tabela 1 contém informações sociodemográficas e de características familiares a respeito dos participantes deste grupo. Sobre a vitimização sexual do G1\_P1, esta

<sup>5</sup> Considerou-se a classificação da OMS em termos etários, que define a adolescência até os 19. A idade de oito anos foi escolhida como mínima idade numa tentativa de facilitar os relatos e contato dos meninos com os instrumentos de pesquisa.

ocorreu quando ele tinha sete anos de idade e foi após revelá-la aos pais que ele foi agredido fisicamente pelo pai. Já o participante G1\_P2 sofreu VS por um primo aos seis anos e tem, ao longo de sua adolescência, relatos de vários outros episódios de violência psicológica e verbal, *bullying* e homofobia. O participante G1\_P3 tinha cinco anos quando sofreu VS por primo e ao longo de sua infância e adolescência sofreu violência psicológica por familiares.

**Tabela 1**

*Dados Sociodemográficos e Características Familiares dos Participantes do Grupo 1*

Participante	Idade (anos)	Raça	Com quem reside	Violências sofridas/autor(a)	Instituições que frequenta(ou)	Tempo de acompanhamento <sup>6</sup>
G1_P1	9	Branca	Mãe, pai e irmã (5 anos)	<b>Sexual/Prima (19 anos)</b> <b>Física/Pai</b>	CEPAV, Escola, CT, DPCA	3 meses
G1_P2	18	Branca	Mãe e pai	<b>Sexual/Primo adolescente; adultos desconhecidos</b> <b>Psicológica e verbal/Primo adolescente; pai e mãe; colegas da escola</b>	Escola, UBS, dois diferentes CEPAVs	1 anos
G1_P3	16	Branca	Mãe, pai e irmã (20 anos)	<b>Sexual/Primo adolescente</b> <b>Psicológica e verbal/Pai e mãe</b>	Escola, dois diferentes CEPAVs	1 ano e 6 meses

## **Grupo 2**

Apesar de este grupo ser destinado a familiares, as três participantes eram mães de meninos que sofreram VS e estavam em acompanhamento em serviço de saúde especializado em violência. Esses meninos não necessariamente eram polivítimas para minimizar as chances de que fossem convidados a participarem desta pesquisa familiares de meninos que já compunham o Grupo 1. As três participantes do Grupo 2 já sofreram episódios de violências: G2\_P1 e G2\_P2 foram vítimas de violência doméstica pelo genitor do filho, e tanto a participante G2\_P2 como G2\_P3 também têm histórico de

<sup>6</sup> Entre o acolhimento no CEPAV e a data da entrevista

violência em suas famílias de origem, tendo elas testemunhado agressão entre seus pais e também conflito com seus irmãos. A Tabela 2 apresenta as informações sociodemográficas das participantes do Grupo 2 e também da violência sofrida por seus filhos.

**Tabela 2**

*Dados Sociodemográficos das Participantes do Grupo 2 e das Violências Sofridas pelos seus Filhos*

Participante	Idade (anos)	Raça	Com quem reside	Violências sofridas pelo filho/autor(a)	Instituições que filho frequenta(ou)	Tempo de acompanhamento <sup>7</sup>
G2_P1	47	Parda	Filha, enteado e neta; filho, enteada e neto; filho e filho vítima (6 anos) e namorado	<b>Sexual e psicológica/</b> Filho da amiga (11 anos)	CEPAV, Pronto Socorro, DPCA, Escola, CT e IML	6 meses
G2_P2	35	Branca	Esposo, filha e filho vítima (10 anos)	<b>Sexual, psicológica, física e negligência/</b> Pai	CEPAV, Escola, DPCA, CT	5 meses
G2_P3	40	Branca	Filho vítima (10 anos), mãe e pai	<b>Sexual/Vizinho adolescente Física/Mãe</b>	CEPAV, DPCA, DCA, CT, Centro Integrado, IML e Escola	4 meses

### **Grupo 3**

O Grupo 3 foi composto por 21 profissionais da rede social de atendimento e proteção de crianças e adolescentes do DF que, para os fins desta pesquisa, foram divididos em sete grandes instâncias de acordo com suas áreas de atuação profissional, aqui apresentadas por ordem alfabética: (1) Assistência Social, (2) Educação, (3) Justiça, (4) Ministério Público, (5) Saúde, (6) Segurança Pública e (7) Sociedade Civil. A escolha por essas áreas de atuação tem respaldo na própria divisão que a Lei nº 13.431

<sup>7</sup> Entre o acolhimento no CEPAV e a data da entrevista

(Brasil, 2017) estabelece em relação ao SGD, diferenciando o Ministério Público (MP) da Justiça e colocando ambos como macroinstâncias, uma vez que o MP não pertence ao poder judiciário e atua de forma independente, ainda que participe dos processos e trâmites jurídicos (Ministério Público Federal, n.d.).

A Tabela 3 apresenta as principais informações profissionais a respeito das e dos participantes do Grupo 3. Ressaltamos alguns pontos: o profissional da Educação atuava, há época da entrevista, em um cargo de supervisor pedagógico de um Centro de Ensino Fundamental (CEF). Na categoria Justiça foram incluídos profissionais que trabalhavam tanto em serviços pertencentes à Secretaria de Justiça do Distrito Federal (SEJUS), quanto profissionais que trabalhavam no TJDF. Na categoria MP, ambas as promotoras entrevistadas compunham o Núcleo de Direitos Humanos (NDH) e tinham experiência com Promotorias de Justiça Criminal, embora no momento da entrevista apenas uma delas atuasse concomitantemente no NDH e em uma promotoria de justiça criminal. A outra promotora ocupava cargo de gestão no NDH.

Na categoria Saúde, foram entrevistados três profissionais, representando setores distintos: atenção primária, atenção secundária e um pronto socorro (PS) hospitalar. No setor Segurança Pública foram entrevistados seis profissionais, cinco pertencentes à Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) e um à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). As entrevistas com profissionais da PCDF foram divididas de acordo com seus locais de atuação: Delegacia Circunscricional, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e Instituto Médico Legal (IML). Das duas entrevistas realizadas com profissionais de Delegacias Circunscricionais, uma delas foi feita com um delegado e a outra com uma agente que trabalhava na Seção de Atendimento à Mulher (SAM).

**Tabela 3***Informações Profissionais das e dos Participantes do Grupo 3*

<b>Participantes</b>	<b>Área de Atuação</b>	<b>Formação</b>	<b>Local Atual de Trabalho</b>	<b>Tempo de Atuação no Local de Trabalho Atual</b>	<b>Atuações prévias/ Outras Experiências Profissionais</b>
G3_Sau01	Saúde	Psicologia e Artes Visuais	CEPAV	6 anos	CAPS AD e Política de Acolhimento Institucional
G3_ASoc02	Assistência Social	Psicologia	CREAS	11 anos e 3 meses	Psicologia Clínica
G3_Sau03	Saúde	Serviço Social	Pronto Socorro	4 anos	CAPS AD
G3_MPub04	Ministério Público	Serviço Social	Psicossocial	11 anos	Secretaria de Saúde do DF e Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e aeronáutica
G3_Edu05	Educação	História	CEF	5 anos e 11 meses	Trabalho em editora
G3_SPub06	Segurança Pública	Direito e Letras	Delegacia Circunscricional	3 anos e 10 meses	Outros órgãos públicos
G3_Jus07	Justiça	Direito	Conselho Tutelar	5 anos e 5 meses	Outros órgãos públicos
G3_Sau08	Saúde	Psicologia	NASF	1 ano e 8 meses	Psicologia Clínica e Docência
G3_MPub09	Ministério Público	Direito	NDH	18 anos	Tribunal de Justiça e Defensoria Pública
G3_Jus10	Justiça	Psicologia	NERCRIA	22 anos e 9 meses	Psicologia Hospitalar
G3_MPub11	Ministério Público	Direito	NDH e Promotoria de Justiça Criminal	14 anos e 6 meses	Tribunal de Justiça
G3_Jus12	Justiça	Psicologia	VIJ	15 anos	Outros órgãos públicos
G3_SPub13	Segurança Pública	Rede de Computadores	PROVID	17 anos	Forças Armadas
G3_Jus14	Justiça	Direito	Vara de Violência Doméstica	26 anos	Setor Privado
G3_SPub15	Segurança Pública	Direito	Delegacia Circunscricional	2 anos e 6 meses	Advocacia
G3_Jus16	Justiça	Psicologia	Centro Integrado 18 de Maio	3 anos e 9 meses	Sistema Socioeducativo
G3_Jus17	Justiça	Psicologia	PDEsp/NERCRIA	5 anos e 7 meses	Psicologia Hospitalar e Conselho Profissional
G3_SPub18	Segurança Pública	Psicologia	DPCA	14 anos	Psicologia Clínica
G3_SPub19	Segurança Pública	Psicologia	DPCA	4 anos e 1 mês	Atuação Acadêmica
G3_SPub20	Segurança Pública	Medicina	IML	2 anos e 11 meses	Outras Especialidades Médicas em Hospital Regional
G3_SCiv21	Sociedade Civil	Serviço Social	CECRIA	7 anos e 8 meses	CAPS AD

Embora tenha esse nome, a SAM é responsável pelo atendimento de pessoas com maiores vulnerabilidades, tais como mulheres, crianças e idosos. Na DPCA, foi conduzida uma mesma entrevista com duas agentes de polícia ao mesmo tempo. Com

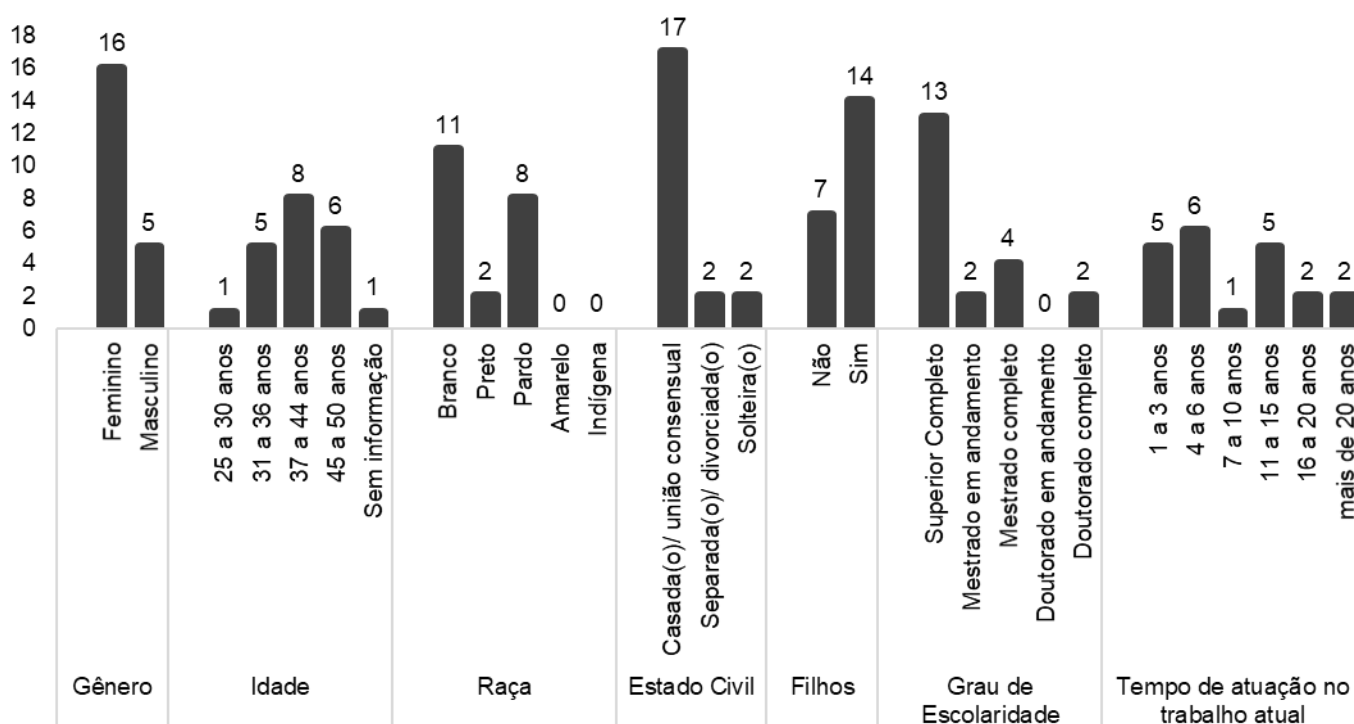


vistas a incluir uma representante da Sociedade Civil, também foi entrevistada uma profissional, com formação em serviço social, que compõe atualmente o CONANDA.

Na Figura 2 apresenta-se um compilado com as principais informações sociodemográficas das e dos participantes do Grupo 3.

**Figura 2**

*Dados Sociodemográficos das Participantes do Grupo 3*



### Instrumentos

Em pesquisas qualitativas como esta, os instrumentos não são compreendidos como fins em si mesmos, mas como meios para facilitar a expressão das e dos participantes e assim contribuir para o processo de construção de informação e produção de conhecimento (González-Rey, 2005). Neste trabalho, foram utilizados dois tipos de instrumentos distintos: um questionário sociodemográfico e um roteiro de entrevista semiestruturado. Não foi o objetivo buscar respostas *a priori*, mas sim partir da premissa de facilitar e potencializar o envolvimento das e dos participantes, emocionalmente, inclusive, para que a expressão de seus sentidos subjetivos ocorresse de forma fluída,

reflexiva e dinâmica. Os instrumentos foram escolhidos e utilizados, portanto, com objetivo de favorecer a expressão de cada grupo de participantes, considerando suas especificidades e necessidades.

O questionário sociodemográfico foi utilizado para que pudesse ser compreendido o contexto e aspectos sociais de cada participante. Já os tradicionalmente chamados roteiros de entrevista semiestruturados foram escolhidos, pois permitiram a utilização de perguntas abertas, mas, com uma sequência planejada previamente, garantia-se que as questões e objetivos desta pesquisa fossem abordados. Mesmo com esse roteiro prévio, foram feitas perguntas e discussões adicionais, para cada participante, a depender do que foi interpretado como necessário ao longo das próprias entrevistas.

De forma específica para os Grupos 1 e 2, foi feita uma busca nas fichas iniciais de acolhimento de seus prontuários do serviço de saúde que faziam acompanhamento para obtenção das informações sociodemográficas. Desta forma, não foi necessário voltar a questionar as e os participantes a respeito de informações que eles já haviam disponibilizado ao serviço especializado de atendimento. Para ambos os Grupos 1 e 2 as informações obtidas foram: idade, raça, com quem reside, violência(s) sofrida(s), autor(a)/s das violências, instituições que passou e tempo de acompanhamento no serviço de saúde especializado em violência.

O roteiro de entrevista do Grupo 1 continha duas perguntas, cada uma delas com um subitem. Além disso, como forma de auxiliar a interação e as respostas dos meninos, foi usada a técnica do genograma familiar (McGoldrick et al., 2012). Também foram compartilhadas cinco frases que deveriam ser completadas pelos participantes. Já o roteiro de entrevista do Grupo 2 contou com quatro perguntas com dois subitens em uma delas. Da mesma forma, foi feito uso da técnica do genograma familiar e do

complemento de cinco frases. Com o Grupo 3, o roteiro de entrevista teve oito perguntas abertas que abordaram desde a experiência profissional de cada um das/os entrevistados, passando pela violência contra crianças e adolescentes com foco nas vítimas do gênero masculino, até chegar na compreensão acerca da PvCA. Além delas, para cada profissional também foi utilizada a técnica de complemento de frases, de forma verbal. Os roteiros de entrevistas dos três grupos podem ser vistos no Apêndice A.

O questionário sociodemográfico para o Grupo 3 (ver Apêndice B), enviado e preenchido de forma *on-line* para todas/os as/os entrevistadas/os, continha 14 itens. Além de informações como data de nascimento e cor/raça, também havia perguntas abertas e de múltipla escolha sobre a trajetória profissional: curso e ano de formação, experiências profissionais prévias, etc. Seu preenchimento levava cerca de dois minutos.

## **Procedimentos**

### ***Coleta de Informações***

Nesta pesquisa a coleta de informações foi dividida em dois momentos distintos, para cada grupo de participantes. O primeiro deles foi denominado aproximação ao campo que, diferente de processos iniciais de pesquisas *tradicionais*, em que se objetiva validar instrumentos ou conduzir estudos pilotos (González-Rey & Mitjás Martínez, 2017), objetivou compreender o contexto em que se daria a pesquisa, evitando, assim, que o viés acadêmico entrasse no contexto prático de forma hierárquica e abrupta. Por isso, nesse primeiro momento foi apresentada a proposta de pesquisa aos envolvidos – gestores, chefias e participantes em potencial –, sensibilizando-os. Também foi neste momento que obtivemos as devidas autorizações.

Dando sequência à etapa de aproximação ao campo, o momento seguinte foi o das entrevistas, ou encontros conversacionais (González-Rey, 2010). Primeiramente foram feitos os agendamentos e em seguida as entrevistas, que ocorreram na modalidade

presencial e virtual. A possibilidade das entrevistas se darem por meio virtual foi uma primeira mudança importante no projeto de pesquisa, como mencionado anteriormente.

A seguir, a descrição detalhada desses momentos para cada grupo de participantes

**Grupo 1.** A primeira ação na etapa de aproximação ao campo para este grupo foi o contato com as e os profissionais da equipe de saúde que os acompanhavam. Foi solicitado que as e os profissionais elencassem as crianças e adolescentes do gênero masculino que estavam em atendimento, naquele primeiro semestre de 2020.

Observando os critérios de inclusão, a pesquisadora principal compareceu nas datas dos atendimentos que já estavam previstos com os meninos para se apresentar, apresentar a pesquisa e convidá-los a participar. Alguns dos meninos elencados na lista não compareceram aos atendimentos previstos e, assim, foram convidados três meninos, que aceitaram. Nestes momentos iniciais, a ou o profissional de referência para o caso estavam sempre presentes, bem como a responsável, que também foi solicitada a autorizar. Primeiramente foi dado o consentimento verbal por parte dos meninos e seus responsáveis e então combinado que, no próximo atendimento, a pesquisa principal estaria novamente presente para realização da entrevista.

A segunda etapa foi a da condução da entrevista, que ocorreu presencialmente e nas próprias instalações do serviço de saúde. A entrevista mais curta durou 33 minutos e a mais longa 1h04 e foram todas gravadas em áudio para posterior transcrição. Para esta etapa, primeiramente estavam presentes meninos e responsáveis, para leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Assentimento<sup>8</sup>. Após a autorização formal, a entrevista foi conduzida pela pesquisadora principal, em

---

<sup>8</sup> Estes documentos foram construídos com base nas orientações do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília (CEP-UnB) e continham informações sobre a pesquisa, seus riscos e potenciais, a garantia de sigilo e cuidado, bem como o contato telefônico e de e-mail da equipe de pesquisa. Também era informado que poderiam abandonar a pesquisa a qualquer momento, sem quaisquer prejuízos.

companhia da ou do profissional de referência, mas sem a presença da ou do responsável. Para o participante G1\_P2 não foi solicitada autorização de responsável, por ele ser maior de idade.

A obtenção das informações sociodemográficas de cada participante ocorreu após a condução das entrevistas e na companhia da ou do profissional responsável, que complementava alguma informação necessária e que eventualmente não estivesse presente na ficha de acolhimento dos prontuários. As entrevistas com o Grupo 1 ocorreram entre os dias 08/10/2020 e 01/02/2021.

**Grupo 2.** De forma semelhante ao que ocorreu com os participantes do Grupo 1, o primeiro momento da etapa de familiarização com o Grupo 2 foi o contato com os profissionais do serviço de saúde, que elencaram possíveis participantes que atendiam aos critérios de inclusão. O convite, as apresentações da pesquisadora principal e da pesquisa se deram em um dia em que as responsáveis estavam acompanhando seus filhos em atendimento no serviço de saúde. Foram selecionadas as três responsáveis que tinham data de retorno o mais breve possível. Após a anuência verbal, foi combinado que a entrevista seria conduzida na data prevista para o retorno ao serviço.

A segunda etapa foi a condução da entrevista, com a mais curta durando 40 minutos e a mais longa uma hora. Primeiramente, foi feita a leitura e assinatura do TCLE e então a entrevista foi conduzida e gravada em áudio para posterior transcrição. Tanto a etapa de familiarização, quanto da condução da entrevista ocorreram de forma presencial, nas instalações do serviço de saúde especializado em violência e sempre em companhia da ou do profissional de referência que estava acompanhando a família naquele serviço. Embora tenham sido orientadas a comparecerem sem a presença de seus filhos, a participante G2\_P1 trouxe seu filho e este ficou em sala separada,

brincando com outro profissional do serviço de saúde. As participantes G2\_P2 e G2\_P3 compareceram sozinhas.

A obtenção das informações sociodemográficas das responsáveis foi feita como no Grupo 1, após as entrevistas, em companhia da ou do profissional responsável pelo caso. A pesquisadora principal tomou nota dessas informações. As entrevistas com o Grupo 2 se deram entre os dias 15/10/2020 e 07/01/2021.

**Grupo 3.** Inicialmente, foi feita uma lista com opções de alguns setores e instituições que poderiam ser convidados a participar desta pesquisa. Nessa lista inicial, havia sido pensada uma entrevista com ao menos um(a) profissional que representasse cada uma das áreas do SGD, mencionadas anteriormente. Essa lista inicial foi feita com contatos de profissionais que compunham a rede profissional e pessoal da equipe de pesquisa, em uma compreensão que essas áreas eram importantes no circuito da PvCA, pois representavam a trajetória do menino vítima de VS no DF. No entanto, no decorrer das entrevistas, foi sendo percebida a necessidade de incluir outras instituições e profissionais, de forma a compreender o mais amplamente possível o circuito do fenômeno da PvCA. Tal necessidade partiu das próprias falas das e dos profissionais entrevistadas(os), bem como de um processo de construção de sentido já em curso.

A lista das e dos profissionais se deu então por duas vias: (1) da própria rede profissional pré-existente da pesquisadora principal e (2) técnica de bola de neve. A rede profissional pré-existente colaborou não apenas porque se tornaram participantes do Grupo 3, como também indicando outras e outros profissionais. Esses, por sua vez, também fizeram algumas indicações, que fizeram outras indicações, etc.

O convite para as e os profissionais foi pelo envio de mensagens de texto pelo aplicativo *Whatsapp* (Whatsapp LLC, 2020) e/ou *e-mail*. Nessas mensagens, foi feita apresentação da pesquisadora principal e da pesquisa, bem como o convite para a

participação. Também foi oferecido o envio do projeto de pesquisa, procedimento que avaliamos como tendo sido importante para aproximação dos potenciais participantes com a temática pesquisada. Foi possível perceber esse impacto ao longo das entrevistas, quando elas e eles citaram a leitura do projeto como tendo contribuído para gerar o interesse em participar.

Nesse primeiro momento, também foi informado que o projeto já havia sido aprovado pelo CEP-UnB. Caso algum profissional tivesse sido indicado por outro profissional e/ou colega da rede social do DF, isso também era informado neste momento, numa tentativa de facilitar a inclusão e vinculação com a pesquisa. Em função da pandemia da Covid-19, neste primeiro contato foi oferecida a possibilidade da entrevista se dar de forma *on-line*, em aplicativo que melhor a/o atendesse.

Cronologicamente, o Grupo 3 foi o primeiro grupo em que foi conduzida a coleta das informações. Entre os dias 09/03/2020 e 31/07/2020 foram feitos 29 primeiros contatos com profissionais ou instituições da rede social do DF. Desse total, foi recebida resposta afirmativa para participação em 20 casos, uma profissional não aceitou participar porque informou que não possuía experiência com violência contra crianças e adolescentes; uma profissional desmarcou a entrevista, que já estava agendada e confirmada, por questões de saúde; e sete não deram qualquer tipo de resposta. A profissional que não aceitou era uma servidora da atenção primária à saúde (APS), a profissional que desmarcou trabalhava em uma das instituições da SEJUS e dentre os que não deram respostas, seis eram magistradas ou magistrados do DF e a sétima era também servidora da APS.

Na maioria das vezes (17) o contato foi feito diretamente com a ou o profissional e em (3) a resposta afirmativa veio da instituição, que indicou o ou a profissional para participar. Nos casos em que foi necessária obtenção de autorização prévia das chefias,

esse processo ocorreu de duas formas: (1) as ou os próprios profissionais participantes solicitaram autorização diretamente com suas chefias (e.g., DPCA); (2) o contato se deu primeiramente com profissionais em cargo de gestão que então encaminharam contato de profissional para a pesquisadora agendar a entrevista (e.g., PMDF). O tempo entre o convite para participação, a resposta afirmativa e a condução da entrevista variou de profissional para profissional e de instituição para instituição. A maioria respondeu prontamente, com o processo entre o convite e a condução da entrevista ocorrendo de um dia para o outro (e.g., Centro Integrado 18 de Maio); em outros casos o trâmite levou mais de 20 dias (e.g., IML).

Na segunda etapa, em que as entrevistas foram de fato conduzidas, elas ocorreram presencialmente em seis vezes (profissional do Centro de Especialidade para Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar e Doméstica – CEPAV, do CREAS, do PS, da educação, da SAM/PCDF e da DPCA) e o restante se deu de forma virtual, por escolha das e dos próprios participantes. Nos casos *on-line*, as plataformas utilizadas foram *Google Meet* (Google Corp, 2020) ou *Skype* (Skype Technologies, 2020). Esses momentos tiveram em média uma hora de duração, tendo tido 35 minutos a entrevista mais breve e 1 hora e 34 minutos a entrevista mais longa.

No início de todas as entrevistas, tenham sido elas presenciais ou virtuais, foi feita a leitura e assinatura do TCLE. Nos casos em que a entrevista se deu de forma *on-line*, a maioria das e dos profissionais optaram por também enviar o arquivo assinado de forma *on-line*; alguns combinaram local para a pesquisadora ir buscar o documento presencialmente. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio para posterior transcrição. Além disso, notas foram tomadas durante as entrevistas.



### *Análise de Informações*

A análise das informações e construção do conhecimento foi um procedimento que começou a ocorrer já no início das entrevistas, ainda que tenha se dado de forma mais estruturada após as entrevistas. Isso porque o processo de análise começa quando, ao se deparar com os conteúdos advindos dos participantes – explícitos e implícitos –, a pesquisadora já se coloca de forma atenta a essas informações e isso também contribui para a sequência das entrevistas e diálogos (Braun & Clarke, 2006, 2019). A própria ordem em que foram conduzidas as entrevistas relacionou-se com o processo em curso da construção do conhecimento, pois a partir dos conteúdos que estavam sendo explicitados foram se ampliando os convites a outros profissionais para também serem incluídos na pesquisa.

O processo de análise das informações foi dividido em seis distintas etapas, seguindo o modelo da ATR de Braun e Clarke (2006), revisitado posteriormente pelas próprias autoras (Braun, Clarke, Hayfield, et al., 2019b). São elas: (1) familiarização, (2) geração de códigos iniciais, (3) construção de temas, (4) revisão e refinamento de temas, (5) definição e nomeação de temas e (6) produção do relato. Embora cada uma dessas fases tenha ações específicas, sua ordem de condução não é absolutamente rígida, uma vez que as próprias autoras defendem um processo recursivo, não restrito e não linear (Braun & Clarke, 2006; 2019). Assim, embora na Tabela 4 sejam apresentados, de forma detalhada, as ações e produtos de cada uma dessas seis fases, para todos os grupos de participantes, o processo de análise e a construção dos resultados foi fluído e por vezes se misturou. Essas etapas foram compreendidas, portanto, como um guia ou conjunto de diretrizes e não como regras rígidas prevendo, assim, idas e vindas em cada etapa. Os detalhes deste processo para cada grupo encontram-se na seção no Capítulo III.

**Tabela 4***Etapas de Análise de Dados da Análise Temática Reflexiva: Ações e Produtos*

<b>Fases</b>	<b>Ações</b>	<b>Produto</b>
<b>Familiarização</b>	a. Transcrição manual de todas as entrevistas, feita pela própria pesquisadora principal	a. 26 entrevistas transcritas com riqueza de detalhes (inclusão de marcações de silêncios, repetições, hesitações, tom de voz, etc)
	b. Leituras e releituras do material transcrito	b. Arquivo digital com notas que foram tomadas pela pesquisadora de forma livre ao longo das várias leituras
<b>Geração de Códigos Iniciais</b>	a. Identificação de sentidos e características interessantes das informações de forma mais sistemática	a. Trechos das informações do material bruto destacados
	b. Organização das informações em códigos	b.1. Trechos destacados agrupados em códigos claros b.2. Tabela com evolução dos códigos iniciais aos finais, que capturam tanto sentidos semânticos quanto latentes
<b>Construção de Temas</b>	a. Análise da lista de códigos para organização em potenciais temas	a. Códigos semelhantes agrupados em categorias coerentes de sentido de um aspecto das informações (temas)
	b. Construção de mapa temático inicial	b.1. Transformação de códigos significativos em temas b.2. Mapa temático com os potenciais temas e as relações entre eles
<b>Revisão e Refinamento de Temas</b>	a. Revisão dos trechos agrupados em potenciais temas (verificação de coerência entre si e distinção dos demais)	a. b. Lista com temas, que foram subdivididos, (re)agrupados ou ainda descartados
	b. Revisão dos potenciais temas em relação ao material bruto por meio de releituras das informações transcritas	c. Mapa temático reorganizado com os temas refinados
	c. Refinamento do mapa temático	d. Parágrafos sucintos e descritivos para cada tema
	d. Construção de definições claras para cada tema	
<b>Definição e Nomeação dos Temas e Subtemas</b>	a. Identificação da essência de cada tema, considerando-o individualmente e também em relação aos demais	a. Temas com nomes claros que identifiquem o que é importante sobre cada um
	b. Identificação de subtemas	b. Subtemas dando estrutura a temas particularmente amplos e complexos
	c. Definição de subtemas utilizando frases com descrições claras	c. Parágrafos sucintos e descritivos para cada subtema
<b>Produção do Relato</b>	a. Escolha de trechos significativos para exemplificar os temas no texto e relato	a. Trechos fortes e vívidos escolhidos para compor o texto final da tese
	b. Revisão final dos temas por meio de novas releituras do material bruto	b. Temas modificados (nomes, subtemas, agrupamento, ordem)
	c. Escrita do relato e texto final, com discussão e análise dos temas	c. Texto final com argumentações robustas entre os temas, a literatura existente na área e os objetivos da pesquisa

Sobre a Tabela 4, é importante ter clareza na definição dos termos *códigos*, *temas* e *subtemas* (Braun & Clarke, 2020). Os códigos são o resultado de um processo de análise inicial, pois identificam uma característica da informação – que tanto pode estar explícita, como latente – que parece interessante à pesquisadora. No processo de codificação, há a leitura do material bruto e a seleção de trechos com sentido ou características que se relacionam, não necessariamente por semelhança, mas que podem se agrupar em códigos. Nesse momento, é possível que o mesmo trecho do material bruto se encaixe em mais de um código.

No processo seguinte de análise, com a interpretação se dando de forma mais ativa, os códigos se juntam ou se tornam unidades de análise mais amplas, os temas. Os temas capturam a essência de sentido que estão presentes nos códigos, e podem unir trechos de informação que até destoam entre si, pois na ATR, considera-se que o processo de codificação e definição de temas vai além do que está *na superfície* das informações, não se restringindo ao valor semântico, nem mesmo ao resumo do que as e os participantes disseram sobre esse ou aquele tópico (Braun, Clarke, Hayfield, et al., 2019b). Ou seja, os temas são unidades mais amplas, que podem expor ideias abstratas e que capturam a diversidade dos significados. Eles existem a partir da construção entre as informações coletadas, a experiência e subjetividade do(a) pesquisador(a) e as perguntas de pesquisa (Braun, Clarke, Hayfield, et al., 2019b). Tendo em vista que alguns temas podem refletir ideias realmente amplas, pode haver a necessidade da construção de unidades que são chamadas de subtemas. Eles dão estrutura e demonstram hierarquia de significados das informações presentes nos temas (Braun & Clarke, 2006).

### **Cuidados Éticos**

Esse projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília sob o parecer número

3.925.299. Também foram adotadas medidas para assegurar o sigilo e a não identificação de todas e todos participantes desta pesquisa. No lugar de seus nomes, cada participante foi identificada/o por letras e números, indicando o grupo a qual pertenciam, bem como a ordem em que foram entrevistados (e.g., G1\_01, G2\_03). No caso das e dos participantes do Grupo 3, foram também adicionadas as iniciais da área de atuação a que pertenciam (e.g., G3\_Sau1, G3\_SPub20).

Foram tomados cuidados na condução dos encontros presenciais, com o oferecimento de locais que garantissem a privacidade da pesquisadora e da/o entrevistada/o, além da segurança sanitária. Para as entrevistas que foram conduzidas de forma *on-line*, a privacidade também foi assegurada, com a utilização de fones de ouvido e sem a presença de terceiros no ambiente da pesquisadora e do/a entrevistado(a). Todas e todos os entrevistados também preencheram o TCLE após leitura compartilhada com a pesquisadora. No caso dos participantes do Grupo 1 menores de idade, foi também solicitada a autorização dos responsáveis.

A presença da/o profissional de referência nos momentos de contato com as e os participantes dos Grupos 1 e 2 também foi outro cuidado, para minimizar possíveis desconfortos e prejuízos, numa tentativa de promover um ambiente de maior familiaridade para as e os participantes. Além disso, também foi oferecido a elas e eles um local de escuta e atendimento em saúde, caso sentissem a necessidade. Por serem pessoas já vinculadas a um serviço de atendimento em saúde especializado em violência, esse processo foi facilitado, pois já havia a vinculação com o serviço em questão. Por fim, outro cuidado em relação ao Grupo 1 foi em relação às perguntas e a condução das conversas: o objetivo foi acessar a percepção que eles tinham sobre o fenômeno PvCA e não acessar suas próprias vivências de polivitimização, de forma a evitar o máximo a possibilidade de submetê-los a um processo de revitimização.

### Capítulo III

*“Algumas das sementes ficam adormecidas na terra ressecada por décadas, à espera, e quando a água finalmente volta para o seu devido lugar, elas explodem da superfície do solo e revelam seus rostos.”*

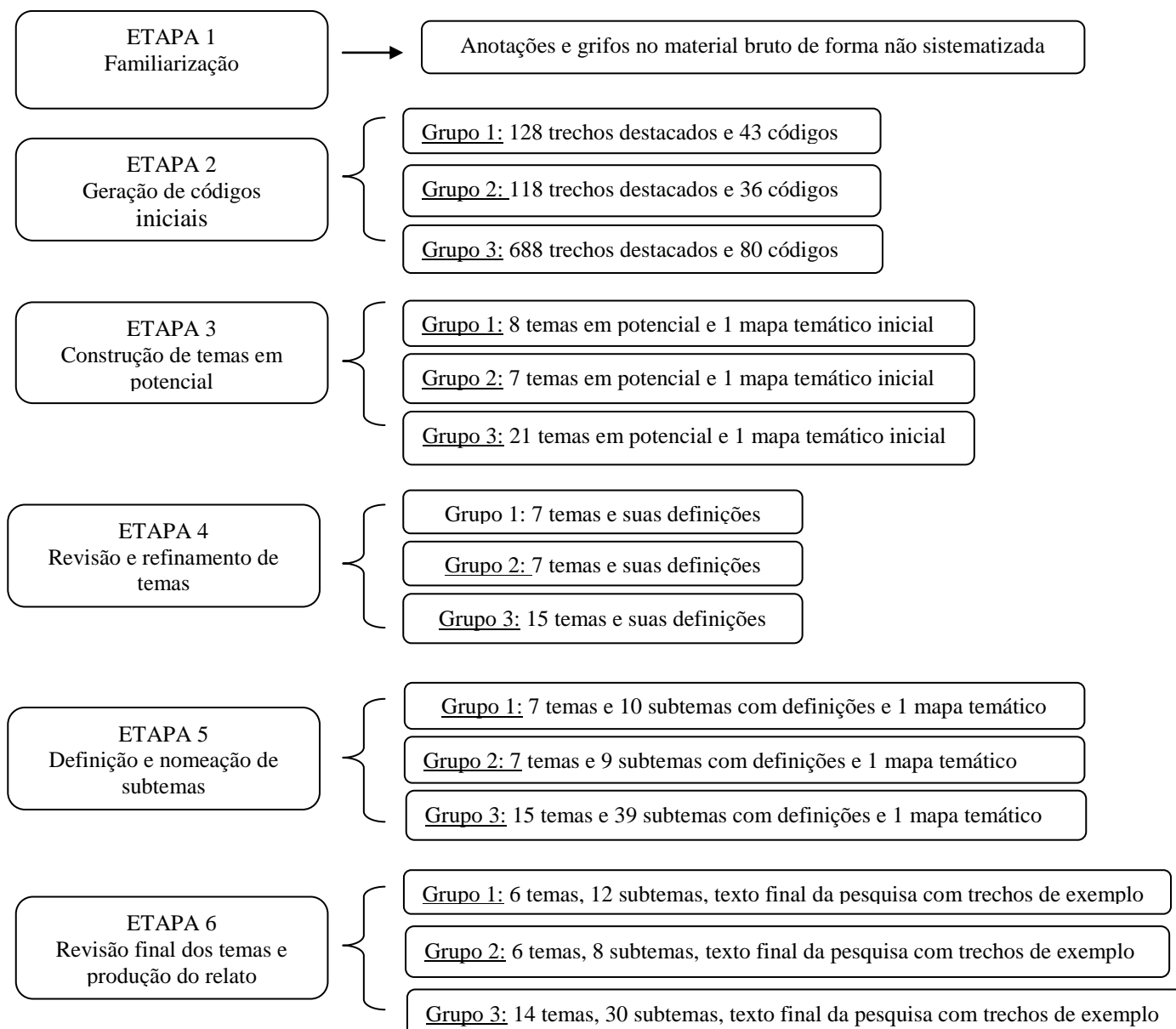
Delia Owens – “Um lugar bem longe daqui”

### Resultados

A opção por apresentar a trajetória de construção dos temas, nesta seção relaciona-se com a proposta da ATR, que entende que desde a primeira etapa do processo de análise os *resultados* começam a ser construídos. A Figura 3 aponta, de forma didática, os produtos de cada etapa de análise, por grupo de participantes.

**Figura 3**

*Esquema com os Produtos de Cada uma das Seis Etapas de Análise dos Grupos 1, 2 e 3*



Seguindo as orientações de Braun e Clarke (2006; 2019), na primeira etapa de análise de dados – familiarização – os grifos no material bruto, bem como as notas tomadas, nos ajudaram, enquanto equipe de pesquisa, a apreender de forma inicial e geral o conteúdo exposto, explícito e implicitamente, nas entrevistas. As frases e anotações feitas ocorreram de forma não sistematizada pela pesquisadora principal e orientadora, e retomadas em momentos seguintes da pesquisa, especialmente nos processos finais de análise e de redação do texto. Na Figura 4, compartilhamos um exemplo do registro do processo de familiarização para o Grupo 1, com notas não sistematizadas. Da mesma forma ocorreu com o Grupo 2 e 3.

#### **Figura 4**

##### *Exemplo do Produto da 1ª Etapa de Análise do Grupo 1 – Anotações de Familiarização*

"Repetidos 'esqueci' podendo demonstrar a não vontade dele se expressar sobre alguns assuntos."

"Menino P1 com organização familiar e papéis bem definidos, mas com reproduções de papéis gendrados, com mais contato com a mãe e quase nenhum contato com o pai."

"Menciona o 'ocorrido' com o primo, sem dar nome 'violência' de início, mas depois fala detalhes de forma agressiva."

"P2, diferente do P1, fala sobre as estratégias que tem buscado de sobrevivência (passar tempo fora de casa para evitar família fazendo cursos e se capacitando) e demonstra percepção sobre seu entorno."

"Conflitos familiares trazem sofrimento, mesmo que de forma indireta (conflito entre as tias, com a mãe e o pai, entre ele e o irmão, etc)."

"Mais um menino que refere mais contato e proximidade com a mãe, mas também mais conflito e frustração em relação a ela do que ao pai, que é mais distante."

"Tentativa de ocupar o dia com diversas atividades - papel dos pares e amigos e do esporte."

"P3 traz vários exemplos na infância de memórias boas, de forma talvez a equilibrar as várias memórias ruins que sente e que diz que as deixa trancadas e guardadas, pois o fazem mal."

Na etapa seguinte, foram destacados trechos das transcrições de todas as entrevistas de cada Grupo. Com auxílio do *Microsoft Excell*, foi feita uma tabela para copiar os trechos destacados e definir códigos iniciais para eles, com objetivo de representar características importantes dos trechos selecionados. Para cada trecho foram atribuídos de um a quatro códigos em um primeiro momento e, após releituras e reanálises dessas listas, os nomes dos códigos passaram por mudanças, substituições ou mesmo exclusões. Esse processo foi feito separadamente para cada grupo de participantes e a progressão dessas análises dos códigos foi registrada em tabelas, uma

por grupo. A Figura 5 apresenta um exemplo deste processo para o Grupo 2: (a) em uma primeira coluna (1ª Codificação), estão os primeiros códigos criados; (b) na segunda coluna (2ª Codificação), uma versão da lista de códigos após releituras e cortes ou adaptações, (c) uma coluna com o número de códigos finais, (d) uma coluna com os títulos dos códigos finais, e (e) a distribuição quantitativa dos códigos finais por participante, para que não houvesse códigos atribuídos a um só trecho (Byrne, 2021).

### Figura 5

*Exemplo do Produto da 2ª Etapa de Análise do Grupo 2 – Progressão da Codificação*

Códigos Iniciais (1ª Codificação)	Códigos (2ª Codificação)	Nº final de códigos	Códigos Finais (3ª Codificação)	Número de menções		
				G2 P1	G2 P2	G2 P3
mulher assumindo vários papéis na família	mulher assumindo vários papéis na família	1	Mulher assumindo vários papéis na família	1	1	
filho não planejado impactando planos da vida	filho não planejado impactando planos da vida	2	Filho não planejado impactando planos da vida	3		
o ser humano se acostuma até com o que é ruim	o ser humano se acostuma até com o que é ruim	3	O ser humano se acostuma até com o que é ruim	2		
difícil no início, mas depois se acostuma	<del>difícil no início, mas depois se acostuma</del>		<del>difícil no início, mas depois se acostuma</del>			
percepção do sofrimento do filho vítima	percepção do sofrimento do filho vítima		<del>percepção do sofrimento do filho vítima</del>			
exemplos de sintomas do filho vítima	<del>exemplos de sintomas do filho vítima</del>		<del>exemplos de sintomas do filho vítima</del>			
reconhece suas limitações e busca tratamento	reconhece suas limitações e busca tratamento		<del>reconhece suas limitações e busca tratamento</del>			
violência era um fantasma que uma hora apareceu	<del>violência era um fantasma que uma hora apareceu</del>		<del>violência era um fantasma que uma hora apareceu</del>			
admite ter agredido, sem nomear assim	<del>admite ter agredido, sem nomear assim</del>		<del>admite ter agredido, sem nomear assim</del>			

Na Figura 5, pode-se observar que ao longo das análises alguns códigos foram, de fato, descartados, aparecendo com um traço nas colunas de 1ª e 2ª Codificação. A organização desse processo de codificação também se deu assim para o Grupo 1. Para o Grupo 3, tendo em vista o maior número de participantes, a única diferença foi que na

coluna referente ao número de menções, as e os participantes foram agrupados por setor de atuação, não tendo sido contabilizados códigos por participante.

Na 3ª Etapa, construção dos temas em potencial, a análise foi feita de forma a combinar os códigos em temas, relacionando-os por afinidade ou semelhança e ainda resgatando as perguntas e objetivos da pesquisa. Alguns códigos também foram transformados em temas. Para esse processo, outra tabela Excell foi criada em que os trechos, já com seus códigos únicos, foram reagrupados. Na Figura 6, apresentamos um recorte desta Tabela, como exemplo desse processo de construção para o Grupo 3, que ocorreu da mesma forma para os Grupo 1 e 2. Como resultado desta etapa, foram também construídos, para cada grupo, mapas temáticos iniciais, representando graficamente as relações entre esses temas em potencial (ver Apêndice C).

### Figura 6

*Exemplo do Produto da 3ª Etapa de Análise do Grupo 3 – Processo de Construção dos Temas em Potencial*

	A	B	C	D	E	F	G
1							
2		Número de Códigos	Número de temas em potencial	Temas em potencial			Códigos
3		1					Ausência de cuidado como FR para violência
4		2					Confusão, insegurança e ambiguidade profissional sobre 'polivitimização'
5		3	1	"Violências" no plural e a polivitimização			Impactos da VS são muitos e diversos
6		4					Reconhecimento da diversidade de violências
7		5					VP pode ser mais dolorosa que VS
8		6					Naturalização da violência como empecilho para identificação, interrupção e tratamento
9		7	2	Violência está em todo lugar			Violência como um componente do dia a dia
10		8					Violência presente mesmo em instituições não especializadas nesse tema
11		9					Violências em continuum
12		10					Dinâmica da VS e impasses nas dinâmicas de responsabilização
13		11	3	Dinâmicas da violência sexual contra crianças e adolescentes como impasses para a responsabilização			Valorização da dimensão do explícito, do que pode ser visto
14		12					Ambiguidades na dinâmica da violência como barreiras
15		13					Frequência de uma violência podendo ter mais impacto do que tipo ou gravidade
16		14	4	Nem sempre é o que parece			Violências: clarezas e invisibilidades
17		15					VS chama mais atenção que outras violências?
18		16					VS nem sempre é a queixa mais significativa

Na 4ª Etapa de análise foi feito um refinamento dos candidatos a temas de forma a reavaliar se os trechos e códigos agrupados eram coerentes com o tema em potencial,



além de uma reanálise dos títulos dos temas. A definição de cada um desses temas em parágrafos sucintos foi importante para esse processo de revisão, que excluiu alguns temas. Para esse processo, foi utilizada a mesma tabela em Excell da 3ª Fase, tendo sido acrescentados os trechos para cada código, em colunas à direita da coluna *Códigos*.

Na etapa seguinte, os temas, códigos e trechos foram reanalisados e foram construídos subtemas, de forma a organizar as nuances de sentidos para cada uma dessas categorias. Foram construídos parágrafos breves para definir cada subtema. O material bruto também foi retomado, para reavaliar a possibilidade de realocação ou inclusão de um ou outro trecho. Considerando o processo de análise de forma fluida, o segundo mapa temático refinado de cada grupo foi iniciado durante a 4ª Etapa e finalizado na 5ª Etapa, já com os respectivos subtemas (Ver Apêndice D). No que se refere à organização, duas colunas – subtemas e definições – foram acrescentadas na tabela que estava sendo usada na etapa anterior, como pode ser visto no recorte a seguir, na Figura 7, retirado da análise do Grupo 1. Da mesma forma foi feito para os Grupos 2 e 3.

Por fim, na 6ª Etapa análise, os trechos de cada código, tema e subtema também foram retomados para selecionar quais iriam compor o texto final da tese. Durante o processo de escrita, esses trechos também foram reanalisados e partes foram suprimidas. Quando feitos cortes, foi usada a sinalização “( ... )”, seguindo as diretrizes do manual mais recente da APA (American Psychology Association, 2020). Em alguns trechos, para não afetar a extensão da tese, foram também feitos cortes em expressões que não comprometeram a ideia central do trecho. Por exemplo, em uma fala como “Eles são mais... parece que os meninos... é... a impressão que eu tenho é que os meninos são mais tolerantes ao sofrimento”, foi feita uma supressão inicial, tendo permanecido no texto final da tese apenas “A impressão que eu tenho é que os meninos são mais tolerantes ao sofrimento”.

Figura 7

Exemplo do Produto da 4ª e 5ª Etapas de Análise do Grupo 1 – Temas, Subtemas, Definições e Respective Trechos<sup>9</sup>

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	
1	Nº de Subtemas	Nº de temas	Temas	Definições	Subtemas	Definições	Códigos	1	2	3	
3	1	1	Coisas de meninos	Reprodução de comportamento a partir de estereótipos de uma masculinidade hegemônica e os reflexos nas sensações e sentimentos dos meninos	Não penso, não falo, não sinto	Economia de palavras na resposta dos meninos podendo significar uma tentativa de defesa	Falar o mínimo possível	E1: depois que você acorda o que você faz? P: Tomo café.	E1: depois que você toma café, normalmente o que você faz? P: Brinco E1: E do que você gosta de brincar? P: Bola	Tem algum vizinho? Algum amiguinho da rua... P: Não	E1: V... você... E1: A... E2
4				Silêncio nas respostas dos meninos			E1: Quando meninos sofrem violências... P: ..é.. (?????) E1: Foi assim que aconteceu com você? P: Sim.. E1: Você se calou? P: Anham..	Na minha opinião. Comigo mesmo, quando acontece alguma coisa, 90% das vezes, quando é uma coisa muito abaladora, eu falo ou comento.. mas não comento assim, 100% com a pessoa. Mas normalmente eu pego e... tranco.			
5				Justificativa de esquecimento como alternativa para não falar sobre o que incomoda			E1: queria que a gente colocasse várias coisas que aconteceram na sua vida, que você me ajudasse a te conhecer me contando o que já aconteceu na sua vida, o que você lembra.. Foi muita coisa ou pouca coisa? P: Não lembro mais não.. E1: Então vamos ver o que você lembra... Quando você era pequenininho, sem o Arthur ainda.. como que era? P: Era... (silêncio) esqueci..	E1:mas vamos ver se você consegue adivinhar: que carinha é essa? Como que ela tá? P: Tá feliz (...) E1: e essa carinha? P: Triste E2: Que carinha é essa? (SILÊNCIO) E1: Pode chutar.. P: Risos... E1: Quando as pessoas ficam assim? (imitação de cara de medo) Quando elas estão sentindo o que? P: Esqueci... E1: Então pensa aí.. e essa daqui? (silêncio) + Imitação de carinha brava P: Tá bravo E1: Isso.. e essa ainda não? P: É... com medo!	E1: O que você consegue agora lembrar com a ajuda dessas carinhas? (silêncio) P: Esqueci de novo...	E1: c... E1: C...	
6				Reconhece violência, mas não nomeia assim			aí teve o ocorrido do meu primo quando eu tinha 8 anos, 5 anos mais ou menos.	E2: o que que representa esse desenho? P: O ato	um cérebro. O que que acontece quando você lembra do cérebro? (...) Pensamentos, lembranças, né? aí.. sete anos.. fechamos o círculo, bloqueio.	Um... essas tipo, noti...	

<sup>9</sup> Em amarelo claro a fala do participante G1\_P1, em azul do G1\_P2 e em rosa do participante G1\_P3. A inicial E1 refere-se à pesquisadora principal e E2 à profissional do serviço de saúde, responsável pelo caso.

Em relação às mudanças realizadas da 5ª para a 6ª Etapa para o Grupo 1, o Tema 2 teve o título alterado de “Estratégias de enfrentamento: do esquecimento à intelectualidade” para “Estratégias de enfrentamento: do esquecimento à aquisição de competências”, numa ideia de ampliação das estratégias de enfrentamento, com a intelectualidade fazendo parte da aquisição de competências. O que era Tema 5 se transformou no Subtema 4.2 e ficou intitulado “Recurso? Risco? Recurso e risco?”, e não mais “Recurso ou risco ou recurso e risco?”. Para os Grupos 2 e 3 foram feitas mais mudanças da 5ª para a 6ª Etapa, envolvendo principalmente a ordem de apresentação de temas e subtemas, além de seus títulos (ver Apêndice E).

Esse processo de ir e vir durante a análise e construção dos resultados é esperado e, de acordo com Braun e Clarke (2006; 2019) tal processo diferencia este método de análise de outros também qualitativos. Para a ATR, é almejado que a subjetividade da pesquisadora compareça a todo o momento e em cada etapa de análise, podendo influenciar uma ou outra redefinição e ou realocação, tanto dos temas quanto de seus subtemas ou mesmo de trechos selecionados. O processo de construção ganha destaque e se torna tão, ou mais, relevante que o resultado final da 6ª Etapa. Com isso posto, nos próximos capítulos, cada um dos temas finais, com seus respectivos subtemas, serão discutidos em profundidade, com a exposição dos trechos selecionados com objetivo de dar mais robustez a esse processo. Antes disso, nas Tabelas 5, 6 e 7, a seguir, apresentamos o produto final da 6ª Etapa de análise para os Grupos 1, 2 e 3, respectivamente. Na primeira coluna, à esquerda, estão os códigos finais e, entre parênteses, a quantidade de trechos por código. Esse não representa o número de trechos selecionados para compor o texto final desta tese, que é menor. Depois, à direita, as colunas com os temas e subtemas finais, com seus títulos e respectivas definições.

Tabela 5

*Temas e Subtemas Finais do Grupo 1: Definições, Respectiveos Códigos e Número de Trechos Seleccionados*

Temas Finais			Subtemas Finais			
Códigos (nº de trechos por código)	Título	Definição	Título	Definição		
Falar o mínimo possível (6) Silêncio nas respostas dos meninos (2) Reconhece violência, mas não nomeia assim (4)	<b>1. Coisas de meninos</b>	Reprodução de comportamento a partir de estereótipos de uma masculinidade hegemônica e os reflexos nas sensações e sentimentos dos meninos	1.1 Não penso, não falo, não sinto	Economia de palavras na resposta dos meninos podendo significar uma tentativa de defesa		
Se justificar para não estar no papel de vítima (2) Fazer graça com a própria desgraça (3) Violência em resposta à violência (4) Reprodução de estereótipos de masculinidade hegemônica (2)			1.2 Não ser vítima para ser homem de verdade	Agressividade, violência e comicidade como forma de resgatar o que é ser homem de verdade, se contrapondo a um papel de vítima		
Dificuldade de assumir sensações que os colocam vulneráveis (5) Expressão de sentimentos (4) Meninos também se sentem inseguros (2)			1.3 Emoções que (não) são expostas	Determinados sentimentos e sensações conseguem ser percebidos e mais expostos, pelos meninos, do que outros		
Brincadeiras de menino (4) Características individuais que potencializam riscos (3)			1.4 Isso também é coisa de menino?	Expressões de características, comportamentos e sintomas que nem sempre são vistos como pertencentes à masculinidade hegemônica		
Justificativa de esquecimento como alternativa para não falar sobre o que incomoda (6) Desejo de esquecer o que aconteceu (2)			<b>2. Estratégias de enfrentamento: do esquecimento à aquisição de competências</b>	Narrativas com uma multiplicidade de estratégias de enfrentamento dos meninos para lidar com as violências	2.1 Esquecimento como alternativa para não falar sobre o que incomoda	Lembrar do que ocorreu é fonte de sofrimento, por isso recorre-se ao esquecimento como estratégia para não falar sobre ou para não sofrer
Esporte como recurso (3) Distância com a família nuclear (2) Importância dos pares (3)					2.2 O papel do lazer e da rede de apoio	Atividades de cunho esportivo e a companhia de amigo como fontes de saúde
Intelectualidade e profissionalização como recursos (3) Necessidade de autoproteção (2) Autonomia relacionada à felicidade (2) Autonomia em desenvolvimento (2)					2.3 Autonomia como sinônimo de proteção	Cursos, estudos, trabalho e renda própria percebidas como fontes de autonomia e, portanto, de proteção

Cuidadora do sexo feminino (4) Ausência do pai nos cuidados cotidianos (2) Valor às tradições e à aparência de uma boa família (5)	<b>3. Acontece nas melhores famílias</b>	Famílias com características e padrões relacionais diversos, com múltiplas formas de cuidado, mas que impactam a relação com os meninos vítimas	3.1 A tradicional família brasileira	Famílias valorizam tradições e a imagem que têm para a sociedade, ainda que reproduzam padrões relacionais que geram sofrimento e sobrecargas
Reação negativa dos familiares à homossexualidade (3) Sensação de desproteção dentro da família (2)			3.2 Reação dos familiares impactando os meninos	Meninos expressam os impactos negativos que sentem com algumas reações dos familiares às notícias das violências ou a alguns de seus comportamentos
Violência indireta também impacta (3) Vulnerabilidade social e familiar (3) Infância com memórias tristes (2) Desafios que a violência intrafamiliar impõe (4)			3.3 Os bastidores também contam	Violências e violações indiretas ou que caracterizam o contexto dos meninos também os impactam
Vivência de <i>bullying</i> na escola (2) Vivência de homofobia por desconhecidos (2) Sair de casa para se proteger da família, mas ficando exposto a desconhecidos (3) Impacto de outras violências que não a sexual (3)	<b>4. Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come</b>	Cenários, contextos e locais de violências e violações dos meninos são amplos e diversos	4.1 Violências aqui e ali	A ocorrência de violências não se restringe ao contexto doméstico e também ocorre de forma variada fora do lar
Deus e religião como recurso (2) Educação sexual como alternativa (2) Responsabilização como recurso (2) O que é protetivo, pode também ser risco (3)			4.2 Recurso? Risco? Recurso e risco?	Instituições, fenômenos e situações que têm em si potencial para ser ferramenta e recurso para a proteção, também podem representar risco para outras violências e violações
Queixas da realidade escolar na pandemia (3) Fica-se mais em casa durante a pandemia (2) Interrupções que a pandemia trouxe (3)	<b>5. “Antes da pandemia eu...”</b>	Mudanças e impactos da pandemia da COVID-19 na rotina dos meninos		
Momentos felizes diluídos em atividades do dia a dia (4)	<b>6. Luzes no meio do túnel</b>	Pequenas alegrias e possibilidades no dia a dia podem representar possibilidades no futuro		

**Tabela 6**

*Temas e Subtemas do Grupo 2: Definições, Respectivos Códigos e N° de Trechos Seleccionados*

Temas Finais			Subtemas Finais	
Códigos (n° de trechos por código)	Título	Definição	Título	Definição
Mulher assumindo vários papéis na família (2) Filho não planejado impactando planos da vida (3) Mulher abre mão de seus planos para cuidar da família (3) Mulher como cuidadora (3)	<b>1. A mãe do filho</b>	As mães dos meninos vítimas contam suas histórias de vida e os impactos na atualidade, além de comentar como se sentem em relação à violência sofrida pelo filho	1.1 Mãe e filha ao mesmo tempo	As mulheres vivenciam a maternidade e seus percalços, ainda com forte protagonismo nos cuidados às suas próprias famílias de origem
Sensação de que não conseguiu proteger (2) Empatia com o filho vítima (2) Mãe também tem medo (3) Homossexualidade: respeito, mas não aceito (2) Atribui orientação sexual à vivência de VS (2)			1.2 Eu sinto por mim e por ele	Muitos são os sentimentos e as impressões que as vitimizações geram nas mães dos meninos (poli)vitimizados que se direcionam a elas e aos filhos
Exemplos de sintomas físicos e emocionais (4) Mudanças a partir da ocorrência da VS (10) Percepção de mudança de comportamento, mas não cogitou VS (5) É tão difícil que faltam palavras (2)	<b>2. O antes, o durante e o depois da violência sexual</b>	A violência sexual impacta diferentemente cada pessoa, cada vítima e familiar e é fenômeno complexo que precisa ser pensado antes de sua ocorrência, e não apenas após	2.1 Qualquer coisa, menos isso	A violência sexual é fonte de medo e preocupação tão grande que mesmo apresentando sintomas importantes, as mães cogitam a ocorrência de outras vitimizações e violações contra seus filhos, mas não a sexual
Crença de que impacto da VS é para o resto da vida (3)			2.2 É uma coisa que ele vai levar pro resto da vida?	A compreensão que se tem sobre os meninos (poli)vitimizados é que eles serão impactados por toda a vida pela (poli)vitimização
Violência para meninos é pior (3) Calado ele estava, calado ele ficava (5) Conversa, mas também se cala (2)	<b>3. Calado ele estava, calado ele ficava</b>	Dentre algumas das características que os meninos (poli)vitimizados apresentam, a manutenção do silêncio se destaca		

<p>Reação diante da VS depende de pessoa pra pessoa (2)</p> <p>Família extensa não reage do mesmo jeito da família nuclear (2)</p> <p>VS impacta também a família (3)</p> <p>Suporte conjugal e não familiar (2)</p> <hr/> <p>Distância entre pai e filho vítima (3)</p> <p>Menino incentivado a ter autonomia (2)</p> <p>Menino sente que tem que resolver sozinho (2)</p> <hr/> <p>O ser humano se acostuma até com o que é ruim (2)</p> <p>Vitimizações também no contexto (6)</p> <p>Crítica à forma como a mãe do ofensor conduziu (3)</p> <hr/> <p>Influência da família extensa na família nuclear atual (7)</p> <p>Heranças e padrões familiares transgeracionais (6)</p>	<p><b>4. O contexto adocece ou fortalece?</b></p>	<p>Vitimizações diversas são mencionadas na vida das próprias mães e dos ofensores de seus filhos e há uma dúvida que paira sobre a possibilidade de se fortalecer, ou não, diante das várias adversidades</p>	<p>4.1 Família extensa não é família nuclear</p> <hr/> <p>4.2 O menino se garante?</p> <hr/> <p>4.3 "O ser humano se acostuma até com o que é ruim"</p> <hr/> <p>4.4 Heranças que quero e que não quero</p>	<p>Embora a família extensa também sofra consequências da ocorrência de uma violência sexual, o impacto difere do que passa o núcleo familiar mais próximo à vítima</p> <hr/> <p>Meninos são socializados de forma a buscar autonomia e independência</p> <hr/> <p>Compreensão da possibilidade de aprender a lidar e a enfrentar situações desafiadoras e até violadoras</p> <hr/> <p>Padrões relacionais e familiares são heranças transgeracionais, mas nem todas se deseja permanecer perpetuando</p>
<p>Reconhecimento de vários tipos de violência (5)</p> <p>Reconhece outras violências, mas a VS fica como principal (2)</p> <p>Não se sabe falar sobre polivitimização (3)</p> <hr/> <p>Apoio como ajuda às pessoas vítimas (2)</p> <p>Está no atendimento de forma preventiva, para não dar problema no futuro (2)</p> <p>Reconhecimento da importância de atendimento e tratamento (5)</p> <p>Escola participando da revelação da VS (2)</p>	<p><b>5. Polivitimização: eu sei, mas não sei</b></p> <hr/> <p><b>6. Apoio para eles e para mim</b></p>	<p>Embora sejam mencionadas percepções que se encaixem no fenômeno da polivitimização, as mães não nomeiam desta forma</p> <hr/> <p>Há o reconhecimento da importância de vários profissionais e instituições como fonte de apoio para os meninos (poli)vítimas e para que as próprias mães também sejam apoio</p>		

**Tabela 7**

*Temas e Subtemas do Grupo 3: Definições, Respectivos Códigos e Nº de Trechos Selecionados*

Temas Finais			Subtemas Finais	
Códigos (nº de trechos por código)	Título	Definição	Título	Definição
Reconhecimento da complexidade da polivítima (4)	<b>1. Violências no plural e a polivitimização</b>	Existem muitos tipos de violências contra meninos que normalmente ocorrem juntas e esse é o conceito de polivitimização	1.1 Quanto mais violências, mais dificuldades	O cenário de polivitimização gera mais desafios aos profissionais e mais gravidade às polivítimas
Impactos da VS são muitos e diversos (14)			1.2 Impactos são múltiplos	Os impactos diante de (poli)vitimizações são variados e não atingem apenas as (poli)vítimas
VP pode ser mais dolorosa que VS (4) Violências: clarezas e invisibilidades (5) Violência contra meninos são mais agressivas (6) Caracterização das vítimas do sexo masculino (19) Sintomas para meninos são mais observáveis (2) Sintomas para meninos: ação e transgressão (2) Vergonha e introspecção como manifestação de sintomas (8) Idade e sofrimento (8) Reconhecimento da diversidade de violências (9)			1.3 A vitimização de meninos tem muitas facetas	Há muitos tipos de violências e cada uma delas têm diferentes dinâmicas e características
Naturalização da violência como empecilho para identificação, interrupção e tratamento (11) Violência como um componente do dia a dia (10) Violência presente mesmo em instituições não especializadas nesse tema (4)	<b>2. "É como se fizesse parte do dia a dia"</b>	Ações, práticas e episódios de violência são situações que caracterizam a sociedade brasileira, se fazendo presentes em vários contextos, inclusive em serviços não especializados em violência, e se apresentando de forma naturalizada e banalizada pelos familiares		



<p>Não existência de uma nomenclatura para polivitimização (5)          Polivitimização às vezes vem como demanda inicial, mas sem esse nome (3)          Reconhecimento de que polivitimização aparece com frequência em sua prática profissional (4)          Reconhecimento de que polivitimização é mais grave (5)          Ambiguidade e confusão na atuação profissional (6)          Profissional não reconhece diferenças na sua atuação dependendo do gênero da vítima/familiar (2)          Reflexões e conclusões ocorrendo ao longo da entrevista (3)          Ambiguidade na atuação profissional sobre polivitimização: reconhecimento, mas ausência de protocolo (6)</p>	<p><b>3. Polivitimização: raízes profundas, mas não visíveis</b></p>	<p>A existência do fenômeno polivitimização e toda sua complexidade são reconhecidas pelos profissionais, mas há muitos de seus aspectos - a começar pelo nome - que seguem invisibilizados</p>	<p>3.1 A polivitimização existe, mas não é assim nomeada</p>	<p>Profissionais percebem a alta frequência de ocorrência de polivitimização em seus trabalhos, mas não conhecem ou usam este termo</p>
<p>VS chama mais atenção que outras violências? (7)          VS nem sempre é a queixa mais significativa (3)</p>			<p>3.2 Ambiguidade na atuação profissional sobre polivitimização</p>	<p>Há o reconhecimento de que a polivitimização difere das vitimizações únicas, mas não há um protocolo diferenciado para atendimento, ação ou intervenção</p>
<p>Dinâmica da VS e impasses nas dinâmicas de responsabilização (18)</p>			<p>3.3 A vitimização sexual às vezes faz sombra a outras violências</p>	<p>A violência sexual nem sempre é a única violência, ou a mais impactante, mas costuma ser a que mais chama atenção das famílias e dos profissionais</p>
<p>Intervenção para além da responsabilização e que acrescentem ações positivas (10)          Valorização da dimensão do explícito, do que pode ser visto (9)</p>	<p><b>4. Dinâmicas das polivitimizações X processo de responsabilização</b></p>	<p>As características das polivitimizações contra crianças e adolescentes podem dificultar o processo de responsabilização dos ofensores</p>	<p>4.1 Negação, retratação e silêncio como barreiras no processo de responsabilização</p>	<p>Fazem parte das dinâmicas das polivitimizações fenômenos que podem prejudicar ou interferir negativamente no processo de responsabilização</p>
<p>Construções e crenças sociais como fator de risco (14)</p>			<p>4.2 Impunidade e o processo de responsabilização</p>	<p>A estrutura jurídica brasileira demanda a formação de um conjunto probatório robusto e com provas materiais, o que coloca a impunidade como uma realidade importante</p>
<p>Dúvidas com relação à orientação sexual (10)</p>	<p><b>5. Construções sociais e mitos sobre a (poli)vitimização de meninos</b></p>	<p>Crenças sociais e mitos são reproduzidos sobre os vários tipos de violências sofridas pelos meninos</p>	<p>5.1 "Meninos são mais tolerantes ao sofrimento"?</p>	<p>Estereótipos e preconceitos sobre o que os meninos podem ou não fazer e como devem ou não se comportar os colocam numa situação de risco para (poli)vitimizações</p>
			<p>5.2 Vitimização sexual e orientação sexual</p>	<p>Crença e receio de que a vitimização sexual de um menino influenciará uma orientação sexual homossexual</p>

<p>Questões macrossociais e de organização política impactando a atuação e intervenção (18) Ausência de cuidado como FR para violência (4) Vulnerabilidades como FR para violência (10)</p>	<p><b>6. Cultura, política e sociedade: interfaces com a violência contra crianças e adolescentes</b></p>	<p>A violência contra crianças e adolescentes está inserida em um contexto cultural, político e social e ao mesmo tempo em que afeta, também é bastante afetada por eles</p>	<p>6.1 Questões macrossociais interferindo na prática e vivência da violência</p>	<p>Organizações e decisões políticas interferem na participação ou ausência do Estado no sentido de promover condições e direitos humanos que, por sua vez, influenciam a ocorrência de violências</p>
<p>Intersecções potencializando barreiras das violências (7) Socialização impacta a lógica/dinâmica de vitimização de meninos (5)</p>			<p>6.2 Padrões culturais e relacionais violentos</p>	<p>A socialização dos meninos é fator de risco para sua (poli)vitimização, especialmente considerando possíveis intersecções como orientação sexual, status socioeconômico etc.</p>
<p>Violência com meninos chega com menos frequência (5) Silêncios e sigilos em torno das violências (14) Dificuldades das famílias de meninos vítimas pedirem ajuda (5)</p>	<p><b>7. As particularidades dos sofrimentos dos meninos</b></p>	<p>A caracterização da violência contra as vítimas e polivítimas do sexo masculino tem especificidades e pode colocá-los em situação de desproteção, especialmente em comparação às meninas</p>	<p>7.1 A dificuldade de pedir ajuda</p>	<p>Meninos e familiares têm receio ou demoram para pedir ajuda</p>
<p>Meninos estão menos protegidos que meninas (7)</p>			<p>7.2 Meninos (poli)vítimas e seu lugar na rede social</p>	<p>Por todas as questões e barreiras sociais, os meninos ficam menos protegidos no fluxo da rede social</p>
<p>Violências em continuum (7) Compreensão do que é revitimização e atuação para não revitimizar (7) Reprodução de violência pelos profissionais e instituições (6)</p>	<p><b>8. Revitimização e ciclos da violência</b></p>	<p>É comum que as violências ocorram em mais de um episódio, para as vítimas e para seus familiares, e em mais de um contexto</p>	<p>8.1 Violências em um continuum</p>	<p>A violência ocorre em ciclos e por vezes de forma continuada, no contexto social, familiar e/ou institucional</p>
<p>Trânsito das famílias entre as instituições (6)</p>			<p>8.2 Trânsito das famílias entre as instituições</p>	<p>São muitas as instituições que as famílias podem transitar após um episódio de violência e essas idas e vindas podem também ser revitimizadoras</p>

<p>Necessidade de exposição do tema da violência (6) Necessidade de abordar e conhecer outros temas quando se trabalha com violência (4)</p>	<p><b>9. No combate às polivitimizações contra os meninos, o conhecimento é o ponto de partida</b></p>	<p>Capacitação, orientação e informação são fundamentais para que familiares e profissionais se relacionem de forma adequada com crianças e adolescentes vítimas de violências</p>	<p>9.1 Precisa-se falar sobre violência e suas conexões</p>	<p>A violência, suas dinâmicas e temas (inter)relacionados precisam ser expostas dentro das famílias e para a sociedade</p>
<p>Capacitação e atuação "protocolar" como facilitador para reconhecimento da ação (3) Necessidade da existência de serviços e profissionais especializados (15) Serviço especializado crescendo com o passar do tempo (2)</p>			<p>9.2 Profissionais e serviços especializados</p>	<p>É necessário existir serviços, instituições e profissionais qualificados, com conhecimento atualizado e aprofundado sobre violências</p>
<p>Necessidade de se especializar (risco de trabalhar sem conhecer) (6)</p>			<p>9.3 Riscos diante da falta de qualificação</p>	<p>Profissionais que trabalham com crianças e adolescentes e não têm qualificação adequada sobre violências e suas interfaces podem oferecer riscos e prejuízos às vítimas e familiares</p>
<p>Importância de compreender o contexto (6) Suporte psicológico nem sempre é suficiente (3) Intervenção e seus objetivos precisam ser amplos (6)</p>	<p><b>10. Intervenção e seus objetivos precisam ser amplos</b></p>	<p>Intervenção para meninos vítimas de poliviolências precisa ser amplo, sistêmico, contextual e ir além de suporte psicológico</p>	<p>10.1 O contexto precisa ser considerado</p>	<p>O contexto no qual a (poli)vítima pertence precisa ser levado em consideração, compreendido e utilizado de forma a também ser fonte de apoio e suporte</p>
<p>Foco/plano de intervenção podendo mudar ao longo do processo (4) Necessidade de acompanhamento por mais tempo para compreensão ampla da demanda (4)</p>			<p>10.2 Alterações ou adaptações no plano da ação ou intervenção</p>	<p>Ao longo do processo de ação ou intervenção, é possível que mudanças sejam feitas e contribuam positivamente para a própria ação ou intervenção</p>
<p>Importância de ações preventivas (7)</p>			<p>10.3 Prevenção também é intervenção</p>	<p>Ações de prevenção precisam fazer parte da realidade profissional das instituições por onde passam crianças e adolescentes</p>
<p>Particularidades e complexidade das famílias (11) Reconhecimento de que família também precisa de intervenção (9) Intervenção com foco no fortalecimento da família (5)</p>	<p><b>11. Na ciranda da violência, a família entra na roda</b></p>	<p>As famílias, com toda sua diversidade e complexidade, também precisam ser consideradas, incluídas e fortalecidas em toda e qualquer ação ou intervenção com vítimas ou polivítimas do sexo masculino</p>		

<p>Atribuições e hierarquias de cada setor e serviço (8)          Atuação para violência precisa ser multiprofissional (13)          Reconhecimento de que polivitimização requer envolvimento de mais de um profissional ou instituição (4)          Autonomia, limites e relações entre instituições e profissionais (15)          Atribuição do servidor vai além do atendimento especializado às vítimas e inclui contato com a rede (2)          Falta de articulação e comunicação da rede (13)</p>	<p><b>12. A rede social é um palco, com muitos personagens</b></p>	<p>A rede de suporte social é composta por vários profissionais e instituições, com diferentes características, funcionamentos e relações entre si</p>	<p>12.1 Pluralidade de profissionais, especialidades, setores e instituições</p>	<p>O trabalho com meninos polivítimas requer a participação de vários profissionais, com especialidades distintas e pertencentes a instituições com diferentes atribuições</p>
<p>Falta de capacitação e treinamento sobre violência antes de iniciar trabalho (8)          Autonomia profissional para plano e execução de intervenção (7)          Ausência de recursos e capacitações para atendimento adequado (11)          Importância da rede de suporte (9)          Necessidade da participação do Estado para prevenir e mitigar violência (3)</p>			<p>É necessário que todos os envolvidos com crianças e adolescentes vítimas de violências recebam orientação, capacitação e recursos para poderem acolher, amparar ou atendê-las adequadamente.</p>	<p>13.1 "Aprendi na raça"</p>
<p>Abertura e disponibilidade pessoal e profissional (7)          Limites e condições pessoais para trabalho com VS (20)          Profissionais demandam capacitações (5)</p>	<p><b>13. Receber amparo para amparar</b></p>	<p>13.2 Impasses e possibilidades</p>		<p>Profissionais relatam as dificuldades e os limites para trabalhar com o tema e, paralelamente, a busca individual, ou da sua equipe, por informações e ações de autocuidado</p>
<p>Isolamento e cansaço: sensação comum (8)          Sensibilidade profissional para ver o que não está explícito (7)          Experiência profissional e pessoal contribuindo para melhor atuação (7)</p>		<p>13.3 Sensação de cansaço e desamparo</p>		<p>Profissionais relatam sentimentos de cansaço, frustração e não reconhecimento</p>
<p>Avanços em curso (8)          Mudanças na legislação legitimando atuação profissional melhor (8)          Mudanças requerem tempo (9)</p>	<p><b>14. Mudanças favorecem mudanças, mas requerem tempo</b></p>	<p>Mudanças na legislação favorecem mudanças na atuação dos serviços e de profissionais que atendem e protegem polivítimas do sexo masculino, mas tais avanços e melhorias demandam tempo</p>	<p>13.4 As vantagens da experiência</p>	<p>Quanto mais experiência com o tema, mais sensível e qualificado o profissional tende a estar</p>

## Capítulo IV

*“Agora, a insignificância me aparece sob um ponto de vista totalmente diferente de então, sob uma luz mais forte, mais reveladora. A insignificância, meu amigo, é a essência da existência. Ela está conosco em toda parte e sempre. Ela está presente mesmo ali onde ninguém quer vê-la: nos horrores, nas lutas sangrentas, nas piores desgraças. Isso exige muitas vezes coragem para reconhecê-la em condições tão dramáticas e para chamá-la pelo nome. Mas não se trata apenas de reconhecê-la, é preciso amar a insignificância, é preciso aprender a amá-la.”*

Milan Kundera – A festa da insignificância

### Discussão do Grupo 1

#### Tema 1: Coisas de Menino

O papel que a cultura e a sociedade têm na socialização das crianças e adolescentes é questão hoje pacífica (Baubérot, 2013; Beauvoir, 1949/2019; Connell, 2005). Mesmo que existam esforços na contemporaneidade no sentido de questionar a naturalização de padrões de uma masculinidade hegemônica (Kimmel et al., 2019), são perpetuados ainda padrões relacionais e expectativas a respeito do que se espera de crianças e adolescentes do gênero masculino. Essa perpetuação foi explícita e implicitamente percebida nas falas dos meninos entrevistados e, com isso, escolhemos iniciar a discussão do Grupo 1 comentando esta dimensão que tem como objetivo construir uma compreensão sobre essas vítimas.

#### *Subtema 1.1. Não Penso, Não Falo, Não Sinto*

Por diversos momentos ao longo das entrevistas com os três meninos, eles deram respostas curtas, para temas e perguntas diversas. O participante mais novo (G1\_P1) foi o principal representante da discussão deste subtema, com economia de palavras em suas respostas, mesmo quando para falar sobre assuntos cotidianos:

E1<sup>10</sup>: Depois que você toma café, normalmente o que você faz? P: Brinco E1: E do que você gosta de brincar? P: Bola ( ... ) E1: Você quer contar mais alguma

---

<sup>10</sup> A pesquisadora principal foi identificada com “E1”, o participante como “P” e “E2” é a(o) profissional do serviço responsável pelo caso e que acompanhou as entrevistas.

coisa que você lembrou depois dessa nossa conversa? P: Não E1: Algo de muito legal, que você lembra que o dia foi inesquecível? P: Não. E2: Não lembra de algo muito legal que aconteceu na sua vida? P: Não (G1\_P1).

Esse padrão de falar o mínimo possível, mais do que uma tentativa de estreitar as possibilidades de serem feitas outras perguntas que o levasse a pensar sobre experiências que lhe foram, ou ainda são, dolorosas, foi interpretado como uma tentativa de não se expor, evitando questionamentos ao seu papel de menino. A idade de G1\_P1 e o fato de ter sido o participante com menos tempo de acompanhamento no serviço, podem ser outros fatores que contribuíram para esse padrão de respostas, ainda que de forma não intencional.

Entre os mais velhos, também foram dadas respostas curtas e evitativas, se referindo como “o ocorrido” (G1\_P2) ou também como “o ato” (G1\_P3) à vitimização sexual que passaram. Com mais tempo de acompanhamento e possível maior vinculação com o serviço e a profissional de referência, o participante G1\_P3 expressou de forma explícita essa tentativa de não falar sobre, ou falar o menos possível: “Na minha opinião, comigo mesmo, quando acontece alguma coisa... 90% das vezes quando é uma coisa muito abaladora, eu falo ou comento.. mas não comento assim, 100% com a pessoa. Normalmente eu pego e... tranco” (G1\_P3).

Essa metáfora utilizada por ele, do se trancar, parece se relacionar muito bem com a expectativa que se tem de que os meninos *não sintam*. A cultura machista, que também caracteriza a sociedade brasileira, pressiona que eles sejam corajosos e implacáveis (Connell & Pearse, 2015) e por isso entrar em contato – seja pelo pensamento ou pela fala – com a experiência da violência é momento que oportuniza sentimentos contrários à coragem e à impenetrabilidade – emocional ou física. Nesse

contexto, a cultura machista coloca o não sentir como equivalente a não sofrer, impedindo o contato e o reconhecimento da dor.

Para além de ilustrar a presença do silenciamento entre os meninos (Parizotto & Baran, 2015), o que nos parece mais relevante nessa fala do G1\_P3 é a percepção que ele mesmo tem sobre esse padrão de se calar. Na realidade, a própria fala em um contexto de entrevista já demonstra a possibilidade, ou mesmo vontade, de romper com esse silêncio e de, inclusive, falar sobre a dificuldade de conversar sobre. Com isso, refletimos que em intervenções com crianças e adolescentes do gênero masculino, sejam eles (poli)vítimas ou não, o incentivo para que sejam feitas reflexões sobre eles mesmos, seus sentimentos, pensamentos, suas histórias e como compartilhá-las parece ser uma alternativa interessante.

### ***Subtema 1.2. Não Ser Vítima para Ser Homem de Verdade***

Ainda que o processo reflexivo tenha se apresentado nas narrativas dos meninos entrevistados, também percebemos uma dificuldade deles se verem no papel de vítima. A negativa de falar sobre a violência, como mostrado no Subtema 1.1, já é uma dimensão que aponta para essa dificuldade, mas eles também se referiram de forma jocosa a situações de aparente mal-estar ou sofrimento:

Só sei que tinha um... aqueles besouros véi nojento [*sic*] do cão... Só sei que tinha um monte, aí acordei com um na cara e assustei muito, muito, muito ( ... ) Eu assustei demais e só sei que aquilo lá foi traumatizante, só que é engraçado agora, né (G1\_P3).

Por um lado, a comicidade pode ser compreendida como uma estratégia para lidar com eventos “traumatizantes” [*sic*], como ele se referiu, mas por outro também pode indicar uma forma de fazer graça e, com isso, minimizar a sensação ruim que foi sentida na ocasião. Ainda que a experiência compartilhada neste trecho por G1\_P3 não

seja uma situação de violência, ela foi propícia para o surgimento de sensações parecidas com sensações vividas em contextos de vitimização, como insegurança e medo. Mesmo assim, parece haver uma diferença de gradação em relação ao que é considerado violência e, portanto, às situações em que se pode ser visto como vítima.

O participante G1\_P2 identifica a situação que passou com o primo como violência, mas não utiliza este termo em referências às situações em que sua genitora o ameaçou ou ofendeu: “Nunca tinha pensado na palavra violência... A palavra violência é muito forte. Mas em questão do meu primo sim. A minha mãe... já... pensei um pouquinho, mas eu nunca usei essa palavra, sempre pensei como um abuso de autoridade” (G1\_P2). Há um desafio importante para os meninos se perceberem e comunicarem estar num papel de vítima, mas talvez ainda mais difícil seja se perceber e comunicar estar num papel de polivítima. O vínculo e a continuidade de contato com o(a) ofensor(a), que no contexto de violência psicológica de G1\_P2 era a própria mãe, pode também ser um dos fatores que complexificam a autoidentificação como polivítima.

Se por um lado há estudos que apontam maior número de revelações de violências feitas por crianças do gênero masculino, e não por adolescentes (O’Leary & Barber, 2008), justificando que a socialização dos adolescentes os coloca em uma situação de maior pressão e cobrança em relação ao que é ser *homem de verdade*, por outro lado as crianças podem estar numa situação de maior vulnerabilidade, em relação aos adolescentes. Isso porque quanto mais novas as crianças, mais chances de não reconhecerem e não compreenderem que determinada situação foi uma situação violadora (Rosa & Souza, 2020).

Para aqueles que conseguem compreender a violência como violência, pode ser que entre os adolescentes existam mais, ou outros, recursos para comunicarem seu papel



de vítima, que as crianças ainda não desenvolveram. O participante G1\_P1, por exemplo, havia mencionado uma dinâmica conflituosa com agressão física mútua entre ele e o irmão mais novo, mas depois, quando perguntado se alguém mais já havia batido nele, respondeu dizendo que “Não! Nunca ninguém me bateu!” (G1\_P1). Enquanto a negação de se ver no papel de vítima pode ser a estratégia possível, e que requer menos elaboração para as crianças, os adolescentes por vezes reagem de forma a corresponder ao que é esperado de uma masculinidade hegemônica – com agressividade ou mesmo indiferença –, tentando recuperar o que se perdeu com a vitimização (Javaid, 2018): “o desgraçado do meu primo que fudeu [*sic*] toda a minha vida” (G1\_P2). A expressão de agressividade nos meninos vai para além das narrativas e pode também se manifestar nas ações ou respostas que eles têm diante da(s) violência(s):

Porque eu sempre fui uma pessoa que... quando uma pessoa chamava pra briga, eu não ia, mas aí eu comecei a ir por conta disso, os meninos iam me zoar ( ... ) aí eu falava merda, ameaçava, tacava caderno ( ... ) o ano que eu mais fiz isso foi quando eu tava no 6º ano ( ... ) acho que foi o pico da minha explosão ( ... ) A pessoa ia falar merda, eu brigava. Tava nem aí, todo dia eu ia pra direção (G1\_P3).

O contexto escolar, citado neste último trecho, é de extrema importância, pois a escola é o ambiente, além do familiar, em as crianças e adolescentes passam mais tempo. Ademais, é um espaço que reflete, reforça e decreta os papéis de gênero da sociedade (Rosen & Nofziger, 2019), papéis esses que, para os meninos, costumam valorizar ações e falas violentas e agressivas (Connell & Pearse, 2015), como ofender, brigar, ameaçar, agredir fisicamente. Entendemos ser urgente que a sociedade, e seus subsistemas, questionem a perpetuação dessa forma de socialização masculina que não favorece que os meninos se sintam legitimados e acolhidos no papel de vítima. E se, ou quando

conseguem, se sentem compelidos a reagirem com mais violência e agressividade em prol de seguirem pertencendo a essa categoria dos *homens de verdade*.

### ***Subtema 1.3. Emoções que (Não) São Expostas***

Outra dimensão que entendemos fazer parte desse cenário de *coisa de menino* é a expressão, ou não, de emoções. Enquanto para as mulheres é permitido, e esperado, expressá-las, para o gênero masculino a expressão das emoções é uma dimensão muitas vezes negada, sendo esperadas posturas de firmeza e confiança (Javaid, 2016). Essa expectativa social de não expressar emoções ajuda a compreender a fala do participante G1\_P3, que diz que “eu sempre fui uma pessoa pra dentro, nunca fui de... como se pode dizer... de interagir... não sou uma pessoa que gosta de interagir, mas quando eu começo a interagir... pode saber que é do fundo da alma!” (G1\_P3). Nesse caso, mais uma vez o participante G1\_P3 traz essa metáfora de ser “para dentro” [*sic*], mas, diferente do que expressou anteriormente, de se “trancar” [*sic*], aqui ele amplia a sua própria descrição e, de forma até contraditória com o que disse anteriormente, parece informar um desejo por se expressar. A própria participação na entrevista pode ter sido uma dessas ocasiões, em que ele começou a interagir “do fundo da alma” [*sic*], em um espaço acolhedor e que não apresentou expectativas ou normas de como ele deveria, ou não, se portar.

Mesmo com essa hipótese, ainda há determinadas emoções que aparentam ser mais desafiadoras para as vítimas do gênero masculino, especialmente aquelas que os colocam em uma situação de possível vulnerabilidade, como se houvesse um limite preciso entre o que são emoções *masculinas*, opondo-se, necessariamente, àquelas emoções ditas *femininas* (Connell, 2005). O trecho a seguir, do participante G1\_P2, pode exemplificar como pode ser difícil para os meninos admitirem a tristeza, podendo

atrelar outras emoções que costumeiramente são mais aceitas no contexto atual de masculinidade hegemônica, como a raiva:

Sou o mais atencioso lá em casa, posso ser ignorante, posso ser o que for, mas quando você tá passando mal, eu sou muito atencioso, muito. Quando ele [o pai] ficou com dengue, foi no começo da pandemia, eu fiquei deitado com ele o dia todo ( ... ) E eu sou muito mais assim que o meu irmão, tipo mais carinhoso ( ... ) Quando eles tão doentes, eu sempre dou um jeito de fazer as coisas, pegar remédio... Sempre, sempre, sempre, sempre fui assim. E quando ele me falou isso eu fiquei muito chateado, fiquei puto, né... Fiquei triste (G1\_P2).

As características do contexto de masculinidade hegemônica, as referenciadas nesta tese como *coisas de menino*, não representam regras rígidas ou imutáveis (Connell & Pearse, 2015). No entanto, para se diferenciarem do que representam atualmente na sociedade, mudanças, no que tange às expectativas que as agências de socialização têm em torno do que se entende como pertencente ao contexto de masculinidade, precisam ocorrer. Enquanto agências de socialização, pensamos sistemas como a família, escola, mídias sociais, etc. O entendimento sobre a necessidade de ocorrerem ações amplas, com respaldo político e institucional, também esteve presente na fala do participante G1\_P2:

Eu acho que seria bom... Uma política mais investida pra meninos, não que meninas não sejam importantes, mas acho que às vezes os meninos não se sentem seguros de falar ( ... ) Acho que os meninos se sentem um pouco desamparados, sem uma representatividade (G1\_P2).

Mesmo sem conseguir detalhar como poderia ser o investimento em políticas para os meninos, chama a atenção que essa seja uma dimensão percebida e denunciada também pelas próprias vítimas. Quais são as alternativas existentes com capacidade de

pressionar a formulação e implementação de políticas que garantam as condições necessárias para que os meninos ou homens (poli)vítimas se insiram adequadamente no SGD? Mais reflexões sobre essa necessidade estão compartilhadas no capítulo VI.

#### ***Subtema 1.4. Isso Também É Coisa de Menino?***

Algumas outras falas dos participantes do Grupo 1 expressaram características deles que correspondiam ao espectro do que, também na sociedade brasileira, podemos definir como *coisas de menino*. As principais delas dizem respeito à escolha de brinquedos ou brincadeiras como bola, pipa e bicicleta (G1\_P1) ou velotrol e triciclo (G1\_P3). No entanto, também observamos outras dimensões que os caracterizaram, embora não sejam indiscutivelmente *de meninos*. Para o participante G1\_P2, há uma relação entre “crianças afeminada, tipo meninos afeminados” e sofrer VS; pois, de acordo com a percepção dele, “geralmente quando isso acontece [VS], sempre são meninos afeminados” (G1\_P2).

A quebra no padrão de uma masculinidade hegemônica que, em seu próprio conceito, se pretende única, é vista como uma ameaça à própria masculinidade hegemônica, pois coloca em cheque que comportamentos como virilidade, agressividade e independência são os únicos possíveis (Connell, 2005). Ao construírem outras formas de ser e estar no mundo, essas diferentes expressões não só contradizem a ideia de um caminho único, como ameaçam o pressuposto de que outras masculinidades, e todas as formas de feminilidade, são inferiores (Rosen & Nofziger, 2019). No caso de G1\_P2, portanto, ser um menino “afeminado” [*sic*] é algo questionável dentro do que se pode considerar como *coisas de meninos*. Complementa ele sobre o risco que uma criança do gênero masculino, com trejeitos femininos, pode ter:

Por demonstrar uma doçura, meio que... tem uma grande fetização [*sic*] em travesti, por ser uma mulher e ao mesmo tempo ser um homem ( ... ) então é a

mesma coisa que acontece com uma criança, um menino, ele é uma criança ( ... )  
mas que ainda... meio que é uma menina ao mesmo tempo, entendeu? (G1\_P2).

Levantar a dúvida se determinada forma de se apresentar ao mundo se encaixa nessa categoria *de menino* nos parece carregar também uma questão de pertencimento que, especialmente na adolescência, é absolutamente relevante. Se sentir parte de um grupo pode favorecer o desenvolvimento de autoconfiança e de autoestima, fatores importantes para facilitar revelações de violências e também minimizar possíveis sintomas ou consequências negativas (Turner et al., 2017).

## **Tema 2: Estratégias de Enfrentamento: do Esquecimento à Aquisição de Competências**

A construção deste tema se deu a partir de uma compreensão de que os meninos entrevistados expuseram de forma muito consciente diversos recursos e estratégias que têm adotado, ou buscado adotar, para lidar com os desafios que a vida impõe. Ainda que algumas estratégias se relacionem com o papel masculino que é estimulado e incentivado aos meninos na nossa sociedade, optou-se pela diferenciação deste tema em relação ao primeiro, para ampliar o espaço de discussão das estratégias de enfrentamento que foram narradas e observadas.

### ***Subtema 2.1: Esquecimento como Alternativa para Não Falar Sobre o que Incomoda***

Diferentes movimentos chamaram a atenção no que se refere às lembranças da(s) violência(s) ou à ação de lembrar dos meninos entrevistados. Um primeiro deles foi quando o esquecimento nos pareceu ser mencionado de forma a interromper a continuidade de um diálogo, como se por trás do “esqueci”, os meninos, na realidade, quisessem dizer que não gostariam de continuar falando sobre aquele assunto. Os dois trechos de diálogo a seguir contribuíram para a construção de nossa interpretação:

E1: Onde é que você viu na internet? Como foi? P: Alguém me mostrou E1: Quem te mostrou os bichos na internet? P: Esqueci... (G1\_P1).

E2: Seus pais sempre saíam pra trabalhar? P: Não sei, não lembro E2: Vocês costumavam ficar com quem? P: Não lembro, só sei que esse dia foi marcante. (G1\_P3).

Nesses dois trechos, o conteúdo do diálogo faz referência a situações que eles mesmos haviam mencionado como situações causadoras de medo. Por isso, chama a atenção a possível ambiguidade que se tem de narrar uma situação que foi aversiva e marcante, sem que se tenha lembrança da mesma. Por outro lado, também faz sentido pensar que possa ter havido de fato um apagamento, uma espécie de enevoamento daqueles momentos negativos, quase como um dispositivo de defesa de fato, em que permanece algum registro da situação desagradável, mas detalhes são perdidos, numa tentativa de diminuir o impacto ou seus efeitos. Koriat et al. (2000), pesquisando a acurácia da memória, citam exatamente esse processo de lembrar da essência de situações e episódios, e não de detalhes, como algo comum e que muitas vezes é o exigido. Os autores chamam ainda a atenção para a importância de considerar o funcionamento da memória, sua acurácia e possíveis erros, de forma sempre contextualizada. De toda forma, nesses casos não parece ser possível construir uma interpretação única a respeito da intencionalidade que existe por trás desse esquecimento para os meninos (poli)vítimas. Eles mesmos parecem não atribuir um sentido a esse esquecimento, como quando o participante G1\_P3 falou que “eu não sei o que que eu tenho, mas tenho um problema de memória que eu não consigo lembrar das coisas” (G1\_P3).

Contudo, eles também referiram o desejo por um esquecimento intencional: “Aí eu fui crescendo...e eu tenho algumas memórias de tipo ajoelhar no chão e pedir pra

Deus pra levar essas memórias pra longe” (G1\_P2). Esse trecho nos chamou a atenção, pois além do desejo manifesto de não mais se lembrar das memórias da VS, também observamos outro recurso, que é a religiosidade. No caso deste participante, essa dimensão foi comentada várias vezes, porém nem sempre como um recurso, como será exposto em temas seguintes.

Oferecer um espaço de acolhimento para as crianças e adolescentes falarem, se e quando quiserem, tanto em família como nas instituições que frequentam pode ser o mote das intervenções. Ter um contexto de referência e segurança, em que falar sobre experiências negativas da vida ou de violações seja possível é fator de proteção para um desenvolvimento saudável (Guerra et al., 2016; Soler et al., 2013). Ainda que tal contexto favoreça o esquecimento dessas (poli)vítimas em relação às lembranças das violências, esse não precisa – e parece nem mesmo ser possível – ser o objetivo das intervenções.

### ***Subtema 2.2. O Papel do Lazer e da Rede de Apoio***

O contexto favorável citado anteriormente pode ser proveniente do lar e da família dos meninos (poli)vitimizados, mas também inclui o contexto relacional com os pares e com momentos de distração e diversão com eles. Tais momentos não são necessariamente marcantes, e podem ser atividades rotineiras, como comentou G1\_P2 sobre suas atividades de lazer nos últimos meses: “Geralmente a gente vai pra shopping ou a gente se encontra na casa de um deles [amigos] mesmo” (G1\_P2).

A presença de pares no convívio diário é fator de proteção para crianças e adolescentes e pode ter como função, além da companhia social, verbalizada por G1\_P2, também apoio emocional, regulação social, dentre outros (Sluzki, 1998). Essas funções da rede de apoio precisam ser observadas pelos adultos responsáveis por esses meninos, que podem favorecer ou dificultar o acesso aos pares. Além disso, a diminuição ou

ausência do contato entre eles pode também significar a possível vivência de um cenário de polivitimizações (Turner et al., 2017).

Os três meninos entrevistados nesta pesquisa relataram uma rede social escassa e mesmo assim significativa. O participante G1\_P3, por exemplo, manifestou sua proatividade atual em se aproximar dos colegas compartilhando que “ultimamente eu tô acordando 6h, me arrumando e indo correr mais alguns colegas” (G1\_P3). Além da relevância desse adolescente ter uma rede de pares que possa fazer companhia, também consideramos ser uma informação pertinente saber que tem partido dele a busca por essa atividade e essa aproximação. Reconhecer a existência de um contexto seguro e de uma rede de suporte são, em si, fatores de proteção para situações de violência, ainda que a rede seja restrita ou até mesmo distante (Soler et al., 2013). Ademais, é importante pensar no resgate dessa dimensão social, pois há casos em que o apoio pode vir, também ou exclusivamente, de outras pessoas que não os familiares. O próprio G1\_P3 disse “eu não interajo muito com a minha família nuclear” e complementou sobre os conflitos em casa dizendo que “sempre foi assim, principalmente por conta da minha irmã e de mim porque nós não nos damos bem” (G1\_P3).

Juntamente com a potencialização de relações sociais satisfatórias e de confiança, consideramos também que priorizar a construção de um contexto social com saúde para os meninos (poli)vitimizados é tão, ou mais, relevante que pensar formas de diminuir os contextos de vulnerabilidades e desafios. A fala de P1\_G3 que diz que “na verdade ultimamente a minha felicidade tá sendo andar de *skate*” (P1\_G3) parece denunciar como os momentos de lazer e de diversão podem estar ocorrendo de forma precária, seja em companhia de pessoas da rede afetiva ou individualmente.

Portanto, promover saúde e compreender quais são os possíveis fatores que significam saúde para cada menino ou criança e adolescente (poli)vitimizado é



fundamental. Essa premissa, da promoção da saúde, também tem amparo nas políticas de saúde do SUS, que enfatiza que, além do tratamento de agravos e doenças e até mesmo da prevenção delas, é preciso pensar e agir de forma que sejam acrescentadas ações de bem-estar e saúde (Rosa & Silva-Roosli, 2019). Pode parecer um desafio aos meninos identificar e buscar atividades de lazer, como andar de *skate*, por exemplo, mas esse desafio pode ser compartilhado com os familiares e profissionais.

Discutir e refletir sobre o assunto deste subtema, ainda que com trechos curtos, tem, em nossa avaliação, grande significado, pois se propõe a desafiar as e os leitores a pensar em estratégias de enfrentamento diferentes de uma lógica que prioriza a retirada ou modificação de possíveis fontes de sofrimento. De forma contrária, prioriza a inserção e a construção de fontes de saúde, como o convívio com os pares, as brincadeiras, passeios e o esporte. Todos esses aspectos significam o oferecimento de ambientes de criatividade, seja pela expressão artística ou corporal, o que mostra a possibilidade de que a comunicação pela fala não é a única forma de rever e ressignificar eventos e situações. Embora para os profissionais ou instituições essa possa ser uma via mais confortável e conhecida, pode ser limitante para as pessoas atendidas.

Além disso, este subtema também propõe ampliar a percepção de rede de apoio e pensar em formas personalizadas de indivíduo para indivíduo, de maneira que o contexto, a história e as preferências de cada um sejam consideradas, ao invés da reprodução de ações que se proponham universalistas – como a ideia de que família nuclear é a principal fonte de apoio –, discussão aprofundada em temas a seguir.

### ***Subtema 2.3. Autonomia como Sinônimo de Proteção***

O desenvolvimento da autonomia foi uma estratégia mencionada como tendo um sentido protetivo, principalmente para o participante G1\_P2, o mais velho deles. Ele

mencionou momentos específicos em que se sentiu livre, e conseguiu contextualizar sua própria trajetória no desenvolvimento dessa autonomia:

Liberdade. É muito libertador você saber que você não precisa de outra pessoa... ( ... ) eu tento ser o máximo independente. Eu sempre tive uma subconsciência de que eu ia precisar ser sozinho quando eu crescesse. E acho que é por isso que eu não sou tão mal hoje em dia, tipo... psicologicamente. Sempre soube me virar sozinho, comecei a cozinhar por agora, mas em questão psicológica... eu sempre... sempre tento dar o meu jeito, entendeu? (G1\_P2).

Outras coisas que foram muito importantes foi quando eu comecei a passar muito tempo fora de casa para evitar a minha família. Comecei a fazer cursos e cursos e cursos. Eu já meio que tenho um curso técnico de design gráfico, sei falar inglês porque eu comecei a fazer curso, me formei em francês porque comecei a fazer curso ( ... ) tudo para passar mais tempo fora de casa. Me mudei de escola ( ... ), que me facilitava muito mais ficar fora de casa, então comecei a estudar em [nome de outra RA longe de casa] (G1\_P2).

O processo de desenvolvimento de autonomia, autoconfiança e independência é previsto na trajetória dos indivíduos e famílias, com um entendimento de que ter mais controle sobre a tomada de decisões em sua própria vida é fundamental, especialmente no momento da adolescência (Carter & McGoldrick, 1995). No entanto, o desenvolvimento da autonomia não significa uma desconexão emocional com os pais, mas um distanciamento que também requer aceitação e incentivo deles.

Para o participante G1\_P2, contudo, essa desconexão com os familiares parece ter ocorrido previamente às ações de profissionalização e intelectualização. Elas o levaram a adquirir competências que, por sua vez, o colocaram em um contexto de maior autonomia. Esse cenário reforçou a distância, física e emocional, de G1\_P2 com seu lar.

Para ele, a busca por essas estratégias de enfrentamento nos pareceu ser intencional e significar que ele seria sua única, ou principal, fonte de apoio ao longo da vida. Por isso ele mesmo deveria se responsabilizar por se qualificar para ter os recursos e ferramentas necessários, pois contar com a ajuda dos pais não parecia uma possibilidade. Embora a profissionalização, com a aquisição de competências, seja uma via socialmente aceita e bem vista, a dimensão do sofrimento também pode ser lida nesses dois trechos: “Cursos e cursos e cursos” não necessariamente foi uma escolha, mas talvez possa ter parecido ao G1\_P2 sua única opção.

Para além dos exemplos de profissionalização, e sem perder de vista a necessidade de contextualizar as normas sociais que ditam os comportamentos masculinos, compreendemos que o desenvolvimento de autonomia é uma esfera importante para crianças e adolescentes, mesmo entre as(os) mais jovens. O participante G1\_P1, por exemplo, ao falar sobre o ato de tomar banho sozinho compartilhou que agora o faz porque “é bom banhar sozinho” (G1\_P1). Nesse exemplo específico do banho, pode ser de fato uma diminuição de situações de risco que os meninos aprendam a executar essas atividades de autocuidado e higienização, pois elas requerem a manipulação de seus próprios corpos. No entanto, é importante que esse desenvolvimento de autonomia se dê em equilíbrio com a manutenção de algum contato e orientação dos pais ou responsáveis. Compreendemos, no entanto, que é uma questão sensível o estabelecimento desse equilíbrio.

No cenário nacional, é realmente desafiador pensar sobre os polos de dependência e independência das crianças e adolescentes com seus núcleos familiares. Embora haja grande defesa na literatura (Minuchin et al., 2009) de que aos adultos cabe exercer os papéis hierárquicos e que eles devem ser os provedores, emocionais e materiais, de seus filhos, parece haver algum descompasso entre tais expectativas e o

contexto atual, de aumento de desemprego, insegurança alimentar, violência e vulnerabilidade (IPEA, 2020b). Há uma expectativa de que, ao mesmo tempo em que forneçam as condições adequadas de saúde, educação, moradia, lazer, etc, os pais também devam auxiliar os filhos a se qualificarem e capacitarem para lições diversas, que lhes serão úteis no desenvolvimento de uma autonomia e de uma vida adulta saudável. Para quais famílias essas recomendações são factíveis? Será possível manter os mesmos parâmetros de cuidado e estrutura familiar para toda e qualquer faixa de renda? Mata et al. (2017) fazem uma importante discussão sobre o conceito de negligência, criticando seu uso indiscriminado e descontextualizado, que é muitas vezes apoiado em um padrão biomédico circunscrito em determinada classe social. Por isso, pensar a autonomia como sinônimo de segurança e proteção para os meninos (poli)vitimizados precisa ser problematizado, considerando questões sociais, culturais e econômicas. Por isso, compreendemos que a dimensão familiar precisa ser incluída.

### **Tema 3: Acontece nas Melhores Famílias**

O título deste tema se deu a partir de um dito popular brasileiro que carrega o significado de que em todas as famílias, *até nas melhores*, ocorrem as mais variadas situações. Aqui, a situação discutida será a violência e a relação com os manejos que as várias famílias, com suas semelhanças e diferenças, fazem.

#### ***Subtema 3.1: A Tradicional Família Brasileira***

Ainda que a contemporaneidade admita e considere uma pluralidade de formatos, estruturas, dinâmicas e papéis familiares, ainda é comum que sejam feitos juízos de valor a um ou outro formato de família. Os três meninos entrevistados fizeram referências a um modelo familiar que reproduz estereótipos de gênero e que colocam a mulher como responsável pelo cuidado da casa, da família e dos filhos, enquanto ao homem cabe o exercício laboral e de prover financeiramente (Zanello, 2018). O

participante G1\_P1, por exemplo, caracterizou de forma bem estereotipada, ainda que não intencional, as divisões de tarefas entre os pais:

E1: E quem que faz o seu café? P: Minha mãe ( ... ) E1: Quem é que te dá banho?

P: Minha mãe ( ... ) E1: E quem te ajuda a fazer [o dever de casa]? P: Minha mãe ( ... ) E1: E seu pai, faz o que? P: Ele trabalha (G1\_P1).

A posição de cuidado das mulheres nas famílias é ainda vista como regra no Brasil e reproduz não apenas o estereótipo de cuidado relacionado à afetividade ou maternidade, como também a perspectiva de chefiar o lar. De acordo com documento do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) (Fontoura et al., 2016), que comparou dados de 1995 a 2015, houve um aumento no número de lares chefiados por mulheres de 25% para 40% nesses 20 anos. A perspectiva é que depois de 2015 tenha havido um aumento ainda maior, e esse cenário inclui tanto as famílias em que a mulher habita unicamente com filho(s), mas também aqueles lares em que há um cônjuge, mas a renda principal é das mulheres.

Se por um lado esses dados podem indicar uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, por outro também podem significar um aumento da sobrecarga de trabalho, que não cessa em casa e passa a existir também fora dela. No caso dos três meninos entrevistados, as genitoras se identificaram como donas de casa, sem um trabalho, formal ou informal, externo. Com isso, fica ainda mais demarcada a função de cuidado dos filhos à genitora, que permanece em casa, e não ao genitor, que passa mais tempo fora de casa. Esse maior contato que os meninos têm com as mães não apenas gera maior sobrecarga a elas, como também impacta a relação que os filhos têm com suas mães:

Minha mãe... ela é estressada e... na maioria das vezes ela tá estressada, poucas vezes ela tá tranquila. E meu pai... ele trabalha, só chega tarde, aí eu não tenho

muita convivência com ele, porque eu não tenho intimidade com ele. Com minha mãe eu tenho um pouco mais. Porque com ele é ‘oi, bença, tchau’. Na maioria das vezes é tirar alguma brincadeira, alguma coisa assim (G1\_P3).

Nesse caso, o contato restrito com o pai significa, além de uma participação acanhada na rotina e dia a dia do filho, também a diminuição de possíveis situações estressoras entre eles. Já que pouco se encontram, a relação se basta em “oi, bença, tchau” [*sic*]. O contrário se dá com a mãe, que convive mais e por isso tem mais chances de se desentender com o(s) filho(s), até porque fica com ela a responsabilidade por supervisionar, orientar, dar limites e ensinar.

Além da estrutura familiar dita tradicional, com pai trabalhando fora, mãe sendo dona de casa e cuidando dos filhos, outra dimensão observada foi o valor que se dá à manutenção de uma determinada imagem familiar. O participante G1\_P2 denuncia esse paradoxo que é “as pessoas da Igreja acham que a gente é uma família perfeita” (G1\_P2) versus uma sensação que ele tem de descrédito dos familiares em relação à VS que sofreu:

Minha mãe, ela é... muito complicada.. eu levaria umas duas sessões pra explicar como minha mãe é (risos). Ela gosta de manter uma boa aparência. Não importa em que contexto, ela gosta de manter uma boa aparência ( ... ) literalmente não importa o que aconteça, ela sempre vai manter uma boa aparência (G1\_P2).

O momento de vida em que se encontra o adolescente também é caracterizado pela diferenciação de sua família e de seus familiares e, nesse processo, é esperado que com a busca por autonomia, as críticas em relação aos pais se manifestem (Nichols & Schwartz, 2007). Esse processo de observar e criticar as idiossincrasias da mãe o auxilia a autorregular suas emoções, se afastando da dependência que tem por ela. O equilíbrio entre o desenvolvimento dessa autonomia, ou da individuação, com a manutenção do

pertencimento à família é um continuum que pode ser desafiador, mas também importante (Otto & Ribeiro, 2020).

Por outro lado, a sensação de não apoio se coloca presente exatamente pela sensação que G1\_P2 manifesta de que, para a mãe, o status social que a família deve manter tem um valor maior que qualquer coisa, até mesmo uma situação de violência que gera sofrimento ao seu filho. Como já abordado no Tema 2, um contexto seguro e de confiança para as crianças e adolescentes não apenas é fator de proteção para a não ocorrência de situações violentas, como também é significativo para diminuição de possíveis sintomas, para aumento de autoestima e autoeficácia (Turner et al., 2017). Ademais, a convivência e o desenvolvimento em um ambiente hostil, como esse narrado por G1\_P2, pode também auxiliar na compreensão dos motivos pelos quais ele compartilhou o desejo de ficar fora de casa, de se qualificar e se tornar autônomo.

Consideramos que a inclusão dos pais e responsáveis nas intervenções com os meninos deve ser um caminho sempre considerado pelos profissionais para que sejam buscadas adaptações relacionais geradoras de menos sofrimento. Além disso, incluí-los é uma alternativa para compreender a história familiar, com a presença desse tipo de juízo de valor.

### ***Subtema 3.2: Reação dos Familiares Impactando os Meninos***

Ainda dentro da perspectiva familiar, algumas falas do participante G1\_P2 contribuíram para uma interpretação de que, ainda que com conflitos e prejuízos relacionais, os meninos nutrem expectativas e se frustram com a reação que os familiares têm diante de algumas situações. No caso de G1\_P2, muito foi compartilhado a respeito da relação dos pais com sua orientação sexual homoafetiva:

No dia do meu aniversário, ele [o pai] me deu parabéns e falou assim, ‘parabéns, espero que você volte a ser o que você era antes’, e saiu. O que ele queria que eu fosse antes era crente, hetero, essas coisas assim, entendeu? (G1\_P2).

Minha mãe pegou meu celular e descobriu que eu gostava de meninos. Foi tooooooda uma história, toda uma história, ela falou que eu ia pro inferno... as coisas de sempre que os crentes falam... ok. Aí foi quando eu comecei a ficar muito mal, em questão de depressão e ansiedade (G1\_P2).

Em ambos os trechos o adolescente compartilha as reações do pai e da mãe como reações de desaprovação e ameaças, embora ele não nomeie como violência – como foi analisado no Subtema 1.1. Mais adiante na entrevista, o adolescente compartilhou uma situação em que ele mesmo trouxe o tema da VS em um diálogo que acabou se tornando discussão com a mãe:

Eu peguei e gritei pra ela ‘você sabe o que aconteceu comigo e você nunca conversou comigo, sabe que eu gosto de meninos ( ... )’, e aí ok, ela ficou... calada. Se calou e não falou mais nada, nada, nada. Ficou muda. Aí a gente ficou dois dias sem se falar. E ( ... ) voltou a se falar depois normal. Aí de vez em quando ela solta umas coisas... ‘ah, ninguém vai te amar, você vai pro inferno, você precisa mudar...’, falando umas coisas assim (G1\_P2).

Uma primeira interpretação desta fala versa sobre a dificuldade que é falar sobre a VS, dimensão já abordada no Tema 1. Outra interpretação é sobre a postura de aparente paralisação da genitora diante das informações compartilhadas pelo filho que, como ele mesmo disse, saíram em tom de grito. Tal paralisação, juntamente com o fato de que por alguns dias eles ficaram sem se falar, nos pareceu sinalizar para o desafio que significou para essa mãe ouvir do filho a comunicação de assuntos tão relevantes e, ao mesmo tempo, desafiadores.



A valorização da reação dos familiares não se limita ao pai ou a mãe, mas inclui também outros parentes. No cenário em que a violência é intrafamiliar, como foi o caso dos três entrevistados, a sensação de desproteção pode ganhar ainda mais espaço, a depender da forma como outros familiares, além do(a) próprio(a) ofensor(a), reagem:

Minha família é muito difícil, ninguém respeita ninguém ( ... ) ele [o primo que foi o agressor sexual] vem... tenta... ele já tentou, eu já bloqueei ele de todas as redes sociais ( ... ) mas mesmo assim ele continua indo lá em casa, mesmo a minha mãe sabendo que eu não gosto. Pra todo mundo que vai lá em casa eu deixo bem explícito que eu não gosto dele. Eu falo [para] todo mundo que fala o nome dele ( ... ): ‘esse é um nome morto aqui em casa, ninguém fala sobre ele!’ (G1\_P2).

A percepção de desproteção no ambiente familiar e doméstico do participante G1\_P2 fica mais uma vez ressaltada neste trecho, em que há um pedido explícito de distância do primo ofensor, porém não é atendido. Há também o relato de uma tentativa de reaproximação do primo com ele e, mais uma vez, são compartilhadas estratégias de enfrentamento individuais para impedir esse contato, já que há uma sensação de se estar sozinho nesta tarefa. As possibilidades protetivas poderiam ser potencializadas caso a família também partilhasse de ações com esse fim.

### ***Subtema 3.3: Os Bastidores Também Contam***

Responsabilizar unilateralmente a família, ou apontar unicamente suas falhas, não é o objetivo desta discussão. Por isso, neste subtema entendemos ainda ser necessário analisar o contexto em que as famílias se inserem, pois esse cenário também participa e influencia as dinâmicas das (poli)vitimizações. Uma das dimensões do *bastidor* das famílias é o contexto social e econômico em que elas se inserem. No caso

de G1\_P3, ele compartilhou um episódio de sua infância que, se analisado objetivamente, pode ser lido e interpretado como negligência de seus pais:

Fui dormir à noite e acordei no outro dia, aí tava só eu na casa, no barraquinho de madeira ( ... ) Só sei que tava só eu, eu desesperei, não sei por que... Não sei por que eu desesperei, eu comecei a gritar ‘socorro, socorro, socorro, socorro, socorro, socorro, cadê minha mãe, cadê meu pai, cadê minha mãe, cadê meu pai’, só sei que não sei quem, não lembro quem foi, mas pegou e arrombou a porta ( ... ) foi muito traumatizante aquilo lá (rindo) (G1\_P3).

Além deste trecho apresentar mais um exemplo da tentativa dos meninos de usarem o humor como alternativa para minimizar a dor e o sofrimento, interessa ampliar a análise para além do fato concreto de que uma criança de 8 anos de idade acordou sozinha em casa. É necessário expandir uma lógica normativa, que define “negligência” a partir de um determinado padrão familiar, especialmente em um país como o Brasil. Isso porque apesar de existirem dispositivos legais (Brasil, 1990) que preconizam a divisão de responsabilidade nos cuidados de crianças e adolescentes entre família, sociedade e Estado, o que se vê ainda é um contexto em que as famílias são as principais responsáveis por suas crianças e adolescentes.

No caso de G1\_P3, ele não soube informar o motivo pelo qual estava sozinho em casa na ocasião, mas foi cogitada a hipótese de que seus pais trabalhavam fora na época e não tinham com quem deixá-lo. Ficar dormindo sozinho em casa parecia costumeiro, o que não era costumeiro era ele acordar antes do retorno dos pais, como foi no dia narrado. Diante do cenário social brasileiro de desigualdade, as possibilidades de cuidado dos familiares precisam ser contextualizadas e esses bastidores precisam ser colocados em evidência (Mata et al., 2017). Com isso, não se defende que práticas como essa, e os riscos dela advindos, sejam relativizados, mas sim que, no centro do debate,

seja trazida a condição econômica e social das famílias e como elas moldam suas práticas de cuidado com as crianças e adolescentes. Além do sistema social, mais amplo e que impacta diferentemente as famílias, outra dimensão, que por vezes fica nas sombras, é a ocorrência de violências indiretas ou outros conflitos familiares que eles não participam, mas testemunham de alguma forma:

Teve outro grande caso que não me afeta diretamente, mas indiretamente. A mãe desse meu primo [ofensor sexual] ficou... com o marido dessa minha prima [que estava acompanhando-o no atendimento], não, com o pai dessa minha prima e isso fez um auê [*sic*] na família toda, né, como é esperado, e aí ( ... ) a família se separou muito, muito, muito. E eu sempre fui mais ligado na [nome da tia mãe da prima que estava acompanhando-o no atendimento]. Isso acabou me afastando um pouco da [nome da tia mãe do primo ofensor] (G1\_P2).

A narrativa desse episódio ocorreu durante a entrevista, no momento em que foi solicitado que o adolescente compartilhasse fatos marcantes em sua trajetória de vida, tenham sido eles bons ou ruins. Esse episódio foi narrado como marcante e percebido como afetando indiretamente. Ainda que não tenham sido aprofundados os sentidos e significados deste termo, *indiretamente*, chama a atenção o registro desse episódio que ocorreu entre tios e primos, mas que ganhou relevância em sua história de vida. Por isso, entendemos que há um contexto de família extensa que é bastidor para o menino e seu núcleo familiar, e que não lhe escapa a atenção.

A dimensão de testemunhar violências é considerada uma das formas de vitimizações por Finkelhor, Ormrod, et al. (2005). Na recente Lei nº 13.431/2017 (Brasil, 2017) o oferecimento do depoimento especial inclui também crianças que tenham testemunhado violências, numa compreensão atualizada do sofrimento causado por presenciar tais fatos. Há, no entanto, uma diferenciação na referida Lei entre vítima e

testemunha, enquanto para Finkelhor, Ormrod, et al. (2005) essa distinção não existe, pois se considera vítima também quem tenha testemunhado violência(s).

Delimitar e definir vítima e testemunha são ações que precisam anteceder o pensar e definir as políticas públicas e as possibilidades de atendimento para um e outro grupo. No Brasil, já existe um entendimento de que sofrimento e possíveis prejuízos caracterizam tanto as vítimas como as testemunhas de violência, tanto que a inclusão deste segundo grupo na Lei do Depoimento Especial (Brasil, 2017) tem como intuito também proteger e diminuir os possíveis danos que as testemunhas possam ter com suas narrativas. A existência de sofrimento será então o critério para incluir as testemunhas de violência(s) nas políticas de atenção e assistência? Deverão as áreas da Saúde e da Assistência Social ampliar seu escopo de atuação para esse grupo, ao levar em consideração que eles também sofrem, ainda que indiretamente, com as violências testemunhadas? Poderá haver uma delimitação entre quais são as violências testemunhadas que serão incluídas em determinado serviço ou a existência de políticas públicas precisa ser abrangente na assistência e, com isso, qualquer criança e adolescente que tenha sido vítima ou testemunha de violência deverá ser incluída? Conflitos familiares, com agressões verbais e psicológicas, farão parte do escopo de atendimento ou alguns tipos de vitimizações serão considerados, em detrimento de outros? Essas decisões caberão a cada serviço e equipe de profissionais, ou existirão normativas municipais, estaduais e federais que orientem, fiscalizem e forneçam as condições necessárias para um atendimento universal e amplo? O que será definido como *bastidores familiares* e como serão considerados no oferecimento de atendimento parece ser uma pergunta necessária para discussões entre diferentes atores e instâncias sociais e de poder público, extrapolando, portanto, o contexto acadêmico.

#### **Tema 4: Se Correr o Bicho Pega, se Ficar o Bicho Come**

O fenômeno da polivitimização é marcado pela ocorrência de diferentes violações, que podem acontecer em locais diversos e serem praticados por diferentes autores. Neste tema, a análise feita vai ao encontro dessa descrição da PvCA. A partir de várias falas dos meninos foi possível pensar um cenário quase que como caracterizado pela inevitabilidade diante da violência, daí a escolha por este título para o tema, mais uma vez dando voz a um dito popular brasileiro.

##### ***Subtema 4.1: Violências Aqui e Ali***

Os participantes G1\_P2 e G1\_P3, os mais velhos, apresentaram diversos exemplos de violências que ocorreram fora do contexto doméstico e intrafamiliar. Em ambas as histórias, a VS foi praticada por primo, e também há relatos de violências psicológica e verbal pelos pais, como compartilha G1\_P2 falando que sua mãe “sempre foi muito... escrota. Falava que ninguém ia me amar, falava que eu ia pro inferno, essas coisas assim de gente maluca” (G1\_P2).

Essa fala vinda dos genitores já foi discutida anteriormente, mencionando o impacto que tiveram para os meninos (Turner et al., 2012). Neste tema, buscamos ir além e enfatizar a diversidade de formas de agressão a que os meninos foram submetidos. Ainda que todos os exemplos possam ser classificados enquanto violência psicológica (IPEA, 2021), o teor de cada um desses exemplos difere e, com isso, os impactos também recaem em diferentes áreas de suas vidas. O participante G1\_P2 compartilhou, por exemplo, que o mesmo primo que cometeu a VS, também teceu falas sobre seu corpo. Com seu relato, observamos, inclusive, como os meninos também sofrem com as exigências estéticas, relacionadas a um determinado padrão físico corporal, da sociedade capitalista.

Acho que tenho outra memória dele [do primo], quando eu tinha uns 12 anos. Foi quando eu meio que engordei. Eu nunca fui gordo, sempre fui só um pouquinho acima do peso, mas a família do meu pai tem um biótipo da gordura acumulada na área abdominal, então eu comecei a engordar por questão da idade ( ... ) e eu lembro dele me falar, tipo ‘ninguém vai querer você porque você tá gordinho’, e isso me marcou pra caralho. Muito mesmo ( ... ) O bendito, o filho da puta falou isso e isso me marcou e tipo, eu parei de comer ( ... ) eu reduzi bastante a minha alimentação. E eu vim me recuperar disso esses últimos tempos, agora (G1\_P2).

Diante deste cenário, percebemos a relevância de desconsiderar estereótipos, como o que diz que apenas as meninas sofrem com pressões estéticas. Também percebemos que, para os adolescentes, sair de casa era uma alternativa para evitar a violência que acontecia dentro do contexto doméstico. O desafio, no entanto, é que a violência também acontecia *ali*, fora de casa:

Eu tava uma vez no banheiro... e tinha um cara lá dentro. Na hora que eu entrei, ele virou pra mim... com... o órgão genital dele exposto e me mostrando ( ... ) eu saí e tentei fingir que nada tava acontecendo ( ... ) comecei a reparar que ele pegou o telefone e ligou pra uma pessoa e uma pessoa entrou. Na hora que eu fui sair do banheiro, ele meio que foi pra porta e ficou tipo... me olhando da porta... e... como eu posso falar isso... ficou... apertando a genitália dele (G1\_P2).

Eu saí do trabalho, tava descendo para ir pro CIL e o caminho ( ... ) é muito escuro. Aí tinha um cara e ele me perguntou, eu tava de fone de ouvido, não tinha escutado o que ele tinha falado comigo, ele chegou e falou assim: ‘onde fica o [nome de um hospital]?’ Eu falei, ‘ah, é só você descer reto’. Aí ele: ‘é só descer reto?’ E eu, ‘sim’ ( ... ) Aí ele falou assim, tipo apertando a genitália também, ‘você quer ir lá comigo?’, aí eu fiquei muito abalado, né, de novo (G1\_P2).

No primeiro trecho, a dificuldade de denunciar uma VS fica mais uma vez evidente, talvez relacionada à forma como ocorreu, tão explícita. A reação de paralisação da vítima também é uma atitude denunciada em outros estudos (e.g., Hohendorff et al., 2014), tornando possível compreender que mesmo os meninos, e mesmo os meninos mais velhos, como no caso de G1\_P2, não carregam em si necessariamente uma reação de defesa que seja de agressividade ou outros comportamentos condizentes com o que se espera de uma masculinidade hegemônica (Kimmel et al., 2019; Rosen & Nofziger, 2019). Urge desconstruir, portanto, a ideia de que os meninos são vítimas menos frequentes, pois conseguiriam se defender e interromper quaisquer tentativas de VS.

O próprio uso do termo, “tentativa de violência”, precisa ser refletido, uma vez que desde 2009 o crime de estupro passou a ser definido como: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (Brasil, 1940; 2009, Art. 213). Embora possam existir críticas à estipulação da mesma penalidade para as situações de conjunção carnal e atos libidinosos, ou ainda para a extensão das práticas que podem ser consideradas atos libidinosos (Silva, 2016), a alteração do Código Penal (CP) é compreendida como um avanço significativo no oferecimento de proteção do Estado no que se refere aos crimes sexuais. Situações como as narradas nesses dois trechos poderiam, portanto, ser compreendidas como atos libidinosos, pois para tal não há a necessidade de toques físicos. Além disso, fica evidente na fala de G1\_P2 o caráter de constrangimento que caracterizou esses episódios, apontando que não é necessário haver penetração para que a VS seja considerada grave e geradora de sofrimento e sintomas.

Além da ocorrência de VS por mais de uma vez, os adolescentes também citaram outros eventos que eles mesmos consideraram como violência, quando assim

perguntados. Os participantes G1\_P2 e G1\_P3 compartilharam terem sido vítimas de *bullying*, embora o G1\_P3 tenha significado que “sempre sofri *bullying* por causa do meu nome” (G1\_P3) e para o participante G1\_P2 o *bullying* ocorreu “porque eu sempre fui uma criança muito afeminada, sabe, sempre tive os trejeitos” (G1\_P2).

A escola é um importante contexto de socialização das crianças e adolescentes e é também um espaço que reproduz normas sociais e estereótipos de gênero, que tendem a privilegiar um sistema heteronormativo. Rosen e Nofziger (2019) conduziram um estudo com meninos em idade escolar nos Estado Unidos, o que seria equivalente ao Ensino Fundamental II no Brasil, e identificaram como o contexto escolar, dos pares e da perpetuação de *bullying* contribuíram para a construção social das expressões de masculinidade na adolescência. O relato do participante G1\_P2 exemplifica essa questão, pois ainda que todos os homens se beneficiem pelo domínio da masculinidade hegemônica, aqueles que não a performam *inteiramente*, e têm comportamentos *afeminados*, são menos aplaudidos, menos recompensados e estão em maior risco (De Castro Filho, 2020; Rosen & Nofziger, 2019).

#### ***Subtema 4.2: Recurso? Risco? Recurso e Risco?***

A ideia deste subtema vem a partir da análise de que algumas situações e instituições podem significar tanto um contexto de risco, como de proteção. A relação com instituições religiosas e com seus representantes foi mencionada como uma questão que mudou de significado para o participante G1\_P2. Em um dado momento foi um ambiente no qual ele atribuiu confiança, revelando a situação para o pastor e outras pessoas da Igreja, mas essas pessoas contaram para outras, quebrando a confiança estabelecida:

Teve um dia que a gente [ele e o primo] foi para um evento da Igreja ( ... ) eu já tinha conversado com uma mulher da Igreja sobre ele, e aí ela falou pra ele que



ele precisava pedir perdão pra alguém e aí veio eu na cabeça dele, só que quando ele veio me pedir desculpas, ele não pediu desculpas tipo, ‘ah eu errei, desculpa’ ( ... ) Não, ele falou que ele errou, mas que não tinha sido ele, que tinha sido o demônio que tinha usado e essas histórias todas (G1\_P2).

A quebra de confiança nesse caso não apenas gerou sentimentos de aversão de G1\_P2 com os representantes da Igreja – “eu fiquei muito putado com o Pastor” (G1\_P2), como também, no caso dele, interferiu no seu envolvimento com a instituição religiosa, pois ele compartilhou não frequentar mais a Igreja após tal episódio. As instituições religiosas, sejam os templos ou mesmo contextos educacionais (De Castro Filho, 2020), parecem carregar tanto o potencial de ser fonte de apoio, de convívio social, de pertencimento e de lazer, como também de pressão, regulação e legitimação de violências. Em pesquisa qualitativa com 10 psicólogos clínicos, Henning-Geronasso e Moré (2015) apontaram a religiosidade/espiritualidade como componentes presentes nos contextos dos clientes destes profissionais, logo, também como presença cotidiana no contexto psicoterapêutico de consultório. São duas dimensões que podem ser tanto nocivas à saúde mental, como necessárias a ela e, por isso, a avaliação de recurso ou risco para esse contexto precisa ser feita para cada caso. As e os profissionais, psicólogos ou não, podem utilizar essas dimensões de forma construtiva e respeitosa, que favoreça a reflexão das pessoas, sem misturar suas próprias crenças religiosas. Compreendemos que, de forma complementar aos achados das autoras (Henning-Geronasso & Moré, 2015), uma postura dialógica e curiosa diante das (poli)vítimas seja a lógica operante, e não apenas na dimensão da religiosidade/espiritualidade, para que mapear a rede social seja um trabalho que vá além da sua mera identificação e inclua, necessariamente, a percepção dos indivíduos, a contextualização e a história com aquela rede, etc.

Embora existam trabalhos que busquem compreender as relações entre instituições religiosas, e as crenças e comportamentos dela advindos, com apoio e suporte social, a grande extensão dos estudos foca em questões de saúde e adoecimento (e.g., Domingues et al., 2020). Em relação às violências, há trabalhos que abordam as igrejas e seus membros perpetuando violência (Gleeson, 2018). No entanto, no campo da psicologia, há uma carência nas discussões e pesquisas que versem sobre o significado de apoio e suporte social que as instituições religiosas têm para as famílias e também sobre o preconceito que existe com essa fonte de apoio.

Por um lado, são essas instituições que oferecem recursos materiais – como cestas básicas, por exemplo –, mas também que oferecem apoio emocional ou a percepção de pertencimento a um grupo. Do outro lado, algumas dessas mesmas instituições parecem não acompanhar os avanços sociais e políticos, principalmente no que se refere às discussões de igualdade de gênero e de direitos de pessoas LGBTQIAP+. Por isso, acabam também sendo fonte de conflitos e dissensões, como foi exposto em vários trechos do participante G1\_P2.

Fazer uma leitura à luz do pressuposto da complexidade pode ser uma via interessante para compreender a participação das instituições religiosas no cotidiano das famílias. Pelas lentes da complexidade esses dois diferentes atributos das instituições religiosas podem ser considerados, sem que seja necessária a exclusão ou primazia de um ou outro. O preconceito existente para com essas instituições e com seus membros e participantes, os *fiéis*, ocorre quando não é possível admitir o caráter benéfico e de sustentação que as igrejas têm para essas pessoas, vislumbrando apenas os riscos e conflitos que podem existir neste meio. O desafio é, portanto, desconstruir uma lógica de que as instituições religiosas sejam vistas unicamente como recurso, ou como risco, e encará-las com essas duas facetas em potencial.

A ambiguidade entre recurso ou risco também pode ser pensada em nível macrossocial, pois há práticas que, embora sejam defendidas como fator de proteção, também são fontes de ataques e críticas, como é o caso da educação sexual. O participante G1\_P2 relacionou a obtenção de conhecimento com a possibilidade de pedir ajuda pelas crianças e adolescentes:

Acho que seria muito importante educação sexual na escola, porque acho que isso mudaria muitas coisas, muitas coisas, muitas coisas ( ... ) mas pelo menos uma vez por semana poderia ser comentado com uma musiquinha. Eu vi uma música um dia desses ( ... ) nada tipo... explícito (G1\_P2).

Um dos importantes resultados apresentados por Rosa e Souza (2020), em pesquisa com 170 homens brasileiros, foi que o grupo de homens que relataram terem sofrido VS na infância foi de 43,5%. Alguns receberam orientação e conversaram sobre sexualidade com seus familiares, e tais momentos foram identificados como fatores que facilitaram a revelação da VS, pois para o grupo que não recebeu quaisquer orientações, o número de revelações caiu para 52% (contra 80%). Tal cenário fortalece a ideia de que obter conhecimento sobre seu corpo e formas de protegê-lo fazem parte de uma estratégia preventiva e de educação sexual. O papel do Estado, de suas políticas intersetoriais de Educação, Saúde e Assistência Social, e também o papel da sociedade e das famílias deve, necessariamente, atribuir a essa ação educativa sobre sexualidade um caráter benéfico. Com isso, espera-se também interromper a perpetuação de mitos e crenças morais e religiosas que mantêm a educação sexual como um tabu na sociedade brasileira (Sousa et al., 2021).

#### **Tema 5: “Antes da Pandemia Eu...”**

As entrevistas com os participantes do Grupo 1 ocorreram com ao menos seis meses de pandemia da Covid-19 no Brasil. Para o participante G1\_P1, havia pouco mais

de seis meses, para o participante G1\_P2 quase um ano. Mesmo com essa diferença temporal, os três mencionaram a pandemia sob a ótica do incômodo e sofrimento. Não será apontada, nesta tese, a extensão dos efeitos – sociais, econômicos, políticos, culturais, epidemiológicos – que a pandemia imprimiu no Brasil, mas serão discutidas as questões mencionadas pelos participantes.

A faixa etária deles pode ter sido um fator que contribuiu para a percepção e comunicação deles a respeito dos prejuízos sentidos. O mais novo, por exemplo, se queixou de uma situação prática, relacionada à ausência da escola presencial, dizendo que era “muito chato ter que fazer dever em casa” (G1\_P1). O fechamento das escolas foi uma das primeiras medidas adotadas em diversos estados do Brasil, e de países ao redor do mundo, como medida para a contenção do Covid-19 (Cardenas et al., 2020). Essa foi uma das medidas que mais impactou as crianças e adolescentes, até porque ela foi acompanhada da suspensão dos contatos com os pares e da perda de benefícios associados à estrutura oferecida pelas escolas (Teo & Griffiths, 2020). Esse cenário trouxe diversos desafios, dentre eles a necessidade de adaptação do contexto de aulas, atividades e interações presenciais para o remoto e *on-line*.

A rapidez com que as escolas fecharam impossibilitou que fossem tomadas medidas planejadas que levassem em consideração o acesso à internet das crianças e adolescentes em idade escolar, além da própria preparação das aulas e da didática das e dos professores (Macedo, 2021). O que aconteceu de fato evidenciou a grande disparidade social e econômica no Brasil. As dificuldades relacionadas à escola também foram mencionadas por G1\_P3, que percebeu que “não tô conseguindo me adaptar a isso (... ) Não sei, não tô conseguindo. Eu passei de ano, mas aqui na minha cabeça... eu tô pensando em pedir pra repetir de ano porque eu não aprendi nada” (G1\_P3), fazendo referência ao ano de 2020.

No Brasil, as estratégias utilizadas pelas escolas para conduzir os anos letivos de 2020 e 2021 não seguiram um padrão único, nem tampouco receberam orientações das políticas educacionais federais. O Ministério da Educação, ao contrário, se absteve da responsabilidade de oferecer condições de conectividade e de recursos – como *tablets* e computadores – para crianças e adolescentes de escolas públicas em todo o Brasil, alocando em cada criança, adolescente e família a responsabilidade por *ir à luta e se reinventar* (Macedo, 2021; Soares, 2020). Para além dos prejuízos individuais sentidos por cada criança e adolescente, as repercussões amplas para o Brasil em termos societários, profissionalizantes e empregatícios ainda serão sentidas ao longo de vários anos, não sendo possível, no momento, ponderar e compreender a magnitude de tais impactos, apenas prever que os prejuízos serão enormes.

Fora os desafios que a pandemia ocasionou em termos educacionais, os participantes também mencionaram mudanças em suas rotinas, que passaram a ter menos atividades extracurriculares, e contato reduzido com amigos. Para o participante G1\_P3, “o ano pandemia foi um tédio porque eu não podia sair pra nada” (G1\_P3). Já para o G1\_P2, já formado no Ensino Médio, passar mais tempo em casa impactou sua “liberdade. Eu passei a sair bem menos, bem menos” (G1\_P2).

A adolescência é um momento de vida em que os vínculos e laços com os pares assumem um protagonismo, ao mesmo tempo em que vai acontecendo um afastamento esperado do núcleo familiar (Nichols & Schwartz, 2007). Esse processo de diferenciação e individuação, como já exposto anteriormente, ocorre com vistas à aquisição de autonomia e independência desses indivíduos (Otto & Ribeiro, 2020). Os trechos apresentados sinalizam para a ruptura, em termos de vínculo e convívio social, que a pandemia trouxe para essa faixa etária da adolescência. As consequências dessa dimensão precisam ser observadas com atenção, não apenas pelos familiares, mas

também pelo Estado e pelas instituições que recebem e atendem esses adolescentes, pois o cenário de carga psicossocial que afeta esse público já é vista como uma “pandemia paralela” por autores como Cardenas et al. (2020).

Por fim, a restrição de outras atividades, que não a escola regular, também foi o motivo de queixas por G1\_P3, que compartilhou que “antes [da pandemia] eu fazia Vila Olímpica, natação e futebol *society*, aí [com a pandemia] eu tô ficando fraco” (G1\_P3). A percepção de G1\_P3 é que o não comparecimento a essas atividades gerou uma diminuição no seu tônus muscular, mas as consequências não se restringem a esse aspecto, recaindo também sobre a saúde biopsicossocial, com a diminuição do contato com os pares, mas também possíveis prejuízos à própria condição de saúde física.

O dia a dia e a condição de saúde e bem-estar das crianças e adolescentes antes da pandemia certamente diferem do que se tornou rotineiro com o novo coronavírus. A maior parte das mudanças decorrentes da Covid-19 foi sentida de forma prejudicial por eles, assim como pelo resto do mundo, e as perspectivas de adaptações, quase dois anos depois da notícia do primeiro caso de Covid-19 na China (OPAS & OMS, n.d.) permanecem, ainda que neste momento com mais flexibilidade, em função da diminuição dos novos casos e do aumento da taxa de vacinação no país. Contudo, é necessário que as ações e intervenções, em nível assistencial, e o planejamento de políticas, em nível institucional e governamental, sigam considerando a existência e a propagação do novo coronavírus. Dessa forma, espera-se que a disseminação de desinformação, comumente chamadas de *fake news*, seja prática cada vez menos frequente, e que possam dar lugar ao compartilhamento de informações baseadas em evidências científicas (Cardenas et al., 2020) e que priorizem o bem-estar coletivo e a manutenção da saúde em todas as esferas.

## **Tema 6: Luzes no Meio do Túnel**

Ainda que o cenário previamente analisado para os meninos tenha sido desafiador em diversos aspectos, também foi possível observar, ao longo do caminho, fontes de saúde e de bem-estar. Há uma sabedoria popular que prevê que exista sempre “uma luz no fim do túnel”, sinalizando para um processo que, mesmo desafiador, não é perene. A luz, simbolizando fonte de esperança, de alívio, de boas notícias, etc pode ser vista ao longo do caminho, ainda que só possa ser alcançada ao final dele.

Para além da perspectiva simbólica, essa mudança da perspectiva de algo escuro, ou difícil, para o momento de saída do túnel, com clareza, ou alívio e lucidez, pode inclusive gerar algum incômodo ou desconforto, mas normalmente carrega um sentido de melhoria. É uma sabedoria popular que compreende que a perspectiva de mudança, a luz no fim do túnel, pode ser vislumbrada durante o árduo processo, criando uma expectativa de melhoria nesse momento da passagem e desde o início da caminhada. Nada se diz sobre a possibilidade de encontrar e vivenciar momentos e coisas benéficas durante o processo, ou dentro do túnel escuro, ainda que seja possível admitir que a luz, mesmo no fim, pode gerar luminosidade durante a caminhada, pouco a pouco se tornando mais forte.

Em algumas falas os meninos mencionaram pequenos momentos prazerosos e compartilharam ideias sobre como potencializá-los, apontando para uma perspectiva de que, ao longo do processo, devam ser vistas possibilidades construtivas. Quando o participante G1\_P2, por exemplo, comenta que “não tem um momento específico”, mas que “saídas com amigos ( ... ) com melhores amigas” (G1\_P2) são exemplos de lembranças boas, isso nos auxilia a compreender que não é preciso esperar um evento específico e grandioso para se buscar saúde e bem-estar nos meninos polivítimas.

Também o participante G1\_P3 responde à pergunta sobre o que ele considera como ajuda possível às pessoas que sofrem violências, dizendo que “memórias felizes, tipo a pessoa fazer o que ela gosta” (G1\_P3) pode ser uma alternativa. Complementa ele dizendo que ao perceber que sua vida – ele estava fazendo referência ao último ano, vivendo em pandemia da Covid-19 – foi um tédio, a solução seria “que agora tem que aproveitar” (G1\_P3).

A adolescência é um momento marcado pela construção da identidade e a possibilidade de imaginar o que será feito na vida adulta, de cultivar planos e projetos de futuro é uma dimensão que caracteriza esse processo. Para que esse desenvolvimento pleno aconteça, é importante que existam relações e vivências de qualidade, que possibilitem trocas com outras pessoas, mas também autoconhecimento e o desenvolvimento de suas habilidades (Alvarenga & Barbi, 2021). A dimensão do contato social com os pares é, por isso, fundamental.

A possibilidade de conquistar espaço e autonomia parece também presente na fala de G1\_P3 quando se vislumbra no futuro a possibilidade de melhoria na sua qualidade de vida, já que o presente e o passado recebem dele avaliações negativas. Se por um lado é preciso considerar contextos de vulnerabilidade e escassez como aspectos limitadores dessa construção de autonomia e plano de futuro (Alvarenga & Barbi, 2021), por outro pode ser importante resgatar com cada menino a dimensão do momento atual e suas possíveis vantagens. Com isso, não se está buscando uma romantização da – tão comumente almejada – resiliência, mas sim buscando avaliar e compreender o contexto, sem se restringir a olhá-lo apenas pelo viés da falta.

Ponderando a existência de tantos momentos de transformações que constituem o desenvolvimento humano, especialmente na adolescência, é razoável considerar que os meninos polivitimizados necessitarão de auxílio para vislumbrar opções e alternativas ao



longo do caminho, nem que seja para simplesmente seguir caminhando, esperando chegar ao *fim do túnel*. Esse auxílio pode vir de diversas fontes e ser representado por vários recursos, mas a fala do participante G1\_P2 exemplifica nossa compreensão de que o auxílio deve ser plural e diverso:

Eu já tinha feito acompanhamento psicológico antes ( ... ) o [nome do psicólogo que o acompanhava] também me ajudou com certeza e aí a [nome da médica que o acompanhava] também me ajudou bastante com a questão do remédio, porque o remédio me ajuda muito, muito, muito mesmo, a pensar, a não ficar ansioso toda hora, porque minha ansiedade é muito alta ( ... ) a questão da conversa... eles terem conversado com meus pais ajudou bastante... a intervenção familiar, né... então pra mim foi muito bom (G1\_P2).

Neste trecho foram citadas diferentes fontes de recursos, desde o contato com os profissionais, passando pelas medicações e pelo amparo dado à família. As estratégias de enfrentamento são amplas, como já discutimos, mas compreendemos a relevância que é caminhar no túnel com a presença de outras pessoas – profissionais capacitados tecnicamente que talvez consigam instrumentalizar cada menino a atravessar esse caminho com mais preparo para enfrentar as adversidades. Podem também auxiliá-lo a identificar outras fontes de apoio, como pessoas da família, e ainda instrumentar a própria família a conduzir esse processo de forma mais saudável e positiva, como foi narrado por G1\_P2. Com tudo isso, espera-se que seja possível compreender cada recurso e possibilidade, como luzes no *meio* do caminho, para que nesse processo sejam admitidas vivências prazerosas e reconstruções de experiências passadas.

## Capítulo V

*“Talvez o desejo de ter um filho fosse naquele instante o que lhe restava de vida, fosse outra forma de luta, de recusa à aniquilação proposta pelo regime. Ter um filho há de ser, sempre, um ato de resistência.”*

Julián Fuks – “A resistência”

### Discussão do Grupo 2

#### Tema 1: A Mãe do Filho

No Brasil, quando uma criança é chamada “filha(o) da mãe”, o sentido costuma ter um tom de desqualificação que, embora atinja a criança em um primeiro plano, também coloca em xeque que “tipo de mãe foi essa”, atribuindo exclusivamente a ela a responsabilidade pela criação e desenvolvimento daquela filha ou filho, afinal não existe a expressão “filho do pai”. Neste primeiro tema do Grupo 2, de forma inversa, buscaremos construir uma ideia sobre quem é a mãe desse filho, e como se percebe e se sente diante das notícias dessas polivitimizáveis.

#### *Subtema 1.1: Mãe e Filha ao Mesmo Tempo*

Da mesma forma que a socialização no mundo ocidental foi discutida anteriormente, levantando os impactos para os meninos e homens, as meninas e mulheres também não escapam desse modelo que constantemente as coloca como submissas. Muitas vezes, e ainda atualmente, elas são colocadas em posições de desqualificação e desprestígio, seja em âmbito público, como no papel profissional, seja no privado, em sua(s) família(s). Para Zanello (2018), as mulheres se constituem subjetivamente pelo que denomina dispositivo amoroso e dispositivo materno. No primeiro, o poder que tem o dispositivo amoroso na socialização das mulheres relaciona-se com uma compreensão de que o amor romântico é posto como algo central nas vidas das mulheres, privilegiando esse processo de conquista do outro e de busca por uma relação a dois, em detrimento de seu autocuidado ou desenvolvimento profissional, por exemplo. Já em relação ao dispositivo materno, esta seria uma estratégia de subjetivação

que coloca como intrínseco o papel da maternidade a todas as mulheres. Características como altruísmo, afeto, atenção e paciência fazem parte dessa dimensão de cuidado ao outro, seja o outro um(a) parceiro(a), ou um filho ou uma filha.

Para a autora (Zanello, 2018), a socialização das mulheres, principalmente no ocidente, não só valoriza essas dimensões do amor romântico e da maternidade, como as impulsiona a buscarem esses papéis e atributos, quase como se fossem processos “naturais” de seus desenvolvimentos. Mulheres que não se engajam em um relacionamento amoroso – heterossexual e monogâmico, preferencialmente –, ou que, mesmo em um relacionamento amoroso, decidem não ser mães são questionadas e criticadas. Nas histórias de vida das participantes G2\_P1 e G2\_P2 há várias passagens que apontam para esse movimento de priorização do outro. No caso delas, o cuidado é direcionado prioritariamente às filhas e filhos e aos familiares.

A participante G2\_P1 compartilha que “sempre fui mãe e pai ( ... ) a minha vida inteira eu criei meus filhos sozinha” (G2\_P2), em uma estrutura de famílias monoparentais que gera como consequência uma sobrecarga às mulheres (Feres-Carneiro et al., 2013). No caso desta mãe, a gestação do filho caçula, vítima de VS, não foi planejada e gerou impactos para além de uma sobrecarga emocional e física no cuidado às crianças, também interferindo em sua trajetória profissional:

Com 5 meses [de relacionamento] eu engravidei ( ... ) Eu com 40 anos, achei que não ia ter mais filho ( ... ) aí comecei a entrar em depressão ( ... ) porque eu tinha uma vida... não tão boa, né, mas assim, na minha época, eu tava... eu tinha aparência boa ( ... ) meus filhos tavam [sic] grande, o mais novo tinha 14 anos, eu tava com a vida já... seguindo ( ... ) minha vida tava fluindo na época (G2\_P1).

De acordo com dados da última pesquisa “Outras Formas de Trabalho 2019” (IBGE, 2020), o número de horas dedicadas aos afazeres domésticos é superior para as

mulheres, em comparação com os homens, em todo o país (92,1% para elas e 78,6% para eles). Trabalhos que envolvem o cuidado de pessoas, além de trabalho voluntário, também apareceram em maior frequência para as mulheres do que para os homens. É preciso compreender os impactos no sistema familiar que essa sobreposição de funções e tarefas acarreta para as mulheres e as relações familiares. Se por um lado é possível que elas mesmas se posicionem relacionalmente de forma agressiva, por outro lado seria injusto atribuir às mães, individualmente, uma questão que na verdade é social (Scobernatti & Nardi, 2020). Esse paradoxo entre cuidado e agressão foi também mencionado no Subtema 3.1 do Grupo e está no trecho a seguir:

Eu fui mãe porque eu cuidei, entendeu? Eu dei carinho, eu corrigi... corrigi muito. Pelo medo do mundo ( ... ) eu batia, eu amedrontava eles pra ficarem presos, exatamente pra não ir e pra não acontecer o que aconteceu com o [nome do filho vítima]. E o meu medo chegou à realidade ( ... ) Como eles não tinham pai, pra mim eles não têm pai, eu era o pai, então eu mantinha pelos dois. Eu supria a necessidade financeira pelos dois (G2\_P1).

A ausência do pai e esse cenário macrossocial, em que muitos homens negligenciam seu papel parental, impõem grandes desafios à mulher e seus papéis para além da maternidade, mas também para seu sistema de família nuclear, especialmente os filhos e filhas. Se há a ausência de outras personagens, individuais e institucionais, para oferecer suporte e dividir as responsabilidades cotidianas, é a mãe que assume os ônus e bônus do desenvolvimento de seus filhos, com as ferramentas que tem e que, não de forma incomum, se alternam entre cuidado e proteção e agressões e risco.

Em famílias que se caracterizam por um cenário de vulnerabilidade social e econômica importante, a necessidade de contar com a participação do Estado nos cuidados com as filhas e filhos é ainda maior. Desta forma, retira-se da rede social e

familiar de cada indivíduo ou família a possibilidade de oferecer apoio e se devolve ao estado a responsabilidade pelo cuidado das crianças e adolescentes, não como um favor ou ajuda, mas como um dever estatal previsto em lei (Brasil, 1988; 1990).

A dimensão do cuidado não fica restrita ao papel da maternidade, pois exige, ao mesmo tempo, que essas mulheres também sejam filhas participativas e zelosas, atributos costumeiramente atribuídos ao gênero feminino. A participante G2\_P2, por exemplo, fala de um lugar de “não decisão” a respeito dos cuidados diários de sua mãe, pois se viu “obrigada” [*sic*], já que a mãe atualmente é totalmente dependente nas atividades cotidianas. Mesmo com seis irmãos adultos e que vivem na mesma cidade que elas, G2\_P2 diz que, como consequência, “não tenho vida social, pode-se dizer ( ... ) muitas das vezes eu acabei brigando com meus irmãos, discutindo por causa dessa situação, porque ninguém quer ter responsabilidade de auxiliar no cuidado (G2\_P2).

Diante de um cenário em que as mães costumam ainda ser as figuras de referência nos cuidados dos filhos e filhas, não é possível ignorar a influência que os padrões de relacionamento com suas famílias de origem têm na atual dinâmica relacional da família nuclear (Botton et al., 2015). Nesta pesquisa, por exemplo, não foi possível incluir cuidadores no Grupo 2 que não fossem mães por que quem acompanhava os meninos no serviço especializado em saúde eram unicamente as próprias mães. Por isso, também compreendemos a necessidade de serem investidos esforços no sentido de garantir que existam momentos de saúde, bem-estar e lazer para essas figuras. Esse movimento beneficiaria seus filhos e filhas, mas também ofereceria condições de mais saúde mental a uma população – a de mulheres – historicamente subjugada e sobrecarregada.

### ***Subtema 1.2: Eu Sinto Por Mim e Por Ele***

As consequências da PvCA não atingem apenas as crianças, mas também seus familiares e, em especial, as mães (Dell’Aglío et al., 2011). As participantes entrevistadas no Grupo 2 desta tese citaram dimensões mais subjetivas desses impactos, que são sentidos por elas quase duplamente: no sofrimento que elas mesmas sentem e pela empatia que têm pelo sofrimento que percebem nos filhos. A participante G2\_P1 compartilhou a dificuldade sentida por sua família ao perceber o desafio que o cuidado significa:

A gente não poder proteger, pelo fato de ter cinco anos, dele não se proteger... e a gente não proteger. Assim, eu adulta, eu pelo menos... eu vou saber... qualquer evento, eu acho, é ruim pra todo mundo, mas pra criança é pior (G2\_P1).

Há uma avaliação de que, apesar do sofrimento e do desafio que a VS impõem a todos, às vítimas é pior. Essa postura gera uma sensação de empatia pelo filho, com uma postura de responsabilidade ética pela família, uma lealdade em relação àquele sistema e àquele membro em específico, que precisa de mais cuidado (Nichols & Schwartz, 2007). Uma das formas de manifestar essa lealdade familiar é como a participante G2\_P2, que adota uma postura de “evito de comentar. Eu entendo o que ele passa... Às vezes de ter esse tipo de atitude. Porque eu acho que ele pensa que todo mundo é capaz de fazer o que fizeram com ele” (G2\_P2).

O estabelecimento e a manutenção do vínculo pela lealdade familiar garante que os laços de confiança e segurança mútua se estreitem. A situação de VS é vergonhosa para o filho e também para ela e, por isso, o apoio oferecido vai para além da tentativa de proteção, mas versa ainda sobre o pertencimento familiar. Assim, as mães, ou outros cuidadores, podem se posicionar de forma ao mesmo tempo assertiva diante de uma revelação de violência, e protetiva, sem oferecer riscos de revitimizar.

O equilíbrio entre essas posturas – assertividade x proteção – pode ser uma dificuldade, principalmente quando há uma sensação de culpa por parte desses adultos, que, diante da ocorrência de situações de violências, sentem não ter conseguido ser leais à família, falhando na função protetiva que lhes cabia. A participante G2\_P2 compartilha como a família se sentiu:

É péssima a sensação. Pra mim, é como se eu não tivesse dado a proteção que meu filho precisava. Eu me senti a pior mãe do mundo ( ... ) Eu já vinha fazendo acompanhamento porque eu tenho ( ... ) depressão e ansiedade. Foi a pior época pra mim, ao invés de tomar 1 ou 2 comprimidos, eu chegava ao ponto de tomar 10 comprimidos por dia e não conseguir me controlar ( ... ) eu comia desesperadamente, quando não comia, eu passava 2 ou 3 dias sem comer nada, só chorando, dia e noite (G2\_P2).

Falas como essa ilustram a necessidade de que todo o sistema familiar seja priorizado e receba atenção e cuidado, e não apenas o menino vítima, ou a sua mãe. Essa necessidade existe também pela forma parecida, e por vezes emaranhada, com que mãe e filho encaram a situação: embora se calem e busquem estratégias individuais, o sofrimento não desaparece. Defendemos que mais importante do que a forma ou o método de ação e intervenção, devem ser as posturas da instituição e da equipe de profissionais para incluir as e os familiares, e comunicar sobre a instabilidade que normalmente caracteriza o momento pós-revelação de violência. Acolher as sensações, medos e preocupações pode ser também outro componente importante nessas ações, especialmente porque podem ser diversos os conteúdos desses receios.

A participante G2\_P1, por exemplo, avalia que “a maioria dos meninos que é gay é porque eles foram abusados”. Acolher esses receios pode se iniciar com o oferecimento de um espaço seguro para que se fale sobre o que aflige, sem julgamentos.

Em um segundo momento, é importante que sejam oferecidas informações que abarquem a complexidade desses episódios, ampliando a lógica linear entre orientação sexual e violência, por exemplo, dentre outros mitos e tabus. Ao sentirem que têm espaço para falarem até do que é difícil compreender e aceitar, essa mesma postura de acolhimento pode também ser reproduzida pelas mães com seus filhos. Desse modo, o contato com profissionais qualificados assumiria ainda um caráter pedagógico. A participante G2\_P2 compartilha seu receio do “filho se revoltar e se envolver... com coisas que não presta... tenho muuuito medo disso. Muito medo” (G2\_P2). Ela complementa compartilhando um episódio em que o filho disse a ela que:

Quando ele tiver mais velho, ele vai comprar um revólver e vai matar o pai dele. Ele chegou a falar isso e aí ( ... ) eu falei ‘mas meu filho, não é com violência’, ‘mas eu odeio ele, quando eu tiver mais velho...’, ‘não é assim, não é assim, você vai pra Igreja, e vai pedir pra Deus tirar isso do seu coração ( ... ) que isso aí não é com o mal que você vai pagar ( ... ) Fiquei com muito medo no dia que ele falou isso ( ... ) Que Deus me livre, se acontecer isso ele não destrói só a vida dele... a minha também, entendeu? ( ... ) Morro de medo dele se envolver com pessoas que não prestam, que leva [sic] ele pro mal caminho, eu tenho muito medo... muito medo... (G2\_P2).

Acolher esse “ódio” [sic] que o filho diz ter do pai, que foi também seu ofensor sexual, pode não ser tarefa simples. Porém, estabelecer juízos morais para sentimentos que podem ser legítimos e reduzir as estratégias de enfrentamento a um recurso único – no caso da G2\_P2, à religião – pode dificultar o processo de ressignificação da(s) experiência(s) vivenciada(s), neste caso tanto pelo filho, como pela mãe.



## **Tema 2: O Antes, o Durante e o Depois da Violência Sexual**

O histórico de VS nos filhos das participantes do Grupo 2 foi o principal denominador comum entre elas. Além de ser uma violação grave, é um fenômeno que costuma se manifestar para além do episódio ou ato em si. Quando se fala sobre o momento de antes da VS, fazemos referência ao que ocorre antes de sua notícia ou revelação, como as mudanças de comportamentos nas vítimas. Durante a VS e, ainda que tenha sido um ato único, muitas vezes a manutenção do segredo gera uma situação de desconforto, medo e insegurança que podem se comparar ao episódio em si. Ao mesmo tempo, significados vão sendo formados pelos meninos vítimas e há todo um contexto familiar e social que precisa ser também observado e resgatado. Após a ocorrência da VS, vem sua revelação ou mesmo interrupção, e mudanças também seguem se dando. Este tema buscará discutir toda essa complexidade.

### ***Subtema 2.1: Qualquer Coisa, Menos Isso***

Nas falas das participantes do Grupo 2, as mães relataram terem percebido que os filhos estavam manifestando comportamentos que as preocupavam. O filho da participante G2\_P2 apresentou sinais muito diversos, desde passar por um período em que “reprovou na escola, simplesmente a professora disse que ele não conseguia aprender” [*sic*], até comportamentos relacionados à alimentação:

O que tinha na geladeira, se tivesse 10 danones, ele comia os 10 danones. Depois que ele comia tudo, ele ia pro banheiro e ficava uma hora debaixo do chuveiro. Aí a gente começou a notar que tava acontecendo alguma coisa de estranho, era como se você passasse o final de semana todinho sem comer? O que a gente sentia era isso ( ... ) ‘Será que o [nome do filho] passa fome?’ (G2\_P2).

É verdade que alguns sinais e sintomas de VS, como esses expostos pela G2\_P2, podem também se manifestar diante de outras violências, ou de outros eventos adversos

do desenvolvimento (e.g., adoecimentos físicos, divórcio dos pais, mudança de escola ou cidade, etc). No entanto, o receio e os estigmas que caracterizam a VS são tão significativos, que elas mencionaram terem atribuído outras causas para as mudanças percebidas, que não *isso*, a VS. No caso da participante G2\_P2, a VS contra o filho ocorreu nos momentos de visita à casa do pai e, com o passar do tempo, ainda que com dificuldade em fazer um pedido explícito de ajuda, a criança expressava de forma mais variada que estava acontecendo algo diferente:

Com 7 anos e pouquinho ele começou a falar, ‘eu não quero ir, eu não quero ir, eu não quero ir’. Aí começou o histórico: eu entregava ao menino bonzinho pra ele sábado de manhã, às vezes no sábado à noite ou domingo de manhã ele já me ligava com o menino doente ( ... ) todas as visitas ( ... ) E eu ficava, ‘ah, deve ser porque ( ... ) agora ele [o pai] tá com outra pessoa e aí deve ser isso’ ( ... ) aí a gente começou a notar a mudança de comportamento nele. Ele ia pra escola e eu comecei a ser chamada toda semana na escola ( ... ) ele ia em cima dos meninos pra bater ( ... ) E aí na escola eu fui encaminhada pra um neuro ( ... ) só que eu acho que era uma forma dele falar o que tava acontecendo (G2\_P2).

Neste trecho, a própria mãe, passado o momento crítico da revelação, pondera que todas as mudanças que o filho apresentava eram formas dele comunicar a violência sofrida. Foram diferentes expressões, que não a comunicação verbal, também percebidas pela escola. Já para a participante G2\_P3, a manifestação de sofrimento que via do filho tinha como causa a distância de seu pai, que estava em regime prisional há época: “vi ( ... ) que ele tava sofrendo alguma coisa, mas na minha cabeça era a saudade do pai dele, porque... ele sente muito, muito mesmo” (G2\_P3).

As participantes do Grupo 2 também falaram bastante sobre a percepção de mudanças que os filhos tiveram antes e depois da violência. Antes da ocorrência da VS,

a participante G2\_P1 percebia o filho como “uma criança calma, amorosa, agora é uma criança insuportável ( ... ) ele tem pesadelo quase toda noite ( ... ) Ele primeiro se recuou, depois ele se soltou e ficou diferente. Não gosta da escola mais...” (G2\_P1). A expressão dos sintomas não significou apenas uma forma de comunicar a VS, mas também tiveram um sentido negativo como se significassem que os filhos permaneceriam sendo essa “criança insuportável” [*sic*] após a VS. A participante G2\_P2 observou o mesmo padrão:

Uma criança que era um amor de pessoa se tornou uma criança que não tem paciência, que é agressivo. O que ele tem na mão ele joga em você ( ... ) É uma criança muito medrosa, muito medrosa. Às vezes eu falo assim, ‘[nome do filho], vai lá comprar um refrigerante pra mim?’, ‘Ah mãe, não vou sozinho não, vamo comigo’. Às vezes os meninos vão lá na porta, ontem mesmo os meninos foram lá chamar ele, tava todo mundo jogando lá na porta de casa... aí ele foi, olhou no portão, falou ‘fica ali no portão’, mas não vai pra rua porque tem medo (G2\_P2).

A dificuldade em imaginar que seu próprio filho foi vítima de VS também as impede de falar sobre, ou de encontrar formas de se expressar ou de definir o que elas e os filhos estão passando. Ainda que existam pesquisas que falem sobre a maior gravidade nos casos de VS intrafamiliar (e.g., Seto et al., 2015), percebemos que as mães de meninos que sofreram VS por pessoa externa da família também tiveram dificuldade de falar sobre a violência e seu impacto: “minha [família] desestruturou, porque a gente nunca teve isso na família, nunca passou por isso... dá nem pra explicar, foi muita dor” (G2\_P1).

Diante de falas como essas, compreendemos a urgência que existe em popularizar o conhecimento sobre o fenômeno da VS, quebrando tabus e favorecendo seu reconhecimento. É preciso identificar quem são as pessoas de referência para quem os meninos têm mais chances de revelar a ocorrência de uma VS, para que elas estejam

cada vez mais sensíveis aos sintomas e tenham menos receio de procurar ajuda e atendimento (Romano et al., 2019).

### ***Subtema 2.2: É Uma Coisa Que Ele Vai Levar Pro Resto da Vida?***

O compartilhamento de informações adequadas sobre as (poli)vitimizações tem efeitos em cascata para outras situações. Uma frase, do trecho a seguir, deu título a este subtema, porém acrescentamos uma interrogação à fala da mãe, propondo refletir sobre sua afirmação: “eu acho que muda muito a vida da pessoa ( ... ) a partir do momento que você sabe que uma criança sofre o que ele sofreu, é uma coisa que ele vai levar pro resto da vida” (G2\_P2).

Quando solicitada a complementar a frase sobre “pessoas que sofrem mais de um tipo de violência”, G2\_P2 respondeu que “é uma pessoa marcada pro resto da vida ( ... ) vai sofrer consequências desse ato pro resto da vida” (G2\_P2). De certa forma, pensando em todas suas falas durante a entrevista, ficamos na dúvida sobre a possibilidade da participante ter de fato respondido pensando sobre pessoas que passaram por mais de um tipo de violência – as polivítimas – ou se respondeu tendo priorizado *pessoa e vítima de violência*, sem discriminar violência no plural ou não. Ainda assim, chama a atenção para a crença de que o impacto, de uma ou mais violências, é duradouro. Parece não se restringir às mães esse tipo de ideia e por vezes elas podem vir exatamente do convívio ou da influência de outras pessoas. A participante G2\_P3 compartilhou que:

O que eu mais ouvi de pessoas que eu tinha muito carinho ( ... ) era que eu tinha que cuidar muito do [nome do filho], ‘porque você sabe que quando uma criança é abusada, na mente dela vai crescer algo que ela vai querer se vingar daquilo ali’ (G2\_P3).

Quando defendemos o compartilhamento de informações aos cuidadores principais e a outras pessoas de referência, que podem também receber a notícia da

violência (e.g., professores, pares), é para que elas compreendam que, desde o início, a forma como se acolhe a notícia e revelação de uma violência já influencia o bem-estar social e mental da vítima (Dell’Aglío et al., 2011). Com um ambiente acolhedor e de suporte, dentre outras variáveis, as chances da vítima ter consequências negativas em seu dia a dia diminuem (Romano et al., 2019). Além disso, também precisamos que essas informações sejam transmitidas de forma preventiva e, por isso, devem ser também de responsabilidade de instituições e equipes profissionais não especializadas em violência, mas que têm contato e convívio sistemático com famílias, como é o caso de profissionais da atenção primária em saúde, em assistência social ou mesmo da educação. Esses profissionais podem tanto identificar quais famílias apresentam fatores de risco para violências, como podem também auxiliá-los a desmistificar o fenômeno, aumentando as possibilidades de apoio especializado ser acionado, se assim for necessário.

### **Tema 3: Calado Ele Estava, Calado Ele Ficava**

A dificuldade em revelar uma situação de VS não é fenômeno restrito às vítimas do gênero masculino, embora já existam pesquisas que apontem para diferenças em relação ao tempo que se leva para revelar, além de identificar fatores que contribuem para a revelação tardia, no caso deles (e.g., Alaggia et al., 2017; Easton, 2020). Um dos problemas resultantes desse atraso na revelação, ou mesmo da não revelação, é que a violência pode não ser interrompida. A maior duração da VS pode potencializar a ocorrência de sintomas, tais como dificuldades relacionais, depressão, ansiedade, TEPT, dentre outros. Além disso, a não revelação pode também impedir que se chegue aos serviços de saúde que poderiam auxiliar no manejo de tais sintomas (Gruenfeld et al., 2017). Para as vítimas do gênero masculino, em específico, como comenta a participante G2\_P3, “é mais complicado” [*sic*], pois há um receio – diferente do que ocorre com as

meninas – que a vitimização sexual seja associada a uma orientação sexual homossexual, ou à fraqueza e ainda vergonha (Gruenfeld et al., 2017):

Pros meninos, como aconteceu com o [nome do filho] e com o [amigo do filho que também foi vítima] ( ... ) eles pararam de ir pra quadra porque, como foi um vídeo que espalhou ( ... ) pra uns adolescentes que jogavam bola na quadra ( ... ) aí eles [os adolescentes] ficavam chamando eles de viadinho ( ... ) eles não queria [sic] tá na rua, eles não tavam mais fazendo o que gostavam, de jogar bola ( ... ) porque ficavam esses adolescentes com ( ... ) essas palavras horríveis (G2\_P3).

Neste trecho, a participante G2\_P3 compartilha um exemplo de situação em que outras violências, neste caso xingamento e intimidação por outros adolescentes vizinhos, passaram a ocorrer após a VS ter sido revelada e publicizada. O filho de G2\_P3 era uma criança com menos de 10 anos há época da VS e não foi ele quem revelou à mãe. Esta ficou sabendo por um familiar do colega de seu filho, que sofreu VS conjuntamente. O fator idade, juntamente com o gênero masculino, podem potencializar a manutenção do silêncio e a revelação acidental, e não proposital (Alaggia et al., 2017).

Como exposto no tema anterior, os filhos das três participantes do Grupo 2 demonstraram algum tipo de mudança de comportamento, antes de revelarem ou comentarem sobre a VS sofrida. No entanto, além da dificuldade das mães identificarem que os comportamentos que eles apresentavam poderiam ser um sinal de VS, os próprios meninos atribuíam outras causas, como conta a participante G2\_P3: “Quando ele chorava, eu falava assim, ‘filho, por que você ta chorando?’, e ele ‘saudades do meu pai, mãe’ (G2\_P3). Já para o filho de G2\_P2, a mudança de comportamento não foi pela expressão em choro, mas se deu forma mais processual:

Quando foi com 7 anos, às vezes ele chegava e [eu] ficava, ‘[nome do filho], como foi seu final de semana?’, calado ele tava, calado ele ficava, ele não falava

nada pra gente ( ... ) Até aí eu não questionava nada, deve ser coisa de criança. Quando foi de 7 pra 7 anos e pouquinho, ele começou a falar que não queria ir, começou a mudar. O comportamento de uma criança amorosa, já começou a ver que ele se tornou uma criança agressiva (G2\_P2).

Aqui, essa postura de silenciamento dos meninos, que dá título ao tema, é uma primeira mudança, seguida da recusa de frequentar a casa do pai, e então a agressividade. Essa progressão de expressões fortalece a ideia defendida em diversas pesquisas (e.g., Easton, 2020; Hohendorff et al., 2015) de que a revelação da VS deve ser vista em processo, e não como um episódio singular e pontual. Por isso a importância de fortalecer e instruir os e as cuidadoras, como defendido anteriormente, para que considerem que essas mudanças processuais podem já ser a forma que os meninos encontram de revelarem que estão sofrendo violências.

Alaggia et al. (2017) também ressaltam que construir um contexto dialógico que favoreça o surgimento da temática da violência pode ser outra estratégia pertinente, daí a importância de familiares e profissionais terem recursos adequados para cada faixa etária de crianças e adolescentes, que possam ser disparadores de conversas sobre a VS<sup>11</sup>. Para alguns meninos, o comportamento de não falar permaneceu mesmo em um cenário pós-revelação, no contato com as próprias mães e com profissionais. A participante G2\_P2 citou que a disponibilidade que o filho tem para conversar é inconstante:

Tem dias que ele tá que conversa, né? Tem dias que ele tá maravilhoso, conversa com o [nome do psicólogo que acompanha]. O [nome do psicólogo que acompanha], no começo, algumas vezes conseguiu conversar com ele, conseguiu saber tudo... depois ele tende a não querer nem falar com você, lá em casa é

---

<sup>11</sup> Algumas produções nacionais valem ser mencionadas, como a série em animação do Canal Futura “Que corpo é esse?!” (Canal Futura, 2018) e livros como “Pipo e Fifi” (Arcari, 2018), “Tuca e Juba” (Jacob, 2018) ou “Não me toca, seu boboca” (Taubman, 2017).

desse jeito ( ... ) eu falo com ele todos os dias que vocês estão aqui pra acalmar ele, que vocês não tão aqui pra julgar, pra dizer o que é certo... não, vocês tão aqui pra apoiar ( ... ) pra mim isso tem sido muito importante (G2\_P2).

Ainda que a participante G2\_P2 identifique como fonte de apoio as instituições e profissionais, nem sempre o incentivo que dá aos filhos é suficiente para que eles se abram. Embora a revelação propicie a entrada no fluxo de instituições, percebemos que o desafio de conversar sobre a situação de (poli)vitimização se estende para além deste momento inicial. Coerente com a defesa de que a revelação seja vista enquanto processo, seria adequado também considerar que esse momento se prolonga no tempo, pois nos atendimentos podem também ser reveladas mais informações, como sentimentos e receios, dúvidas e preocupações.

Por isso, compreender a revelação como um fenômeno circunscrito apenas à notícia do ato da violência pode ser uma ideia simplista. De forma oposta, defendemos que seja retomado um olhar complexo e intersubjetivo, incluindo outras dimensões e aspectos que podem ser revelados e compartilhados com profissionais e familiares. Assim, as dificuldades e desafios que se colocam para a revelação da ocorrência de (poli)vitimizações também podem ser aplicadas nos momentos seguintes, de acompanhamento. Com esse olhar, também reconhecemos a complexidade que existe entre saber da importância de um atendimento e de oferecê-lo rapidamente, de forma ética e cuidadosa, sem que isso desrespeite o tempo da (poli)vítima. O dilema posto gira em torno da postura diante de vítimas que se mantêm em silêncio ou que deliberadamente comunicam não querer falar sobre o que ocorreu. Ainda que se saiba dos benefícios das intervenções, conduzir qualquer ação de forma compulsória também pode ser uma ação violenta.



#### **Tema 4: O Contexto Adoece ou Fortalece?**

Como contexto, estamos pensando em outros sistemas, além do da família nuclear, que também fazem parte do ciclo de vida das (poli)vítimas e de seus familiares. Estamos fazendo referência tanto ao macro contexto, ou sistema social, que impõe condições sobre como viver o dia-a-dia e como se portar nos papéis sociais, mas também dos sistemas das famílias extensas, e todas as heranças vindas de outras gerações. Tais bagagens e aprendizados favorecem um desenvolvimento saudável? São condições que prejudicam e adoecem os indivíduos e seus sistemas?

##### ***Subtema 4.1: Família Extensa Não é Família Nuclear***

Enquanto família nuclear, estamos falando do sistema familiar que se forma com a extensão do sistema conjugal. No caso das participantes do Grupo 2, são as pessoas que com ela habitam: marido e filhos. Já como família extensa, estamos incluindo relações como a de irmãos, cunhados, pais e sogros, por exemplo (Minuchin et al., 2009). Primeiramente, construímos uma compreensão, já apontada e amplamente endossada por pesquisas na área (e.g., Lemaigre et al., 2017), de que a VS impacta também os familiares, e não apenas a vítima. A participante G2\_P1 mencionou, sobre sua família, se sentir “vulnerável ( ... ) desestruturada. A gente ficou financeiramente, psicologicamente ( ... ) desunido” (G2\_P1). Para a participante G2\_P2, a mudança teve ordem também prática, pois, além da VS representar “um choque”, ela falou de que “tava até com previsão de ter voltado a trabalhar ( ... ) não pude voltar porque ele não fica com ninguém” (G2\_P2).

Apesar de perceber a existência desses impactos, também percebemos que há uma diferença em relação à família nuclear da vítima, onde se encaixam suas mães, e a família extensa. Para a participante G2\_P3, essa é uma percepção transmitida de forma explícita ao filho, quando ela diz a ele:

‘[nome do filho], é eu e você, você e eu. O oba oba [outras pessoas] vem aqui, e olha e sai’. E hoje, ele olha e fala assim: ‘mãe, é verdade porque no momento da minha dor...’, ele não teve uma tia pra sentar e falar: ‘filho, aconteceu isso, mas a gente tá junto’. Tanto que a gente relatou pra ela aqui [psicóloga que acompanha o caso], que ele se sentia... ver a minha família falando com a família do abusador, de uma forma assim... ‘pera aí, por que minha família fala com esse pessoal?’ (G2\_P3).

Os limites e fronteiras de quem são as pessoas da família nuclear de G2\_P3 pode ser difuso na prática, pois ela e o filho residem com seus pais. No trecho, a participante faz referência a outros membros, como sua irmã, e percebe a ausência do apoio emocional (Sluzki, 1998), além de manifestar descontentamento com a manutenção dos contatos que a família extensa tem com a família do adolescente ofensor, um vizinho. Ainda que a rede social possa ser composta por outras personagens, que não familiares, é com o passar do tempo que as crianças e adolescentes ampliam sua inserção em outros sistemas e contextos, pois quanto mais novas, mais reduzida aos familiares essa rede deve ser. Diante deste cenário, resgatamos a compreensão de Sluzki (1998) de que redes sociais com número reduzido de membros e em que esses membros não se distribuam entre diferentes grupos tendem a ser redes sociais menos flexíveis e efetivas. Favorecer a expansão, e qualidade, desse apoio é tarefa que merece destaque nas ações com crianças e adolescentes (poli)vítimas, especialmente as do gênero masculino, tendo em vista o histórico de dificuldade que eles manifestam em pedir ajuda, como já exposto no Tema 3.

A reação das e dos familiares foi percebida de forma diferente dentro da própria família nuclear pela participante G2\_P1, fazendo-nos construir uma compreensão de que há sutilezas na percepção das pessoas a depender do grau de proximidade com a

(poli)vítima e com o episódio de (poli)vitimização. Os filhos mais velhos de G2\_P1, alguns ainda residentes na mesma casa dela e do filho caçula, vítima de VS, de acordo com ela, “não falam assim, ‘não, não aconteceu, é mentira’, não, nada disso ( ... ) ‘foi, mas eu vou fingir que não foi’” (G2\_P1).

A partir de relatos como esse podemos perceber a complexidade em torno da participação do sistema familiar no contexto de ocorrência da VS, e levantar alternativas diante da inclusão das e dos familiares nos acompanhamentos e atendimentos. Mesmo que todas e todos acreditem que houve VS, se esse crédito não implica necessariamente o oferecimento de suporte e apoio, mesmo entre a família nuclear, há alguma diferença, em relação a um cenário em que a vítima é desacreditada? Identificar se as e os familiares acreditam na (poli)vítima pode ser apenas o início de uma compreensão mais ampla, por parte das e dos profissionais, sobre as consequências desse crédito ou descrédito. “Fingir que não foi” [*sic*] pode ter os mesmos efeitos de familiares que desde o início não acreditam na ocorrência da VS? É uma estratégia de sobrevivência que os familiares encontram para enfrentar o preconceito – externo e neles mesmos? Refletir sobre os motivos pelos quais familiares *fingem que não foi* também pode ser um caminho pertinente e que pode indicar sofrimento neles, falta de manejo com a situação e necessidade de serem também atendidos e cuidados.

#### ***Subtema 4.2: O menino Se Garante?***

Para pensar contexto, discutimos a socialização dos meninos, pois, principalmente a partir das falas da participante G2\_P3, construímos uma reflexão sobre a suposta autonomia que eles são incentivados a ter, mesmo ainda na infância. Um primeiro ponto que nos chamou a atenção sobre o contexto familiar dos meninos foi a relação, distantes ou inexistente, deles com seus pais, as figuras masculinas.

No caso da participante G2\_P1, ela diz que o pai de seu filho caçula “foi embora para terra dele ( ... ) e também não sabe que o [nome do filho] existe”. Como consequência, o filho “nunca conheceu, e nem o pai sabe que ele existe, a gente perdeu o contato completamente” (G2\_P1). Já para o filho da participante G2\_P2, houve contato com seu pai, mas foi interrompido por volta dos 7 anos, após revelação da VS, praticada pelo pai. E em relação ao filho da G2\_P3, ele não tinha contato com o pai “porque hoje ele se encontra preso” (G2\_P3).

A despeito do número de lares brasileiros que não têm a presença da figura paterna (Lázaro, 2020), e da sobrecarga às mulheres que essa situação impõe, também ressaltamos as consequências para esses meninos, que se desenvolvem sem essa referência. Em uma pesquisa qualitativa com 17 mães e sete pais na Austrália, que buscou capturar a conceitualização feita por eles e elas sobre (a) abuso sexual infantil, (b) prevenção e educação sexual e (c) o papel parental na proteção, 60% apontou como fator de risco para a VS a ausência de um dos pais (Rudolph & Zimmer-Gembeck, 2018). Com isso, não queremos impor uma afirmação rígida, que dita que famílias monoparentais, chefiadas por mulheres, são famílias *piores* ou de maior risco, mas problematizar os desafios e dificuldades que esses cenários instituem.

Nas falas de G2\_P3, há uma narrativa que aponta para uma mudança que acompanhou a VS, em relação ao oferecimento de cuidado versus autonomia. Antes da VS, era comum demandar do filho coisas como “vai ali e compra esse negócio assim pra mim na padaria” [*sic*], afirmando que “sempre deixava o [nome do filho] resolver pra mim” (G2\_P3). Após a VS, surgiu um dilema, especialmente na relação com seus pais:

Eles [avós] acham que o [nome do filho] é o tempo inteiro dentro de uma bolha ( ... ) aí eu fico assim, ‘será que eu tô acertando, será que eu tô errando?’ ( ... )  
Você não sabe se vai pra frente, se vai pra trás, não sabe o que pensa (G2\_P3).

Embora essa tendência de superproteção pós-VS também seja referida em outras pesquisas (e.g., Hohendorff et al., 2015), inclusive com vítimas do gênero feminino, chamou nossa atenção que, mesmo sendo uma criança nova, havia um incentivo de que ele “tem que saber se cuidar também” (G2\_P3), sendo valorizada a independência do menino desde pequeno. Para essa mesma família, pudemos observar a generalização que essa criança fez, em termos do desenvolvimento da autonomia, e como esse movimento acabou se configurando como risco e sofrimento adicionais:

Eu já tinha chorado muito e ele falou assim, ‘que que aconteceu? Quem brigou com você?’, aí eu abracei ele e falei assim, ‘não, ninguém brigou comigo, eu só quero saber o que o [adolescente ofensor] fez com você’, aí ele me soltou, ‘quem te contou isso, mãe?’, ( ... ) ‘a avó do [nome do colega também vítima de VS], aí ele falou ‘caraca, falei pra ela que a gente ia conversar, mãe, não fica nervosa, pensa direitinho no que a senhora vai fazer’. Eu falei ‘não, já ta tudo pensado, vamos pra delegacia e quem vai resolver isso aí vai ser a polícia’, foi aí que ele falou ‘não se preocupa porque eu soube me defender, então não aconteceu nada ( ... ) eu me defendi, mãe, o que importa é que eu me defendi’ (G2\_P3).

Para pensar esta família, como pode ocorrer para tantas, precisamos compor o cenário retomando aspectos do sistema familiar – pai preso –, e também social – meninos precisam se cuidar sozinhos. Esses fatores se sobrepõem e fortalecem, pois enquanto havia um incentivo deliberado da mãe de que o filho aprendesse a “se cuidar” [*sic*], é confuso distinguir se, ou quanto, isso se dava pelo contexto familiar restrito basicamente a eles dois, ou quanto esse era um valor familiar, transgeracional.

Além da perspectiva da participante G2\_P2, em seu papel de mãe, também há todo o sentido que o seu filho apreendeu com esse contexto. A fala dele, tranquilizando-a, pode apontar para o enraizamento desse modelo de socialização de masculinidade

hegemônica (Connell, 2005), mas também refletir sua análise atenta, além de medos e receios baseados em seu contexto familiar. Ele mesmo disse à mãe que:

Não falei porque a senhora é muito nervosa, mãe, aí a senhora ia lá, bater nesse menino e podia acontecer alguma coisa e aí... Como ia ser minha vida sem a minha mãe e sem meu pai? Eu tenho só a senhora, mãe, agora aqui fora (G2\_P3).

Dissociar o sistema familiar do social não é condizente com o pressuposto da complexidade adotado nesta pesquisa, mas entendemos que pode ser um impasse compreender como ocorre a interseção desses dois contextos. Defendemos o estímulo a identificação, caracterização e compreensão de tal interseção, mas também que (supostas) verdades universais, como a ideia de que *meninos precisam aprender a se cuidar sozinhos* sejam questionadas e refletidas entre a equipe de profissionais, com as e os familiares e as próprias (poli)vítimas.

#### ***Subtema 4.3: “O Ser Humano Se Acostuma Até Com o Que é Ruim”***

Tentando se aproximar da pergunta que dá título a esse Tema 4, entendemos ter havido uma perspectiva manifestada pelas participantes do Grupo 2 de que há uma possibilidade de aprender a enfrentar as situações desafiadoras, incluindo as possíveis violações. Fazendo um paralelo com o contexto da pandemia da Covid-19, a participante G2\_P1 disse que tomar conhecimento da revelação de VS é:

Muito difícil ( ... ) mas, na verdade é normal por causa que o ser humano... você não vê essa pandemia agora? Nós estamos preparados para tudo ( ... ) Todo mundo ficou no pavor dizendo que não ia aguentar ficar de máscara, você fica, se acostuma, o ser humano se acostuma com tudo. Mesmo o que é ruim pra ele (G2\_P1).

O risco de falas como essa é que por *acostumar* seja atribuído um sentido semelhante ao de naturalizar. Com isso, ao invés de pensar no estabelecimento de

estratégias de enfrentamento e adaptação diante de uma violação, chamamos a atenção para o risco de um cenário em que as violências sigam ocorrendo, pois viram costumeiras, naturalizadas. Recentemente, Chan (2017) apresentou o termo polivitimização familiar<sup>12</sup>, conceituando-o como a ocorrência de múltiplas formas de violências para diferentes membros da mesma família. Dentre os tipos de violência, incluiu os maus-tratos e a negligência infantil, a violência conjugal e a violência contra idosos. Mesmo que seja um importante termo, que amplia os olhares, apresenta e valoriza a dimensão familiar, ainda não inclui outros tipos de violência, que não as intrafamiliares, e que podem também ocorrer a diferentes pessoas de um núcleo familiar (e.g., violência urbana, violência comunitária, preconceitos, racismo, *bullying*, etc). A participante G2\_P3, resgatando a história com sua família de origem, pode exemplificar a polivitimização familiar, ainda que ela não nomeie desta forma: “Eu nunca vi o meu pai levantar a mão pra minha mãe, dele bater ( ... ) Desde a minha infância até hoje, eu vejo ele ofendendo ela muito em palavras” (G2\_P3).

Para além das polivitimizações familiares, também observamos um contexto extrafamiliar com a presença de vitimizações. A participante G2\_P1 nomeou que o ofensor de seu filho também era vítima, mas criticou a forma como a mãe dele reagiu:

Uma criança que chega há três dias e que abusa de outra que ela não conhece, por menos de meia hora que ela tá em casa com a criança? Ele é um doente, um menino de 11 anos? ( ... ) Se ela [mãe do ofensor] tivesse um conviver com ele, uma convivência, desculpa, uma convivência com ele... ( ... ) menos de meia hora ele abusou meu filho ( ... ) Ele precisa ser tratado. Quando eu disse isso pra ela, ela mandou ele embora. Eu disse, ‘sabe por que eu não vou tá com raiva do teu

---

<sup>12</sup> Tradução livre da pesquisadora principal, pois ainda não foram encontrados textos e pesquisas em português que apresentassem o conceito.

filho? Porque eu tô com dó do teu filho, apesar que eu estou com dó do meu’ ( ... ) ele [criança que ofendeu] morava na Bahia com a mãe dela. Ela foi lá porque ele tava sendo mal tratado ( ... ) Ele já era vítima de algum tipo de vítima de violência, mas a sexual, acho que ela não acreditou (G2\_P1).

Analisar este trecho pelas lentes do pressuposto da intersubjetividade significa identificar muitas pessoas envolvidas nesse fenômeno, com muitas narrativas envolvidas. A participante G2\_P1 denuncia que a mãe do ofensor de seu filho o trouxe o para o DF após conhecimento de que ele estava sofrendo violências na casa da avó. A dificuldade em cogitar a VS aparece novamente, desta vez em torno da mãe do ofensor, mas o que gostaríamos de construir neste subtema é a ideia de que em muitos casos a polivitimização caracteriza não apenas uma pessoa, ou um núcleo familiar, mas também a comunidade e o sistema social. Diante desta complexidade, é preciso ter cautela para compreender os sentidos do “se acostumar com qualquer coisa” [*sic*]. Pode ser uma estratégia de enfrentamento das pessoas, famílias e sociedade, mas, da perspectiva de profissionais, a nomeação e identificação devem ser ações opostas à naturalização.

#### ***Subtema 4.4: Heranças que Quero e que Não Quero***

O papel que têm os relacionamentos, as tradições e heranças familiares podem ser tanto no sentido de fortalecer, quanto de adoecer. Como vários outros fatores de risco e de proteção, também a relação familiar pode significar um ou outro, a depender das circunstâncias, do manejo das características e do momento (e.g., uma família numerosa pode ser lida como fator de proteção, pois significa a existência de uma rede de apoio, mas pode ser também fator de risco se há um contexto de desemprego colocando mais pessoas em situação de vulnerabilidade).

A participante G2\_P1 identifica em si que “a força” [*sic*] é uma herança de sua família de origem – “eu vim de uma família guerreira” [*sic*]–, parecendo identificar



como uma herança que almeja levar adiante. Já a participante G2\_P2 fala de um padrão de consumo de álcool de seus familiares que ela não quer reproduzir:

Meu irmão, o que mora do lado da nossa casa, faz uso de bebida alcoólica, então é tipo assim, num dia ele tá bom, no outro, é igual agora, ele tá bêbado ( ... ) A minha vida todinha foi ( ... ) dentro de uma família com briga, confusão, por causa da bebida ( ... ) Na época que eu casei com o pai do [nome do filho] ele começou a fazer uso de bebida alcoólica ( ... ) me separei dele justamente ( ... ) porque eu não queria criar o meu filho numa família que fazia uso de bebida alcoólica. Esse não era o exemplo que eu queria dar pro meu filho ou pra minha filha (G2\_P2).

Há ainda a percepção da participante G2\_P3, que consegue identificar que a forma como ela dá limites ao filho foi um aprendizado que recebeu de sua avó, com quem foi criada e passou muito tempo. Para ela, funções positivas são identificadas, ao mesmo tempo que problemas com esta forma rígida de se relacionar com o filho:

Tem seu lado positivo e não tem ( ... ) minhas irmãs mesmo me falam que eu sou muito cheia de regras, que o [nome do filho] não mora numa casa, que ele mora num quartel. Porque eu passo pro [nome do filho] o que a minha vó me passou ( ... ) Foi minha base, né ( ... ) a parte ruim é porque tem hora que eu falo: ‘ah, tenho que pegar um pouquinho mais leve’ (G2\_P3).

Tomar consciência de quais são as heranças que existem em nossas famílias é o primeiro passo para a tomada de decisão de seguir reproduzindo tais padrões relacionais e de comportamentos, ou de interrompê-los, modificando o sentido que é dado a eles, ou mesmo sua expressão. Ferramentas como o genograma familiar (McGoldrick et al., 2012) são uma excelente ferramenta que pode favorecer esse reconhecimento e pode ser

usado por diferentes profissionais, que não apenas psicólogos, com o devido treinamento.

Concluimos este tema ainda com a permanência da dúvida, pois é possível que o(s) contexto(s) seja(m) espaço(s) que fortaleçam as pessoas, mas também que as adoçam. É possível ainda, que o mesmo fenômeno ou episódio favoreça os dois aspectos, de forma aparentemente contraditória, mas também coerente com o viés da complexidade. A participante G2\_P3, por exemplo, mencionou já ter sido denunciada ao CT por maus-tratos e sobre o episódio comentou que:

Eles [o CT] viram que ( ... ) não tinha cabimento essa denúncia ( ... ) aí quando eu falei mesmo pro CT: ‘olha, eu não sou essa mãe melosa, que fica de nhenhenhe [*sic*], dengando o menino não, porque eu não fui criada desse jeito’. Pra mim o [nome do filho] tem o sim e o não, a minha vó me deu essa postura ( ... ) Foi aí que ela falou, ‘o [nome do filho] precisa fazer um esporte’, eu falei: ‘eu tentei, desde os 4 anos do [nome do filho] eu tento colocar ele na Vila Olímpica, mas nunca consegui uma vaga’, e aí no mesmo dia conseguiram uma vaga ( ... ) Foi quando eu consegui dar entrada nesse auxílio reclusão (G2\_P3).

Ainda que tenha sido uma situação desconfortável, receber uma denúncia, que, pelos relatos dela, se deu como infundada, foi a partir deste episódio que G2\_P3 recebeu apoios diversos do CT e incluiu seu filho em programas sociais e de esporte. Assim, caminho para construir a resposta para a dúvida deste Tema 4, também numa lógica complexa, pode ser retirar o *ou* e assumir que o contexto tanto adocece, como fortalece.

#### **Tema 5: Polivitimização: Eu Sei, Mas Não Sei**

De forma parecida com a análise feita para o Grupo 1, as participantes do Grupo 2 também apresentaram falas ambíguas sobre a PvCA, contribuindo para a construção de um entendimento de que as mães conseguem identificar a ocorrência de mais de um tipo

de violência, mas não de forma suficiente para nomear como o fenômeno PvCA. A não nomeação dificulta a diferenciação desse processo em relação a outros e também impede que seja dada sua devida dimensão.

Quando solicitadas a conceituar e exemplificar violências, as participantes citaram diversos e diferentes tipos: “agressão física, agressão verbal ( ... ) xingação [sic]” (G2\_P2), violência psicológica como sendo “as palavras, o que falam pra diminuir a pessoa e dizer que ela não é capaz ( ... ) chamar que ela é burra ( ... ) o *bullying* em si” (G2\_P1). Porém, quando as falas se restringiram à situação de vitimização vivenciada pelos filhos, a VS se sobressaiu, intencionalmente ou não. Quando perguntamos quais violências foram vividas pelo filho de G2\_P1, ela respondeu que “só a sexual ( ... ) a maior”. Quando retomamos a ameaça, que já havia sido comentada em outro momento da entrevista, perguntando se ela a considerava também como violência:

Claro, isso que deve ter prejudicado ele mais ainda do que mesmo o próprio ato. Porque privou ele ( ... ) assim, se fosse eu, se me fizesse [sic] isso, eu ia me sentir culpada por eu não ter força nem de me defender e nem de falar pra alguém me defender (G2\_P1).

Neste trecho, a participante G2\_P1 parece conseguir dimensionar que a ocorrência da ameaça é fator que complexifica a VS. Mesmo assim, é vista como se fosse um acompanhamento. Ela mesma colocou essa hierarquia de grandeza, dizendo que a VS foi a “maior” [sic] violência. Musicaro et al. (2019) defendem que uma das principais funções da identificação de um diagnóstico, ou neste caso, da identificação da PvCA, é contribuir para o seu devido tratamento. Se há uma identificação errônea ou empobrecida – como possivelmente neste caso, em que a ameaça foi vista como uma violência coadjuvante –, em última instância isso significa um problema de saúde pública, pois serão pensados e ofertados protocolos e processos de acompanhamento e

atendimento que não incluem o cenário amplo e completo das vitimizações. Com isso, as polivítimas ficam sem atendimento especializado, podendo apresentar mais sintomas ainda na infância e adolescência, mas também na fase adulta. A manutenção desses sintomas, por sua vez, também contribui para que as polivítimas tenham mais chances de serem novamente vitimizadas e esse ciclo segue de forma recursiva e socialmente problemática (Musicaro et al., 2019).

Quando a polivitimização foi citada de forma objetiva, as participantes manifestaram confusão sobre o termo. A participante G2\_P2, por exemplo, conseguiu se mostrar empática com uma polivítima, mas sem conseguir formular outros comentários: “Não sei nem te responder direito, mas... Coitada dessa pessoa! Porque a mente dela vai tá destruída” (G2\_P1). Para a participante G2\_P2, sobre o maior impacto em casos de mais de um tipo de violência, a fala foi ambígua:

Eu acho que sim ( ... ) Eu não sei se é certo, mas eu entendo assim: a partir do momento que é qualquer tipo, mesmo que seja só um tipo de violência, eu não vou ter uma vida de uma pessoa que não passou nada (G2\_P2).

Prontamente a participante respondeu que sim, o impacto para mais violências era maior, mas argumentou logo depois que a vivência de um tipo único de violência se iguala a vivência de vários tipos. A diferença recai entre essas pessoas, vitimizadas ou polivitimizadas, e aquelas que não sofreram qualquer violência. Ressaltamos que durante as entrevistas não foi usado o termo PvCA inicialmente, numa tentativa de realmente deixar que as entrevistadas o mencionassem, caso o conhecessem. O objetivo não era apresentar o conceito, mas compreender se, ou como, ele lhes era familiar.

### **Tema 6: Apoio Para Eles e Para Mim**

O título deste tema foi pensado a partir de falas das participantes do Grupo 2 que mencionaram “apoio, palavras ( ... ) solidariedade em geral” (G2\_P1) como fonte

possível de ajuda. A escolha por discutir esse tema ao final do Grupo 2 foi deliberada, numa tentativa de encerrá-lo pelo viés dos recursos, possibilidades e alternativas. A participante G2\_P2 prontamente fez referência a essa dimensão:

Acho que tem que ter o apoio, que eu acho que foi a primeira coisa que eu fiz com meu filho porque tem muita gente que não acredita ( ... ) Acho que ele tinha medo de falar, porque ele falou que ele [o pai] falou que se contasse alguma coisa pra mim, ele me matava. Então o medo dele falar pra mim ( ... ) ‘se eu falar pra minha mãe, minha mãe não vai acreditar’, e aí ele viu que em mim ele tinha um porto seguro, que ele podia falar, então por isso que eu falei ‘apoio’ (G2\_P2).

A percepção da participante de que ser reconhecida como “porto seguro” [sic] pelo filho foi importante, porém, como expusemos em trechos de temas anteriores, foi um processo longo entre a ocorrência da VS e a revelação para a mãe. O receio do filho de que a mãe descreditasse nele também é uma percepção válida, juntamente com o componente ameaçador que o ofensor impôs. Ainda, o fato de ser uma pessoa próxima – o pai – são fatores que Lemaigre et al. (2017) identificam como barreiras para a revelação. Além deles, Easton (2013) também defende que a proximidade com o(a) ofensor(a) é também fator de risco para o agravamento de sintomas.

Além do apoio que as próprias participantes referiram oferecer aos seus filhos, elas também identificaram que as instituições têm lugar central neste cuidado. A participante G2\_P1 apontou de forma nítida a dimensão preventiva que atribui ao acompanhamento do filho na instituição de saúde especializada em violência:

Eu só tô aqui hoje porque ( ... ) eu quero que ele, no futuro, seja um cidadão diferente. Para que ele não venha a fazer com outras pessoas. Pra isso tem que tratar e eu sei, eu tenho consciência que vocês, psicólogos e psiquiatras, têm...

não é o remédio, mas ajuda, é a solução, né... o fato maior, que as pessoas não dá [sic] muito trela pra esse tipo de profissional (G2\_P1).

Ela reconhece o trabalho de mais de uma especialidade profissional, parece diferenciá-las e ainda tece uma crítica sobre a desvalorização que tais áreas costumam ter da população em geral. Além dessas áreas psi, também foram mencionadas outras instituições como fontes de apoio nas outras entrevistas. No caso da G2\_P2, a escola foi mencionada como um espaço que reiterou a observação de que o filho apresentava mudanças no comportamento. Além disso, a PCDF e o CT também foram buscados para fazer um registro de ocorrência, dando início ao fluxo de responsabilização.

Eu era chamada na escola ( ... ) a professora falou ‘chama ele [o pai] aqui que eu quero falar com vocês’, aí eu chamei, a professora explicou que ele [o menino vítima] tinha que ter acompanhamento com neuro e tal porque ele poderia ter algum problema ( ... ) Eu liguei pra um conhecido meu que é da polícia civil e pedi orientação ( ... ) Aí no outro dia de manhã ele foi lá em casa, com a viatura da polícia, e me levou pra delegacia da criança, onde eu fiz o registro. O Conselho Tutelar falou, e aí ele foi na delegacia fazer uma ocorrência contra mim, porque disse que eu não tinha deixado ele levar, mas eu já tava amparada pelo Conselho Tutelar, né, que não era pra deixar a criança ir (G2\_P2).

São mencionadas as diferentes, e complementares, funções que as instituições têm. Além de amparar a mãe na conduta adequada – procurar um médico, procurar a delegacia –, também deu segurança em termos de como agir com o pai do filho, suposto autor da VS. Além da função de suporte, a participante G2\_P3 compartilhou que percebe melhoras em seu filho, pois desde que ele “tá sendo acompanhado, ele não... eu nunca peguei o [nome do filho] chorando, gritando” (G2\_P3).

Compreendemos, assim, que as equipes profissionais têm um papel crucial também no oferecimento de apoio a quem apoia, no caso do Grupo 2, as mães. Rudolph e Zimmer-Gembeck (2018) apontaram que os pais parecem ter avançado em alguns conhecimentos e compreensões sobre a VS, mas seguem com algumas crenças e comportamentos inadequados – como incentivar que os filhos tentem revidar por meio da força física. Além disso, elas também identificaram que os pais relataram que falar com seus filhos sobre VS de forma preventiva era mais desafiador do que falar sobre outros assuntos ditos polêmicos, como a homossexualidade, relações sexuais, aborto, suicídio ou morte.

Resgatamos o trecho da G2\_P1 em que ela mencionou o comparecimento à intervenção em saúde visando prevenir que o filho revidasse a VS. A partir dele, refletimos sobre a ausência de comentários das mães a respeito de ações, diálogos ou conversas que tenham tido com os filhos, previamente à VS, com objetivo de promover educação sexual e prevenção à violência sexual. Com isso, enfatizamos, mais uma vez, que familiares sejam incluídos nas intervenções, para que possam obter orientação e conhecimento, e se fortalecer para exercerem seu papel da forma mais cuidadosa e protetiva possível. Mesmo em estudos que não têm um aporte teórico familiar sistêmico (e.g., Musicaro et al., 2019), tem sido defendido que as famílias sejam incluídas nas intervenções e, independentemente do estágio de desenvolvimento das (poli)vítimas, o envolvimento parental parece ser crucial.

## Capítulo VI

*“Mas depois, aos poucos, descobri que há uma coisa que todos temos em comum, independente da casta ou da religião: todos somos feridos ao longo da vida, todos queremos sobreviver e ser felizes, e todos precisamos ser bem tratados.”*

Amita Trasi – Todas as cores do céu

### Discussão do Grupo 3

#### Tema 1: Violências no Plural e Polivitimização

Com alguma semelhança com a percepção dos e das participantes dos Grupos 1 e 2, as e os profissionais aqui entrevistados identificaram que a violência contra meninos ocorre de diversas formas, com diferentes dinâmicas e consequências, embora com alguma confusão sobre o fenômeno polivitimização. Optamos por apresentar como primeiro tema na análise do Grupo 3 uma discussão sobre a necessidade da violência ser vista como um fenômeno plural e partir dessa compreensão como regra, e não exceção, para encarar o fenômeno da PvCA contra vítimas do gênero masculino (Penso et al., 2019; Said & Costa Jr., 2018).

#### *Subtema 1.1: Quanto Mais Violências, Mais Dificuldades*

A primeira importante questão quando percebemos o fenômeno da violência de forma plural é justamente a potencialização das dificuldades. Um fenômeno único, com um episódio pontual e um pequeno número de pessoas envolvidas gera consequências potencialmente menos danosas do que um cenário com várias e diversas violências, com mais pessoas envolvidas. A falta de suporte social, aliada à maior frequência de vitimizações também se relaciona com o aumento de sintomas psiquiátricos (Weber et al., 2017). Consequentemente, surge a necessidade de um maior número de profissionais atuarem para minimizar os impactos e, a fala a seguir, de uma psicóloga (CREAS), exemplifica a dimensão das dificuldades que perpassam o contexto de PvCA:

Quando é uma violação só é mais fácil de ser pontual e até dele [menino] buscar ajuda. Acho que quando são muitas [violações], ele já tá tão calejado em tantas



formas, em tantos quesitos que de repente é até mais difícil de ser trabalhada [a violência] (G3\_ASoc2).

A profissional ressalta a dificuldade que as polivítimas podem ter para pedir ajuda e também a dificuldade que a PvCA pode representar para a equipe profissional, pois é um cenário com mais dimensões (individual, grupal, social, familiar, econômica, escolar, de violação de direitos) para serem compreendidas, focalizadas e reorganizadas. Essa percepção é compartilhada nos resultados do estudo de Turner et al. (2017), que também apontaram que a polivitimização tem um efeito prejudicial em recursos psicossociais centrais para as polivítimas, como diminuição de pedidos de ajuda para amigos e familiares, além da autoestima e do senso de autoeficácia. A diminuição desses recursos, por sua vez, coloca os meninos polivítimas em maior risco para sofrerem outras vitimizações e é por isso que a interrupção deste ciclo precisa ocorrer de forma mais célere possível.

### ***Subtema 1.2: Impactos São Múltiplos***

A consideração de vários tipos de violências também apontou como consequência o acúmulo ou a multiplicidade dos impactos. Esta multiplicidade incluiu não apenas a diversidade das consequências e prejuízos para as (poli)vítimas, como também os impactos a outras pessoas, como os familiares. Dentre alguns dos impactos aos familiares, citados por as e os profissionais estão sentimentos como culpa - especialmente nos casos em que a violência foi praticada por alguém da família -, vergonha e constrangimento, ansiedade e irritabilidade. Esses são alguns sintomas que a literatura também aponta como frequentes nas vítimas de VS do gênero masculino (e.g., Conceição et al., 2020; Hohendorff et al., 2014), mas percebemos como esses sintomas podem se manifestam nos meninos enquanto estão sofrendo a(s) violência(s), ou também

a médio ou longo prazo. Na fala a seguir, de uma agente da DPCA, é apontado um exemplo de sintoma de insegurança:

Ele ficava muito cheio de medos, esse menino começa a regredir muito, ele já tava com uns 14 anos e começa a fazer xixi na cama, a dormir com os pais de noite, no meio dos pais, apavorado, umas crises de ansiedade de terem que buscar ele na escola (G3\_SPub18).

Neste caso, essa "regressão" [*sic*] de comportamentos indicou para a família deste menino que algo naquele momento não estava bem e a partir desses sintomas foram tomadas medidas de proteção. Ressaltamos, porém, a necessidade de se estar atento às mudanças bruscas nos comportamentos dos meninos, pois é possível que os impactos sejam mais sutis e não tão alarmantes, como as regressões citadas, e os exemplos trazidos pelas participantes do Grupo 2. Nas falas a seguir, de uma psicóloga do Núcleo de Assessoramento sobre Violência contra Crianças e Adolescentes (NERCRIA/TJDFT) e um psicólogo (CEPAV/SES), são citadas distintas dimensões do sofrimento das vítimas do gênero masculino:

A masculinização desses meninos já exige tanto deles, de não falar das suas emoções, 'fica calado', 'não chora', 'seja macho', 'objetifique as mulheres', e aí eles sofrem essa violência, seja sexual, seja física ou psicológica... acho que tem um efeito dramático ( ... ) para a constituição deles como sujeito (G3\_Jus10).

Os meninos que vem aqui para o acompanhamento no CEPAV ( ... ) a maioria deles tem problemas de aprendizagem na escola ( ... ) questão de comportamentos agressivos na escola ( ... ) de desobediência, de burlar ( ... ) são mais frequentes nos meninos, esses relatos que os pais usam muito esse termo... de 'hiperatividade' (G3\_Sau1).

No primeiro trecho observamos a complexidade e multiplicidade de prejuízos às vítimas do gênero masculino com uma compreensão da G3\_Jus10 de que os impactos podem continuar se expressando ao longo da vida do menino. Já no segundo trecho, entendemos que até mesmo a expressão dos sintomas das violências nos meninos parece sofrer a pressão da sociedade, manifestando-se também com condutas ou comportamentos atribuídos ao gênero masculino (Connell & Pearse, 2015; Javaid, 2015).

A identificação desses múltiplos impactos pode representar um desafio aos profissionais, mas é uma dimensão de sofrimento significativa para os meninos e, por isso, entendemos que precisa ser considerada para fins de ações/intervenções. Nas falas das e dos profissionais entrevistados também foi muito presente a consideração dos impactos que as violências geram para os familiares do menino polivítima, mostrando que elas e eles percebem que, para além das próprias vítimas, as polivitimizadas incluem outros personagens, dimensão que será aprofundada em tema a seguir.

### ***Subtema 1.3: A (Poli)vitimização de Meninos Tem Muitas Facetas***

Além da multiplicidade de impactos, construímos também uma compreensão das várias facetas, dinâmicas e características da (poli)vitimização de meninos. A diversidade de tipos de violências que as e os profissionais relatam ter conhecimento incluem “violência física, presenciar a mãe sendo vítima de violência doméstica, xingamentos, violência de gênero, *bullying*, penetração anal, pornografia” (G3\_Sau1). Essa diversidade foi também mencionada pelas participantes do Grupo 2 e detalhada em estudos como o de Pinto-Cortez e Venegas (2015), que também utilizaram o questionário JVQ.

Dependendo da violência, as consequências também podem variar e com isso também o escopo de ação e intervenção devem modificar-se. Ainda que algumas

violências possam ser comuns a crianças e adolescentes, independentemente do gênero, é necessário que se preste atenção a algumas nuances e especificidades de cada violência, que podem se manifestar diferentemente para meninos e meninas:

O menino fica assim: ‘ele mexeu no meu bumbum, mas eu dei um soco nele depois’, ‘mas eu fiquei bravo’, ‘mas ele fez isso porque ele ia fazer com meu irmão, aí eu deixei ele fazer comigo porque se não ele ia fazer com meu irmão’. Então tem sempre essa coisa de tentar mostrar que ( ... ) ‘olha, eu não gostei, eu me coloquei, eu bati nele’ ( ... ) E com adolescente, você vê claramente uma preocupação, especialmente se o agressor for também do sexo masculino, de ‘será que ela [a profissional] tá achando que eu sou homossexual?’(G3\_SPub18). Para os meninos as violências são mais violentas ( ... ) às vezes o que eu percebo ( ... ) com as relações com os pares, é natural e é exigido que eles sejam violentos, até para eles conseguirem não serem violentados. Então o menino que é bonzinho, que não aceita violência ( ... ) o garoto vem, bate nele, ele tem que revidar porque se ele não revidar, ele vai ser um saco de pancadas na escola (G3\_MPub4).

Esses trechos parecem reafirmar a construção social, também exposta em outras pesquisas (e.g., Guerra, Ocaranza, et al., 2016), de que a manifestação dos sofrimentos dos meninos é com comportamentos agressivos e ditos *externalizantes*. De forma semelhante ao que foi narrado pela participante G2\_P3, no Grupo 2, também os/as profissionais perceberam a preocupação dos meninos à respeito da notícia da violência, significando como sofrimento adicional a sensação de necessidade de justificar que a VS só ocorreu porque eles desempenharam seu papel de homem de verdade. De forma complementar, a profissional ainda percebe que, para os meninos mais velhos, a orientação sexual é colocada em xeque por ter sido vítima de VS.

A violência psicológica também foi apontada por várias e vários profissionais, em uma construção que parece apontar que o menino vítima de VS “tem uma sobrecarga” [sic], como se fosse “uma violência psicológica adicional” [sic], como pontuou um psicólogo da VIJ (G3\_Jus12). Essa violência psicológica direcionada aos meninos pode se apresentar de forma sutil e também com várias facetas: reprodução de crenças e padrões do que se espera para o gênero masculino, ainda que de forma não intencional, pressão para performar de acordo com padrões da masculinidade hegemônica (Connell & Pearse, 2015) e ainda as ameaças que “muitas vezes são usadas como artifício para convencer, principalmente com o adolescente, a não falar ( ... ) ‘Vou matar sua mãe’, ou então ‘sua mãe vai ficar muito triste’”, como compartilhou o delegado (G3\_SPub15).

A ameaça é descrita em outros estudos e pesquisas (Paixão & Souza Neto, 2020) como um dos componentes da VS, sem ser enfatizada que a ocorrência de ameaça é, em si mesma, um tipo distinto de violência, o que caracterizaria o cenário como de PvCA. Também no Grupo 2 a ameaça foi apontada como se fosse uma violência coadjuvante, mas chamamos a atenção para a importância de ser identificada e considerada também como protagonista, já que dentre as consequências que pode acarretar estão a diminuição da autoestima e do autoconceito de suas vítimas (Ferreira, 2005).

Percebemos a importância de também apontar outra faceta do sofrimento dos meninos que são os comportamentos de introspecção e vergonha, mencionados, por exemplo, pela agente da SAM/PCDF e uma psicóloga do Posto de Depoimento Especial (PDEsp/NERCRIA/TJDFT), ambas responsáveis por coletar os depoimentos especiais dos meninos, na delegacia e na justiça, respectivamente. Elas perceberam o embotamento [sic] como sintoma mais comum em vítimas de VS do gênero masculino, principalmente quando em contato com profissionais da rede de serviços e atendimento:

Você percebe pelo comportamento da criança ( ... ) eles empacam. Por exemplo, eles falam, falam, falam da agressão física, fala, fala, fala o que aconteceu, o que foi e o que não foi, quando você pergunta, ‘tem alguma coisa a mais... tem alguma coisa que te incomoda... aconteceu alguma coisa além disso?’, você vê que eles ficam assim...[profissional faz postura rígida com o corpo, calada], que engole seco e fala ‘não, só isso’ (G3\_SPub6).

Eu vejo esses meninos com muita vergonha ( ... ) em meninos a vergonha se dá por isso: ‘eu não podia ter passado por isso’ ( ... ) Eles chegam lá muito embotados ( ... ) então a crueldade para mim vem de como eles não se sentem permitidos a falar sobre isso (G3\_Jus17).

Em relação à caracterização dos episódios de violência, percebemos que há uma percepção compartilhada entre profissionais de diversas áreas de atuação de que outras violências, que não a sexual, são mais comuns em meninos: “situação de abandono e de maus tratos, a questão da correção excessiva, correção física, do bater, do espancar, da negligência, aí os meninos ganham das meninas” (G3\_SPub6). Este trecho é de uma agente (PCDF), que estabelece contatos pontuais com as vítimas, mas é uma percepção compartilhada também pela conselheira tutelar, que atua com os casos por um período maior de tempo:

Do sexo masculino é bastante conflito familiar ( ... ) principalmente na adolescência, uso abusivo de drogas, de álcool, questão de indisciplina, a violência física também ( ... ) Pouco a gente atende de violência sexual. Conflitos também na escola... (G3\_Jus7).

A maior parte dos estudos com fins epidemiológicos não colocam os meninos como foco em específico, embora eles estejam incluídos nas pesquisas (e.g., Miranda et al., 2020; Stoltenborgh et al., 2011; Stoltenborgh, Bakermans-Kranenburg, et al., 2013).

De toda forma, em função de como cada estudo conceitua e tipifica cada tipo de violência, além do método de escolha para coleta das informações, os números e estatísticas comumente diferem. Em nosso país, há diferentes *fontes oficiais*, como os dados advindos das fichas de notificação em saúde (Cerqueira et al., 2017) e de registros de ocorrências policiais da segurança pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021) - por exemplo. Porém, lembrando ainda do cenário de subnotificação e do contexto exposto anteriormente, de dificuldade para revelar e chegar às instituições, mesmo esses dados oficiais provavelmente representa um número aquém do real.

Ainda que o foco da pesquisa, e por isso também das perguntas durante as entrevistas, tenha sido a PvCA, muito foi comentado sobre os episódios de VS, mesmo porque esta pesquisa busca compreender a PvCA a partir de casos de meninos que já sofreram VS. Nos trechos a seguir, uma psicóloga (Centro Integrado) apresenta um sentido sobre a VS que parece girar em torno das motivações ou do contexto que as sustenta. Em seguida, o médico (IML) também expõem os desafios que existem, em termos periciais, para caracterizar ou mesmo comprovar a ocorrência de uma VS contra crianças e adolescentes do gênero masculino:

Eu acho que com o menino tem uma coisa muito de iniciação sexual, como tocar esse corpo, masturbar o menino... Talvez mais nesse sentido ( ... ) Eu me lembro que isso tem uma recorrência, na minha memória, de penetração. Talvez a penetração mais cedo do que com as meninas (G3\_Jus16).

O masculino é mais difícil, porque fissuras anais ( ... ) é uma condição comum de constipação, por exemplo, então ela é uma entidade clínica, nosológica, que pode aparecer em um ato libidinoso, e que não daria para determinar necessariamente. Obviamente quando são crianças muito pequenas e há desproporção entre o agressor e a criança, podem fazer lesões muito maiores, então o que pode

acontecer eventualmente é que algumas lesões são mais típicas, que a gente chama de rágades, que são ferimentos, como se fossem fissuras mais profundas, e equimoses, rouxidões na região anal, que são difíceis de explicar de outra natureza. Até porque mesmo que você caia sentada, as tuberosidades dos ísquios protegem um pouco a região anal. Agora, uma queda cavaleiro eventualmente poderia fazer, então a gente tem que entender muito a circunstância de como foi, principalmente se ela for circunferencial, sugere um agressor de um tamanho maior, desproporcional. Mas não há uma coisa, que a gente chama na medicina, de patognomônica, de uma exclusividade do ato, da violência sexual. Exceto, obviamente, o espermatozoide, que aí é um achado laboratorial que comprova de fato o ato (G3\_SPub20).

Há estudos (e.g., Mathews et al., 2016; Santos et al., 2018) que também apontam maior frequência de VS contra meninos de idades mais novas. No entanto, essa própria condição etária e fisiológica dos meninos pode representar uma característica desfavorável para fins de comprovação médico pericial da ocorrência de violências com penetração, como detalhou o médico perito (IML). É uma faceta muito específica do gênero masculino e que nos aponta para o nível de atenção e cuidado que casos com suspeita de penetração devem ter.

## **Tema 2: “É Como Se Fizesse Parte do Dia a Dia”**

A partir das falas das e dos participantes do Grupo 3, compreendemos que não só a violência é diversa e ampla - como exposto no Tema 1 -, como também é absolutamente comum e frequente, “como se fizesse parte do dia-a-dia”, como disse o delegado integrante desta pesquisa (G3\_SPub15). Esse aspecto cotidiano da violência caracteriza não só a sociedade brasileira atual, como também outras sociedades, culturas e países, levando a um processo de banalização ou naturalização da violência que



dificulta o reconhecimento de algumas ações como sendo *violentas*. Para as e os participantes do Grupo 3, essa banalização recai tanto sobre a própria criança e adolescente que “fala da violência de um modo tão espontâneo, que parece que ela não entendeu que é uma violência” (G3\_Sau1), como para seus familiares ou outras pessoas que eventualmente compõem seu contexto comunitário e social. Não é também característica que se restringe apenas à VS:

Muitas vezes se encontra naturalizado, alguma violência doméstica não vai ser compreendida como violência, certas agressões físicas... ( ... ) Violência de gênero demora-se a ser identificada como tal, violência urbana também, perigo de assalto e morte até. É um risco que as pessoas vivem aqui ( ... ) às vezes também relacionado ao trabalho, assédio moral no trabalho (G3\_Sau8).

Já discutimos nos Capítulos IV e V, com os grupos anteriores, a dificuldade das vítimas de interromperem as violências e saírem desses contextos, exatamente pela dificuldade que existe em revelar a violência e pedir ajuda (Easton, 2020; Halvorsen et al., 2020). Porém, a dificuldade pode ser anterior, quando a possibilidade de pedir ajuda nem mesmo é ventilada, pois não há um reconhecimento que determinada situação configura-se como violência.

Outra dimensão sobre esse processo de banalização da violência diz respeito ao aspecto transgeracional da mesma (Andolfi, 2018), numa compreensão que a alta frequência de ocorrência de violência não é condição de uma determinada pessoa da família, mas, em muitos casos, vem ocorrendo por gerações e gerações. Ainda que sem usar este termo – transgeracional – as e os profissionais reconhecem que historicamente a violência faz parte da narrativa de vários personagens da mesma família:

A gente precisa continuar a apuração e precisa da ajuda deles [quem faz a denúncia], e muitas vezes eles falam ‘ah não, deixa isso para lá’ ( ... ) Não é

incomum a mãe já ter sido vítima, a prima também já ter sido vítima ( ... ) às vezes são umas coisas tão loucas que parece que é um estilo de vida. A gente banaliza coisas que são seríssimas, que as pessoas parecem que estão incorporando isso no estilo de vida delas (G3\_SPub6).

É um cenário complexo, em que por vezes as vítimas até reconhecem a violência como violência, pelo menos de forma suficiente para pedir ajuda e fazer uma ocorrência policial. Porém, após esse primeiro pedido de ajuda, não dão seguimento ao processo de apuração e possível responsabilização. Compreendemos, contudo, que definir violência “quase como um estilo de vida” [*sic*] pode ser simplista. Para além da naturalização que as pessoas fazem das violências, precisamos considerar o próprio processo de responsabilização, nos moldes em que ele é feito no Brasil, e ainda a forma como as vítimas e familiares participam dele.

Os trâmites de investigação e judiciais podem ser longos e lentos, incluem procedimentos que podem ser considerados revitimizadores - como os depoimentos que são prestados nas delegacias para os inquéritos e depois os depoimentos que são exigidos pela justiça nas audiências - e que por vezes requerem das vítimas um contato prolongado com o tema e a memória do episódio de violência. Essa possibilidade de recontar e reviver a violência pode dificultar sua superação ou mesmo esquecimento (Pelisoli & Dell’Aglia, 2016) e será mais detalhada em tema adiante.

Com essa contextualização, entendemos que a postura de aparente não colaboração das famílias poderia ser minimizada caso houvesse um cenário institucional que favorecesse ou, ao menos, diminuísse os desafios que são colocados para as vítimas nos momentos em que buscam as polícias e a justiça. Algumas possibilidades de melhorias se limitam à atuação de instâncias superiores, pois são de responsabilidade de cargos estratégicos e de chefias as ações de planejamento e investimentos. Deveriam,

por exemplo, ser oferecidas contínuas e amplas capacitações para as e os profissionais que conduzem os processos de investigação e julgamento e, além disso, as instituições que são responsáveis por esses processos deveriam contar com toda a infraestrutura (material e profissional) necessária para que o trabalho de seus profissionais pudesse ocorrer de forma cordial, respeitosa, técnica, célere e justa. Enquanto essas decisões ficarem sob a responsabilidade de pessoas e profissionais que não entram em contato direto com as vítimas e seus familiares, pois ocupam cargos e funções de gestão, fica posto o desafio: como as e os profissionais *da ponta*, como os que foram aqui entrevistados, podem se desvencilhar dos impasses institucionais e políticos que circunscrevem seu trabalho e, com sua atuação cotidiana, reduzir os impactos das violências, também cotidianas?

Além de todos esses prejuízos da banalização da violência que se relacionam com a possibilidade, ou não, de pedir ajuda e interrompê-la, outra implicação de ser a violência quase uma característica do dia a dia das famílias e sociedades é que também as pessoas acabam se tornando reprodutoras dessas violências. Ainda que existam documentos oficiais (Brasil, 1990), estudos acadêmicos (e.g., Bussinger et al., 2020; Trindade & Hohendorff, 2020) e leis (e.g., Lei nº 13.010/2014, mais conhecida como Lei Menino Bernardo) que nomeiem agressões físicas e humilhações como maus-tratos, violências físicas e psicológicas, é comum que essas práticas ocorram com o aparente intuito de correção ou mesmo educação de crianças e adolescentes. Mesmo com a existência desses dispositivos, percebemos o desafio que é estabelecer novas práticas relacionais e educativas que privilegiem o diálogo e não tolerem qualquer tipo de ofensa ou agressão. Na fala a seguir, da magistrada entrevistada nesta pesquisa (Juizado Especializado de Violência Doméstica), fica clara a postura de vários familiares, que

recorrem às agressões como a única alternativa que encontram no processo de educação de crianças e adolescentes:

Violência contra criança para familiar é banalizada. Eu já tive avó, mãe que já virou para mim e falou, ‘uai, mas se não pode bater, vou fazer o que?’. A possibilidade de conversar, de tentar buscar ajuda, isso não existe, é bater mesmo (G3\_Jus14).

Sobre essa dimensão transgeracional (Andolfi, 2018; Carter & McGoldrick, 1995), entendemos a importância de ponderar quais foram os recursos, oportunidades e alternativas que esses familiares tiveram, ao longo de sua trajetória de vida, para utilizar outras práticas de educação diferentes destas. Com isso, resgata-se a responsabilidade social que existe para cada uma dessas práticas violadoras, pois também a esses pais, adultos e responsáveis deveriam ter sido oferecidas condições para o exercício de seu papel, de zelar e educar crianças e adolescentes, seguindo os preceitos dos direitos humanos. Mata et al. (2017) problematizam exatamente o conceito de negligência nas famílias, apontando de forma crítica a necessidade de considerar as diferenças culturais que existem nas famílias brasileiras, além da própria condição de desigualdade econômica e social que caracteriza o país. Desigualdade essa que impossibilita não apenas o acesso a informações sobre formas de cuidado, mas que também dificulta que tais cuidados sejam realizados adequadamente, pois há impeditivos práticos, como a miséria e a fome, que tolhem as possibilidades de pais ou responsáveis exercerem a proteção integral às crianças sob sua tutela.

Analisamos ainda outra questão, sobre esse cenário de naturalização das violências, que recai sobre as instituições e serviços e como a sua (não) atuação pode perpetuar a violência. A fala a seguir, de uma promotora de Vara Criminal, exemplifica nossa preocupação:

A gente tem tipos [legais] específicos para isso, sabe? Não é a falta de um tipo, é uma tolerância social mesmo ( ... ) Eu acho que a família não chega [à justiça], e se chegar vai enfrentar várias dificuldades para que alguém veja crime nessas condutas (G3\_MPub11).

Com essa fala, ressaltamos a complexa teia do manejo das violências: é preciso que a vítima se perceba como vítima, nomeie a violência que passou, busque ajuda e participe dos processos de responsabilização. Ainda assim, há a possibilidade de que algumas dessas condutas não sejam compreendidas como crimes, passíveis de punição legal. É fundamental que seja estendida a toda a sociedade a ampla definição e compreensão de violência para que não seja tolerada como algo do dia a dia, quase como se não houvesse o que ser feito.

Diante deste cenário social de mudança de compreensão sobre a violência, é preciso que os esforços para minimizar os impactos dessas práticas violentas sejam coletivos, ou seja, de todo e qualquer serviço ou instituição por onde eventualmente transitem crianças e adolescentes. Isso quer dizer que, ainda que existam serviços especializados na temática da violência, este não é um assunto que deva ficar restrito a esses serviços. Portanto, é preciso que as informações sobre violência sejam continuamente divulgadas e não fiquem restritas a campanhas pontuais ou momentos específicos no ano, como é o caso da Campanha Faça Bonito no mês de maio (Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes & Rede Ecpat Brasil, n.d.). Na fala a seguir, de um supervisor pedagógico de uma escola, é comentada a presença da violência no cotidiano das escolas:

Quando tem esse início de conflito a gente senta, conversa, procura dar voz para cada um ( ... ) Nesse diálogo os alunos começam a perceber que conversando a

gente volta a se entender, que não precisa chegar numa agressão física ou verbal para que se resolva uma determinada diferença (G3\_Edu5).

### **Tema 3: Polivitimização: Raízes Profundas, Mas Não Visíveis**

Reconhecer que a violência é um fenômeno plural e diverso nos parece apenas o primeiro passo para a identificação do fenômeno PvCA. Percebemos o desafio existente no estudo deste fenômeno, quando ele parece tão *enraizado* em nosso país, mas ainda assim fica escondido. Buscamos organizar a discussão sobre esse desafio neste tema.

#### ***Subtema 3.1: A Polivitimização Existe, Mas Não é Assim Nomeada***

Ao longo das entrevistas, nenhum dos 21 profissionais mencionou o termo polivitimização, cunhado há mais de 15 anos (Finkelhor, Ormrod, et al., 2005), mesmo quando percebemos que reconheciam e identificavam o fenômeno:

Antes de você vir com esse contexto de polivitimização eu nunca tinha pensado nisso ( ... ) É raro a violência, tecnicamente, vir isolada ( ... ) Então você sempre tem a lesão corporal junto com uma ameaça, a violência sexual também junto com uma ameaça, ou a violência sexual junto com uma alienação parental, então eu nunca tinha me atentado pra esse conceito (G3\_SPub6).

O primeiro desafio que destacamos é sobre o prejuízo de não se nomear este complexo fenômeno, especialmente quando, para os meninos, a PvCA parece ser mais a regra do que a exceção (Finkelhor et al., 2007a). Percebemos a existência de um conhecimento prático, advindo da experiência e do trabalho na área, que auxilia a compreensão de que a ocorrência de uma única violência é fenômeno incomum. Porém, se os processos de percepção, identificação e nomeação de um fenômeno forem entendidos de forma circular, retroalimentando-se, precisamos questionar os motivos pelos quais o fenômeno polivitimização não está ainda difundido entre profissionais que

atuam nos vários setores do SGD. A perspectiva de banalização da violência precisa ser retomada, pois pode ser hipótese a esse cenário.

Aqui a gente sabe o quanto a comunidade ( ... ) passa por situações mais diversas de violência: violência do Estado, violência urbana, violência da ausência do Estado, são organizações criminosas ( ... ) é violência de gênero ou violência contra crianças e adolescentes ( ... ) os meninos são alvos, claro, também, só que não chega aqui como demanda específica, é difícil a gente encontrar isso de forma ( ... ) bem delineada (G3\_Sau8).

Nesta fala, além de mostrar mais uma vez o conhecimento prático de que são muitos os tipos de violências nas quais a comunidade está suscetível, a psicóloga também chama a atenção para a ocorrência de violências estruturais, como a violência urbana e a ausência do Estado. Mesmo na atualização que Finkelhor et al. (2011) fizeram com o JVQ há tipos específicos de violências, como a ausência ou negligência do Estado, que não estão descritas neste instrumento (Finkelhor et al., 2011).

A ausência dessas tipificações de violências pode ter relação com o contexto e o momento histórico em que ele foi pensado e publicado. Atualmente, porém, adaptações e adições parecem necessárias, além da necessidade de considerar e construir outros instrumentos que dialoguem melhor com as realidades latino-americana e brasileira. No Brasil, as origens ou raízes dessas violências urbanas e estruturais são tão profundas e enraizadas que, às vezes, nem são vistas e percebidas (Soares, 2015). A invisibilidade não significa, porém, não perceber a ocorrência do fenômeno polivitimização. Há a compreensão da existência de episódios de violência urbana e da negligência do Estado, mas a alta frequência desses episódios gera muitas vezes a naturalização, por parte das próprias vítimas, de sua comunidade, e também das e dos profissionais (Araújo & Ataíde, 2017). Compreendemos ser necessário incluir ainda, no cenário de violência

comunitária e urbana, a ausência do Estado no estabelecimento e/ou cumprimento de políticas públicas ou ainda ações do Estado que resultem em prejuízos e riscos importantes à segurança pública da população. O recente Decreto nº 10.629/2021 que dispõe sobre o registro, cadastro e aquisição de armas e munições representa um desafio à parte e é um dos exemplos do avanço do culto à violência que tem caracterizado o Brasil nos últimos anos.

### ***Subtema 3.2: Ambiguidade na Atuação Profissional Sobre Polivitimização***

Além da não nomeação do fenômeno PvCA dificultar sua compreensão e identificação, também pode significar ambiguidades ou mesmo prejuízos na atuação profissional, pois ao mesmo tempo em que se reconhece a necessidade de ações e intervenções diferenciadas diante de relatos com mais de uma violência, não há um protocolo ou procedimento específico para esses casos de PvCA, especialmente de meninos.

Sim, com certeza! Muda o tipo de intervenção Muda porque... ah... muda bastante! Porque... Eu posso fazer uma intervenção aqui no grupo, trabalhando a questão do abuso da criança, proteção do corpo, mas como trabalhar somente isso, se ela tá suscetível a outros tipos de violência? (G3\_Sau1).

Nesta fala, embora a primeira reação do profissional tenha sido de logo reconhecer a necessidade de uma intervenção diferenciada para casos de ocorrência de mais de um tipo de violência, ou seja, em casos de PvCA, há alguma hesitação no sentido de explicar ou descrever tal diferença. Não são mencionados, nem nesta fala e nem ao longo da entrevista, os aspectos específicos que devam ser enfocados quando se identifica a PvCA. A diferença na atuação, portanto, parece estar muito mais relacionada a um aspecto subjetivo de cada profissional, do que à existência de uma decisão de maior âmbito, com embasamento teórico, e que seja utilizada por todas e todos



profissionais de um determinado serviço. A inexistência de um protocolo com a definição de ações direcionadas foi um dos resultados obtidos por Costa e Aguiar (2020) em pesquisa integrativa, mas restrita às vítimas de VS. Os autores sinalizaram para o risco de um fluxo desarticulado nos casos em que as e os profissionais atuam de forma isolada e independente.

Houve casos, no entanto, em que as e os profissionais não percebem se há uma atuação diferenciada para casos de meninos (poli)vítimas, como comentou o mesmo psicólogo G3\_Sau1 quando compartilhou que “não consigo ver se há tanto uma diferença na minha intervenção o fato de ser uma criança do sexo masculino, ou uma criança do sexo feminino” (G3\_Sau1). Embora não seja possível generalizar, a partir desse relato, que de fato não há diferenças nas intervenções oferecidas aos meninos (poli)vítimas, compreendemos a necessidade de considerar e questionar, a (in)existência de um protocolo específico de atendimento aos meninos e defender que sejam oferecidas intervenções específicas a eles (Nunes & Sales, 2016). Poucos são os estudos que abordam intervenções que coloquem as vítimas do gênero masculino em destaque (Scholes et al., 2014) e, ainda que alguns temas – como questões relacionadas a gênero – possam ser abordadas para as vítimas do gênero masculino e feminino, é importante que diferenciações sejam feitas e abordadas com eles e com seus familiares.

Resgatando a dimensão da pesquisa-ação de aproximação entre contexto prático e universitário, como foi a participação dos 21 profissionais nesta pesquisa, chamamos a atenção para a importância desse tema, dentre outros, ser levado às equipes profissionais. Isso pode favorecer a delimitação de uma atuação cada vez mais coesa e menos ambígua, por meio dos processos de autorreflexão e autocrítica. No fluxo de atividades cotidianas, contar com a própria equipe para disparar esses processos pode ser um obstáculo, - mas daí a importância de manter um canal de parceria e diálogo

permanente entre universidade e serviços. Os trechos a seguir exemplificam esses processos reflexivos:

Eu to mobilizada com essa história dos meninos estarem esquecidos na minha cabeça. Apesar da gente atender vários meninos ( ... ) fiquei preocupada com isso. Vou dar uma olhada porque, claro, eu sei o porquê um pouco, de que a violência sexual acaba que se expande para a menina numa faixa etária muito forte, mas eles também precisam de estratégia, de cuidado (G3\_Jus16).

Essa entrevista consegue alertar, mas uma coisa também foi prestar atenção nas faixas etárias, suas perguntas me fizeram me perguntar sobre isso, pensar sobre algo que eu não havia pensado, um aspecto novo dos meninos (G3\_SPub20).

Entendemos que a confusão que existe em torno do atendimento dos meninos relaciona-se com a falta de atenção específica que eles recebem: meninos são atendidos, mas nem se percebe que a eles não são oferecidas intervenções específicas; meninos são atendidos, mas as diferenças que eles demonstram em relação às vítimas do gênero feminino também passam despercebidas por as e os profissionais. Por isso, novamente defendemos a necessidade desses temas serem abordados com as equipes profissionais.

Além de ambiguidades sobre a própria dinâmica de atendimento dos meninos, também observamos ambiguidades sobre a própria questão da violência. No trecho a seguir, de um policial militar (PROVID), há uma queixa sobre a imagem que é atrelada à polícia, com uso de violência de forma irrestrita. O policial faz uma contextualização ao falar da dificuldade que é estar em uma organização como a polícia, desempenhando esse papel de contenção ou limite:

No fim você tem que ser... a questão não é violento, você tem que ser mais energético para a pessoa entender que aquilo vai funcionar. O estado não vai recuar ( ... ) Eu sou um policial ( ... ) não quero ser violento com ninguém, mas, de

repente, as pessoas às vezes ( ... ) interpretam a educação como fraqueza, não sei porque, não gostaria que fosse assim ( ... ) A gente vai aumentando o uso progressivo da força porque a gente chega primeiro educado ( ... ) tem a nossa verbalização com calma, com parcimônia. Quando as pessoas filmam, que vai para a imprensa, eles não mostram o antes daquilo ali, só mostra depois que o policial já tava sendo agressivo, mas teve uma história antes ( ... ) eu não gostaria de ser violento em nenhuma ocasião, já precisei ser, gostaria de não ter sido em nenhuma, até porque a gente estuda, a gente passa num concurso público, a gente sabe que você às vezes sendo violento você pode ser expulso da polícia (G3\_SPub13).

A ambiguidade neste caso vem desse incômodo de não querer recorrer à violência, e até de ter uma postura crítica em relação ao seu uso, mas por outro lado reproduz-se a violência. O corpo técnico das delegacias é responsável, dentre outros aspectos, pela manutenção da segurança da população, mas estudos (e.g., Almeida, 2011; French, 2017) e notícias (e.g., Acayaba & Reis, 2021) recentes, além das pesquisas realizadas pelo próprio Fórum de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020, 2021) apontam a violência como prática frequente e que tem aumentado em relação a outros anos, dentro desse grupo de profissionais. Assim, a ambiguidade está no risco de a perpetuação da violência ocorrer por parte das e dos profissionais que tem exatamente a função de interrompê-la.

### ***Subtema 3.3: A Vitimização Sexual Faz Sombra às Outras Violências***

Outro aspecto que ajuda a construir a percepção de invisibilidade da PvCA nos parece estar relacionado com o espaço que ocupa a VS. De fato, esse tipo de violência vem ganhando mais destaque, tanto em divulgações midiáticas (Melo, 2020), quanto em estudos científicos (Musicaro et al., 2017; Schwab-Reese et al., 2018). Muitas vezes é

reconhecido como uma violência mais grave, como também discutido no Grupo 2 e como citam profissionais deste Grupo 3:

Em relação à violência sexual, eu diria que é a violência pior, no sentido do estrago. Não sei se posso te falar isso, mas ( ... ) é como se a gente, em relação à violência sexual, a gente foca nela, geralmente a gente não fala nas outras. É até interessante isso... (G3\_MPub4).

Ainda que as consequências e possíveis sequelas de VSs contra meninos sejam graves (Lynas & Hawkins, 2017) e motivo de sofrimentos intensos, os outros tipos de violências também geram impactos importantes para as polivítimas e seus ciclos sociais (Norman et al., 2012). Se há um acúmulo de violências, como no caso da PvCA, os impactos tendem a se somar e se amplificar, podendo gerar um senso de ineficácia que prejudica o processo de superação e a interrupção ou fim desses impactos (Guerra et al., 2016; Soler et al., 2013). Além disso, é possível que outros tipos de violência, inclusive pelos motivos de naturalização mencionados nos temas anteriores, nem mesmo sejam expostos a priori pelas vítimas e familiares. O psicólogo (CEPAV) comenta que “às vezes a violência sexual ( ... ) não é nem a principal questão porque o abuso [sexual] foi uma consequência de todo um processo que já acontecia antes, que envolvia outros tipos de violência, que não propriamente aquele [que chegou como demanda inicial]” (G3\_Sau1).

A ocorrência de um acompanhamento de cunho terapêutico que seja mais amplo, em termos de profundidade dos conteúdos geradores de sofrimento, e mais longo, em termos temporais, pode favorecer o aparecimento ou o reconhecimento de outras violências, tanto por parte das e dos profissionais, quanto por parte das próprias polivítimas e seus familiares. Resgatando a discussão do Subtema 1.1 do Grupo 1 e do Tema 3 do Grupo 2 sobre a revelação, podemos pensar que o tempo necessário para

revelação de outras violências também pode ser maior, se favorecendo de um contato prolongado com o serviço. Dessa forma, também poderiam ser observados os impactos de cada uma das diferentes violências e serem abordadas suas também diferentes consequências de forma específica e direcionada (Kingston et al., 2017). Para isso, no entanto, é preciso que as violências sexuais não façam sombra às outras violências e sejam *também* consideradas, e não *apenas* consideradas. Não fica restrito às instituições de atendimento e acompanhamento, porém, a ocorrência de mais de um tipo de violência:

Nunca vem só uma ameaça ( ... ) A violência sexual vem recheada de anos e anos de humilhação, de ameaça junto, é sempre o combo. É raro você ter um fato isolado e é por isso que, por exemplo, na violência sexual, na hora da gente fazer a sentença ( ... ) os relatórios psicossociais são importantíssimos (G3\_Jus14).

Com o relato desta magistrada, percebemos que não é apenas nas instituições de cuidado, atenção e intervenção com as polivítimas que a VS chega como demanda principal. Também as e os profissionais com atribuições que visam à responsabilização das e dos possíveis ofensores percebem o *combo* da qual a VS faz parte. Para que as ações/intervenções oferecidas abarquem toda essa complexidade e todos os tipos de violências, defendemos a ideia de que sejam desenvolvidos protocolos de atuação com foco na PvCA de forma a não depender única e exclusivamente da sensibilidade individual da ou do profissional para perceber e identificar a ocorrência de outros tipos de violências.

#### **Tema 4: Dinâmicas das Polivitimizações x Processo de Responsabilização**

As dinâmicas de PvCA têm particularidades dependendo da faixa etária das vítimas e de seus contextos familiares. Essas dinâmicas, por sua vez, podem impactar o processo de responsabilização, que também tem funcionamento e dinâmicas próprias,

sendo os setores Segurança Pública e Justiça os protagonistas desse processo. Os subtemas a seguir discorrem sobre algumas das barreiras que se cruzam e se sobrepõem no processo de responsabilização.

#### ***Subtema 4.1: Negação, Retratação e Silêncio como Barreiras no Processo de Responsabilização***

Não ficam restritos às vítimas do gênero masculino os fenômenos de negação, retratação e silêncio diante da ocorrência de violências, uma vez que esses são componentes que fazem parte de várias violações contra crianças e adolescentes, especialmente quando as ou os ofensores são intrafamiliares (Mathews et al., 2016). Para os meninos, há estudos (e.g., Easton, 2020) que apontam especificidades nesse processo de silenciamento, que incluem as normas tradicionais de masculinidade, as fontes de suporte limitadas, confusão acerca da orientação sexual e dificuldades em nomear o abuso. Com as falas das e dos profissionais do Grupo 3, acrescentamos à discussão dos Grupos 1 e 2 sobre tais barreiras, seus impactos no processo de responsabilização:

O espermatozoide na cavidade vaginal dura mais tempo, então uma conjunção carnal tende a ser possível resgatar um pouco de espermatozoide até três, quatro, eventualmente até sete dias depois. Um ato na região anal, o espermatozoide não é viável muito tempo, porque não é natural o lugar dele lá, e o banho e a defecação acabam tirando, então o vestígio dura muito pouco tempo. Então o que me chama a atenção nos meninos ( ... ) é que a grande maioria chega com muito pouco achado, exatamente pela natureza das circunstâncias que é, muitas vezes familiar ( ... ) de eventos pretéritos que em algum momento ( ... ) a criança acha um espaço para falar, mas sempre do passado (G3\_SPub20).

Neste relato é possível perceber como a permanência dos silêncios nos meninos configura-se como uma importante barreira no processo de responsabilização de

violências, especialmente a sexual, uma vez que a passagem do tempo entre o episódio de violência e a realização do exame pericial dificulta a obtenção de vestígios e provas físicas. De forma mais ampla, o silenciamento dos meninos pode significar uma diminuição das notificações de violências contra eles que, por sua vez, pode gerar dados epidemiológicos que não representam o cenário real de violações contra meninos (Parizotto & Baran, 2015; Rosa & Souza, 2020).

Além disso, a própria caracterização fisiológica das vítimas do sexo masculino dificulta a obtenção desses vestígios, como bem explicou o perito do IML. Mesmo assim, precisamos destacar que até mesmo a existência de prova material e de vestígios não é absoluta e unicamente necessária para uma condenação, pois, como ressaltam Silva e Barbosa, (2020), mesmo diante da certeza de ocorrência de um ato libidinoso diverso de conjunção carnal, no caso dos meninos, ainda há de se comprovar que este ocorreu sem o consentimento da vítima. Uma situação mencionada nas entrevistas e que também representa uma barreira importante no processo de responsabilização são as negativas das crianças e adolescentes após uma revelação de violência. Na fala a seguir, uma agente (PCDF) compartilha esse desafio:

O melhor instrumento que a gente tem hoje é o depoimento da criança ou do adolescente ( ... ) principalmente nos casos afirmativos, ele tem muito valor e isso os delegados sabem ( ... ) Eles [delegados] não entendem muito bem que quando [a vítima] nega pode ser que exista [violência], mas quando a criança traz detalhes e falam sim, eles ficam mais seguros (G3\_SPub6).

Mesmo que essa fala sinalize o importante avanço de valorização dos depoimentos das crianças e adolescentes, chamamos a atenção para a insegurança existente quando as vítimas negam em depoimento que a violência tenha ocorrido. Essa dificuldade que os sistemas de investigação, apuração e julgamento têm de abarcar essa

importante faceta das vitimizações, que são as negativas ou retratações de crianças e adolescentes, além da própria dificuldade de falar sobre o tema em depoimento especial (Pelisoli & Dell’Aglío, 2016), é um risco para o processo de responsabilização. Esse processo, inclusive, tem algumas especificidades e particularidades importantes:

Você conhece da temática, sabe que ocorre a paralisação e aliado ao conhecimento que a gente tem do sistema de justiça ( ... ) aí entra um impasse de comunicação com a rede de proteção ( ... ) ‘mas por que eu tenho que ir até aí [DPCA] extrair isso, tá na cara que é uma violência sexual’, por exemplo, ‘é, mas a gente tem um sistema de direitos e garantias que protege o réu na dúvida’. Por isso que é difícil a condenação, o princípio do *in dubio pro reo* é muito maior que isso, aí a gente tem que ter conhecimento de tudo isso (G3\_SPub18).

Nos protocolos de depoimento especial – que, no DF, ainda costumam ocorrer por duas vezes, tanto na Segurança Pública (delegacias) (PCDF & UnB, 2019), quanto na Justiça (audiências) (Childhood Brasil et al., 2020) – é previsto que seja conduzida apenas uma entrevista, inclusive numa tentativa de diminuir as chances de revitimização das vítimas. Essa condição, porém, pode também dificultar a vinculação entre profissional entrevistador e vítima que acabam se encontrando uma única vez e, com isso, interferir também na disponibilidade das vítimas para relatarem o ocorrido.

No entanto, ainda que essa dimensão da vinculação seja relevante, precisamos destacar as várias condições contextuais, familiares e sociais das vítimas que contribuem para que haja a manutenção de silêncios ou as negativas e retratações. Quais ações e intervenções podem ser direcionadas aos cuidadores desses meninos? Como as e os familiares podem se atentar para eventuais sinais e sintomas e também para promoverem um ambiente de segurança a essas crianças e adolescentes e, com isso, favorecerem revelações e pedidos de ajuda? Como as falas desses meninos devem ser valorizadas e



prontamente levadas a instituições de segurança pública? Existem caminhos e alternativas de atuação profissional no sentido de potencializar as chances de obtenção de provas materiais e físicas? Quão relevante é que profissionais estejam qualificados para entender que, da mesma forma como não encontrar vestígios não significa a não ocorrência de uma violência, a presença de uma negativa durante o depoimento especial também não significa a não ocorrência de uma violência? Quais possibilidades legais existem para que as retratações e negativas sejam consideradas e não signifiquem objeções à responsabilização?

#### ***Subtema 4.2: Impunidade e o Processo de Responsabilização***

Diante do cenário acima discutido, de uma estrutura jurídica pró-réu e que demanda um conjunto probatório robusto, a questão da impunidade foi apontada por vários profissionais, como algo que ainda existe e que interfere nas suas próprias práticas, gerando incômodos. Na fala a seguir, uma agente (PCDF) apresenta aspectos que dificultam uma condenação:

Constituir um conjunto probatório 20 anos depois é praticamente impossível porque ( ... ) por mais que o relato da vítima tenha um peso, ele sozinho não causa uma condenação e tem um melindre muito grande dos profissionais ( ... ) porque as penas são altíssimas e eles estão muito acostumados a lidar com provas materiais: uma digital de alguém que ficou em um lugar, uma pessoa que foi presa com o objeto do crime, uma filmagem... E aqui a gente não consegue constituir isso (G3\_SPub6).

Essa fala sinaliza para o desafio que é efetivar uma condenação de uma violência contra crianças e adolescentes e apresenta como elementos que complexificam uma condenação as próprias características da violência, no caso a sexual. Alguns exemplos são a ausência de vestígios ou provas físicas, ou a impossibilidade de buscá-los, as penas

mais gravosas e o receio presente nas e nos profissionais que conduzem a investigação e o processo judicial.

A compreensão dos crimes sexuais sofreu alterações significativas nos últimos 15 anos. A Lei nº 12.015 de 2009 foi um marco, promoveu mudanças robustas (Moura, 2015) e alterou a redação, até então vigente, do Código Penal de 1940, passando a se referir a “Crimes Contra a Dignidade Sexual” e não mais “Crimes Contra os Costumes”. Além disso, também alterou a própria compreensão que se tem de *estupro*, incluindo também pessoas do gênero masculino como possíveis vítimas. Há vários fatores agravantes que podem acarretar o aumento das penas, como a presença de lesões corporais de natureza grave (Brasil, 2009). Nesses casos, o conceito de polivitimização se faz presente, mesmo sem referência ao termo, já que há outra violência – física, no caso – além da sexual. Podemos perceber, obviamente, que não é arbitrária a condenação e nem mesmo a estipulação da pena, ainda que se possa admitir a existência de um caráter subjetivo por parte dos operadores do direito quando ocorre sua interpretação e análise do conjunto probatório (Bastos, 2020; Sena & Penso, 2018). Essa área de interface entre psicologia e direito poderia se beneficiar com mais pesquisas que objetivem se aprofundar na discussão a respeito desse aspecto complexo, instável e intersubjetivo da condenação e estipulação de penas. Por enquanto, destacamos apenas a necessidade de ferramentas como o depoimento especial serem conduzidas de forma técnica e inequívoca para que seja cada vez mais validado, como também comentou o delegado:

O próprio Ministério Público tem o entendimento que esses crimes contra a honra - injúria, ameaça, calúnia, difamação, etc, - necessitam de uma prova, ou testemunhal ou documental e às vezes fica difícil de você configurar. Mas no relato da criança e do adolescente pode sair ( ... ) ‘ele dizia que eu era uma

piranha' ( ... ) Fica difícil de você fazer o enquadramento com base única e exclusivamente no relato da criança ( ... ) o depoimento, nessas circunstâncias aí da criança, ele se torna uma prova técnica a partir do momento que você consegue colher esse depoimento com todo esse arcabouço (G3\_SPub15).

Por fim, ainda gostaríamos de acrescentar a própria dinâmica de trabalho que as e os profissionais da segurança pública e da justiça têm. Ainda que com estatísticas elevadas e crescentes, os crimes de natureza sexual nem sempre são notificados e têm denúncias registradas como outros crimes comuns, como homicídio, roubos, etc (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021) e, também por isso, o contato profissional com crimes sexuais não necessariamente é vasto. Menos experiência com crimes que têm dinâmicas e características específicas e diferenciadas do que podemos chamar *crimes comuns* pode gerar uma dificuldade na condução das ações e intervenções. A valorização, priorização e capacitação por partes desses setores são aspectos, portanto, fundamentais até mesmo para auxiliar as e os profissionais a lidarem com o cenário de possível não responsabilização. Uma agente (PCDF), no trecho a seguir, compartilha outras ações possíveis, diante de um cenário de absolvição:

Quando você vê uma absolvição, você fica muito indignado, isso me incomoda muito, então eu já tentei me reprogramar ( ... ) 'tá, às vezes eu não consigo isso, mas de que outra maneira o meu trabalho pode repercutir?'. É dando credibilidade para a criança, para família, é tratando bem aquela vítima, com respeito, é fazendo os encaminhamentos, porque muitas vezes eles não conhecem a realidade de ter um acompanhamento psicológico ( ... ) você dá, no atendimento, o mínimo de dignidade, de atenção (G3\_SPub6).

Neste trecho, observamos que a profissional entende haver outros alcances da sua atuação, enquanto conduz um inquérito policial, mesmo que não seja ela, em última

instância, a profissional responsável por condenar ou absolver um(a) possível ofensor(a). É um exemplo que nos sinaliza para a possibilidade de outras ações que auxiliem e protejam as polivítimas e seus familiares, mesmo diante dos desafios desse processo de responsabilização. Há como melhorar, mesmo distante do cenário *como deveria ser*.

### **Tema 5: Construções Sociais e Mitos Sobre a (Poli)vitimização de Meninos**

Nas falas das e dos participantes desta pesquisa foram citadas construções sociais em torno dos meninos (poli)vitimizados e, pudemos perceber como algumas dessas construções se mostraram presentes na atuação das e dos profissionais que trabalham com essas vítimas. Não é incomum que essas construções sociais se perpetuem, muitas vezes se tornando mitos, ou seja, ideias e crenças rígidas, porém limitadas ou simplistas, a respeito da (poli)vitimização de meninos.

#### ***Subtema 5.1: "Meninos São Mais Tolerantes ao Sofrimento"?***

O título escolhido para esse subtema foi retirado da fala de uma agente de polícia civil, mas a ideia esteve presente em entrevistas com outros profissionais. São falas que denunciam a valorização social em torno de características como coragem, força, independência, impenetrabilidade e autossuficiência para os meninos (Javaid, 2015, 2020):

A impressão que eu tenho é que os meninos são mais tolerantes ao sofrimento. Não que eles sejam, mas que se espera isso deles ( ... ) O menino quando é vítima de violência, já é negligenciado de alguma maneira, então a impressão que eu tenho é que ele acha que pra ele é aquilo ali mesmo ( ... ) Acho que os meninos têm menos proteção (G3\_SPub6).

A gente constrói dentro dessa lógica binária: mulheres a partir da fragilidade e homens a partir da força e eu acho que isso vai sendo... ( ... ) não sei... nunca me

detive especificamente sobre essa temática, deve aparecer no olhar que a atriz ou o ator de justiça vai ter sobre esse fenômeno (G3\_MPub9).

A defesa por uma perspectiva binária de gênero, em que de um lado há a mulher – e todas as características “de fragilidade” [*sic*] a ela atrelada – e do outro há o homem, coloca essas duas configurações identitárias como as únicas possíveis (Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina, 2019). Além de desconsiderar o amplo espectro de pessoas não binárias, de gênero fluido, etc, também percebe de forma rígida esses dois polos, como se não houvesse intercâmbio ou relações entre o que significa *ser mulher* e *ser homem*. Ainda que exista um movimento social que lute pela quebra dessa dicotomia, permitindo a consideração de outras configurações identitárias, o caminho ainda é longo, como comentou o policial militar (PROVID) sobre a socialização dos meninos ao dizer que “a gente [homem] é ensinado a ser assim, a não demonstrar sentimentos, ter que ser forte, forte em todos os sentidos. Tá dentro do contexto familiar que tá mudando, mas ainda não mudou” (G3\_SPub13).

Enquanto passamos por um momento de transição, percebemos como muitas dessas características são favorecedoras de violações contra os meninos e, de forma mais grave, são também transmitidas como valores e regras sociais, ainda que envoltas de estigmas e preconceitos (Pinto-Cortez et al., 2017). Essa ideia, de que os meninos são mais fortes e, por isso, mais tolerantes a sofrimentos coloca-os, de fato, em uma situação de desproteção. Primeiramente porque eles mesmos podem não se ver no papel de vítima, uma vez que a esse papel são atreladas características de submissão e de fraqueza que contradizem ou desafiam à masculinidade hegemônica (Javaid, 2015). Além disso, essa ideia de que os meninos precisam ser mais fortes pode também ser compartilhada por quem deveria protegê-los: família e profissionais.

Embora vítimas de VS compartilhem entre si o descrédito que sofrem de pessoas próximas, os meninos tendem a ser impactados de forma mais específica com tal descrença (Pinto-Cortez et al., 2017). Aos meninos é reservado socialmente um lugar ativo e de destaque, com diversos privilégios sociais, mas também com a contrapartida de que no caso de um eventual infortúnio, *não chorem* ou *aguentem calados*. Essa exigência social os desautoriza a se verem como vítimas e a comunicarem possíveis violações, gerando sofrimento importante que pode ainda impactar os dados epidemiológicos que existem sobre as vítimas do gênero masculino, como pontuam uma psicóloga (PDEsp) e uma representante da sociedade civil nos seguintes trechos:

Acho que é muito cruel pro menino que foi violentado e que ele ( ... ) não se sente no direito de expressar aquilo ( ... ) nem com a própria família que às vezes apoia ( ... ) Para ele é muito constrangedor, muito vergonhoso, então eu acho que é muito cruel para uma criança que não se sente nesse lugar que pode ser protegido, que pode ser ajudado a lidar com isso (G3\_Jus17).

Eu vejo que existe ainda uma invisibilidade ( ... ) das violências em geral ( ... ) Parte do princípio de que o menino não pode chorar, ele tem que aguentar ( ... ) ele não pode externalizar o que ele sente, ele não pode falar sobre isso, a raiz desse processo, que é a nossa sociedade machista, patriarcal, aquela coisa que se coloca no menino desde sua infância e adolescência, esse lugar de ser forte, de dar conta de tudo isso (G3\_SCiv21).

A crença de que meninos devam ser iniciados sexualmente por mulheres mais velhas e que essa deve ser uma experiência positiva (Lindberg et al., 2019) foi outro mito comentado nas entrevistas e que entendemos estar relacionado à socialização dos meninos. Uma das promotoras comentou a “dificuldade por conta das questões envolvendo a masculinidade ( ... ) uma violência não é vista como violência porque pode

ser lida como uma iniciação sexual, faz parte desses ritos, então isso acaba escondendo um pouco os fatos” (G3\_MPub11). Tal construção social não apenas sinaliza para o risco de colocar os meninos em situação de aguentar mais firme o sofrimento, como também sinaliza para o risco desse sofrimento nem mesmo ser considerado, pois a violência praticada por mulheres pode ser vista como uma experiência válida e positiva.

### ***Subtema 5.2: Vitimização Sexual e Orientação Sexual***

Embora não haja uma correlação entre vitimização sexual e orientação sexual que seja consensual na literatura e pesquisas existentes (Javaid, 2015), o mito de que meninos vítimas de VS serão homossexuais é uma construção social que pode vir das vítimas, de familiares e profissionais. Uma agente (DPCA) compartilha a aparente necessidade de um garoto entrevistado por ela de se afirmar heterossexual e no trecho seguinte, de uma psicóloga (PDEsp), é compartilhada outra perspectiva desse tema:

O menino quando sentou, falou: ‘você sabe que eu sou hetero, não sou gay’. Eu falei ‘a gente não tem nada a ver com isso, você não precisa falar isso pra mim, pode ficar muito tranquilo que eu não tenho nada a ver com isso’. (Gr3\_SPub18)

Como a família reage, para mim, é muito diferente das meninas ( ... ) ‘Ele vai virar gay porque ele passou por isso?’ ( ... ) Eu vejo no depoimento especial, já passei por situações constrangedoras, de ter que falar ‘não faço essa pergunta’ ( ... ) A sala de audiência muitas vezes quer saber: essa criança teve experiência com outros meninos? Ele já se interessou por outros meninos? De tentar ir por essa linha de que ele foi abusa... na verdade ele não foi abusado, ele tá ali se descobrindo gay, então foi algo mais consensual (G3\_Jus17).

No primeiro trecho percebemos uma postura assertiva da agente no sentido de tranquilizar a vítima de que a orientação sexual dele não estava em questão e não era relevante para aquela entrevista. No segundo, a psicóloga também compartilha sua

postura de tentar interromper conduções, durante o depoimento especial, que coloquem a orientação sexual do garoto como relevante para o processo de julgamento. Neste caso, é como se as e os profissionais da sala de audiência – magistrados, promotores, advogados e defensores públicos – abordassem a orientação sexual homoafetiva como um fator que minimiza ou mesmo desqualifica o relato da violência, pois ele poderia ter *buscado* ou até mesmo gostado do que ocorreu.

São relatos que mostram como a orientação sexual das vítimas do gênero masculino se torna um marcador relevante, diferenciando-os das vítimas do gênero feminino, seja porque há um receio de que a vitimização sexual induzirá uma orientação sexual homoafetiva, ou porque se acredita que a orientação homoafetiva dos garotos os impede de terem sido vítimas por ofensores homens.

Para além de toda a discussão que poderia ser aprofundada sobre preconceitos e estigmas que são ainda direcionados às outras orientações sexuais que não a heterossexual (De Castro Filho, 2020) e que são geradoras de violências graves que têm em comum um caráter homofóbico, transfóbico, bifóbico, etc (Melo et al. 2020), consideramos importante destacar a repercussão que esse estigma em torno da homossexualidade traz para os meninos vítimas. Como expõe uma assistente social (MPDFT) “você percebe a dificuldade de se falar sobre isso, porque em geral meninos que sofrem violência sexual vão ser homossexuais na cabeça dos cuidadores. Aí [os cuidadores] ficam atentos aos comportamentos deles [meninos], meio vigilantes, meio preocupados” (G3\_MPub4). Embora a vigilância e superproteção sejam características comuns em familiares de crianças ou adolescentes que vivenciaram violências, nesse caso, no entanto, essa assistente social (MPDFT) aponta como consequência uma hipervigilância dos familiares direcionada à forma como eles expressam, ou performam, suas identidades de gênero. Há uma preocupação em quão dentro de um padrão



comportamental e de conduta heteronormativa eles irão performar e tal preocupação pode gerar uma tentativa desses pais de controlar a forma como esses meninos irão se vestir, com o que, com quem e de quê irão brincar, como irão falar, quais sentimentos e sensações são permitidas de expressarem, etc. Toda essa preocupação pode ser também violadora e gerar sofrimento, como observamos em alguns relatos do participante G1\_P2 na discussão do Grupo 1. Caminhar na construção de uma compreensão de que as vítimas do gênero masculino estão mais sujeitas a polivitimizações pelo simples fato de serem do gênero masculino e, por isso, não terem permissão para se expressem, como vítimas ou com comportamentos que não performem a masculinidade vigente e heteronormativa, pode ser uma hipótese interessante nos estudos da área.

## **Tema 6: Cultura, Política e Sociedade: Interfaces Com a Violência Contra Crianças e Adolescentes**

As violências contra crianças e adolescentes e, mais especificamente, a polivitimização contra meninos, não podem ser vistas como fenômenos à parte da sociedade. Ao contrário, precisam ser compreendidos à luz do contexto histórico, político e social a que pertencem. A construção deste tema surge a partir da reverberação que sentimos a partir das várias falas das e dos profissionais que pontuaram como os sistemas social e político participam do sistema da violência, retroalimentando-as. Consideramos imprescindível contextualizar a PvCA, especialmente no cenário atual, com a pandemia do novo coronavírus, e suas consequências, como pano de fundo.

### ***Subtema 6.1: Questões Macrossociais Interferindo na Prática e Vivência da Violência***

Pensamos a interferência das questões macrossociais nas violências a partir de dois ângulos distintos, embora relacionados: (1) aspectos políticos e de governo que interferem na organização das instituições e oferecimento de serviços e intervenções, e (2) aspectos sociais e econômicos que vulnerabilizam as famílias e as colocam diante de

violências estruturais. Sobre o primeiro aspecto, a fala de uma psicóloga (CREAS) ajuda a entender que “quando muda governo, muda gestor, aí muda regras, muda princípios, muda até metodologias de intervenção. Aí tem que fazer tudo de novo e isso indiretamente atinge a família e o usuário depois, porque às vezes a forma como você atuava, você não pode mais atuar” (G3\_ASoc2).

Essa fala chama nossa atenção para o oferecimento público de serviços e intervenções às pessoas em situação de violência e de como esse cenário atrela-se a decisões e mudanças políticas. Os cargos de gestão, que podem ser designados por indicações políticas e não ter profissionais da carreira do serviço público, podem estar distantes da realidade das pessoas que sofrem violência. Essa distância pode impedir ou dificultar o reconhecimento das necessidades e recursos existentes, pois a atuação comumente se detém ao planejamento, avaliação ou mesmo articulação entre setores (Corrêa & Hohendorff, 2020; Gonçalves & Guzzo, 2017). São funções primordiais, mas que não deveriam ocorrer descoladas das ações diretas com as pessoas que buscam os serviços. Mesmo no cenário de servidores públicos de carreira, a nomeação e lotação não necessariamente passam por análises de perfil e da qualificação da(o) profissional. Assim, perde-se a oportunidade de realizar a nomeação de acordo com a demanda – de serviço, número de profissionais, etc – do local onde irão trabalhar. No cenário das instituições públicas, a presença de recursos materiais e físicos para o planejamento e a execução de intervenções parece também distante do ideal e essas são apenas algumas variáveis que estão atreladas aos gestores, sejam eles de instâncias municipais, governamentais ou federais (Coelho & Menon, 2018). Variáveis como essas podem interferir na intervenção oferecida aos usuários, e eles são, certamente, o elo mais frágil e dependente nessa complexa cadeia de decisões e procedimentos.

O próximo trecho, de uma psicóloga (Centro Integrado), exemplifica como mudanças macropolíticas podem impactar o dia a dia dos profissionais e das famílias atendidas. É importante contextualizar que em cada estado da federação os Centros Integrados se organizam de diferentes maneiras e que essas definições dependem também da realidade e dos recursos de cada estado (GDF, 2013).

Assim que criou, que era da Secretaria da Criança até mudar o governo ( ... ) a gente fazia muita capacitação, tinha encontro de Centro ( ... ) Desde que mudou a gestão, o que eu percebo é que a gente, servidor, tem que ficar pentelhando mais para ter [capacitação] ( ... ) Na nossa rotina, a gente sempre ia revezando as semanas para fazer estudo de caso, grupos de estudos ( ... ) isso também foi se perdendo ao longo do tempo. Antes era institucional ( ... ) era mais organizadinho (G3\_Jus16).

Desde a criação do Centro Integrado 18 de Maio no DF, ele pertencia a então Secretaria da Criança. Em 2019, com a mudança do governo do Estado, a Secretaria da Criança se extinguiu e passou a ser uma Subsecretaria pertencente à Secretaria da Justiça. Por essa razão é que nesta pesquisa essa psicóloga do Centro Integrado foi incluída no setor Justiça, juntamente com profissionais que atuam no TJDF. O mesmo ocorreu com os CTs, agora também pertencentes à pasta da Secretaria de Justiça.

A mudança de Secretaria para Subsecretaria não pode ser vista apenas enquanto uma decisão pragmática de determinado governo, mas precisa ser compreendida também enquanto uma decisão que reflete a priorização que se dá para a infância e a juventude, e para os serviços e programas oferecidos para esse público, especialmente no cenário em que o Brasil se encontra atualmente, marcado por forte ascensão de um projeto ultraconservador (Macedo et al., 2021). Embora mudanças organizacionais e de nomenclaturas como essa tenham ocorrido outras vezes em outros anos, governos e

pastas, pode ser ingênuo relacionar de forma meramente coincidente a mudança de governo com o desaparecimento de uma previsão e organização institucional para a ocorrência de capacitações, estudos de casos e treinamentos aos profissionais.

Entendemos que é preciso questionar como mudanças como essa interferem na qualidade das intervenções que as polivítimas receberão e que poderão trazer repercussões a médio e longo prazo em diversas áreas de suas vidas (Soler et al., 2013). O cenário de mudanças a partir de 2019, primeiro ano de mandato de governadores e presidente da república, não ocorreu apenas no DF, mas também em nível federal, como pode ser observado nos dois trechos a seguir, da representante da sociedade civil:

Eles se fecharam muito para a sociedade civil, esse governo, desde que o Bolsonaro entrou. Então os espaços que tinham, os grupos de trabalho, o que existia dentro dos Ministérios que a gente tinha algum nível de incidência ( ... ) Tudo isso ou foi dissolvido, ou se fechou para a participação da sociedade civil (G3\_SCiv21).

A gente tem os Comitês nos estados, claro que alguns mais mobilizados, outros mais fragilizados, outros não conseguem existir porque... Nós somos poucos militantes para muitas pautas e acaba que nós somos os mesmos nos vários fóruns. Acho que essa segmentação da infância em vários fóruns foi importante por um lado, porque ela deu visibilidade para a pauta, por exemplo, de violência sexual, e as especificidades todas que envolvem, mas a gente fragilizou a luta, de certa forma, pela infância (G3\_SCiv21).

No primeiro trecho, fica evidente uma importante repercussão que o início do governo do presidente Jair Bolsonaro teve para a inserção da sociedade civil na participação e discussão de decisões referentes aos assuntos ligados à infância e juventude: a colocação de obstáculos e até o bloqueio ou a interrupção de atividades

previstas em lei, aspecto também mencionado por Macedo et al. (2021), em recente pesquisa sobre a formação dos psicólogos e a atuação no SUS. Já no segundo trecho, o cenário de diversidade entre cada estado da federação é apontado, especialmente em termos de organização e planejamento para pensar e participar de políticas públicas com os Comitês Nacionais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Maiores trocas entre os diferentes estados da federação, além da disponibilização do investimento e da disponibilização de recursos para todo o país poderiam ser ações planejadas e respaldadas pelo estado para fomentar a luta contra as violências contra crianças e adolescentes.

Em relação ao segundo ângulo de análise macrossocial, precisamos resgatar o conceito de violência estrutural (Almeida, 2019; Lindert et al., 2020; Soares, 2015), para que a análise direcionada a uma ou outra família em situação de vulnerabilidade não seja restrita àquele grupo de pessoas. Desta forma, ampliamos a responsabilização individual ou familiar para uma responsabilização também coletiva e societária. Em 2020, a situação de insegurança alimentar no Brasil bateu números recordes (Chade, 2020) e, juntamente com as elevadas taxas de desemprego, são resultado do agravamento da situação de vulnerabilidade social em que se encontram muitas e muitas famílias brasileiras. Embora a vulnerabilidade caracterize muitas famílias mesmo antes da pandemia, como citou a conselheira tutelar no trecho a seguir, receamos que o novo coronavírus, e a forma como os governantes manejaram os impactos do vírus, implicará um cenário de ainda mais precarização e carência.

O contexto, a vulnerabilidade social e econômica também, porque os pais precisam trabalhar, geralmente eles não têm condição de pagar uma escolinha pra deixar, não conseguem inserir o filho numa creche pública ( ... ) então eles acabam deixando com quem? Com vizinho, com familiar ( ... ) ou então deixam

com um conhecido, um amigo, deixam na casa da avó, e isso favorece bastante essa situação de violência (G3\_Jus7).

O cenário de vulnerabilidade social e econômica não pode ser visto como preditor de violências, mas certamente precisa ser considerado como fator de risco, especialmente em países considerados de baixa ou média renda, ou que se caracterizam por significativa desigualdade social, como o Brasil (American Psychology Association, 2015; Pedersen et al., 2019). Nesta fala, fica bem descrito o ciclo cujas famílias de baixa renda se encontram e que favorece a ausência de orientação e supervisão adequadas. Cada família acaba se responsabilizando por encontrar sua maneira de enfrentar as adversidades cotidianas, ou, de forma mais específica, as consequências dessa violência estrutural, e tudo isso sem o devido respaldo do Estado. Ainda que existam previsões legais (Brasil, 1990; Brasil, 1988) para a participação dos estados, municípios e da própria federação no oferecimento de políticas públicas que garantam as condições de vida adequada para as crianças, adolescentes e suas famílias, ainda vemos no Brasil um cenário de escassez e sucateamento de tais políticas, serviços e intervenções.

Assim, a ausência do Estado no cumprimento de seu dever constitucional não apenas dificulta o desenvolvimento da saúde integral de crianças e adolescentes, como também potencializa ou possibilita a emergência de outros fatores de risco importantes para a ocorrência de violência. Seria possível construir um caminho alternativo, e diferente do que ocorre atualmente, em que para os casos PvCA também o Estado fosse considerado responsável, em face de situações de precariedade e vulnerabilidade social e econômica das famílias, como as citadas aqui anteriormente?

### ***Subtema 6.2: Padrões Culturais e Relacionais Violentos***

Para além dos aspectos macrossociais e de decisões políticas a respeito do manejo dos setores e instituições que atendem violências, e das próprias condições de

vida das famílias, outro aspecto apontado nas entrevistas por as e os profissionais foi o cenário brasileiro, marcado por violências. Um primeiro aspecto cultural mencionado é o próprio lugar que as crianças e adolescentes têm na nossa sociedade, mesmo após 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). A compreensão de que as crianças têm menos valor e são propriedade dos adultos acaba por reproduzir relações autoritárias que favorecem o silenciamento ou mesmo a desconsideração e desqualificação de suas falas:

Para pensar o que é violência contra criança e adolescente acho que a gente tem que lembrar a forma como a infância é vista na nossa sociedade ( ... ) a criança não tinha voz ( ... ) acho que remonta dessa época que a gente considera que a criança não tem direitos ( ... ) vem a partir de uma perspectiva de que o adulto pode realmente fazer o que quiser com a criança, desde bater, que é algo que socialmente é mais naturalizado, e aí vem a questão da violência sexual, que para mim perpassa essa questão da hierarquia de poder entre um adulto e uma criança, que tá ali num patamar diferenciado (G3\_Jus17).

Mais do que a previsão legal sobre a importância e necessidade de serem ouvidas e valorizadas as falas de crianças e adolescentes (Brasil, 1990; Brasil, 2017), é preciso que sejam promovidas ações múltiplas, em espaços diversos e para diferentes públicos, com o intuito de garantir a efetivação dessas legislações, ou seja, de valorização da infância e da juventude. Ademais, enquanto sociedade, precisamos fortalecer a ideia de que crianças e adolescentes devem ser ouvidos e que às suas falas sejam dados créditos, sob o risco de permanecerem em situações de desproteção. Muitos podem ser os espaços onde essas informações devem ser divulgadas: escolas, campanhas publicitárias do governo, internet e redes sociais, grande mídia, etc (Childhood, 2017).

De forma ainda mais grave, estão as crianças e adolescentes que, além da questão etária, têm algum(as) outra(s) característica(s) – classe socioeconômica, raça, gênero, orientação sexual, presença de deficiência, dentre outras – que as colocam em maior vulnerabilidade. O conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 2002) ajuda a dimensionar o risco, sofrimento e a desproteção em que se encontram, por exemplo, crianças e adolescentes do gênero masculino, negros, de classe socioeconômica de baixa renda, não heterossexuais e com alguma deficiência. Esse risco se manifesta pela dificuldade que familiares e profissionais demonstram no sentido de acreditar e acolher as revelações desses meninos, mas também pela dificuldade comunitária e social que existe em torno das demandas da população LGBTQIAP+ infantojuvenil (Melo et al., 2020), por exemplo. O trecho a seguir aponta como significativos os entraves para o atendimento aos meninos LGBTQIAP+:

A maior resistência que a gente tem é o que envolve os meninos LGBT ( ... ) A gente traz a dimensão de como eles sofrem ainda mais violência, ainda mais que outros porque tem a história de sofrer estupro porque ‘óh lá, é mariquinha, vou estuprar aqui pra ele aprender a virar homem...’ ( ... ) O menino que é gay, ou qualquer dimensão LGBT ( ... ) no que envolve essa dimensão da sexualidade, da orientação sexual e tudo isso, a gente encontra dificuldades (G3\_SCiv21).

Os debates sobre as populações LGBTQIAP+ precisam ser fortalecidos e inseridos em outros contextos, que não apenas o acadêmico (I. R. Melo et al., 2020). Em relação à PvCA, precisamos pensar essa dimensão enquanto um fator de risco, mas nunca como uma característica que minimize ou desqualifique a vitimização sofrida, como foi mencionado anteriormente pelas participantes da DPCA e do PDesp. Apontamos ainda a ausência, nas 21 entrevistas, de menções importantes aos conceitos



de capacitismo (Marchesan & Carpenedo, 2021) e racismo (Lemos et al., 2021), aspectos que enriqueceriam significativamente o debate sobre os riscos aos meninos.

Conhecer, compreender e admitir a existência de padrões relacionais violentos que caracterizam a sociedade brasileira há séculos pode ser também um primeiro passo na consideração do contexto macrossocial. Tais padrões são fonte de sofrimento para as (poli)vítimas, mas também representam desafios para a sociedade como um todo. Mesmo que questionemos os ditos *padrões tradicionais*, precisamos também garantir que as e os profissionais estejam preparados para passar por esse período de transição no qual a sociedade ainda se encontra. O supervisor pedagógico, no trecho de fala a seguir, apontou o desafio profissional em lidar com a existência de crenças, mitos e padrões relacionais violentos, arraigados na cultura brasileira:

O meu maior desafio é trabalhar com aquele pai que tem 50, 60 anos de idade e que tem culturalmente vivências diferentes das vivências dos dias atuais. Fazer com que aquele pai e aquele responsável entenda que a gente vive hoje em outro mundo, que as suas particularidades são diversas e que o que nós tínhamos como educação há um tempo vai se modificando com o passar do tempo (G3\_Edu5).

O conceito de homeostase da Teoria Geral dos Sistemas, bastante utilizado nos processos psicoterapêuticos e nas intervenções familiares (Gomes et al., 2014; Nichols & Schwartz, 2007), pode auxiliar a compreender como é desafiador o processo de mudança, aqui pensando na dimensão comunitária e social. São anos, décadas e até mesmo séculos de uma sociedade que compartilha crenças como “criança não tem que querer”, “se apanhar na rua, vai apanhar em casa quando chegar”, “apanhei dos meus pais e por isso virei uma pessoa direita”. A concepção teórica de homeostase familiar, ampliada para a sociedade, prevê exatamente esse processo de manutenção da estabilidade do sistema – neste caso, o cultural brasileiro –, mantendo o funcionamento

como é. A possibilidade de mudança surge como um momento de crise, instabilidade e possíveis prejuízos ou perdas de privilégios a grupos específicos. Como citado no trecho do supervisor pedagógico, trabalhar com o tema da violência é desafiador porque significa trabalhar com diversos outros temas e por isso exige de cada profissional, familiar ou indivíduo, repensar práticas relacionais, crenças e mitos arraigados, e atualizar sua maneira de estar e agir com crianças e adolescentes. Mesmo diante dos desafios postos, pretendemos agregar uma perspectiva de potencialidade nas pessoas, famílias e comunidades, para que a quebra de padrões relacionais violentos seja vista como uma possibilidade real e uma meta a ser alcançada.

### **Tema 7: As Particularidades dos Sofrimentos dos Meninos**

Ainda que tenhamos analisado padrões de sofrimento nos meninos, consideramos importante apresentar a perspectiva das e dos profissionais, que também parecem perceber formas particulares de vivenciar as (poli)vitimizações pelos meninos, embora em muitos momentos tenham tecido comparações entre as vítimas do gênero masculino e as do gênero feminino. Neste tema, reivindicamos também o mesmo espaço de discussão e reflexão sobre o sofrimento e as consequências das (poli)vitimizações para o gênero masculino nas pesquisas e produções científicas.

#### ***Subtema 7.1: A Dificuldade de Pedir Ajuda***

A primeira particularidade relaciona-se com toda a construção macrossocial exposta nos temas anteriores, mas que resgata a dificuldade de pedir ajudar, não apenas dos meninos vítimas, mas de seus familiares. Essa dificuldade pode significar um número menor de meninos nos serviços de ação e intervenção. Muita(os) profissionais referiram de fato pouco contato com os casos de meninos vítimas – “A gente não atende, não é porque a gente não queira atender, é porque a demanda não chega” (G3\_SPub13). Além do pouco contato referido, as e os profissionais também mencionaram as

dificuldades que as(os) próprias(os) familiares demonstram ter para falar sobre as violências dos filhos:

Meninos têm que ser uma situação muito gritante pra mãe chegar aqui e falar: ‘óh, eu tô com uma desconfiança, meu filho tava na casa de uma cuidadora e aí apareceu assim, tá sendo violentado’ ( ... ) Eu particularmente conto nos dedos quantas vezes aconteceu. (G3\_Sau3)

A profissional da emergência hospitalar comenta a dificuldade de se cogitar a ocorrência de violência para os meninos, muitas vezes precisando que seja um caso que chame bastante a atenção ou, como ela disse, “muito gritante” [*sic*]. Como as interfaces da experiência e do conhecimento técnico podem se relacionar com essas identificações será aprofundado em tema a seguir. Enquanto isso, ampliamos o entendimento sobre dimensões que justificam a dificuldade dos meninos em pedir ajuda:

Eu me lembro desse caso de violência que me marcou ( ... ) a gente não tinha ainda depoimento sem dano, o depoimento era feito na sala de audiência conosco e esse menino não falou nada ( ... ) Foi tão marcante... até me emociono. Esse menino não falou nada. Isso me marcou porque, na minha trajetória, silêncios... não são tão comuns. Às vezes dificuldade em falar, você trabalha, mas... silêncio absoluto, não falar nada... Foi muito marcante para mim (G3\_MPub9).

Não é uma dificuldade, para os meninos, apenas demandar ajuda de sua rede familiar, ou seja, apenas revelar ter sido vítima. Mesmo que essas barreiras da comunicação do contexto privado e familiar para o contexto público e institucional tenham sido transpostas, ainda há um bloqueio para que meninos externalizem o que vivenciaram em contexto institucional. Entraves no contexto judicial foram mencionados nas entrevistas e nos ajudam a compreender dessa dificuldade de comunicação, como já foi discutido no tema 4. Infelizmente, porém, parece não ser apenas nos contextos de

segurança pública e justiça, mais formais e burocráticos, que os meninos demonstram essa dificuldade:

Não são tantas as situações de violência contra os meninos. A violência contra as meninas parece mais comum, eu não sei se é mais comum mesmo, eu até acho que não, mas é o que chega mais. E aí quando vem algum menino que sofreu uma agressão ou uma violência por parte de um adulto, violência de cunho sexual, eles não falam. Eu nunca ouvi da boca, dos lábios de um garoto, o que foi que aconteceu com ele. É sempre alguém falando ( ... ) É uma prima, uma mãe ou uma conhecida. E normalmente quem fala também é mulher (G3\_Sau8).

Mais uma vez aqui comparece a dimensão de gênero na (poli)vitimização dos meninos, desta vez atingindo também a rede familiar, pois são também as responsáveis do gênero feminino que protagonizam a busca por ajuda, reflexo de um processo histórico em que as mulheres assumem o papel central do cuidado nas famílias Zanello (2018). Mesmo assim, ampliamos a reflexão e ponderamos sobre o impacto e o sofrimento de cuidadores e familiares do gênero masculino diante de uma notícia ou suspeita de violência. Admitir a violência contra meninos pode aproximá-los dessa dimensão de vítima? Acreditar na vitimização de um menino coloca em xeque sua própria masculinidade? A sensação de impotência diante da notícia de uma violação os afeta de forma mais significativa do que às mulheres, pois significa que eles falharam no papel de proteger, amparar e prover segurança?

A idade da vítima quando da ocorrência da violência também foi comentada nas entrevistas como uma característica que pode afetar o pedido de ajuda. Se por um lado Rosa e Souza (2020) sinalizam que quanto mais novos forem os meninos, mais indefesos e com mais chances de sofrerem violações – seja sexual ou física –, por outro

lado, quanto mais velhos, mais cientes dos riscos dos estigmas e preconceitos que poderão sofrer ao revelar uma violência:

Não contam, principalmente porque vem com essa cara de procedimento médico, aí eles estranham, se incomodam ( ... ) então [o adolescente] não conta e a família também não conta, porque ‘como é que eu vou dizer que o meu filho, que já é adolescente, já tem 15, 16 [anos] aconteceu isso e eu permiti e ele é homem, ele é hetero?’, então a gente também vê essa questão do gênero (G3\_SPub20).

É interessante observar que na experiência deste médico, que trabalha no IML há três anos, não houve casos com adolescentes do gênero masculino vítimas de VSs, apenas crianças. Isso não quer dizer que esse público não chega ao IML, como ele mesmo ponderou, mas pode mesmo sinalizar que quanto mais velhos, mais difícil pode ser admitir a violência, pedir ajudar aos familiares e estes, por sua vez, também demandarem auxílio das instituições. As consequências da ausência de ações neste período de desenvolvimento tão significativo podem ser diversas, como bem apontam Lindberg et al. (2019) em estudo norte-americano sobre a iniciação sexual de adolescentes do gênero masculino com menos de 13 anos de idade.

### ***Subtema 7.2: Meninos (Poli)vítimas e Seu Lugar na Rede Social***

Além dos aspectos que caracterizam os meninos e suas violências, outro sentido construído a partir das entrevistas e que acrescenta outra dimensão ao sofrimento dessas vítimas é o fluxo a que eles são submetidos dentro da rede social de atendimento. Há uma percepção de que a organização judiciária no DF pode significar para os meninos menos atenção e amparo pela justiça do que para as meninas:

Eu acho super complicada essa questão porque os Juizados, eu acho um pouco mais sensíveis para essa questão da violência, essa atenção para os fatores de risco e proteção da vítima. Eu acho que eles têm um olhar mais multi e a Vara

Criminal não porque a Vara Criminal é vara que atende homicídio, latrocínio, estupro contra a mulher adulta, então fica tudo ali no mesmo saco e aí eu acho que esses casos [de meninos vítimas de VS] passam um pouco batido. Até as meninas [profissionais que atuam realizando o depoimento especial] do depoimento especial têm dificuldade às vezes nessas audiências de Vara Criminal porque as perguntas são muito duras (G3\_Jus10).

Você tem uma exclusão dos meninos que sofrem violência sexual, não vai ficar dentro da competência dos Juizados [Especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher], embora seja uma violência de gênero. E, na minha opinião, a gente tem um prejuízo aí para o olhar para esses meninos que também estão ali na lógica de uma violência que é muito similar às violências contra as mulheres, porque é uma violência que tá relacionada ao controle dos corpos, como correção, com disciplinamento (G3\_MPub9).

Complementando os trechos da psicóloga (NERCRIA) e da promotora de justiça, vale explicar que, no DF, as vítimas de VSs do gênero masculino, de forma geral, têm seus processos distribuídos nas Varas Criminais do TJDF, pois não há no DF, até o momento, vara ou juizado especializados em crimes contra crianças e adolescentes, ainda que exista previsão para sua criação, em âmbito nacional (Brasil, 2017). Já as vítimas do gênero feminino têm seus processos distribuídos, analisados e julgados pelos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que conta com equipe multidisciplinar e têm mais celeridade em seus ritos e procedimentos, se comparados às varas comuns, como as varas criminais.

A previsão para a criação de uma instância judiciária especializada em crimes contra crianças e adolescentes já é, em si, um avanço que representa uma continuidade nos esforços empregados para potencializar a proteção a crianças e adolescentes. No

Brasil, existem 59 varas especializadas e o DF é um dos nove estados da federação que não conta ainda com esse suporte, que complementaria as ações das Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente (Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos, 2021a). A existência dessas instâncias especializadas nas áreas da segurança pública e da justiça assegura a especialização das e dos profissionais atuantes para um tema absolutamente sensível e específico e que difere de crimes comuns. Por isso, é essencial que todos os estados da federação disponham desses mecanismos institucionais com um corpo técnico adequadamente qualificado para o exercício de suas funções.

Durante nossa coleta de informações, foram feitos convites para participarem da nossa pesquisa a cinco magistrados, sendo quatro deles de varas criminais, mas não foi obtida resposta de nenhum dos magistrados atuantes nestas varas. A única magistrada com resposta positiva para ser entrevistada atua em um Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra Mulher e foi indicada por outra profissional da rede de contatos da pesquisadora principal. No trecho a seguir, essa magistrada compartilha um pouco de sua dinâmica de atuação:

O que acontece, e por isso é muito trabalhosa a vara de violência doméstica<sup>13</sup>, é que a gente não foca só nisso, porque toda a rede de atendimento e rede de atenção – e o judiciário faz parte dela e a gente tem que se sentir integrante – é uma relação horizontal de saberes e atribuições. A gente consegue focar na família toda. Então se houve uma violência específica contra algum menino também, isso a gente abre inquérito, manda para a Vara competente, Vara Criminal, Juizado Criminal. Mas a questão da proteção, isso a gente já faz, a gente aciona Conselho Tutelar, aciona os serviços psicossociais ( ... ) o tempo

---

<sup>13</sup> Aqui, fala-se de vara de violência doméstica referindo-se aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

inteiro esse é um desafio para a gente, esse cuidado sobre a unidade. Eu não posso ver duas crianças vivendo violência, e a maioria é indireta ( ... ), e eu não posso pegar a menina, dar apoio psicológico e deixar o menino para lá. A questão da responsabilização criminal é que a gente vai seguir a lei de organização judiciária e mandar a apuração dos casos para lá [varas criminais] (G3\_Jus14).

Ainda que a responsabilidade de julgar crimes contra meninos seja de competência das varas ou juizados criminais, é possível que também os juizados de violência doméstica tomem ações que visem à proteção dos meninos, como mencionado neste trecho. Assim deve ser nos casos em que eles são vítimas indiretas ou não, pois, na literatura existente sobre polivitimização, considera-se testemunhar violência como sofrer uma violência, sem distinção com qualquer outro tipo de exposição a outras violências (Finkelhor et al., 2011; Finkelhor, Ormrod, et al., 2005). Fica o questionamento, no entanto, se essa forma de agir, executando ações protetivas e encaminhando para ações de responsabilização, é uma premissa individual das e dos magistrados que atendem mulheres e meninas em situações de violências, ou se há a previsão para essa execução.

### **Tema 8: Revitimização e o Ciclo da Violência**

Ainda que o foco desta pesquisa seja a PvCA, entendemos a importância de apontar a dimensão da revitimização, não apenas pela quantidade de falas que as e os profissionais entrevistados apontaram sobre o tema, mas também por sua relevância, que precisa também ser diferenciado do conceito de PvCA. Ademais, estudos (e.g., Culatta et al., 2020; Katz & Barnett, 2014) também apontam que vivenciar uma vitimização durante a infância e juventude é fator de risco para a ocorrência de novo episódio de violência na vida adulta, ou seja, é fator de risco para sofrer revitimização ou mesmo polivitimização. Além disso, nas entrevistas também percebemos uma preocupação de



que as próprias instituições por onde transitam as vítimas de violência não reproduzam as violências sofridas.

### ***Subtema 8.1: Violências Em Um Continuum***

Este subtema foi construído a partir das percepções compartilhadas por vários profissionais de que são muitos os contextos em que a violência se faz presente na vida de um mesmo indivíduo, dando essa ideia de continuidade e permanência. A percepção da violência como algo cíclico na vida das pessoas é a primeira dimensão que vale destacar, incluindo também a família e a comunidade em que se inserem:

Vem uma questão da história geracional também, dessa mãe normalmente, que é quem cuida e acompanha, de ter passado por relacionamentos abusivos, ou na infância ter um histórico também de abandono, de negligência, de violência física ( ... ) na história da família tem muita recorrência de violência (G3\_Jus16). Eu entrei no Conselho Tutelar em janeiro de 2016, tem caso que até hoje eu atuo, porque são famílias que as situações de violação de direito nunca acabam. Começa uma situação, deságua em outra, daqui a pouco acontece outra, é um ciclo que parece que não tem fim (G3\_Jus7).

Embora os dois trechos sejam de profissionais do setor justiça, a atuação difere já que o trabalho da participante G2\_Jus16, psicóloga do Centro Integrado, envolve um atendimento pontual com as vítimas e famílias, e o trabalho da G3\_Jus7, conselheira tutelar, depreende um acompanhamento familiar, sem um mínimo ou máximo de tempo pré-definidos. No primeiro trecho a psicóloga fala da violência como fator transgeracional, e, no trecho da conselheira tutelar, acrescenta-se outra dimensão na ideia já abordada no Tema 2 deste Grupo 3, de violência como um componente do dia a dia, que é a ideia de ciclo para caracterizar as famílias em situação de violência. É preciso destacar que as situações de violação referidas compõem um cenário de

violência estrutural, remetendo mais uma vez à ausência ou à precariedade no oferecimento de condições de saúde, educação e moradia por parte das instâncias governamentais. Por outro lado, também nesta fala podemos perceber a complexidade das situações de violações que demandam, de fato, um acompanhamento longitudinal, pois as mudanças de cenário que viola para um cenário de saúde por vezes requer tempo.

Outro aspecto que merece ser destacado nessa construção de sentido sobre a revitimização é que diversos entrevistados expressaram uma compreensão desse termo, inclusive aplicado em suas práticas, e reconheceram caminhos que poderiam favorecer sua ocorrência na instituição onde trabalham. A relevância dessa compreensão é a possibilidade de refletir sobre a postura de cada um no seu exercício profissional, o que pode também gerar mudanças práticas nas suas atuações. Afinal, é necessário que as instituições da rede de proteção estejam preparadas para dar suporte às vítimas de forma a evitar os chamados danos secundários, ou seja, as intervenções inadequadas realizadas pelas próprias equipes profissionais (Corrêa & Hohendorff, 2020). Observamos o reconhecimento da revitimização nos trechos a seguir:

A gente evita revitimizar, porque a gente pretende articular com a rede como um todo, para que ela [a vítima] seja devidamente acompanhada. Aqui no PS a gente tem alguns problemas, porque quando se fala em violência sexual, todo mundo quer atender o caso ( ... ) eu não fico explorando como aconteceu, quem, como foi, quantas vezes, eu não foco nisso porque várias outras pessoas já fizeram isso: o médico, o residente, a enfermeira, o outro médico do plantão que veio, a outra doutora que veio tal hora (G3\_Sau3).

Com relação aos casos de abuso a gente quase nunca ouve as crianças, justamente pra evitar essa revitimização e porque a gente não tem uma expertise.

Como somo muito generalistas, a gente atua com vários públicos: mulher, idoso,

pessoa com deficiência, então é até uma orientação da nossa coordenadoria ( ... ) para evitar a revitimização (G3\_MPub4).

Nesses dois trechos pode-se observar que há a referência direta ao termo revitimização, assim como a tentativa de não o fazer. Como citamos anteriormente, com a PvCA isso não ocorreu. No primeiro trecho, menciona-se o trabalho em rede como necessário, mas também é feita denúncia sobre os muitos profissionais que acabam tendo contato com a vítima e sua história. O fato desses profissionais pertencerem ao âmbito de urgência e emergência em saúde é ainda mais delicado, pois são todos do mesmo setor, nos levando a pensar que o número de profissionais que terão contato com essas crianças será ainda maior, após o encaminhamento a outros serviços.

Profissionais da saúde, como médicos pediatras e enfermeiros, podem ter uma relevância ainda maior no contexto atual, em que a pandemia da Covid-19 afastou presencialmente muitas crianças da escola por mais de um ano. Isso porque eles podem ser as(os) única(os) profissionais que estão em contato com essa população (Ferreira, 2005). Independentemente da pandemia do novo coronavírus, são profissões importantes, pois podem ser os primeiros a receber, acolher e conduzir a anamnese com as crianças e seus familiares (Lima et al., 2021). Por isso é importante que durante os cursos de graduação esses profissionais recebem qualificação adequada sobre violência, sob o risco de conduzir entrevistas de forma inadequada e revitimizadora. No outro extremo, podem também deixar passar e não considerarem a hipótese da VS em casos que não chegam com essa demanda explícita.

No trecho da participante G3\_MPub4, assistente social - do MPDFT - é comentada a existência de serviços psicossociais com atuação generalista, com abrangência de diversos temas e públicos. Se por um lado essa abrangência é fundamental, para que vários temas e faixas etárias sejam incluídos no oferecimento

desses serviços psicossociais, por outro lado esse cenário pode se configurar como um risco, pois as e os próprios profissionais podem não ter as condições, técnicas e de conhecimento, necessárias para atender as especificidades que cada um desses nichos requer.

Outra dimensão que esbarra no risco da revitimização é que a dinâmica de funcionamento de algumas instituições pode ser favorecedora de revitimização. Neste caso, não seria a ausência de expertise ou de conhecimento técnico da ou do profissional, mas a própria dinâmica da violência atrelada ao fluxo de determinado serviço, ou mesmo uma questão de organização institucional que muitas vezes escapa à alçada daquele servidor. Por exemplo, o trecho a seguir do médico (IML) sobre o início de seu trabalho:

Aqui a gente tem acesso ao boletim de ocorrência, é a única fonte de informação que nós temos. Nem sempre ela é rica em detalhes, porque no decorrer do inquérito muitas vezes outros elementos vão sendo contados. Então já aconteceu de alguns boletins de ocorrência ter muita pouca informação, então a gente tenta, no momento da entrevista, suprir as informações daquilo que é relevante para o exame médico legal, tentando incorrer o mínimo possível na revitimização. É uma dificuldade porque a gente precisa de informações, e a gente se dá como satisfeito quando elas estão bem completas no boletim de ocorrência e aí na entrevista eu não preciso ficar perguntando muito ( ... ) Na entrevista, a gente tenta delimitar o momento, porque isso é importante para o exame, porque se foi recente isso pode, inclusive, por exemplo, indicar que eu posso colher um *swab*, eventualmente achar vestígios de esperma, de espermatozóide. Mas se o caso é muito pretérito, eu vou, de certa maneira, fazer um exame que é desconfortável sem resultado (G3\_SPub20).

No caso do IML, nem sempre é possível aguardar o recebimento do inquérito finalizado para realizar os exames periciais, principalmente porque há casos que a passagem do tempo entre o episódio da violência e o exame pericial pode ser crucial para a obtenção de vestígios e provas físicas. Nesses casos, como o citado pelo médico perito, em que chega uma informação bastante sucinta sobre a situação na ocorrência policial, cabe questionar se haveria outra forma do perito realizar seu trabalho que não entrevistando novamente a vítima e seu responsável. Esse é um dilema vivido também por profissionais de outros setores, quando recebem encaminhamentos com pouca ou nenhuma descrição do caso e, com isso, leva as e os profissionais a adotarem posturas de inquirição que podem ser revitimizadoras. Para evitar esse cenário, a delimitação do escopo de trabalho de cada setor e profissional pode ser um passo importante, para que sejam buscadas realmente as informações imprescindíveis, diminuindo os riscos de revitimização. Potencializar e otimizar a comunicação entre as instituições também, como será aprofundado em tema adiante.

### ***Subtema 8.2: Trânsito das Famílias Entre as Instituições***

O trânsito que as famílias têm nas várias instituições pode ser outro risco para revitimização. A violência, especialmente se em um cenário de polivitimização, é complexa e por isso de fato requer a atuação de vários e diferentes atores, como será discutido em temas a seguir. Porém é preciso garantir que esse trânsito familiar não seja motivo de mais violações. Um primeiro ponto fundamental para garantir a adequação desse fluxo é sua própria divulgação e conhecimento entre as e os profissionais:

Ele que tinha visto, o médico pediatra, então ele queria porque queria que a mãe viesse aqui para eu conversar e orientar ela se ela tinha que ir ou não [ao IML]. Essa mulher veio três vezes aqui no hospital com essa criança. Essa questão do fluxo é uma coisa que dificulta muuuuito também, porque, ao mesmo tempo que

a gente tem um fluxo redondinho, não é todo mundo que segue aquilo ali (G3\_Sau3).

Esse relato exemplifica como o desconhecimento do fluxo de atendimento por parte de um médico pediatra de emergência trouxe como consequência a ida da família ao hospital mais vezes do que o necessário. Além de evidenciar o desconhecimento do profissional citado em relação à obrigatoriedade de comunicação às autoridades competentes, mesmo se tratando de uma suspeita de VS, também observamos que foi delegado à assistência social o papel de informar e orientar a família sobre o fluxo que deveriam seguir. A assistente social cita a presença de um fluxo “redondinho” [*sic*], ou seja, coeso, mas também sinaliza que sua existência não é de conhecimento de toda a equipe de saúde. Esse desconhecimento também ocorre em outros estados, com profissionais da saúde que desconhecem a própria existência da Ficha de Notificação Compulsória (Costa & Aguiar, 2020).

A rotatividade de profissionais que caracteriza a dinâmica de trabalho de um PS de hospital pode ser um dos aspectos que justifica tal desconhecimento. No entanto, não podemos aceitar que essa característica seja impeditiva da garantia dos direitos das famílias com situação de suspeita ou confirmação de violência, especialmente se considerarmos que o PS pode ser, para muitas famílias, o local de entrada na rede de serviços. Para isso, devem ser pensadas formas de adaptar o oferecimento de informações e orientações sobre a violência contra crianças e adolescentes desde a formação dos profissionais e também durante sua prática, de forma que o rodízio ou revezamento entre as e os profissionais do setor não sejam um fator de risco para as crianças, adolescentes e familiares.

Além do desconhecimento das e dos profissionais sobre o fluxo e sobre os limites do seu papel frente aos casos de violências, outro ponto é a extensão ou a

diversidade no trânsito das famílias entre as instituições. Fatores como as circunstâncias da violência, o momento da revelação e a idade da vítima podem acabar interferindo em quais instituições compõem o quadro e fluxo de atendimento. Porém, independentemente desses fatores, devem ser feitos encaminhamentos precisos e que valorizem a dimensão do cuidado, pensando caso a caso. A postura de cada instituição após realizar o encaminhamento também é fundamental:

É uma tarefa que a gente não cumpre, e que é a mais importante, além desse atendimento e suporte inicial, é de você saber se essa criança aderiu à rede ( ... ) Monitoramento tem muito esse objetivo de ajudar a família no engajamento porque são muitos serviços públicos, é difícil ( ... ) Você vai num lugar é atendido, mas não explica direito, então dá pra gente fazer esse caminho junto com a família, o monitoramento é para garantir que ela vá aderir ( ... ) ao serviço de proteção e que vai ter um acompanhamento bacana (G3\_Jus16).

O Centro Integrado do DF tem como função realizar esse papel, tal como previsto em seu decreto de criação (GDF, 2013), anterior inclusive à promulgação da Lei nº13.431/2017 (Brasil, 2017), que prevê a criação dos Centros Integrados em todo território nacional, especialmente para as cidades de médio e grande porte, como já ocorre em outros países (Childhood, 2017). Embora existam notícias recentes que discorram sobre a intenção de sistematizar e instrumentalizar estados e municípios sobre o funcionamento desses Centros (Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos, 2021b), o que vemos é um cenário em que, mais de quatro anos depois da promulgação da Lei nº 13.431/2017, a priorização dessa pauta ainda permanece nas notícias e não conseguiu ser efetivada. Além disso, preocupa também a dificuldade que é concretizar as ações de monitoramento, prejudicando a inserção e o engajamento das famílias na rede de atendimento.

## **Tema 9: No Combate às Polivitimizações Contra os Meninos, o Conhecimento é o**

### **Ponto de Partida**

Complementando o exposto anteriormente, de que a falta de conhecimento e capacitação profissional podem ser responsáveis pela manutenção do ciclo da violência e pelas práticas de violências institucionais, neste tema construímos a ideia de que o primeiro passo para combater a ocorrência de PvCA do gênero masculino é o conhecimento. Para tal, é necessário aprofundamento teórico e técnico sobre o fenômeno por parte das equipes profissionais, mas também divulgação do conhecimento sobre o fenômeno para toda a sociedade.

### ***Subtema 9.1: Precisa-se Falar Sobre Violência e Suas Conexões***

Ainda que a violência seja um fenômeno que também caracteriza a sociedade brasileira, historicamente e ainda na atualidade, muitas vezes têm-se narrativas e enfoques sobre o fenômeno que não conseguem abarcar sua complexidade. Ampliar a discussão e incluir outros temas que estão relacionados à violência, mas que também versam sobre saúde e bem-estar, política, cultura, etc nos parece o único caminho possível. Além disso, é preciso que tais informações sejam disponibilizadas para toda a sociedade, não ficando restrita a nichos específicos apenas:

Isso é um tema que a sociedade não tá preparada ( ... ) a gente não fala sobre estupro, sobre uma violência sexual, a gente fala sobre sexo e não vai falar sobre isso? Justamente por isso eu acho fundamental o nosso papel de desmistificar várias questões de abuso sexual, dos abusadores ( ... ) várias questões da dinâmica do abuso que a gente precisa entender mesmo para desmistificar o senso comum (G3\_Jus17).

A psicóloga cita especificamente o senso comum existente em relação aos ofensores sexuais e nesse assunto recorreremos à pedofilia e os mitos relacionados a ela,



mesmo com vários estudos (e.g., Seto, 2012) apontando que para a minoria dos casos se considera a pedofilia. Mesmo assim, o alcance desses estudos é limitado, sendo ainda essa a ideia socialmente transmitida, de que ofensor sexual e pedófilo são sinônimos. Por isso, a obtenção de conhecimento sobre um fenômeno é apenas um dos aspectos no qual devem ser investidos esforços. Além da compreensão acadêmica, científica e atualizada sobre as PvCA, é necessário pensar sobre a acessibilidade do conhecimento para as e os profissionais e também para a comunidade não técnica. Para tal divulgação, a mídia foi citada pela juíza como tendo um papel importante:

Eu acho que a mídia cumpre um dever de informação e tem um poder muito grande ( ... ) Claro que um crime, uma violência chama a atenção, mas não dá só a notícia, espetacularizada daquele crime, falar: ‘neste caso, procure tal, faça isso’. Porque por mais que a gente faça, dentro do judiciário, das secretarias de governo, campanhas, a gente nunca consegue chegar à população como os órgãos midiáticos chegam (G3\_Jus14).

Tornar público e acessível o conhecimento técnico e científico sobre a PvCA pode ter como consequência um aumento no número de notícias e notificações de violências. Com essa divulgação, a identificação das violências por parte das próprias vítimas, especialmente as do gênero masculino, que costumam ter o silêncio como grande aliado, pode ser facilitada.

Além da ampla divulgação de informações para a sociedade como um todo, nas entrevistas foram citadas outras dimensões de conhecimento que precisam fazer parte do repertório técnico das e dos profissionais que trabalham com PvCA. Uma das agentes da DPCA comenta, por exemplo, que “não tem como entender a violência sexual sem entender as questões de gênero” (G3\_SPub19). Além dela, um psicólogo (CEPAV) também diz que ao iniciar esse trabalho percebeu que teria que se deparar com “ muitas

questões de valores, regras sociais que atravessam a questão da violência” e que, portanto, “não tem como você trabalhar só com a dimensão desse corpo físico, você tem que trabalhar com esse corpo significado e dentro da cultura” (G3\_Sau1).

Gênero e cultura são duas dimensões absolutamente interligadas e que no trabalho sobre polivitimização de meninos precisam ser consideradas. Esses trechos são exemplos de falas de profissionais com práticas distintas, em que a função de proteger é comum, mas na segurança pública o caráter de interrupção e possível responsabilização são preponderantes, enquanto na saúde o trabalho de prevenção e tratamento é o prevalecente. De toda forma, é interessante observar que mesmo em áreas diferentes há a compreensão compartilhada de que é preciso aprofundar a discussão. Como garantir a ocorrência dessa discussão? Como favorecê-la e incentivá-la? É possível impor aos profissionais que se envolvam em capacitações continuadas? De quem é a responsabilidade por buscar tais capacitações, de cada profissional ou da instituição à qual pertencem? Ficam muitas questões sobre como proceder com essas capacitações, mas de forma muito clara entendemos que não há outro caminho possível que não o do conhecimento amplo e, ao mesmo tempo, aprofundado.

### ***Subtema 9.2: Profissionais e Serviços Especializados***

No DF a rede existente no combate à VS contra crianças e adolescentes é expressiva e, ainda que tenha lacunas consideráveis – como a não existência de uma vara especializada de crimes contra crianças e adolescentes –, conta ainda com a presença de outras instituições especializadas, como a DPCA e o próprio CEPAV. Em razão da diversidade de setores que podem ser porta de entrada para a denúncia da violência, como a escola (Hohendorff et al., 2015), o CT (Santos et al., 2019), ou os serviços de saúde de PS e emergência (Penso et al., 2019), é preciso que as equipes profissionais tenham conhecimento atualizado e aprofundado sobre violência. Isso é importante, por

exemplo, para a própria credibilidade da atuação profissional, como comenta o delegado no trecho a seguir:

Talvez eu colhendo esse depoimento aqui, sem essa técnica, o juiz ou o promotor [podem falar] ‘o delegado tá querendo induzir alguma coisa’, ‘tá usando de maldade’ ( ... ) eu nessa situação, se eu fosse juiz ou promotor, eu levaria em consideração esse depoimento, da forma como ele foi colhido, mais pela questão técnica (G3\_SPub15).

A estruturação do depoimento especial (Brasil, 2017) garante que as vítimas sejam minimamente expostas a possíveis contextos revitimizadores, mas também garante maior segurança no processo de julgamento e possível responsabilização, tanto na segurança pública, como na justiça. Isso se o depoimento especial for conduzido de forma técnica, como citado acima pelo delegado. No trecho a seguir, a psicóloga (PDEsp) comenta alguns dos cuidados tomados para garantir a execução do procedimento da forma adequada:

Uma época [consideraram] outros profissionais que já estão capacitados no depoimento, no protocolo, pra vir e ajudar porque realmente a demanda é muito grande, às vezes a gente tá com fila de espera de três meses ( ... ), e a gente viu que não dá porque não tem como: você tá lá fazendo suas tarefas e de repente você vai e faz ali um depoimento sem estar na equipe, sem estar nesse processo de supervisão constante, de amadurecimento do protocolo, não tem como, a gente entendeu realmente essa delicadeza que é tratar disso (G3\_Jus17).

Quando se fala sobre profissionais e serviços especializados precisa-se destacar o desafio que isso coloca, a complexidade que isso requer e a aparente contradição que existe: se por um lado é oportuno que existam serviços especializados em violência e que, com isso consigam aprofundar e conhecer aspectos relacionados a gênero, a

sexualidade, a desenvolvimento humano, a raça e interseccionalidades, a recursos sociais e comunitários, etc, por outro lado também é necessário que algum conhecimento sobre violência faça parte do repertório técnico de qualquer profissional que eventualmente trabalhe ou atue com crianças e adolescentes, como foi discutido no Tema 2. Como então diferenciar conhecimento técnico básico e conhecimento aprofundado sobre violência? Como diferenciar as instituições ou profissionais que precisam desse aprofundamento? O oferecimento de capacitação continuada para equipes que trabalhem com crianças e adolescentes parece ser um dos caminhos para responder tais questões. Desta forma, pode-se abarcar uma gama de conteúdos e torná-los apropriados para cada equipe, em um processo de constante avaliar, refletir e construir, inclusive com o protagonismo da própria equipe nessas decisões.

Defendemos que as próprias instituições assumam a responsabilidade por qualificar seus profissionais, não nos parecendo ser suficiente incentivá-los, mas sim dispor de alternativas legais para institucionalizar essas capacitações, especialmente levando em consideração que a maioria dessas equipes está circunscrita no contexto de serviço público. Desta forma, é imputada ao estado a busca por tais informações e treinamentos dos profissionais, que o representam, e ainda fica assegurado um conhecimento mínimo às equipes. A agente (PCDF) traz uma sugestão na fala a seguir:

Não tem como você capacitar uma delegacia inteira, de 50 pessoas, para tratar com crimes que envolvam crianças e adolescentes e violência sexual, mas pelo menos o mínimo de noção para aquelas pessoas que têm o primeiro contato, isso deveria ter. Se você colocar isso num curso de formação, os cursos de formação duram três meses ( ... ) uma carga horária de 24 horas para tratar desse tema, você já formaria profissionais com um mínimo de noção. Então quando chegasse no plantão qualquer situação mais delicada, ele ( ... ) já pensaria, ‘poxa, isso aqui

o tratamento é diferente, pode ser que eu não consiga lidar da maneira correta, então pera aí que eu vou chamar a seção específica...'. (G3\_SPub6).

A sugestão da agente coloca a responsabilidade do oferecimento de informações na instituição que, neste caso, ainda conta com um período obrigatório de treinamento, que são os cursos de formação. Nem todas as equipes e setores do SGD contam com cursos obrigatórios antes de iniciarem suas atividades profissionais, situação que pode, inclusive, desamparar de forma muito significativa as e os profissionais.

### ***Subtema 9.3: Riscos Diante da Falta de Qualificação***

A falta de qualificação adequada prenuncia riscos para as vítimas e familiares e também para nossa sociedade, que pode seguir reproduzindo estereótipos e mitos, neste caso sobre a polivitimização de meninos. O trecho a seguir, de supervisor pedagógico, evidencia como o manejo inadequado não apenas não ajuda, como também pode prejudicar:

Lidar com essa situação não é fácil, então se você não tiver um conhecimento, ( ... ) você acaba fazendo parte desse processo e daqui a pouco ao invés de você ser uma pessoa que pode trazer uma solução, talvez você possa ser uma pessoa que vai trazer uma complicação para aquela família (G3\_Edu5).

Entendemos que a complicação referida significa falta de acolhimento pelos familiares, mas pode também significar barreiras importantes no processo de uma eventual responsabilização ou condenação, em função da atuação de profissionais. Quando perguntada sobre a existência de dificuldades em sua equipe de trabalho, no sentido de considerar meninos como vítimas de violências, uma agente (PCDF) compartilhou o seguinte caso:

Não, para a gente aqui da Seção [SAM] não, a gente sabe que tem a dificuldade deles [meninos vítimas] falarem ( ... ) Agora externamente sim. Esse menino

mesmo que eu te falei, de 10 anos, o pai, o suposto agressor ( ... ) ele é um militar, então a gente já toma um pouco mais de cuidado. Aí o delegado veio ( ... ) ‘mas você acha que o pai ia fazer isso com o menino? Tudo que o pai quer é que o filho seja homem, é que o filho não seja gay’, ( ... ) ‘você acha que o pai vai fazer uma coisa dessas com o filho? Vai incentivar o menino a ser gay?’ (G3\_SPub6).

Parece-nos óbvia a relação, a partir desta fala, entre falta de conhecimento atualizado e específico sobre as violações e a reprodução de mitos e estereótipos por as e os profissionais. Mesmo que esses profissionais não tenham contato com as vítimas e familiares de forma que não os revitimem, eles precisam compreender os impactos de suas posturas, como no caso narrado: para condução de um inquérito em que o delegado responsável tenha, por exemplo, dificuldade de compreender que uma ofensa sexual praticada por genitor não tem relação com sua orientação sexual, o fluxo da responsabilização pode estagnar, ser interrompido ou de outra forma prejudicado. No entanto, também entendemos que é preciso retirar a responsabilidade apenas dos profissionais e atribuir às suas instituições o compromisso pelo oferecimento de conhecimento de qualidade. A parceria entre universidades e instituições pode ser uma das possibilidades de viabilizar o oferecimento desse tipo de conhecimento atualizado:

Eu acho que o estudo acadêmico por si só é válido, mas com um olhar aplicado às nossas realidades, aí fica perfeito. Essa junção de saberes e a aplicação das teorias que a gente tem nos casos práticos se enriquecem demais, inclusive a responsabilização e a proteção também, porque também não adianta ter prática se você não entende o que tá acontecendo no contexto (G3\_Jus14).

De fato, é preciso que o diálogo entre contexto acadêmico e contexto prático seja favorecedor de trocas, evitando situações em que um dos lados impõe sua maneira de

pensar ou agir. A condução desta pesquisa, por exemplo, é coerente com essa sugestão, uma vez que busca compreender, a partir da prática das e dos profissionais, o que se entende por polivitimização contra meninos para então partir desse diálogo para pensar mudanças e novas formas de intervir sobre o fenômeno.

### **Tema 10: Intervenção e Seus Objetivos Precisam Ser Amplos**

Ainda que a discussão sobre a polivitimização esteja incipiente na sociedade e na academia, também entendemos que trabalhar com este tema precisa iniciar com a reflexão sobre as intervenções direcionadas às polivítimas. Ao longo do processo de análise das informações, percebemos que mais importante do que sugerir um protocolo ou uma forma única de intervir, precisamos apontar quais questões não podem faltar para qualquer intervenção com este público.

#### ***Subtema 10.1: O Contexto Precisa Ser Considerado***

Primeiramente, uma proposta de intervenção para polivítimas do gênero masculino necessariamente precisará abranger mais de um contexto, mais de um(a) ofensor(a), e de um episódio de violação. Ampliar a abrangência é importante inclusive para pensar estratégias que facilitem a identificação de outras violências. No trecho a seguir, a psicóloga (Centro Integrado) dá exemplos de como se busca ampliar a demanda trazida inicialmente, de VS, para outros aspectos da vítima e sua família:

Como o nosso atendimento é inicial, às vezes é pouco para a gente acessar ( ... ) a gente ( ... ) pega a história de vida da criança, da família: ‘me conta como foi, de onde você veio, como foi sua relação com o pai dela, pai dos seus outros filhos’, [pergunta] se tem outras crianças na casa e aí a gente acessa de alguma forma e tenta cuidar ( ... ) é muito evidente nesse primeiro atendimento a violência contra a mulher. Então junto de cuidar da violência sexual contra aquela criança e

aquele adolescente, a gente também tenta dar um suporte para essa mulher acessando a rede da mulher (G3\_Jus16).

Tomar conhecimento de que a mãe de uma determinada vítima de VS também sofre violência doméstica é informação fundamental para identificação de uma polivítima, além de possibilitar encaminhamentos que protejam essa mãe. Não é possível, portanto, delimitar a atuação profissional com perguntas ou ações que abarquem apenas a demanda principal ou que circunscrevam o alcance da atuação da psicologia apenas à perspectiva individual. Como expõem Macedo et al. (2021), é preciso defender uma prática psi que saia da lógica de psicologia enquanto ciência neutra e que se centra no indivíduo, mas se empenhar por uma práxis psi que seja ética, política e implicada nas dimensões contextuais daqueles que são atendidos. Neste caso, a psicóloga (Centro Integrado) tem um contato pontual com a família e esse deve ser um dos desafios para a busca por ampliação do contexto. Mesmo assim, ela menciona a priorização dessa ampliação.

Outros profissionais da rede social acompanham as famílias por um período de tempo, como é o caso da conselheira tutelar que expõe suas tentativas de “entender qual o contexto familiar que aquela criança está inserida, como ela vive, com quem ela vive ( ... ) puxar tudo o que acontece naquela família” (G3\_Jus7). Além dela, o médico (IML) também mostra como a identificação de outras violências faz parte de sua atuação: “o laudo também engloba lesão corporal ( ... ) o laudo é misto, você procura a parte sexual do ato libidinoso em si, mas também as lesões corporais, como vestígios de lesão corporal mesmo, agressões físicas, de outra natureza” (G3\_SPub20).

Compreender e ampliar o(s) contexto(s) é medida que favorece a identificação de outras violências e tal disposição profissional deve estar presente de forma transversal na rede social, adaptada para cada realidade. Em contatos pontuais, como é o trabalho da



psicóloga do Centro Integrado, questões relacionadas ao contexto da vítima e de sua família devem compor as entrevistas e relatórios. Para profissionais que conseguem acompanhar um caso por mais tempo, como são os conselheiros tutelares, pode-se contar com a possibilidade de visitas domiciliares e institucionais e estudos de casos como alternativas para compreender o contexto familiar. Já em âmbito de segurança pública, as ações investigativas ou exames também precisam considerar outras violações, que não aquela que foi denunciada inicialmente. Contudo, conhecer o contexto das famílias nos parece ser apenas o primeiro passo, ou mesmo a base, na cadeia de ações possíveis:

Primeiro eu faço atendimento individual com as crianças, adolescentes e familiares ( ... ) num atendimento mais pontual ( ... ) numa perspectiva de proteção ( ... ) atendimento individual, atendimento em grupo, confecção de relatórios a respeito do acompanhamento pra instituições encaminhadoras ( ... ) ou às vezes um próprio familiar requisita um relatório para agregar num processo na justiça. Também é bem frequente, aqui no CEPAV fazer palestras em escolas, em centros de saúde, fazer capacitação de pessoas do centro de saúde sobre a questão da violência, fazer estudos de casos com outras instituições (G3\_Sau1).

Esta fala contempla ações descritas por psicólogo (CEPAV), mas que possivelmente fazem parte do cotidiano de profissionais do SGD de crianças e adolescentes, não apenas os da saúde. Temas como infância, adolescência, desenvolvimento humano, relações familiares, tipos de violências e suas possíveis consequências, vulnerabilidade social e econômica, interações e recursos sociais, legislação, gênero, raça e etnia, direitos LGBTQIAP+, capacitismo, etarismo, dentre outros, são apenas alguns dos assuntos que precisam ser pensados também por profissionais do serviço social, do direito, da segurança pública, da educação e de outras formações em saúde que não apenas psicologia e medicina, como também defendido no

Tema 9. O que significa conduzir um inquérito a partir de uma perspectiva de gênero? Quais impactos pode haver na redação de uma sentença judicial se for privilegiada uma compreensão histórico-racial de determinada família? Quão empático pode ser um psicólogo se tiver conhecimento das penas que uma mãe está sujeita devido à agressão física que cometeu contra seu filho?

Mesmo em cenários de não vulnerabilidade, a condução adequada e contextualizada de um inquérito policial e de um processo judicial pode impactar tão ou mais a vida das polivítimas do que um acompanhamento psicológico, por exemplo. Por isso, em qualquer formação ou capacitação profissional que vise às polivítimas, defendemos que as ações sejam pautadas em dimensões que vão além das próprias polivítimas.

#### ***Subtema 10.2: Alterações ou Adaptações no Plano da Ação ou Intervenção***

Considerar o contexto implica em resgatar a dimensão da instabilidade das ações/intervenções, pois ao longo do tempo mudanças ocorrerão. Ter um plano ou protocolo de ação/intervenção é uma prerrogativa que não exclui a possibilidade de mudança, pois é exatamente pela existência de uma definição do objetivo que se quer alcançar que é possível admitir caminhos alternativos. Essas adaptações podem versar sobre a forma como cada profissional conduzirá sua ação/intervenção e/ou sobre a forma como cada equipe, instituição ou serviço organizará e estruturará seu plano e escopo de atuação. Os trechos a seguir contribuíram para a construção dessa última possibilidade de mudança. No primeiro, uma agente (DPCA) conta como mudou o público pelo qual se responsabilizam, e no segundo, uma psicóloga (PDEsp) comenta como mudaram os critérios para o assessoramento dos juízes por parte da equipe psicossocial:

No início da lei a competência exclusiva [da DPCA] ficou com criança até 11 [anos], não deu para sustentar. O número era muito grande, e aí como tinha a

capacitação, ( ... ) ‘vamos dar a norma e vamos vendo’ ( ... ) A delegacia que não tem estrutura, não tem a sala, pode vir aqui e usar. E só agendar direitinho, a gente cede a sala, a câmara (G3\_SPub19).

O juiz pode encaminhar pro estudo [psicossocial], pro depoimento especial ou só para um ou pra outro, ele determina o que vai acontecer porque antes a gente bancava, ele mandava pra depoimento especial, mas a gente falava ‘não, tem que fazer o estudo antes dessa criança’, só que hoje a gente ( ... ) não pode mais bancar isso, então a gente recomenda os magistrados que em casos, por exemplo, de litígio, criança pré-escolar, deficiência intelectual, vulnerabilidade extrema, os juízes encaminhem para o estudo, mas hoje ele não é imprescindível para que se faça o depoimento especial ( ... ) Às vezes pode-se avaliar a necessidade de um estudo pós [depoimento especial], em casos de retratação, casos que se verifica que essa criança pode estar em risco (G3\_Jus17).

No primeiro trecho a profissional destaca a capacitação ou matriciamento de outras equipes de delegacias circunscricionais para abarcar a demanda de crianças e adolescentes que precisariam depor. No entanto, essa mudança foi feita com suporte: não apenas as outras delegacias receberam capacitação para realizar o depoimento especial, como também puderam contar com o suporte de estrutura física da DPCA, com a sala e o material tecnológico apropriado, caso precisassem. A responsabilidade pela tarefa foi dividida, mas com co-participação.

No segundo trecho, a psicóloga traça um panorama de como eram conduzidos os depoimentos especiais, que quase sempre sucediam os estudos psicossociais, e de como a realidade atual impossibilitou a permanência desse fluxo. É relevante perceber como é possível que sejam feitas adaptações que ainda tenham o objetivo de compreender o contexto das (poli)vítimas e de suas famílias e, com isso, assegurar-lhes a proteção,

mesmo diante das mudanças que ocorrem, não exatamente planejadas. Como consequência da complexidade das ações/intervenções em torno da PvCA, precisamos admitir mudanças, desde que elas ocorram de forma a tentar minimizar ou anular quaisquer prejuízos dela advindos, como nos casos citados.

Outro aspecto sobre as mudanças nas ações/intervenções é sobre o contato de cada profissional com as (poli)vítimas, pois, como comenta o psicólogo (CEPAV), novos fatos de violações “surgem ao longo do atendimento” e por isso “tem-se que trabalhar essa família, esses outros polos que estão envolvidos nessa outra violência que também foi descoberta ao longo do atendimento” (G3\_Sau1). A autonomia profissional para ampliar o escopo de sua atuação ou mudar seu objetivo precisa ser uma dimensão valorizada, mesmo porque uma das vantagens de um tempo maior de contato entre profissionais e (poli)vítimas é a vinculação entre eles. No trecho a seguir, a conselheira tutelar associa vinculação com confiança:

Quando é um caso de violência sexual, algumas famílias ficam resistentes à atuação do CT. Então com o passar do tempo a gente vai conquistando a confiança dessas famílias, vai começando a ter uma proximidade para conseguir descobrir as outras violências, as possíveis violências que podem tá acontecendo naquela família ali, naquela criança. Não é rápido assim, chegou, soube de uma situação de violência sexual, e aí a gente vai descobrir as outras. Pode ser que aconteça, mas geralmente é um trabalho que a gente tem que fazer com a família para conseguir descobrir as outras situações (G3\_Jus7).

É preciso resgatar as habilidades e conhecimentos de quaisquer profissionais que entrem em contato com crianças e adolescentes, mesmo de forma pontual. Só assim será possível assegurar que mesmo mudanças no escopo ou no plano de ação/intervenção

ocorram de forma a garantir o bem-estar e a proteção das e dos envolvidos, com a maior abrangência possível.

### ***Subtema 10.3: Prevenção Também é Intervenção***

Há uma área do conhecimento robusta que pesquisa e defende as ações/intervenções de cunho preventivo, ainda que sejam dimensões menos privilegiadas nos projetos e políticas públicas (Abreu et al., 2016; Gottfredson et al., 2015).

Entendemos, no entanto, que trabalhar com prevenção significa ir além de falar ou expor o tema para crianças, adolescentes e familiares, ainda que essa forma seja também necessária, como mencionou a psicóloga (CREAS): “Acredito que as escolas deveriam ajudar muito nesse sentido, de sensibilizar as crianças para que eles tenham mais tranquilidade de conversar essas questões com os pais e aí ir tocando aos poucos os pais pra eles irem percebendo” (Gr3\_ASoc2).

As escolas também são instituições valorizadas em outros estudos (e.g., Santos, 2017; Souza & Xavier Filha, 2021) e de fato a perspectiva da educação e do conhecimento como possibilidade de emancipação precisa ser lembrada e estimulada. Como discutido no Tema 9, o conhecimento sobre PvCA favorece seu processo de identificação e, nos casos de crianças e adolescentes, também pode favorecer a busca por ajuda e a interrupção das (poli)vitimizações. No entanto, é preciso também expandir o alcance das ações preventivas, retirando única e exclusivamente das escolas a responsabilidade por falar sobre violências e mais uma vez resgatar a dimensão sociopolítica desse processo:

Nossos alunos, na minha experiência, deveriam, além de ter a questão pedagógica, no contraturno [ter] algumas atividades que levassem esse jovem a trabalhar algumas habilidades, ou até mesmo cursos, ou seja, que ele tivesse algo

que pudesse preencher esse espaço vazio ( ... ) Acho que nós enquanto sociedade poderíamos ofertar esse tipo de trabalho (G3\_Edu5).

O oferecimento de atividades – pedagógicas, de lazer, ou mesmo cursos – em horário distinto da escola regular é uma prerrogativa existente nas políticas públicas de educação do DF, como são os casos das escolas de tempo integral, das salas de apoio, das Escolas Parque, do Centro Interescolar de Línguas (CIL) e ainda das ofertas de cursos técnicos e profissionalizantes, neste último caso apenas para alunos ou egressos do Ensino Médio (Brasília, 2021). Na discussão do Grupo 1, também apontamos a importância dessa dimensão, a partir das falas dos próprios meninos. No entanto, lembramos também que o alcance de estudantes que se privilegiam com tais políticas ainda é limitado. Considerando as mudanças educacionais que precisaram ocorrer a partir de 2020 em função da pandemia do novo coronavírus, o acesso a tais políticas de contraturno ficou ainda mais limitado (Marques et al., 2020; Walger et al., 2020). Por isso, os investimentos neste âmbito precisam sempre ser priorizados como oportunidade não apenas de profissionalização e inserção em mercado de trabalho, mas também como alternativa de proteção diante de cenários familiares de vulnerabilidades.

Complementa o supervisor pedagógico, no trecho a seguir, que práticas de prevenção à violência podem se destinar a instrumentalizar estudantes para que não recorram à violência como estratégia de enfrentamento de conflitos. Em um contexto nacional em que episódios de violências são cotidianamente retratados em noticiários, muitas vezes de forma sensacionalista e não aprofundada, é fundamental apresentar alternativas, ao mesmo tempo assertivas e não agressivas.

Nós precisamos trabalhar em nossos alunos a questão de ser crítico, de ter argumentos, para que dentro desses argumentos você possa inibir a violência, porque ( ... ) quando eu não tenho argumento ( ... ), quando eu não tenho

vivência, não tenho conhecimento de mundo, meu melhor caminho é a violência (G3\_Edu5).

Senso crítico e desenvolvimento de autoestima parecem ser assuntos paralelos e interligados à (poli)vitimização e que podem impactar a reação das (poli)vítimas: se um adolescente do gênero masculino se sente validado no sentimento de medo de colegas da escola que o ameaçam, ele pode recorrer à ajuda de professores sem precisar considerar como solução o uso de agressão física. Se há proximidade entre esse adolescente e a equipe escolar, as chances de ele recorrer a essa ajuda são maiores. Se uma criança do gênero masculino consegue reconhecer, nomear e comunicar suas próprias emoções, não precisa demonstrar por meio de agressividade aos seus irmãos, por exemplo, quando se sente frustrado. Se um adolescente tem seus direitos sociais garantidos, consegue se alimentar adequadamente e tem acesso a bens materiais necessários à sua participação na escola, mesmo em formato remoto, por exemplo, não são necessárias investidas dele que remetam a ações criminosas. Os esforços, portanto, para que práticas preventivas ocorram cada vez mais frequentemente não podem ser de exclusividade de apenas um componente do SGD, mas sim ocupar as pautas políticas e intersetoriais.

### **Tema 11: Na Ciranda da Violência, a Família Entra na Roda**

Os impactos que as situações de PvCA causam não ficam circunscritos às polivítimas, mas atingem também os familiares, como mencionado nos Grupos 1 e 2, mas também presente em falas de participantes do Grupo 3: “as violências são destruidoras de famílias ( ... ) porque uma violência de uma criança desestrutura completamente uma família, tanto uma família que acredita, que apoia, como a que não acredita” (G3\_Jus17).

As palavras “desestruturar” e “destruir” [*sic*] sinalizam para a ampla dimensão de sofrimento e mudanças repentinas que a ocorrência de violências gera nas famílias de

meninos (poli)vitimizados. Esses impactos se mostram presentes não apenas nas famílias que dão crédito ao relato dos meninos e, com isso, precisam lidar com todos os desafios decorrentes de uma revelação de violência. As famílias que não acreditam também sofrem consequências e abalos em suas dinâmicas relacionais, porém esses impactos tendem a ser ainda mais negativos para as vítimas, pois é possível que as vítimas enfrentem as consequências das violências de forma solitária, ou ainda que a postura dos familiares seja mais uma fonte de opressão e sofrimento, especialmente para as vítimas do gênero masculino. Outra dimensão do sofrimento nas famílias que acreditam nos relatos dos filhos é a sensação de culpa:

É difícil aceitar que aconteceu algo com os filhos, a gente precisa pensar muito no cuidado com os pais também. A mãe desse rapaz que eu mencionei ficou muito abalada, muito transtornada por ela não ter conseguido proteger o filho de forma suficiente. E aí vêm aquelas afirmações que ‘fez tudo’, ‘deixou de trabalhar para estar em casa’, ‘como que isso não foi suficiente?’. Acho que a violência traz uma sensação de incapacidade grande pros pais (G3\_Sau8).

A sensação de culpa dos pais ou responsáveis também é citada em outras pesquisas (e.g., Dell’Aglia et al., 2011; Marra & Costa, 2018) assim como um movimento de superproteção pós-abuso. Tais reações, embora compreensivas, podem significar mais risco às crianças e adolescentes do que o próprio episódio de violência. Afinal, a família é um dos primeiros e mais relevantes espaços de treino social e de desenvolvimento de habilidades, recursos e até mesmo da autoestima (Minuchin et al., 2009). Portanto, a ausência de padrões relacionais de segurança ou mesmo autoestima dos pais e responsáveis pode servir de espelho para as crianças e adolescentes daquele núcleo familiar, da mesma forma que o contrário também é verdadeiro. Por isso é absolutamente relevante que, na construção de ações/intervenções, não apenas as



famílias sejam incluídas, como sejam também protagonistas, juntamente com as vítimas. Como ressalta a psicóloga do CREAS, “a nossa intenção é exatamente instrumentalizar essa família para que ela tenha sua função protetiva restabelecida” (G3\_ASoc2).

A reação das e dos familiares à notícia da(s) (poli)violências também interfere no manejo que eles terão com os encaminhamentos. Em pesquisa com objetivo de compreender os medos e a percepção de futuro de meninos vítimas de violência sexual, Foster (2017) sinaliza para o papel dos familiares na busca por aconselhamento e acompanhamento. Uma das primeiras atribuições das equipes profissionais é sensibilizar os familiares para que eles compreendam a importância do tratamento dos meninos, pois esses atendimentos e acompanhamentos terapêuticos podem ajudá-los a processar e a compartilhar as experiências que vivenciaram (Foster, 2017).

A discussão realizada no Tema 5, sobre os mitos, dialoga também com este tema, pois é preciso considerar que a reação dos familiares diante da notícia de (poli)vitimizações pode impactar negativamente as polivítimas. Dentre as várias funções das redes sociais pessoais (Sluzki, 1998), a função de apoio emocional foi mencionada por diversas vezes nas entrevistas com o Grupo 3. No trecho a seguir, a psicóloga (PDEsp) fala sobre a importância desta dimensão para a saúde mental dos meninos:

A gente vê como a família reage influencia e impacta bastante na criança, em como a criança ressignifica aquela história. Então aquele menino tava muito empoderado: ‘eu vivi uma violência, ele fez uma coisa comigo que não podia’ ( ... ) Parecia que ele já tinha passado por anos de terapia, e não, era a mãe mesmo que tava ali ( ... ) porque acho que as famílias têm essa questão de ‘eu tô ali, se ele quiser ele fala’, e como é importante ser dado esse espaço para a criança e dizer ‘olha aqui, você não precisa falar se você não quiser, mas a mamãe tá aqui para te ouvir, e eu acredito em você, eu apoio você, vou fazer de

tudo para te proteger, para que não aconteça de novo’. Essa fala muitas vezes fica na cabeça do adulto, ele acha que a criança sabe, mas como é importante ( ... ) verbalizar que a criança pode falar se quiser (G3\_Jus17).

Estudos recentes já apresentam resultados importantes correlacionando suporte social, polivitimização e sintomas. Em Guerra et al. (2019), por exemplo, a busca por suporte social diminuiu os sintomas externalizantes dos adolescentes polivitimizados; já em Soler et al. (2013), o senso de valoração social, ou seja, a percepção dos adolescentes de que poderiam pedir ajuda e teriam com quem contar, foi apontado como fator de proteção para a apresentação de sintomas. Esses resultados fortalecem as falas trazidas por as e os participantes do Grupo 3 sobre a necessidade de serem buscadas intervenções que auxiliem os meninos polivitimizados a identificarem sua rede social e buscá-la sempre que necessário.

A conselheira tutelar comenta a reação dos familiares e diz que “a maioria tem vergonha, não é que eles não querem ajuda, muitas vezes eles até querem, mas eles têm vergonha, acham que vão ser estigmatizados pelos vizinhos, pelos conhecidos, por estarem recebendo ajuda do CT” (G3\_Jus7). Também o policial (PROVID) diz que “nem todo mundo quer o atendimento, quer a polícia na frente da sua casa, acha que é constrangimento, a gente explica que não é constrangimento, que é um serviço para dar segurança, mas às vezes a pessoa não compreende” (G3\_SPub13). Tais trechos fortalecem o argumento de Foster (2017), mostrando como é fundamental que as e os profissionais priorizem o diálogo com os pais e responsáveis no início das ações/intervenções. Até porque, ainda que sejam feitas ações e intervenções com os meninos (poli)vitimizados, é para o contexto familiar que eles retornarão. Por isso, se esse ambiente permanecer violador ou oferecer riscos, a eficácia ou os benefícios de uma ação/intervenção com as crianças e adolescentes podem ser limitados (Faraj et al., 2016).

Nossa ênfase sobre a necessidade de olhar, incluir e acolher a família também inclui o desafio da equipe profissional de ampliar o alcance de sua ação/intervenção, inserindo outros atores:

É um esforço que eu tenho feito, que somos muito onipotentes em pensar que a gente vai ser protagonista nessa história de ressignificar aquela violência ( ... ) Entender que a família e a criança têm recursos próprios para superar aquela situação, de não colocar em mim a responsabilidade pelo futuro daquela criança, daquela família, de entender que a família tem condições próprias de seguir adiante a partir dali (G3\_Jus17).

Enfatizar a dimensão positiva dos recursos familiares para lidar é uma das possibilidades de ação/intervenção em contextos de PvCA, e possibilita que as famílias não limitem suas experiências e trajetórias futuras aos episódios de violência(s). Trazer essa dimensão, não apenas por parte de profissionais da psicologia, como também de outras áreas, é fundamental para que sejam criados contextos de autonomia para cada indivíduo, família e até comunidade. Afinal, qualquer acompanhamento também tem uma limitação temporal e por isso a necessidade de as e os profissionais desempenharem papéis que estimulem as potencialidades das famílias, visando melhorar suas condições de vida (Gomes et al., 2014).

Além dos recursos relacionais já mencionados, entendemos que nesse processo de construção dessa perspectiva de protagonismo familiar sejam também considerados limites econômicos, históricos e sociais que atravessam o cotidiano das famílias, como mencionamos nos Temas 5 e 6. Em muitas entrevistas foram mencionados casos em que os próprios familiares eram autores das violências, cenário apontado como mais frequente em pesquisas (e.g., Lima et al., 2021). Porém, é também necessário que seja

adotado um olhar crítico sobre as famílias que são comumente denominadas negligentes (Mata et al., 2017).

Outro aspecto que deve orientar a inclusão de familiares nas ações/intervenções em contexto de PvCA é quando há a existência de conflitos entre as ou os familiares e que as crianças ou adolescentes testemunham. Para além dos prejuízos de presenciar agressões entre pessoas por quem a criança ou o adolescente nutre afetos, esta também pode ser uma forma de triangulação (Andolfi, 2018), momento em que o filho fica entre os pais ou responsáveis, assumindo papéis que não condizem com seu momento de desenvolvimento, seja o de amortecer o conflito, de mediar, de passar mensagens de um ao outro, ou de sentir que precisa escolher um lado:

O que tem acontecido muito, muito, muito, são crianças cujos pais estão em litígio ( ... ) tanto nos casos de abuso ( ... ) especialmente com crianças pequenas, e também nos casos de maus tratos. Eu acho esses casos bem desafiadores, a gente tem que fazer uma atuação com os dois pais também, fazer muitos encaminhamentos, porque aí realmente é uma violência muito severa, porque são crianças super divididas, angustiadas, aliadas, tudo trocado na família (G3\_Jus10).

Testemunhar tais conflitos precisa ser considerado como outra experiência de violação que sofre a criança e o adolescente, tornando-o uma polivítima (Finkelhor et al., 2011). Os prejuízos para um menino polivítima, ao se deparar com uma situação como a mencionada, pode levá-lo a assumir um papel de protetor do lar, de *homem da casa*, daquele que ampara e provê. Esse fenômeno pode retroalimentar a cristalização de padrões comportamentais e relacionais típicos de uma sociedade patriarcal que, como mencionado anteriormente, também tende a dificultar que esse menino se veja em um papel de vítima e peça ajuda.

## **Tema 12: A Rede Social é Um Palco, Com Muitos Personagens**

Se a PvCA é uma ação que muitas vezes fica nos bastidores, propomos pensar que a rede social precisa funcionar como um palco iluminado e em movimento.

Compõem a rede social muitos e diferentes personagens. Ao longo das entrevistas, foi sendo então percebida pela *compositora* desta pesquisa a necessidade de construção de um tema que conseguisse abarcar todos esses personagens e a perspectiva que eles têm deles mesmos.

### ***Subtema 12.1: Pluralidade de Profissionais, Especialidades, Setores e Instituições***

Embora existam diversas definições de rede social (Esteves de Vasconcellos, 2010; Sluzki, 1998), uma dimensão comum entre elas é a expressão da possibilidade de conexão ou interligação de seus elementos, membros ou unidades. Essa conexão manifesta-se, no caso das crianças e adolescentes, na relação interdisciplinar que opera no SGD (Chaves & Costa, 2018), ainda que cada instituição, setor ou serviço da rede tenha um papel específico na proteção desse público (Corrêa & Hohendorff, 2020). Os dois trechos a seguir dão exemplos de atuações:

O Comitê [Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes] é uma instância de mobilização e articulação da sociedade civil. O objetivo dele é fazer incidência para que o Plano Nacional seja implementado, as ações de enfrentamento sejam implementadas. Então a gente acompanha as reuniões do CONANDA ( ... ) O governo federal tinha uma comissão intersetorial que a gente era membro convidado ( ... ) tinha representação de todos os Ministérios, do Conselho Nacional de Justiça, e se discutia as ações de enfrentamento, era bem importante (G3\_SCiv21).

A gente tem uma equipe de enfermeiros e enfermeiras que são importantes porque quando chega esse memorando, eles [enfermeiros] já são deslocados a

acompanhar a vítima para que façam pesagem, medir a estatura ( ... ) eu tenho acesso ao boletim de ocorrência e nesse momento eles [vítimas e familiares] ficam juntos com esse profissional de enfermagem que os acolhe, os ambienta, até que a gente de fato inicie a entrevista (G3\_SPub20).

No primeiro trecho, ficam especificadas as dimensões de participação da sociedade civil que, ainda que não atue diretamente com as (poli)vítimas e familiares, tem atribuições expressivas. No caso do Comitê, ele é um agente *de fora* do SGD, mas que contribui no planejamento, incentivo e pressão às instâncias que têm condições de coordenar e executar as ações e intervenções com as (poli)vítimas. Já no caso do médico (IML), ele descreve a acolhida das (poli)vítimas e familiares e destaca a relevância do trabalho multiprofissional, neste caso entre equipe médica e de enfermagem.

São vários os componentes da rede social e, especialmente na perspectiva da PvCA, em que “as múltiplas violências tornam complexo o caso, porque isso vai demandar outros atores dentro dessa intervenção” (Gr3\_Sau1), é importante que a pluralidade das áreas e saberes trabalhem em conjunto, realmente como rede e, portanto, interligadas (Ferreira, 2005). Vários profissionais reconheceram essa necessidade:

A gente aprende que sozinho a gente não tem força. Uma sentença por si só ela não vai mudar ninguém, não vai mudar comportamentos, não vai talvez prevenir. Mas todo o procedimento que começou lá no início, no acolhimento daquela pessoa, em todas as instituições, sem revitimização, os instrumentos de proteção, os instrumentos de acompanhamento psicossocial... Todos juntos podem dar luz ao fim de uma violência ou pelo menos uma transformação de mentalidades (G3\_Jus14).

A gente precisa de muitos atores envolvidos nesse plano terapêutico que envolve vários profissionais de saúde, várias esferas, vários níveis da atenção. Aí a gente

pode pensar desde a atenção primária até a terciária, isso tudo dentro do SUS. Envolve justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar, escola e a família... A comunidade pode ser grande parceira também e, dependendo do trabalho, a gente consegue fazer virar um lugar de proteção, onde uns olhem pelos outros (G3\_Sau8).

Muda no sentido de que a gente vai... Todos os casos a gente faz relatório, encaminha e tudo. Alguns casos específicos que são mais críticos, aí a gente tenta articular mais ainda. Não que a gente não articule os outros, mas é um caso que eu vou ficar ligando pro celular do conselheiro, ficar mandando mensagem, reiterando ali o relatório para poder garantir que ( ... ) seja dada uma atenção para aquele caso (G3\_Edu6).

Destacamos esses trechos que reconhecem que a atuação singular de uma ou outra instituição não dá conta de abarcar a multiplicidade de aspectos que envolvem os casos de PvCA, até porque há um reconhecimento de que os casos de PvCA são mais críticos ou graves, necessitando, portanto, de atuações interinstitucionais e intersetoriais (Musicaro et al., 2019). Cada especialidade profissional tem um rol de atividades distinto, que também muda de setor para setor, ou mesmo de instituição para instituição. Além disso, é preciso desenvolver um trabalho em rede com premissas de horizontalidade, em que todos atuem em parceria e complementaridade (Costa et al., 2011):

Um aspecto muito bom do SUS é a quantidade de profissionais diferentes dentro de um mesmo local. As equipes de saúde da família ( ... ) tem médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, tem ACS [agente comunitário de saúde], e aí sim a gente pode ter mais chance de ver o fenômeno da violência, alguém vai poder ver! (G3\_Sau8).

Essa pluralidade é importante e também foi relatada em um estudo de caso analisado por Chaves e Costa (2018), em que participaram de ações de proteção a escola, o CT, delegacia, MP, VIJ, SES, dentre outros. Apesar da importância de terem atribuições distintas, é preciso reconhecer a interdependência que os setores e as equipes profissionais têm entre si. Um dos exemplos é a atuação dos CTs que, como comentou a conselheira tutelar, “para atuar, ele [Conselho Tutelar] precisa da rede local, das instituições, precisa de parceria. O Conselho não consegue trabalhar sozinho ( ... ) todas as medidas que aplica, precisa de outras pessoas para auxiliar” (G3\_Jus7). A aplicação das medidas envolve outras instituições, pois em geral são ações que partem ou acontecem em outras instituições (escola, Saúde, etc). Por isso, precisa-se discutir que a efetivação do SGD necessita que as instituições que o compõem tenham condições adequadas para seu funcionamento irrestrito. Do contrário, as relações e a comunicação entre as instituições do SGD podem ser constantemente descontinuadas.

### ***Subtema 12.2: Relação, Comunicação e Limites Entre Personagens da Rede***

Além de garantir as condições para cada instituição funcionar de forma satisfatória, também consideramos importante dimensionar a conexão e a comunicação entre cada setor, instituição e profissional. Um primeiro aspecto é a própria compreensão acerca das atribuições e dos limites de atuação da sua própria instituição e também das parceiras. Ainda que sejam atuações conectadas e complementares, há autonomia dos setores para conduzir seu trabalho, mesmo se deparando com os limites dos outros componentes da rede, como comenta a psicóloga do CREAS: “na minha opinião, a assistência social não tá aí pra essa parte de detalhamento porque isso deveria ser a saúde, da psicologia [que atua] no caso da saúde. Então a gente não entra nessa nuance de detalhe, nessa riqueza de detalhes” (G3\_ASoc2).



Essa mesma psicóloga expôs os limites da prática de uma ou outra formação, a depender da sua área de atuação quando diz que “não adianta fazer todo um trabalho de intervenção psicológica com essa família, sendo que ela não tem como viver porque o genitor vazou. Então aí é que entra os nossos provimentos em paralelo” (G3\_ASoc2). Diante da complexidade que a PvCA representa, intervenções psicológicas não parecem ser suficientes, ainda que as e os psicólogos sejam frequentemente mencionados como fundamentais para condução de tratamentos.

Defendemos, ao contrário, descontinuar a crença de que suporte psicológico é a principal fonte de ajuda que uma polivítima pode receber. A situação de vulnerabilidade, da polivítima e de sua família, como citou a G3\_ASoc2, psicóloga do CREAS, estabelece a necessidade de provimentos materiais – alimentos, higiene, transporte, etc – como algo anterior ao suporte psicológico. Portanto, neste cenário complexo, questionamos quais as definições de atuação de um(a) psicólogo(a) que atua no SGD? Quais documentos, orientações e treinamentos existem que descrevam os limites de atuação de um(a) psicólogo(a) da saúde ou da assistência, educação, etc? E as outras especialidades e os outros setores?

Por um lado, a autonomia existente no serviço público favorece o constante trabalho de construção desses papéis e ações/intervenções e os impede, ou dificulta, de sofrerem pressões governamentais, em função da estabilidade dos cargos. Porém é preciso que minimamente essa autonomia seja respaldada em diretrizes técnicas e planos baseados em estudos científicos. Desta forma, as e os profissionais também poderão conhecer as atribuições de suas instituições, e os contextos em que as mesmas se inserem. Se não houver essa percepção da rede enquanto equipe, com objetivos comuns, corre-se o risco de uma instituição perceber a outra como falha ou negligente sem qualquer ponderação a respeito das ausências e dos desafios que uma e outra enfrentam:

O que a gente tem de desafio para o CT é fazer com que as requisições sejam cumpridas, porque é difícil quando a gente pega uma situação que uma criança sofreu uma violência, você faz um encaminhamento de saúde e eles demoram seis meses ou até um ano para atender uma família. É um caso urgente, não é um caso que dá pra esperar (G3\_Jus7).

Na pesquisa de Chaves e Costa (2018), comenta-se também a desconexão em relação às decisões do judiciário com as instituições de outros setores, como se a não efetividade dos acompanhamentos fossem desobediências às decisões judiciais. Porém, quando resgatamos as precárias condições em que muitas instituições funcionam e ponderamos como a falta de investimento e escassez de recursos materiais e humanos pode prejudicar a qualidade de seus serviços oferecidos (Corrêa & Hohendorff, 2020), podemos diminuir as cobranças descontextualizadas. Embora a pesquisa de Corrêa e Hohendorff (2020) tenha sido conduzida em uma DPCA no sul do país, a descrição feita por eles não se restringe ao setor segurança pública, mas faz parte da realidade, infelizmente, de instituições pertencentes a outros setores (Faraj et al., 2016). Falas como “o maior desafio é encaminhar essas crianças para uma rede estruturada” (G3\_MPub4) e “acho que uma ajuda possível é ( ... ) uma rede de proteção melhor organizada” (G3\_MPub11) também sugerem a carência profunda em que se encontra o SGD.

Com isso, não queremos que sejam interrompidas críticas ou mesmo cobranças de uma instituição para outra. Porém, o que precisa ser incentivado é a compreensão dentro da rede de que em muitas instituições há a impossibilidade de executar e dar conta de medidas ou decisões, por exemplo, de conselheiros tutelares ou da justiça. Além disso, precisa haver um esforço em conjunto para que os recursos repassados a cada nível de atenção e setor sejam mais próximos do que díspares, afinal, não deve

haver uma hierarquização entre eles, mas uma atuação complementar e horizontal.

Construir uma identidade de rede, em que cada profissional se perceba como membro pode também auxiliar nesse processo de diálogos e parcerias. No trecho a seguir, a juíza discorre sobre essa ideia de atuação em conjunto, mas também aponta o desafio que é pensar as particularidades de cada instituição, sem atribuir maior ou menor valor e poder:

Quando eu falo da justiça ter esse dever ( ... ) é porque a gente pode requisitar serviços, articular atendimentos e a gente não pode desperdiçar esse poder, que não é um poder de mando ( ... ) mas um poder de articulação ( ... ) Eu tenho a minha atribuição de julgar, então ( ... ) dentro da minha atribuição eu tenho que fazer a proteção também, com o poder que me incube, assim como um professor tem todo o dever de proteger as crianças, mas não pode investigar um abuso sexual (G3\_Jus14).

Outra importante questão sobre a relação entre as instituições é a comunicação, citada em várias entrevistas como uma dificuldade de “desarticulação entre os diferentes atores responsáveis pela proteção” (G3\_Jus12). A faceta da comunicação parece ser transversal à PvCA, pois está presente desde o momento da revelação da violação pela (poli)vítima, passando pela comunicação que a própria família faz às instituições e, por fim, presente nas instituições que precisam interagir, encaminhar ou compartilhar casos e informações.

A ausência ou precariedade dessa comunicação pode ser percebida na fala da psicóloga (Centro Integrado) quando comenta que “tem muita dificuldade nessa comunicação, a gente repete muitas ações também, essa família se cansa porque ‘já vim aqui pra uma coisa, vou ali ter que falar da mesma coisa’” (G3\_Jus16). Com essa fala percebemos como a dificuldade na comunicação pode gerar prejuízos às (poli)vítimas e

familiares, mas também sobrecarregar serviços e equipes profissionais que podem acabar executando duplamente algumas ações ou intervenções ou mesmo realizando encaminhamentos desnecessários (Pereira et al., 2021):

Se existe um protocolo para você fazer esse depoimento, para a criança contar só uma vez ( ... ) por que não se respeita isso? Aí é a falta de comunicação terrível porque, por exemplo, se a gente conversasse com o MP, com a justiça, e eles falassem pra gente, ‘vamos combinar o seguinte? O que não for situação de flagrante, não ouçam na delegacia, deixa que a psicóloga do tribunal vai escutar’, a gente não faria ( ... ) todo mundo quer ser o pai da criança ( ... ) o CT quer fazer o serviço dele, quer ouvir, quer colocar no relatório dele que a criança falou isso e aquilo, a polícia também quer mostrar que o trabalho dela ‘é imprescindível’ ( ... ) eu até entendo, às vezes ‘não vou confiar no que o CT tá falando, não confio no que a polícia tá falando, confio no que o meu servidor [do TJDF] tá falando’, aí faz de novo (G3\_SPub6).

Para além do risco de revitimizações, destacamos a dimensão da “confiança” [sic] mencionada pela agente (PCDF), pois mais uma vez parece estar em questão o conhecimento e a compreensão das atribuições e limites de cada instituição. Pensar formas de minimizar as distâncias, acompanhando o caso em conjunto por meio de estudos de caso, compartilhando a responsabilidade pelo sucesso na proteção das crianças e adolescentes (Faraj et al., 2016), informando os obstáculos e unindo forças para que as dificuldades e carências de recursos sejam contornadas nos parece um caminho de muito mais apoio e suporte para as equipes profissionais e mais efetividade nas ações para as (poli)vítimas.

### **Tema 13: Receber Amparo Para Amparar**

Para que a rede social ofereça apoio e suporte às polivítimas e seus familiares, entendemos que a própria rede social precisa ser amparada. Neste tema, serão apresentadas falas que criticam ou denunciam a escassez de apoio que as equipes profissionais recebem, dando ênfase aos efeitos nocivos para as e os profissionais e aos aspectos que caracterizam os serviços públicos.

#### ***Subtema 13.1: “Aprendi na Raça”***

Entendemos como lógica a relação entre mais tempo de atuação nas instituições que atendem crianças e adolescentes e mais conhecimento e compreensão sobre a temática PvCA. Com mais tempo e mais conhecimento, parece haver mais chances de identificar uma violência (Costa & Aguiar, 2020). Essa perspectiva valida a fala da psicóloga de um CREAS, que dá título a este subtema. No entanto, o custo emocional e profissional que esta forma de aprendizagem, conhecimento e compreensão tem é uma dimensão cara a nós pesquisadoras, também parte da rede, em certa medida. Por isso consideramos importante registrar falas das e dos profissionais entrevistados a respeito de como foram ofertados e conduzidos esses momentos de instrução, tendo sido a escassez mencionada por muitas(os):

Quando eu entrei não tive treinamento nenhum. Foi muito ruim isso, não ter esse tipo de preparação para o trabalho que não é fácil. Acho que poderia ter um incentivo maior, previsto na carga horária. A gente ter uma reserva para formação continuada, ter dias que pudesse tirar para fazer cursos, isso podia ser previsto formalmente mesmo, como parte do trabalho (G3\_Sau8).

Essa participante atuava há menos de dois anos, à época da entrevista, na atenção primária, tendo sido nomeada no último concurso público da SES/DF. Isso nos faz analisar que a ausência de capacitações não é algo característico de uma cultura

institucional antiga, pois ainda ocorre na atualidade. Outros profissionais também mencionaram a surpresa que foi a nomeação para seus setores e instituições, como a psicóloga (CREAS) que disse que “caí de paraquedas, nem sabia o que era CRAS, CREAS, não tinha a mínima noção do que era psicologia social. Eu conhecia da faculdade, da graduação, mas uma disciplina só, em um semestre, bem superficialmente” (G3\_ASoc2).

Outro aspecto denunciado na fala desta mesma psicóloga (CREAS) é o processo de nomeação e lotação de servidores públicos, que pode variar de setor para setor, independente da esfera – municipal, distrital, estadual ou federal. Como expusemos anteriormente, defendemos que as especificidades e necessidades locais e contextuais sejam consideradas para as lotações, mas que também sejam estipulados critérios mínimos para as e os servidores. Assim, o conhecimento e a bagagem prévia dos profissionais têm mais chances de serem aproveitados, enriquecendo os serviços. É comum que a distribuição e lotação de servidores públicos ocorram em função da necessidade institucional, sem uma avaliação sobre a adequação daquele profissional para aquele serviço. No trecho a seguir, a agente (PCDF) dá um exemplo dessa situação:

Tá com efetivo baixo em tal seção, tem que ir, você vai e às vezes a pessoa não tem afinidade ( ... ) não tem a compreensão do que é, porque é a seção mais peculiar que tem, é diferente de tudo que todo mundo aí tá acostumado a fazer [na Polícia Civil]. Então se você sai de uma outra seção e chega aqui querendo o mesmo padrão de investigação, você não vai conseguir ( ... ) e a gente não tem preparo para isso, você aprende, como o pessoal fala, na tora (G3\_SPub6).

Na ausência de conhecimento específico sobre as demandas do local de trabalho por a ou o servidor, é preciso que o próprio estado – já que a maioria dessas instituições que atendem crianças e adolescentes são instituições públicas – respalde esses

profissionais. Uma agente (DPCA) informou que “na época que eu cheguei ainda não tinha a capacitação como tem hoje, que forma os policiais, mas fui treinada aqui internamente ( ... ) aí fui aprendendo...em uma semana [risos]” (G3\_SPub19), apontando que mudanças no setor segurança pública já ocorreram e a formalização de treinamento tem ocorrido, não dependendo exclusivamente de cada equipe. Também percebemos um cenário de investimento às capacitações em outros setores:

À medida que os conhecimentos foram se consolidando, o Tribunal foi dando treinamento, então não vou reclamar da minha instituição nesse aspecto, acho que até onde foi possível, houve investimento muito bom. Até porque eu tive a felicidade das duas coordenadoras serem muito pró-ativas nisso, de capacitar a equipe, de buscar a universidade (G3\_Jus10).

Além da importância de as capacitações integrarem políticas e medidas institucionais, a psicóloga (NERCRIA) também menciona o papel das gestoras e coordenadoras na busca pelo oferecimento de capacitações às suas equipes. Essa é uma dimensão importante, que gera uma sensação de apoio para as e os profissionais, aspecto fundamental e que também foi mencionado na pesquisa de Pereira et al. (2021), em que a equipe de referência de uma UBS verbalizou a necessidade de apoio, como uma dimensão de suporte e parceria, para além de momentos de intervenção, supervisão e de suporte técnico. Esse também foi um comentário feito por uma agente (PCDF) quando diz que “às vezes a gente sente falta de conversar sobre esses casos ( ... ) porque é um desabafo e às vezes o outro colega consegue te dar uma luz, consegue te dar uma perspectiva que você sozinha não teria” (G3\_SPub6). Mesmo reconhecendo o impacto da assistência institucional e das chefias no oferecimento de suporte, observamos alguma diferença entre o suporte formalmente oferecido às instituições e a busca individual por formas de apoio:

Cada um faz o que pode (risos) agora eu senti que fui muito bem acolhida pela minha supervisora, acho que isso teve impacto. A gente teve várias reuniões em que as pessoas puderam falar um pouco dos seus sofrimentos e também buscamos recursos fora do Tribunal ( ... ) Também busquei meus próprios recursos, voltei pra terapia, aprendi a fazer meditação... (G3\_Jus10).

Aqui a Secretaria [de Educação] do DF oferta, embora seja de uma forma bem... talvez não seja da forma que eu acredito que poderia ser, de forma continuada, mas ela oferta sim. E eu sempre procuro ler, procuro buscar conhecimento fora da minha realidade. Em outras escolas, com colegas que também atuam na área. A gente troca muita informação, a gente conversa constantemente (G3\_Edu5).

Por um lado, percebemos que a extensão das possibilidades de apoio veio desde ações técnicas e coletivas, até aspectos individuais, alcançados no cotidiano pessoal de cada profissional. Ressaltamos, no entanto, de forma complementar ao suporte e conhecimento técnico defendido no Tema 9, a necessidade de institucionalizar e prever oficialmente que as e os profissionais tenham apoio e recebam suporte e que essa premissa abarque todos os setores do SGD. A educação, por exemplo, precisa receber os investimentos com notoriedade, pois é um contexto protagonista na proteção de seus alunos, tanto no que diz respeito à obtenção de conhecimento acadêmico e formal, como também porque é na escola que podem ocorrer identificações de situações violadoras. Chaves e Costa (2018) destacam a necessidade dos educadores se qualificarem para dar suporte aos alunos para além do processo ensino-aprendizagem, já que estão inseridos na vida cotidiana dos mesmos e podem perceber e participar tanto de situações violadoras, como de protetivas.

Ainda que existam iniciativas institucionalizadas por setores diversos, como mencionamos com os exemplos anteriores, defendemos uma mudança de paradigma que



passa a adotar uma cultura de capacitação continuada. Isso implica em uma mudança profunda, que priorize o aspecto educativo e aplicado desde as graduações. É preciso garantir que capacitações continuadas não sejam vistas como medidas secundárias, que ocorrem quase como regalia, mas como uma das etapas das ações e intervenções (Macedo et al., 2021), fundamental para a ocorrência das mesmas.

### ***Subtema 13.2: Impasses e Possibilidades***

De forma geral, o cenário de precarização de capacitações e de recursos se traduz em muitos limites e insuficiências para os serviços. Porém, desejamos construir uma ideia de que, juntamente com os impasses que essas insuficiências acarretam, as possibilidades também estão postas, caracterizando mais uma vez o cenário de complexidade da PvCA. Começando pelas ausências, a psicóloga (PDesp) menciona várias delas no trecho a seguir:

Acho que falta recurso financeiro, de montar a equipe, você chega num CREAS... como que eu não tenho uma agente social pra fazer uma visita, como que eu não consigo desenvolver um grupo? Eu não consigo modificar as coisas assim também, sem ter estrutura, sem ter dinheiro, sem ter gente pra isso. Então apesar de existirem equipamentos, cada vez mais eles estão precarizados ( ... ) as equipes estão reduzidas, a capacidade de atuação tá menor e eu, sinceramente, não sei se a gente continuar na levada que a gente tá, se esses equipamentos não vão sumir (G3\_Jus16).

Diante do cenário político e social que o Brasil se encontra atualmente, também observamos que as instituições estão passando por riscos diversos, desde sua própria existência até as condições de inadequadas de funcionamento. Por isso, agora reivindicamos não apenas a melhoria das instituições, como até mesmo sua própria manutenção (Macedo et al., 2021). Os diversos direitos já garantidos e os avanços já

alcançados não podem retroceder. A instabilidade política que influencia o dia a dia das equipes também foi um ponto citado na pesquisa de Pereira et al. (2021) como um dos aspectos que desmotivaram as equipes de atenção primária, no caso do estudo.

Atribuir a manutenção de funcionamento apenas aos profissionais é insuficiente e desonesto, afinal, a autonomia que os serviços públicos têm para garantir melhores condições de oferta de serviços aos usuários é restrita (Chaves & Costa, 2018). Por isso, nossas críticas e reivindicações da rede social e da sociedade focam muito mais nas políticas e ações de estado e de governo do que em cada setor ou equipe. Ao mesmo tempo em que vemos um cenário marcado por insuficiências, as e os profissionais também citaram diversos movimentos pessoais e das equipes no sentido de não se moldar ou acomodar ao status precário que suas instituições muitas vezes se encontram:

Nós temos uma preocupação muito grande aqui de não deixar o volume de trabalho afastar a gente do estudo. Então nós procuramos sempre participar das coisas, ir aos eventos ( ... ) nos atualizar com a literatura e ultimamente tá sendo muito difícil porque o volume de trabalho tá surreal (G3\_SPub18).

Os cursos que a gente quiser fazer, por exemplo, até os cursos da instituição quando tem, são em horário contrário. Então quando eu faço o curso aqui, a gente trabalha ( ... ) [de] 12h às 19h, quando tem curso é de manhã, é de 8h às 12h. Relacionado aqui ao que a gente trabalha, o que a seção, o que a Polícia já me proporcionou foi o curso de depoimento especial, porque eles passaram a exigir (G3\_SPub6).

Falas como essas nos permitem construir uma compreensão de que seguir trabalhando e buscando melhorias em sua prática pode ser muito mais um esforço pessoal e das equipes do que resultado de um contexto institucional, que os incentiva ou mesmo cobra tais melhorias, oferecendo condições para as mesmas. Paralelamente,

precisamos também observar os efeitos que o trabalho com uma temática desafiadora como a PvCA acarreta para as e os profissionais, pois é um contexto de trabalho que cria um desafio de “se manter saudável emocionalmente” (G3\_Jus10), como comentou psicóloga (NERCRIA). Não é uma situação que fica restrita aos psicólogos e nem mesmo apenas ao setor justiça, mas certamente perpassa toda a rede social:

Eu já criei um mecanismo na minha cabeça para me blindar em relação a essas situações. Por quê? Porque das duas uma: ou eu atuo de forma profissional e faço o que tem que ser feito ( ... ) ou eu levo pro lado pessoal e arrebento o cara na porrada. Porque, por exemplo, se por ventura alguém inventar de passar a mão na minha filha, fizer alguma coisa, você pode ter certeza que eu não vou procurar a justiça, eu vou resolver da minha forma ( ... ) mas eu procuro não me envolver emocionalmente nas situações. Até porque eu também tenho família, tenho tudo e no final das contas não vale a pena ( ... ) Eu até já conversei com minha esposa sobre isso, eu naturalmente me tornei uma pessoa mais fria, não sou a mesma pessoas de três anos atrás em relação à questão de sentimento e eu sei que é por causa disso (G3\_SPub15).

Relatos como este estão carregados de sofrimento que, mesmo compartilhados, impactam o cotidiano dessas pessoas que atuam com essas profissões e áreas. Acreditamos ser realmente necessário desenvolver habilidades de certo distanciamento emocional para ‘fazer o que tem que ser feito’ [*sic*], embora também precisemos admitir que, mesmo assim, o trabalho com a PvCA pode gerar emoções e reflexões nas e nos profissionais, nem sempre positivas. Contudo, reconhecer esse impacto, como fez o participante G3\_SPub15, não precisa ser compreendido como algo negativo e nem mesmo como uma alternativa que impede o profissional de executar seu papel de forma adequada e ética. Pelo contrário, faz parte da compreensão sistêmica novo-

paradigmática, que tem como um dos pressupostos a intersubjetividade (Esteves de Vasconcellos, 2003), a implicação da ou do profissional com o tema ou o fenômeno de estudo e trabalho. Reconhecer essas emoções pode ser também o primeiro passo para a tomada de decisões que vise diminuir os impactos, para si e sua vida pessoal, e para sua atividade profissional.

Ademais, também observamos com seriedade o relato de sofrimento expresso na fala de G3\_SPub15, pois sua atribuição, enquanto representante do Estado, é garantir que um crime – seja ele sexual ou de outra natureza – seja investigado e que ao possível ofensor(a) seja oferecido um tratamento respeitoso e justo. É dever do setor da qual faz parte garantir que a segurança da sociedade seja mantida, sem que para isso seja feita ‘justiça com as próprias mãos’ [*sic*]. Porém, a VS contra crianças e adolescentes é um tema ainda envolto por preconceitos, como foi discutido ao longo de todo este trabalho. Uma das consequências é a percepção do(a) ofensor(a) como alguém que não merece atenção, atendimento ou tratamento. É uma fala que nos preocupa, pois, mais uma vez, exemplifica como a violência e a resolução de conflitos com o uso da violência são alternativas que ainda se fazem presentes em nossa sociedade. Por todo esse conjunto de aspectos que apontam insuficiências, limites e impasses, e de ângulos que representam possibilidades e disponibilidades é que entendemos ser possível construir uma compreensão de que as e os profissionais oscilam entre momentos de motivação e sensação de serventia, com momentos de desmotivação e sensação de insuficiência:

Conversando com outras colegas psicólogas, pra gente é mais fácil identificar esses momentos que você tá super motivada e que produz muito, mas aí você começa a bloquear as coisas, fica indiferente mesmo para se salvar daquela história. Então são fases. Eu fico muito atenta a qual fase que eu tô ( ... ) eu acho que é importante ver a sua disponibilidade também para aquilo, o quanto eu

ainda tô dando conta, se eu tenho que dar conta também, porque às vezes não vai rolar (G3\_Jus16).

A mesma alternância entre essas percepções dos profissionais também foi apresentada em Pereira et al. (2021), em estudo etnográfico conduzido com equipes de atenção primária que ora se perceberam motivados e interessados por mudanças, ora manifestaram desejo de sair daquele local de trabalho, ou descrença nas possibilidades de melhora, insatisfação com a estrutura, etc. Como amparar quem precisa dar amparo a pessoas que passaram por situações tão potencialmente danosas? Como ouvir as demandas desses profissionais e o que é necessário para executar as previsões e garantias que já existem legalmente? Como minimizar as insuficiências da rede social e potencializar as possibilidades?

### ***Subtema 13.3: Sensação de Cansaço e Desamparo***

A sensação de cansaço e desamparo que caracteriza as polivítimas e seus familiares também foi dimensão mencionada por as e os profissionais, enquanto rotina de trabalho. São sensações difíceis e que podem acarretar em prejuízos às pessoas que recebem atendimentos, mas, até mesmo pelo seu impacto, não pôde ser desconsiderada:

Me sinto desamparada, desprotegida. Eu acho que uma vez que eu sou profissional de saúde, ingresso no SUS, me proponho a representar o Estado nesse trabalho, tem que ter uma contrapartida profissional, de ser capacitada e qualificada para isso. Não posso ter que resolver tudo autonomamente, já que eu sou subordinada e presto contas para o Estado também ( ... ) isso impacta porque a gente fica, às vezes, inseguro de tomar algumas providências ( ... ) Quem poderia fazer meu matriciamento tá super assoberbado também ( ... ) então esse efeito cascata que eu acho que é desamparo geral dos profissionais (G3\_Sau8).

Desse trecho, o comentário a respeito da representação do Estado é um ponto nevrálgico e que mais uma vez explicita os paradoxos nesse contexto de PvCA: por um lado os profissionais são lotados em serviços com condições insuficientes para exercerem suas funções, por outro lado são cobrados a exercerem suas funções adequadamente, pois mais do que aquela psicóloga estar atendendo ou não, ela representa o Estado e, por isso, deveria atuar de forma a oferecer todas as possibilidades que são legalmente garantidas aos usuários. Desgastes de uma equipe multidisciplinar, em função da alta demanda de trabalho e do tamanho reduzido das equipes, também são mencionados por Costa e Aguiar (2020).

A PvCA parece se configurar como um contexto que para todas e todos os envolvidos implica em desgaste, desamparo e por vezes desproteção. Se por um lado, como foi discutido em temas anteriores, é necessário que sejam oferecidas capacitações, por outro lado em alguns cenários “são oferecidos inúmeros cursos, muitas e diversas capacitações, mas a adesão é baixíssima, sempre vão as mesmas pessoas” (Gr3\_MPub11), como comentou uma promotora. Propor, organizar e oferecer capacitações sem a resposta profissional esperada é também uma das fontes possíveis da sensação de cansaço que parece caracterizar a rede social de PvCA. Deste modo, parece ser necessário que as instituições não apenas ofereçam cursos e capacitações como também tenham meios de garantir a adesão de suas equipes. Esse pode ser um desafio e, ao mesmo tempo, um caminho para as mudanças que precisam estar em curso.

#### ***Subtema 13.4: As Vantagens da Experiência***

A ausência de capacitações formais ou a inexistência de capacitações sistematizadas coloca um peso importante na trajetória de cada profissional. Apesar da diferença em relação ao tempo de atuação de cada profissional em sua instituição (ver Tabela 3), a maioria relatou experiências prévias em outras áreas e instituições públicas.

Nesse sentido, muitos relatos atribuíram à experiência a possibilidade de identificar uma possível situação violadora:

Tô falando minha impressão, a partir dessa minha experiência pessoal, desse caso, de que a violência pode ser minimizada, pode ser lida como uma violência menor, por exemplo, eu enxerguei uma tortura, e a tendência é que isso fosse enquadrado como maus-tratos (G3\_MPub9).

Embora possam ser expressas de formas similares, com emprego de força física, ameaça e gerando sofrimento, os crimes de maus-tratos e tortura diferenciam-se, uma vez que para estes a conduta praticada não guarda relação com práticas educativas ou intenções corretivas, como ocorre nos casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes. Além disso, a penalidade para tortura é maior do que para os casos de maus-tratos (Brasil, 1940, 1997) e, por esta razão, a promotora justificou que em função de sua experiência ao longo dos anos foi possível identificar e considerar a denúncia como tortura e não maus-tratos. Ou seja, foi possível perceber nuances que conferiram maior gravidade ao caso, possibilitando, com isso, maior proteção às vítimas em questão.

Ainda assim, com experiência em um tipo de atendimento e demanda, é preciso garantir que a PvCA seja incluída na pauta das instituições e, dessa forma, as e os profissionais estejam absolutamente atentos à temática, independente do tempo que trabalhem com isso. Sem a capacitação continuada, corre-se o risco de não identificarem a existência de várias violações em uma mesma vítima, pois “o radar não tá muito ligado também pra isso”, como comentou a psicóloga do Centro Integrado (G3\_Jus16).

Além da correta identificação e nomeação, a experiência com a temática nos pareceu ser importante para processos de autorreflexão e autoanálise das e dos profissionais que podem, com isso, mudar suas próprias práticas profissionais. Uma das

promotoras trouxe uma mudança em sua atuação quando diz que “hoje eu tô cada vez mais convencida de que esse limite de ( ... ) não ficar forçando a barra para que ele [menino vítima] fale, é um limite que eu tenho que me impor, de repente há cinco anos eu iria insistir mais” (G3\_MPub11).

Nesta fala ela comentava sua atuação em contextos de audiência e oitiva de meninos que se mantinham em silêncio e não falavam sobre o crime que sofreram. Falou da dificuldade que essas situações representam, pois, no caso dela, o silêncio de um menino vítima pode significar a impossibilidade de uma denúncia por parte do MP. Por outro lado, a promotora também parece perceber os prejuízos que podem existir em um cenário de insistência pela obtenção de determinados relatos, como discutido no tema 8, sobre revitimização. Assim, precisamos construir uma ideia de que a experiência com esses casos, aliada à obtenção de qualificações, esta, por sua vez, disponibilizada pelas instituições, podem expor menos as e os profissionais a situações de eventuais violências institucionais.

#### **Tema 14: Mudanças Favorecem Mudanças, Mas Requerem Tempo**

A compreensão que a teoria sistêmica tem sobre crise está ligada aos necessários momentos de perturbação na dinâmica anteriormente em equilíbrio que se encontra em determinado sistema (Andolfi, 2018; Nichols & Schwartz, 2007). Nas entrevistas realizadas nesta pesquisa, foram citados alguns aspectos que nos pareceram apontar para a ocorrência de mudanças, especialmente se for considerado o histórico de proteção e cuidado que o Estado brasileiro tem oferecido às suas crianças e adolescentes. Em especial às vítimas do gênero masculino, a representante da sociedade civil reconhece, no trecho a seguir, o aumento das discussões para essa população, mencionando, mesmo assim, invisibilidades:



Ainda bem que mudou de uns anos pra cá, isso tem chegado mais [as violências contra meninos], acho que é fruto também da própria discussão que a gente tem feito sobre a sexualidade, os direitos sexuais, as novas masculinidades ( ... ) mas é muito invisível frente ao tamanho do problema e a gente sabe que muitos e muitos meninos sofrem abuso sexual e outras violências psicológicas também, mas ainda é invisível (G3\_SCiv21).

A extensão de tal invisibilidade já foi exposta nos temas anteriores e a gravidade deste cenário precisa ser recorrentemente pontuada. Isso porque a descrença em torno da ocorrência de polivitimização de meninos pode ser tão ou mais prejudicial e traumática do que o próprio episódio de violência (Ribeiro et al., 2021). A discussão de temas relacionados à temática da violação de meninos, como mencionou a representante da sociedade civil, deve seguir e ser fortalecida, pois é uma das formas de possibilitar mudanças, ainda que em ritmo lento.

Pode parecer abstrata a defesa pelas discussões na sociedade sobre sexualidade e gênero, sobre raça, classe social, direitos e carências, mas é comum, e desejado, que mudanças estruturais e formais ocorram em decorrência da pressão social por determinado assunto, tema ou questão. A criação de algumas instituições com intuito de aprimorar o processo de proteção das crianças e adolescentes é um dos exemplos, como comenta a psicóloga (Centro Integrado) no trecho a seguir:

Toda a ideia de criação do Centro [Integrado] é de que ficassem aproximados os processos de proteção e de responsabilização ( ... ) o Centro foi muito criado pela vontade da sociedade civil ( ... ) não foi nenhuma demanda do Estado. Foi criada para o Estado essa demanda, e aí começaram com esse projeto, pegaram um modelo de uma instituição norteamericana (G3\_Jus16).

A discussão pela sociedade parece ser uma das formas de pressionar o Estado para executar mudanças que estão em seu alcance. Além dela, as discussões promovidas intersetorialmente ou entre as diferentes instituições de um mesmo setor também podem ser vias de mudanças. Na entrevista com o psicólogo da VIJ, ele mencionou um projeto de implantação de um Polo de Justiça, Cidadania e Cultura que pudesse “agrupar todos os serviços ligados à Infância e a Juventude do Distrito Federal ( ... ) Não só da justiça, mas do GDF também e organismos internacionais como UNICEF. Então é uma proposta bem ambiciosa e a ideia seria de integração” (G3\_Jus12). A participação de vários organismos em um projeto como este também pode inspirar mudanças em outros estados da federação, especialmente levando em consideração que ocorreria na capital do país.

Sabe-se que diante das diversidades e desigualdades que marcam o Brasil e seus estados, também os processos de mudança, ampliação e fortalecimento das redes sociais são diversos e desiguais. Por isso é importante que sejam investidos esforços que considerem e tentem abarcar as especificidades de cada localidade, mas para todo o país é preciso pensar em “políticas públicas do Estado extremamente fortes, articuladas, transversalizadas, territorializadas e intersetoriais, com muito orçamento nessa área”, como defendeu uma das promotoras de justiça (G3\_MPub9). Mais uma vez, sustentamos que a responsabilidade do Estado por mudanças é inequívoca e, também por isso, é preciso resgatar os processos pelos quais as mudanças em nível governamental acontecem. Ainda assim, a sociedade, compreendida não apenas enquanto seus representantes formais, mas também por toda sua população, também pode assumir um papel relevante na condução de mudanças. A obtenção de conhecimento e a ampliação de perspectivas são alternativas que contribuem para os avanços sociais, na medida em que é pela via do conhecer e compreender que novas ideias são incorporadas e essas, por

sua vez, se traduzem em ações, que fortalecem as ideias, que promovem novas ações e assim esse ciclo se retroalimenta (Sousa et al., 2019).

A pressão social e a articulação de diferentes instituições é um dos possíveis disparadores de mudanças, como a criação de diferentes ações/intervenções ou a ampliação de equipes. Além disso, outra consequência pode ser a redação, criação e promulgação de leis que, por sua vez, preconizam novos entendimentos, ações e intervenções e assim também favorecem a ocorrência de mudanças. Muitos entrevistados citaram leis como disparadores de seus próprios processos de mudança, como a promotora que compartilhou que a sua “incursão no tema, no conceito de gênero, é marcado pela entrada em vigor da Lei Maria da Penha, então ela é um *start* para eu começar a fazer essa reflexão” (G3\_MPub9) ou como o psicólogo (VIJ) que apontou que “é uma parte importante do trabalho agora ( ... ) a nova Lei 13.431 do 2017 trouxe muitas mudanças para o nosso trabalho” (G3\_Jus12).

De todo modo, uma grande conquista no cenário de violações contra crianças e adolescentes, tanto no que diz respeito à dimensão de proteção, quanto de responsabilização, foi a Lei nº 13.431/2017 (Brasil, 2017). A prática de fazer a oitiva de crianças e adolescentes de forma diferenciada da dos adultos já vem sendo usada há vários anos, passando por mudanças e melhorias que culminaram nessa lei de 2017. Mesmo que ainda tenha pendências em termos da execução do que prevê, certamente representa um grande avanço no país. Talvez o principal deles seja exatamente o reconhecimento do valor que precisa ser dado às falas e depoimentos das crianças e adolescentes vitimizados. Mesmo assim, ainda é preciso considerar as dificuldades que essas vítimas passam para conseguirem realizar o depoimento especial de maneira satisfatória e que contribua para o processo de responsabilização.

Além do avanço em relação ao peso que passou a ser dado à fala das crianças e adolescentes vítimas, a promulgação da Lei nº 13.431 (Brasil, 2017) pode ter sido um grande incentivo para o oferecimento formal de capacitações, como no trecho anterior do psicólogo (VIJ), que atribui mudanças em sua rotina laboral à Lei nº 13.1431/2017. Nesse escopo, porém, precisa-se ainda questionar por que a formalização de treinamento restringiu-se a um ou outro setor de atendimento, já que a Lei discorre também sobre a escuta qualificada realizada por outras instituições que compõem o SGD, que não a segurança pública ou a justiça.

Juntamente com a Lei Maria da Penha (LMP), a Lei nº 13.431/2017 representa um marco importante no Brasil e, como pôde ser observado nas falas, não apenas favorecem mudanças estruturais – como foi o caso da criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) – mas também podem incentivar ou favorecer a reflexão das e dos profissionais sobre determinado tema. Deste modo, a respeito da dimensão legal, pode ser construída uma ideia recursiva e absolutamente relacionada ao pressuposto da complexidade: por um lado as pressões sociais e institucionais podem favorecer a criação de leis e estas podem orientar a ocorrência de mudanças nas instituições e na sociedade; por outro lado essas mesmas mudanças podem favorecer processos reflexivos e mudanças práticas que, com o passar do tempo, podem sinalizar para a necessidade de revisão e alteração de leis e assim por diante.

Essa compreensão é necessária, pois aponta que a promulgação de leis não deve ser vista como suficiente para a efetivação de mudanças e ajustes nas políticas públicas de proteção a crianças e adolescentes. Construímos essa percepção também ao observar que mesmo com a promulgação da Lei nº 13.431/2017, que prevê a criação de varas especializadas para crimes contra crianças e adolescentes, elas não foram criadas em todo território nacional. No entanto, ainda que a efetivação das medidas previstas nas

leis não tenha sido alcançadas de forma integral, é preciso valorizá-las, pois são também conquistas recentes e que já sinalizam para uma caminhada em curso, em termos de proteção a crianças e adolescentes. Seguimos, mesmo assim, defendendo o avanço em pesquisas e estudos como este, que busquem mapear e compreender fatores contextuais e locais que dificultam ou mesmo impeçam que as medidas previstas saiam do papel e de fato se tornem práticas e ações.

## Capítulo VII

*“Existe um mistério muito grande que, no entanto, faz parte do dia a dia. Todos os seres humanos participam dele, embora muito poucos reflitam sobre ele. A maioria simplesmente o aceita, sem mais indagações. Esse mistério é o tempo.”*

Michael Ende – Momo e o senhor do tempo

### Considerações Finais

Se esta fosse uma tese construída a partir de um aporte teórico, epistemológico e metodológico quantitativo, ou tradicional, poderíamos iniciar esta sessão com uma pergunta: O que é necessário fazer antes de promover metodologias para o atendimento à polivitimização? Com uma simples resposta, poderíamos dizer que para construção de ações/intervenções direcionada às polivítimas, especialmente as do gênero masculino, é preciso considerar os contextos imediatos e mais amplos em que estão inseridos, incluindo a família, desenvolver um protocolo institucional, assumindo possibilidades de alterações, e ainda abarcar a dimensão de prevenção.

No entanto, iniciar a parte final deste documento é um desafio maior, pois chego aqui com ainda mais dúvidas, questionamentos e dilemas. Compartilho uma sensação, que é um tanto paradoxal e que tem a ver com a história desta tese. Quando me perguntam sobre o que estudo, a *polivitimização de meninos abusados sexualmente* parece um título enorme. Rapidamente consigo explicar *que é quando, além da violência sexual, o menino também sofre outros tipos de violência*. É uma definição simples que me dá a sensação, contraditória, de ser suficiente para resumir do que se trata o fenômeno e, por outro lado, ser quase negligente com as tantas camadas que existem na polivitimização de meninos abusados sexualmente. Nesses momentos, a ambiguidade segue em mim quando, de certa forma, tenho a sensação de que é um fenômeno óbvio e comum demais, ao mesmo tempo em que depois de tantas páginas escritas, editadas e reescritas, de pensar durante mais de quatro anos sobre polivitimização, lendo e grifando, comentando, fazendo resenhas e resumos, relendo, conversando e criticando...

parece que ainda falta. Por isso, proponho nesta sessão final apresentar algumas considerações sobre a polivitimização de meninos abusados sexualmente, e não conclusões finais sobre o fenômeno. Considerações minhas, afirmativas, interrogativas, contemplativas e reflexivas.

Uma primeira consideração é sobre a percepção de semelhanças nos três grupos de participantes em um ponto fundamental: o não (re)conhecimento do fenômeno polivitimização. Para os meninos o que marca é a violência sexual e o que vem como consequência: formas de lidar, tentativas de se distanciar, impactos familiares, recursos e estratégias de enfrentamento. A construção da masculinidade hegemônica ficou muito presente nas falas e percepções que eles compartilham deles mesmos. Diante do tamanho e do significado que a violência sexual tem, é como se as outras vitimizações não existissem. Ainda que elas sejam mencionadas, isso não é suficiente para que elas sejam nomeadas como tal, identificadas ou mesmo sentidas.

Da mesma forma para as mães, também percebi dificuldade em registrar a polivitimização, inclusive porque elas mesmas por vezes são vítimas e autoras de outros tipos de violência. Aqui, novamente, a violência sexual se agiganta, e o peso que a história do abuso sexual de seu filho tem para elas, coloca as suas próprias vitimizações, do pretérito ou da atualidade, como *coisas da vida*, que não se presta atenção. A dor, o constrangimento, a vergonha, a culpa e a raiva que os filhos sentem do abuso sexual também são sentidas por elas. O papel que lhes cabe neste contexto fica sendo o de cuidado e priorização do outro, antes de se dar conta de seu sofrimento, de seus recursos e até de suas dificuldades.

De forma talvez mais grave, estão as e os profissionais. Elas e eles não citaram a polivitimização, mesmo também conseguindo reconhecer, na prática, que de tão frequente, é um fenômeno quase regra. A gravidade do não reconhecimento neste grupo

tem relação com sua função no sistema complexo que caracteriza a PvCA: identificação, atendimentos, ações e intervenções, encaminhamentos, orientações. É a esse grupo, muito mais do que às próprias polivítimas e familiares, que recai a responsabilidade por estar qualificado(a) e capacitado(a) para executar suas funções na rede social. É esse o grupo reconhecido como sendo fonte de apoio e suporte, pelas próprias polivítimas e familiares.

No contato com as e os profissionais, vi deles e delas muita disponibilidade para pensar, falar e construir práticas melhores, mas vi muito desamparo também. O impacto da ausência de suporte aos profissionais não apenas pesa sobre eles e elas, como ficou tão evidente em falas marcantes, mas prejudica todo o sistema. Observar o cenário vulnerável que as e os profissionais estão inseridos me toca profundamente, talvez de uma forma que une à pesquisadora e acadêmica com a também profissional que trabalha na ponta, com pessoas em situação de violências. Faltam recursos materiais, faltam recursos humanos, faltam treinamentos e capacitações atualizadas e continuadas, falta parceria, troca e diálogo. Como cuidar, se sentindo descuidado? Para mim, esta pergunta faz sentido tanto para as famílias, inseridas, no Brasil de 2021, num contexto de precariedade social e econômicas abissais, como para essas e esses profissionais. Como orientar e tratar a polivitimização, sendo alvo de tantos tipos de agressões, descasos e negligências?

Afora a disponibilidade e interesse por estudar e se informar por conta própria, considero importante chamar a atenção para o risco de restringir tais medidas à escolha de cada profissional. É preciso garantir que esta dimensão seja institucionalmente prevista, planejada, implementada, avaliada, reestruturada, e assim por diante. Se assim não for, temo que a polivitimização siga não existindo em nosso contexto nacional, social e familiar. Ou pior, siga existindo enquanto uma figura com contornos imprecisos,



indefinidos e irreconhecíveis, que *é*, mas *não é*, que *foi* e *não foi* e que assim pode continuar sendo, pois *é* – quase – como se não fosse.

Por isso a defesa, ao longo de todos os capítulos de discussão, pela oferta de conhecimento e de informação como o primeiro passo para pensar as ações/intervenções com polivítimas e familiares. A partir da informação podemos almejar a sensibilização, para então atuar de forma a incluir, no rol do conceito de violências, outros tipos que não apenas a sexual. Outras vitimizações também podem ser contínuas, machucar e fazer mal, gerar sofrimento. A gravidade do problema é que, se para os três grupos a polivitimização passou como algo *quase como se não fosse*, a cadeia de ações entre eles se retroalimenta: se o menino não registra como algo ruim, a família também não o faz e, com isso, como chegarão aos serviços e à busca por ajuda institucional?

Ficou nítida a necessidade de que este estudo seja apenas o início de uma trajetória nacional de compreensão e aprofundamento sobre a PvCA, de meninos e também meninas. O Brasil é um país grande demais, diverso demais, desigual demais e as informações levantadas nesta pesquisa se restringem a um cenário de Distrito Federal que, ainda que com muitas falhas, se mostrou talvez ainda mais estruturado, em termos institucionais, do que outros estados. Limitar a compreensão da PvCA do gênero masculino ao recorte que apontamos nesta pesquisa é reduzir, e não ampliar. Por isso, considero fundamental que outros trabalhos proponham também compreender este fenômeno de forma contextualizada para outras realidades brasileiras. As dificuldades encontradas nesta pesquisa para acessar alguns profissionais será a mesma em outras localidades? A disponibilidade e aceitabilidade das e dos profissionais convidados se repetirá? As potencialidades percebidas por elas e eles serão as mesmas? E os desafios e dificuldades? Também considero que a inclusão de outros familiares, que não apenas as

mães, enriquecerá ainda mais as pesquisas futuras, aspecto que não foi possível ser concretizado neste trabalho, representando, de certa forma, uma limitação.

Outro aspecto que, de início, representou uma limitação para este trabalho foi a pandemia da Covid-19 e as medidas impostas. Foi preciso alterar a data de coleta de dados para os grupos 1 e 2, e realizar as entrevistas com o grupo 3 de forma prioritariamente *on-line*. Ao longo do processo, contudo, este cenário representou também uma facilidade no contato com as e os profissionais, que puderam conversar comigo de seus próprios lares, em horários que, se presencialmente, poderiam ser inviabilizados pela rotina de trabalho e deslocamento. Penso que a manutenção da possibilidade de serem feitos contatos *on-line* deve permanecer para pesquisas futuras, independentemente da Covid-19, ainda que seja mais uma alternativa, e não a única.

A consideração do contexto antecedendo o planejamento das intervenções segue sendo a tese aqui defendida. Observo que há despreparo em todos os níveis no que se refere à polivitimização. Ainda que existam muitos e muitas profissionais qualificados e disponíveis para atuarem, de forma ética e responsável, o trabalho com a polivitimização precisa ser em rede, não se bastando com a atuação individual ou de uma única instituição. Parece-me, portanto, que precisamos de uma mudança paradigmática expressiva para repensar a violência. Entendemos que essa mudança não seja simples e que precisa de muitas ações e pequenos passos, precisa de tempo e de um esforço coletivo, mas só assim, nomeando e usando o termo polivitimização de forma explícita, poderemos começar a construir um cenário de mais saúde e proteção.

Precisamos, enquanto sociedade, redimensionar o papel das crianças e adolescentes, para que as conquistas já adquiridas sejam mantidas, e possamos avançar na priorização e proteção destas populações. Precisamos também nomear de forma mais precisa e crítica determinados eventos e ações e atribuir seu caráter violador. As

violências não podem continuar sendo tratadas como exceção, quando em nosso país são a regra em muitas relações e interações.

Outro ponto de mudança paradigmática é sobre as próprias polivítimas do gênero masculino, pois eles precisam de mais espaço e destaque nas produções científicas e em notícias acessíveis à população. Nesses espaços, atribuir *maior* ou *menor* sofrimento aos meninos ou às meninas, como se fosse possível mensurar e comparar essas sensações, repercussões e expressões não me parece fazer sentido, da mesma forma que considerar apenas dados estatísticos para embasar que os meninos são vítimas em menor frequência que as meninas. A população do gênero masculino precisa sair da sombra, e ser considerada com o mesmo grau de relevância, acadêmica e social, que têm os estudos e pesquisas com vítimas do gênero feminino. Da mesma forma, devem também ganhar mais espaço as populações consideradas minoritárias dentro do grupo de pessoas do gênero masculino: meninos negros, com alguma deficiência e da comunidade LGBTQIAP+ são alguns exemplos.

Em relação aos familiares, considero que acolhimento precisa caminhar junto da responsabilização e que não há possibilidade de trabalhar a polivitimização deixando-os de fora. Pensando de forma abrangente sobre isso, compartilho algumas reflexões que podem favorecer a contextualização familiar e, em um momento futuro, a proposta e planejamento de intervenções: (1) os pais ou responsáveis necessariamente devem fazer parte do primeiro contato que a polivítima e a família tem com a rede social (atendimento em família); (2) independentemente de qual seja a instituição e da natureza de sua atuação (pontual ou não), os pais ou responsáveis precisam receber orientações a respeito da situação de seus filhos, de forma a desmistificar crenças ou mitos sociais e compreender as especificidades de cada violência a que a polivítima do gênero masculino foi submetida (dimensão socioeducativa); (3) da mesma forma que as

polivítimas, também os pais, responsáveis ou outros familiares precisam ser acolhidos e atendidos em seus sofrimentos, angústias, medos e dúvidas (encaminhamentos específicos); (4) as equipes profissionais devem mapear e fortalecer os recursos e potencialidades das famílias, auxiliando-os sempre que necessário na obtenção de recursos materiais básicos e garantidos por leis (abordagem em rede).

Para realizar tais ações, as equipes profissionais de toda e qualquer instituição que recebe meninos polivitimizados precisam ter suporte material, técnico e relacional para que não adotem uma postura revitimizadora. Pela complexidade das ações, pelo potencial de instabilidade das mesmas e pelas intersubjetividades que estão envolvidas, reforço a importância da polivitimização ser pensada em nível relacional e com as redes sociais. Resgato um dos pressupostos utilizados neste trabalho e defendo que, ao direcionar um olhar de instabilidade para a PvCA, há uma contribuição – micro e macrosistêmica – de que um contexto familiar ou comunitário específico, ordenado e organizado, não é a única condição para a polivitimização ser interrompida. A mudança paradigmática é ampla, pois passa inclusive no que se considera ou conceitua como *família estruturada* ou *equilíbrio familiar*.

Para finalizar, compartilho uma lembrança de quatro anos atrás, quando minha orientadora me disse que depois do doutorado é que eu estaria de fato começando. Agora, perto de terminar, vejo de fato tantas possibilidades de caminhos e recomeços, que acho que entendo melhor o que ela queria dizer. Foram quase quatro anos e meio de imersão em um tema que, embora fascinante, foi também muito desafiador. A solidão que tanto ouvia falar sobre o momento de escrita também se apresentou para mim, por vezes sendo o silêncio tão barulhento, por outras vezes significando conforto. Os barulhos externos também foram muitos e, de novo, bem numa lógica sistêmica novo-paradigmática, quis gritar os absurdos que eram noticiados e, ao mesmo tempo, me

sentia sem voz diante de tantos retrocessos. O trabalho desta tese dialogou comigo nos mais variados contextos e sistemas em que eu me inseri desde 2017.

Essa pesquisadora que encerra as reflexões finais de uma tese de doutorado com um relato tão pessoal se sente muito mais capaz de questionar, de criticar, de endossar ideias, de buscar alternativas, de acreditar na mudança e de trabalhar em rede. A solidão foi importante, os diálogos internos, o entrar em contato com a minha subjetividade. Apesar de, com este trabalho, construir uma compreensão sobre a polivitimização não muito otimista em nosso país, também relembro que é um conhecimento deste momento e que não será sempre assim. Espero conseguir nutrir dentro de mim também coragem e a crença de que cada pequeno passo já é um passo que nos distancia de uma sociedade polivitimizadora. Para esse (re)começo, profetizado pela querida Liana em 2017, eu desejo muito – assunto, diálogo, muita troca e companhia. Super ciente de que, como qualquer início, há ainda muito a aprender, a adquirir, a construir e a destruir, percebo que já consegui dar as boas-vindas ao medo e ao receio e que eles podem me acompanhar, ainda havendo espaço para a coragem e a paciência. Sei que o equilíbrio é uma dimensão valorizada, que “escrever como se não houvesse amanhã” é ainda uma característica desta pesquisadora em formação, como mesmo disse minha orientadora. Então eu vejo um amanhã, mas lembro também do caos e da instabilidade como perspectivas que não serviram apenas como base epistemológica e teórica do meu trabalho, mas que fazem sentido na minha vida e trajetória – pessoal e profissional. De quem não faz?

*“Muitas coisas precisam de tempo, e tempo era justamente a única riqueza de Momo.”*

Michael Ende – Momo e o senhor do tempo

### Referências

- Abreu, S., Miranda, A. A. V., & Murta, S. G. (2016). Programas preventivos brasileiros: Quem faz e como é feita a prevenção em saúde mental? *Psico-USF*, *21*(1), 163–177. <https://doi.org/10.1590/1413-82712016210114>
- Acayaba, C., & Reis, T. (2021). *Nº de mortos pela polícia em 2020 no Brasil bate recorde; 50 cidades concentram mais da metade dos óbitos, revela Anuário*. G1. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/15/no-de-mortos-pela-policia-em-2020-no-brasil-bate-recorde-50-cidades-concentram-mais-da-metade-dos-obitos-revela-anuario.ghtml>
- Adichie, C. N. (2006). *Meio sol amarelo*. Companhia das Letras.
- Alaggia, R., Collin-Vézina, D., & Lateef, R. (2017). Facilitators and barriers to child sexual abuse (CSA) disclosures: A research update (2000–2016). *Trauma, Violence, and Abuse*, *20*(2), 260–283. <https://doi.org/10.1177/1524838017697312>
- Almeida, A. M. De. (2011). Raízes históricas da violência policial. *Revista Da Associação Juízes Para a Democracia*, *14*(63). <https://www.ajd.org.br/publicacoes/jornal/303-27jornal-63>
- Almeida, S. (2019). *Racismo Estrutural*. Editora Ja.
- Alvarenga, C. G., & Barbi, L. (2021). Discutindo projetos de vida com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. *Desidades*, *29*, 186–199.
- American Psychology Association. (2015). *Violence and socioeconomic status* (pp. 1–2). <https://www.apa.org/pi/ses/resources/publications/factsheet-violence.pdf>
- American Psychology Association. (2020). *Manual of the American Psychological Association, Seventh Edition*.
- Andolfi, M. (2018). *A terapia familiar multigeracional: Instrumentos e recursos do terapeuta*. Artesã.

- Araújo, E. M., & Ataíde, M. A. de. (2017). Serviço social: Intervenção em um hospital de urgência e emergência diante da rede de atenção ao paciente jovem vítima de violência urbana. *Tempus Actas de Saúde Coletiva*, 11(2), 68–87.  
<https://doi.org/10.18569/TEMPUS.V11I2.2233>
- Arcari, C. (2018). *Pipo e Fifi: Ensinando proteção contra violência sexual*. Ed. Caqui.
- Bastos, K. R. P. (2020). *Adolescente autor de ofensa sexual: Características, responsabilização e significado das medidas socioeducativas* [Universidade de Brasília].  
[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38694/1/2020\\_KáritaRachelPedrosoBastos.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38694/1/2020_KáritaRachelPedrosoBastos.pdf)
- Bastos, K. R. P., & Costa, L. F. (2021). Caracterización de las víctimas y de la violencia sexual cometida por adolescentes. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 19(7), 1–24.  
<http://revistaumanizales.cinde.org.co/rlicsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/4399/1077>
- Baubérot, A. (2013). Não se nasce viril, torna-se viril. In J.-J. Courtine, A. Corbin, & G. Vigarello (Eds.), *História da virilidade: A virilidade em crise? Séculos XX-XXI* (pp. 189–220). Editora Vozes.
- Beauvoir, S. (2019). *O segundo sexo: Fatos e mitos* (5. ed.). Nova Fronteira.
- Botton, A., Cúnico, S. D., Barcinski, M., & Strey, M. N. (2015). Os papéis parentais nas famílias: Analisando aspectos transgeracionais e de gênero. *Pensando Famílias*, 19(2), 43–56.
- Brasil. (1940). *Código Penal Brasileiro*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

- Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)
- Brasil. (1997). *Lei nº 9.455, de 07 de abril de 1997 que define os crimes de tortura e dá outras providências*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19455.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19455.htm)
- Brasil. (2007). *Decreto de 11 de outubro de 2007 que institui a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Revogado pelo Decreto nº 10.482, de 2020*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/dnn/Dnn11370.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/dnn/Dnn11370.htm)
- Brasil. (2009). *Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009 que altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inci*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm)
- Brasil. (2013). *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil*. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/plano-nacional-de-enfrentamento-da-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes.pdf/view>
- Brasil. (2017). *Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017 que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm)
- Brasil. (2018a). Análise epidemiológica da violência sexual contra criança e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. In *Boletim Epidemiológico nº 27* (Vol. 49,



Issue 27, pp. 1–17). Ministério da Saúde.

Brasil. (2018b). *Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018 que regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.*

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9603.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9603.htm)

Brasil. (2021). *Decreto nº 10.701, de 17 de maio de 2021 que institui o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes e a Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes.* [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10701.htm)

[2022/2021/Decreto/D10701.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10701.htm)

Brasília. (2013). *Decreto nº 34.517, de 11 de julho de 2013 que institui o Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual.*

Brasília. (2021). *Educação Integral*. Secretaria de Estado de Educação.

<http://www.educacao.df.gov.br/educacao-integral-2/>

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101.

<https://doi.org/http://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. SAGE Publications Thousand Oaks.

Braun, V., & Clarke, V. (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, 11(4), 589–597.

<https://doi.org/http://10.1080/2159676X.2019.1628806>

Braun, V., & Clarke, V. (2020). One size fits all? What counts as quality practice in (reflexive) thematic analysis? *Qualitative Research in Psychology*, 1–25.

<https://doi.org/10.1080/14780887.2020.1769238>

- Braun, V., Clarke, V., & Hayfield, N. (2019). 'A starting point for your journey, not a map': Nikki Hayfield in conversation with Virginia Braun and Victoria Clarke about thematic analysis. *Qualitative Research in Psychology*, 1–22.  
<https://doi.org/10.1080/14780887.2019.1670765>
- Braun, V., Clarke, V., Hayfield, N., & Terry, G. (2019a). Answers to frequently asked questions about thematic analysis. *Handbook of Qualitative Research in Education*.  
<https://doi.org/10.4337/9781788977159.00049>
- Braun, V., Clarke, V., Hayfield, N., & Terry, G. (2019b). Thematic Analysis. In P. Liamputtong (Ed.), *Handbook of Research Methods in Health Social Sciences* (pp. 843–860). Springer. <https://doi.org/10.1007/978-981-10-5251-4>
- Burns, C. R., Lagdon, S., Boyda, D., & Armour, C. (2016). Interpersonal polyvictimization and mental health in males. *Journal of Anxiety Disorders*, 75–82.  
<https://doi.org/10.1016/j.janxdis.2016.04.002>
- Bussinger, R. V., da Silva, R. S., & Costa, B. de A. (2020). O processo de (des)naturalização das práticas punitivas a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei 13.010/2014. *Revista Da Faculdade de Educação*, 34(2), 243–263. <https://doi.org/10.30681/21787476.2020.34.243263>
- Byrne, D. (2021). A worked example of Braun and Clarke's approach to reflexive thematic analysis. *Quality & Quantity*. <https://doi.org/10.1007/s11135-021-01182-y>
- Canal Futura. (2018). *Que corpo é esse?*  
[https://www.youtube.com/watch?v=trkbeZkygwE&list=PLNM2T4DNzmq6paUItPodBI6ULJFDRWzD\\_](https://www.youtube.com/watch?v=trkbeZkygwE&list=PLNM2T4DNzmq6paUItPodBI6ULJFDRWzD_)
- Cardenas, M. C., Bustos, S. S., & Chakraborty, R. (2020). A “parallel pandemic”: The psychosocial burden of COVID-19 in children and adolescents. *Acta Paediatrica*, 109, 2187–2188. <https://doi.org/10.1111/apa.15536>

- Carrascoza, J. A. (2017). *A trilogia do adeus*. Alfaguara.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar*. Artes Médicas.
- Cerqueira, D. R. de C., Coelho, D. S. C., & Ferreira, H. R. S. (2017). Estupro no Brasil: Vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 11(1), 24–48.  
[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7973/2/td\\_2313\\_sumex.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7973/2/td_2313_sumex.pdf)
- Chade, J. (2020). *ONU: Insegurança alimentar aumenta no Brasil e atinge 43 milhões de pessoas*. UOL Notícias. <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/13/onu-inseguranca-alimentar-aumenta-no-brasil-e-atinge-43-milhoes-de-pessoas.htm>
- Chan, K. L. (2017). Family polyvictimization and elevated levels of addiction and psychopathology among parents in a chinese household sample. *Journal of Interpersonal Violence*, 32(16), 2433–2452.  
<https://doi.org/10.1177/0886260515592617>
- Chaves, E., & Costa, L. F. (2018). Doutrina de proteção integral e o Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes. *Avances En Psicología Latinoamericana*, 36(3), 477–491. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4092>
- Childhood. (2017). *Atendimento integrado à crianças vítimas ou testemunhas de violência no Planejamento Plurianual dos municípios e estados brasileiros 2018-2021: Implementando a Lei 13.431*.  
[https://www.childhood.org.br/publicacao/atendimento\\_integrado.pdf](https://www.childhood.org.br/publicacao/atendimento_integrado.pdf)
- Childhood Brasil, Conselho Nacional de Justiça, Fundo das Nações Unidas para a Infância, & The National Children’s Advocacy Center. (2020). *Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense com Crianças e Adolescentes Vítimas ou*

*Testemunhas de Violência Sexual.*

[https://www.childhood.org.br/childhood/publicacao/protocolo\\_entrevista\\_WEB.pdf](https://www.childhood.org.br/childhood/publicacao/protocolo_entrevista_WEB.pdf)

Clarke, V., & Braun, V. (2013). Teaching thematic analysis: Overcoming challenges and developing strategies for effective learning. *Psychologist*, 26(2), 120–123.

[http://eprints.uwe.ac.uk/21155/3/Teaching thematic analysis Research Repository version.pdf](http://eprints.uwe.ac.uk/21155/3/Teaching%20thematic%20analysis%20Research%20Repository%20version.pdf)

Clarke, V., & Braun, V. (2014). Thematic Analysis. In T. Teo (Ed.), *Encyclopedia of Critical Psychology* (pp. 1947–1952). Springer.

<https://doi.org/10.1080/10464883.2020.1790892>

Clarke, V., & Braun, V. (2018). Using thematic analysis in counselling and psychotherapy research: A critical reflection. *Counselling and Psychotherapy Research*, 18(2), 107–110. <https://doi.org/10.1002/capr.12165>

CODEPLAN. (2018). *PDAD 2018-Destaques*. <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/NT-Mercado-de-Trabalho-Informal-uma-perspectiva-comparada-do-DF.pdf>

Coelho, F. S., & Menon, I. S. (2018). A quantas anda a gestão de recursos humanos no setor público brasileiro? Um ensaio a partir das (dis)funções do processo de recrutamento e seleção – os concursos públicos. *Revista Do Serviço Público*, 69, 151–180. <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3497/2046>

Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, & Rede Ecpat Brasil. (n.d.). *Faça Bonito*. <https://www.facabonito.org/>

Conceição, M. I. G., Costa, L. F., Penso, M. A., & Williams, L. C. de A. (2020). Abuso sexual infantil masculino: Sintomas, notificação e denúncia no restabelecimento da proteção. *Psicologia Clínica*, 32(1), 101–121.

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-)

56652020000100006

- Connell, R. W. (1987). *Gender and power: Society, the person and sexual politics*. Polity Press.
- Connell, R. W. (2005). *Masculinities*. University of California Press.
- Connell, R. W., & Pearse, R. (2015). *Gênero: Uma perspectiva global - Compreendendo o gênero - da esfera pessoal à política - no mundo contemporâneo* (p. 335). nVersos.
- Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina. (2019). *Psicologia, travestilidades e transexualidades: Compromissos ético-políticos da despatologização* (E. T. Sousa, M. S. Amaral, & D. K. Santo (eds.)). Tribo Ilha.
- Corbin, A., Courtine, J.-J., & Vigarello, G. (2013). *História da virilidade: O triunfo da virilidade - o século XIX*. Editora Vozes.
- Corrêa, F., & Hohendorff, J. Von. (2020). Atuação da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente em casos de violência sexual. *Estudos e Pesquisas Em Psicologia*, 20(1), 09–29. <https://doi.org/10.12957/epp.2020.50787>
- Costa, L. F. (2010). A perspectiva sistêmica para a clínica da família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 95–104.
- Costa, L. F., Xavier, A., & Santos, V. A. Dos. (2011). As medidas protetivas na perspectiva de famílias em situação de violência sexual. *Psico*, 42(1), 77–86.
- Costa, P. H. A., & Lordello, S. R. (2019). Psicologia e realidade brasileira: Notas preliminares para uma práxis psicossocial. In *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea 4* (pp. 37–52).
- Costa, V. S., & Aguiar, R. S. (2020). Percepção da equipe multidisciplinar acerca dos cuidados à criança e ao adolescente vítima de violência. *Research, Society and Development*, 9(4), e161943038. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i4.3038>

- Courtine, J.-J., Corbin, A., & Vigarello, G. (2013). *História da virilidade: A virilidade em crise? Séculos XX-XXI*. Editora Vozes.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171–188. <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>
- Crimes Against Children Research Center. (n.d.). *JVQ Translations*.  
<http://www.unh.edu/ccrc/jvq/translations.html>
- Culatta, E., Clay-Warner, J., Boyle, K. M., & Oshri, A. (2020). Sexual revictimization: A routine activity theory explanation. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(15–16), 2800–2824. <https://doi.org/10.1177/0886260517704962>
- De Castro Filho, J. (2020). Meninos efeminados em escolas religiosas: Do combate ao bullying à legitimação da violência de gênero. *Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar*, 12(2), 119–132. <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/69708>
- Dell’Aglia, D. D., Moura, A., & Santos, S. S. (2011). Atendimento a mães de vítimas de abuso sexual e abusadores: Considerações teóricas e práticas. *Psicologia Clínica*, 23(2), 53–73.
- Dierkhising, C. B., Ford, J. D., Branson, C., Grasso, D. J., & Lee, R. (2018). Developmental timing of polyvictimization: Continuity, change, and association with adverse outcomes in adolescence. *Child Abuse & Neglect*.  
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.07.022>
- Dionne, H. (2007). *A pesquisa-ação para o desenvolvimento local*. Liber Libros.
- Domingues, M. E. S., Chiyaya, J. J., Vielmond, C. L. B., & Puchivailo, M. C. (2020). Religião, religiosidade e espiritualidade e sua relação com a saúde mental em contexto de adoecimento: Uma revisão integrativa de 2010 a 2020. *Programa de Apoio à Iniciação Científica - PAIC*, 555–576.

- Easton, S. D. (2020). Disclosure of child sexual abuse: Directions for breaking new ground. In *Child Abuse and Neglect* (Vol. 99). Elsevier Ltd.  
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104287>
- Ende, M. (2012). *Momo e o senhor do tempo*. Editora Martins Fontes.
- Esteves de Vasconcellos, M. J. (2003). *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*. Papirus.
- Esteves de Vasconcellos, M. J. (2010). Redes sociais: Conceitos teóricos fundamentais para a prática. In J. G. Aun, M. J. Esteves de Vasconcellos, & S. V. Coelho (Eds.), *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: Vol. III - Desenvolvendo práticas com a metodologia de atendimento sistêmico*. Ophicina de Arte & Prosa.
- Esteves de Vasconcellos, M. J. (2012). Pensamento sistêmico novo-paradigmático: Novo-paradigmático, por quê? In J. G. Aun, M. J. Esteves de Vasconcellos, & S. V. Coelho (Eds.), *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: Vol. I - Fundamentos Teóricos e Epistemológicos* (pp. 97–109). Ophicina de Arte & Prosa.
- Faraj, S. P., Siqueira, A. C., & Arpini, D. M. (2016). Rede de proteção: O olhar de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos. *Temas Em Psicologia*, 24(2), 727–741. <https://doi.org/http://10.9788/TP2016.2-18>
- Faria, M. R. G. V. de, Zanini, D. S., & Pasian, S. R. (2020). Apoio social como fator de proteção para vitimizações e desempenho escolar. *Revista Avaliação Psicológica*, 19(02), 152–158. <https://doi.org/10.15689/ap.2020.1902.05>
- Faria, M. R. G. V. de, Zanini, D. S., Tolentino, G. P., Silva, I. O., & Venâncio, P. E. M. (2017). Tradução e dados preliminares do instrumento de vitimização para adolescentes e adultos brasileiros a partir do Juvenile Victimization Questionnaire. *Revista Portuguesa de Ciências Do Desporto*, 17(S3A), 25–36.  
<https://doi.org/10.5628/rpcd.17.s3a.25>

- Faria, M. R. G. (2015). *Polivitimização e revitimização em adolescentes: Avaliação e consequências para a saúde mental*. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
- Feres-Carneiro, T., Ziviani, C., Magalhães, A. S., & Ponciano, E. L. T. (2013). Ser pai(mãe), ser filho(a): A resolução de conflitos em famílias contemporâneas casadas. In T. Feres-Carneiro (Ed.), *Casal e família: transmissão, conflito e violência*. Casa do Psicólogo.
- Ferreira, A. L. (2005). Acompanhamento de crianças vítimas de violência: Desafios para o pediatra. *Jornal de Pediatria*, 81(5), S173–S180.
- Finkelhor, D., Hamby, S. L., Ormrod, R., & Turner, H. (2005). The Juvenile Victimization Questionnaire: Reliability, validity, and national norms. *Child Abuse and Neglect*, 29(4), 383–412. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2004.11.001>
- Finkelhor, D., Hamby, S., Turner, H., & Ormrod, R. (2011a). *Juvenile Victimization Questionnaire -- 2nd Revision (JVQ-R2)*. Center for Victim Research.
- Finkelhor, D., Hamby, S., Turner, H., & Ormrod, R. (2011b). *The Juvenile Victimization Questionnaire: 2nd Revision (JVQ-R2)*. Crimes Against Children Research Center.
- Finkelhor, D., Ormrod, R. K., & Turner, H. A. (2007a). Poly-victimization: A neglected component in child victimization. *Child Abuse & Neglect*, 31, 7–26. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2006.06.008>
- Finkelhor, D., Ormrod, R. K., & Turner, H. A. (2007b). Re-victimization patterns in a national longitudinal sample of children and youth. *Child Abuse and Neglect*, 31(5), 479–502. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2006.03.012>
- Finkelhor, D., Ormrod, R. K., & Turner, H. A. (2009). Lifetime assessment of poly-victimization in a national sample of children and youth. *Child Abuse and Neglect*, 33(7), 403–411. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2008.09.012>
- Finkelhor, D., Ormrod, R. K., Turner, H. A., & Hamby, S. L. (2005). Measuring poly-



- victimization using the Juvenile Victimization Questionnaire. *Child Abuse and Neglect*, 29(11), 1297–1312. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2005.06.005>
- Finkelhor, D., Ormrod, R., Turner, H., & Holt, M. (2009). Pathways to poly-victimization. *Child Maltreatment*, 14(4), 316-329.
- Finkelhor, D., Turner, H. A., Shattuck, A., & Hamby, S. L. (2013). Violence, crime, and abuse exposure in a national sample of children and youth an update. *JAMA Pediatrics*, 167(7), 614–621. <https://doi.org/http://10.1001/jamapediatrics.2013.42>
- Fluke, J. D., Tonmyr, L., Gray, J., Bettencourt Rodrigues, L., Bolter, F., Cash, S., Jud, A., Meinck, F., Casas Muñoz, A., O'Donnell, M., Pilkington, R., & Weaver, L. (2021). Child maltreatment data: A summary of progress, prospects and challenges. *Child Abuse and Neglect*, 119(June), 104650. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104650>
- Fontoura, N., Rezende, M. T., Mostafa, J., & Lobato, A. L. (2016). *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça-1995 a 2015* (p. 5). IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2020). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020* (Vol. 14). <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2021). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021* (Vol. 15). <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>
- Foster, J. M. (2017). The fears and futures of boy victims of sexual abuse: An analysis of narratives. *Journal of Child Sexual Abuse*, 26(6), 710–730. <https://doi.org/http://10.1080/10538712.2017.1339223>
- French, J. H. (2017). Repensando a violência policial no Brasil: Desmascarando o

- segredo público da raça. *Revista TOMO*, 31, 9–40.  
<https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.7648>
- Fuks, J. (2015). *A resistência*. Companhia das Letras.
- Furlan, R. dos S. (2013). *Validação de conteúdo para a língua portuguesa do Juvenile Victimization Questionnaire (JVQ)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Gleeson, K. (2018). Exceptional sexual harms: The catholic church and child sexual abuse claims in Australia. *Social and Legal Studies*, 27(6), 734–754.  
<https://doi.org/10.1177/0964663917739687>
- Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., Bueno, R. K., & Crepaldi, M. A. (2014). As origens do pensamento sistêmico: Das partes para o todo. *Pensando Famílias*, 18(2), 3–16.
- Gonçalves, M. A. B., & Guzzo, R. S. L. (2017). A defensoria pública e cuidados em uma relação de cuidado: Um estudo de caso. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(1), 236–247. <https://doi.org/10.1590/1982-37030001772016>
- González-Rey, F. (2005). *Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios*. Pioneira Thomson Learning.
- González-Rey, F. (2010). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: Os processos de construção da informação*. Cengage Learning.
- González-Rey, F., & Mitjáns Martínez, A. (2017). *Subjetividade: Teoria, epistemologia e método*. Editora Alínea.
- Google Corp. (2020). *Google Meet Versão 2017-2020*.
- Gottfredson, D. C., Cook, T. D., Gardner, F. E. M., Gorman-Smith, D., Howe, G. W., Sandler, I. N., & Zafft, K. M. (2015). Standards of evidence for efficacy, effectiveness, and scale-up research in prevention science: Next generation. *Prevention Science*, 16, 893–926. <https://doi.org/10.1007/s11121-015-0555-x>
- Grandesso, M. A. (2011). *Sobre a reconstrução do significado: Uma análise*

*epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. Casa do Psicólogo.

- Gruenfeld, E., Willis, D. G., & Easton, S. D. (2017). “A very steep climb”: Therapists’ perspectives on barriers to disclosure of child sexual abuse experiences for men. *Journal of Child Sexual Abuse*, 26(6), 731–751.  
<https://doi.org/10.1080/10538712.2017.1332704>
- Guerra, C., Ocaranza, C., & Weinberger, K. (2016). Searching for social support moderates the relationship between polyvictimization and externalizing symptoms: A brief report. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(3), 653–662.  
<https://doi.org/10.1177/0886260516642293>
- Guest, G., MacQueen, K. M., & Namey, E. E. (2014). Introduction to applied thematic analysis. In *Applied Thematic Analysis*. SAGE Publications Inc.  
<https://doi.org/10.4135/9781483384436.n1>
- Halvorsen, J. E., Tvedt Solberg, E., & Hjelen Stige, S. (2020). “To say it out loud is to kill your own childhood.” – An exploration of the first person perspective of barriers to disclosing child sexual abuse. *Children and Youth Services Review*, 113, 104999. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2020.104999>
- Henning-Geronasso, M. C., & Moré, C. L. O. O. (2015). Influência da religiosidade/espiritualidade no contexto psicoterapêutico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 711–725. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000942014>
- Hohendorff, J. Von, Habigzang, L. F., Costa, L. S., & Koller, S. H. (2014). Documentary analysis of cases of sexual violence against boys reported in Porto Alegre. *Paideia*, 24(58), 187–195. <https://doi.org/10.1590/1982-43272458201406>
- Hohendorff, J. Von, Santos, S. S., & Dell’Aglío, D. D. (2015). Estudo de caso sobre a revelação da violência sexual contra meninos. *Contextos Clínicos*, 8(1), 46–54.  
<https://doi.org/10.4013/ctc.2015.81.05>

- IBGE. (2020). Outras formas de trabalho 2019: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. *Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua*, 1–16. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf)
- IPEA. (2020a). Atlas Da Violencia 2020. In *Ministério da Economia*. <https://doi.org/https://dx.doi.org/10.38116.riatlasdaviolencia2020>
- IPEA. (2020b). *Brasil pós COVID-19: Contribuições do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/200724\\_ri\\_o\\_brasil\\_pos\\_covid\\_19.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200724_ri_o_brasil_pos_covid_19.pdf)
- IPEA. (2021). *Atlas da Violência 2021*. Ministério da Economia. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>
- Jacob, J. (2018). *Tuca e Juba: Prevenção de violência sexual para adolescentes*. Edição do Autor.
- Javaid, A. (2015). The dark side of men: The nature of masculinity and its uneasy relationship with male rape. *Journal of Men's Studies*, 23(3), 271–292.
- Javaid, A. (2016). Feminism, masculinity and male rape: bringing male rape 'out of the closet.' *Journal of Gender Studies*, 25(3), 283–293. <https://doi.org/10.1080/09589236.2014.959479>
- Javaid, A. (2018). Male rape, masculinities, and sexualities. *International Journal of Law, Crime and Justice*, 52, 199–210. <https://doi.org/10.1016/j.ijlcj.2017.12.003>
- Javaid, A. (2020). Male rape, masculinities, and sexualities : Understanding, policing, and overcoming male sexual victimisation. *Canadian Journal of Sociology*, 45(1), 83–86.
- Kassing, F., Casanova, T., Griffin, J. A., Wood, E., & Stepleman, L. M. (2021). The

- effects of polyvictimization on mental and physical health outcomes in an LGBTQ sample. *Journal of Traumatic Stress*, 34(1), 161–171.  
<https://doi.org/10.1002/jts.22579>
- Katz, C., & Barnett, Z. (2014). The behavior patterns of abused children as described in their testimonies. *Child Abuse and Neglect*, 38(6), 1033–1040.  
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2013.08.006>
- Kimmel, M., Hearn, J., & Connel, R. W. (2019). Handbook of studies on men and masculinities. In *Journal of Chemical Information and Modeling* (Issue 9).
- Kingston, D. A., Graham, F. J., & Knight, R. A. (2017). Relations between self-reported adverse events in childhood and hypersexuality in adult male sexual offenders. *Archives of Sexual Behavior*, 46(3), 707–720. <https://doi.org/10.1007/s10508-016-0873-5>
- Koriat, A., Goldsmith, M., & Pansky, A. (2000). Toward a psychology of memory accuracy. *Annual Review of Psychology*, 51, 481–537.
- Kundera, M. (2013). *A festa da insignificância*. Companhia das Letras.
- Lázaro, N. (2020). *Dia dos Pais pra quem? Com 80 mil crianças sem pai, abandono afetivo cresce*. Metrôpoles. <https://www.metrosoles.com/brasil/dia-dos-pais-pra-quem-com-80-mil-criancas-sem-pai-abandono-afetivo-cresce>
- Le, M. T. H., Holton, S., Romero, L., & Fisher, J. (2018). Polyvictimization among children and adolescents in low- and lower-middle-income countries: A systematic review and meta-analysis. *Trauma, Violence, and Abuse*, 19(3), 323–342.  
<https://doi.org/10.1177/1524838016659489>
- Lemaigre, C., Taylor, E. P., & Gittoes, C. (2017). Barriers and facilitators to disclosing sexual abuse in childhood and adolescence: A systematic review. *Child Abuse and Neglect*, 70(February), 39–52. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.05.009>

- Lemos, F. C. S., Galindo, D. C. G., Oliveira, A. R. de, & Oliveira, M. M. de. (2021). UNICEF, (des)colonidades e infâncias: Vidas negras importam. *DESIDADES - Revista Eletrônica de Divulgação Científica Da Infância e Juventude*, 0(30), 180–195. <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/46018>
- Levy, A. (2001). *Ciências Clínicas e Organizações Sociais*. Autêntica Editora.
- Lima, A. B., & Cedeño, A. A. L. (2021). Neocolonização e violência: Cirandando uma rede de saberes emancipatório. *Psicologia Em Pesquisa*, 15, 1–20. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v15.29538>
- Lima, A. M., Cavalcante, D. P., Silva, P. R., Prazeres, P. G., Ohara, E. C. C., Neto, J. G., Silva, A. M., Fernandes, E. M., & Mathias, R. (2021). A promoção da saúde pelo enfermeiro diante da violência sexual infantil intrafamiliar. *International Journal of Health Management Review*, 7(1), 1–13.
- Lima, J. de S., & Deslandes, S. F. (2015). Olhar da gestão sobre a implantação da ficha de notificação da violência doméstica, sexual e/outras violências em uma metrópole do Brasil. *Saude e Sociedade*, 24(2), 661–673. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000200021>
- Lindberg, L. D., Maddow-Zimet, I., & Marcel, A. V. (2019). Prevalence of sexual initiation before age 13 years among male adolescents and young adults in the United States. *JAMA Pediatrics*, 173(6), 553–560. <https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2019.0458>
- Lindert, J., Jakubauskiene, M., Natan, M., Wehrwein, A., Bain, P., Schmahl, C., Kamenov, K., Carta, M., & Cabello, M. (2020). Psychosocial interventions for violence exposed youth – A systematic review. *Child Abuse and Neglect*, 108(December 2019), 104530. <https://doi.org/http://10.1016/j.chiabu.2020.104530>
- Loomis, A. M., Feely, M., & Kennedy, S. (2020). Measuring self-reported

- polyvictimization in foster youth research: A systematic review. *Child Abuse and Neglect*, 107(June 2019), 104588.  
<https://doi.org/http://10.1016/j.chiabu.2020.104588>
- Lynas, J., & Hawkins, R. (2017). Fidelity in school-based child sexual abuse prevention programs: A systematic review. *Child Abuse and Neglect*, 72, 10–21.  
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.07.003>
- Macedo, J. P., Silva, B. Í. do B. de M., & Dimenstein, M. (2021). Formação em psicologia e políticas de equidade: Desafios para atuar no SUS. *Psicologia Em Pesquisa*, 15(1), 1–25. <https://doi.org/http://10.34019/1982-1247.2021.v15.30067>
- Macedo, R. M. (2021). Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 34(73), 262–280. <https://doi.org/10.1590/s2178-149420210203>
- Marchesan, A., & Carpenedo, R. F. (2021). Capacitismo: Entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. *Trama*, 17(40), 56–66.  
<https://doi.org/https://doi.org/10.48075/RT.V17I40.26199>
- Marques, E. S., de Moraes, C. L., Hasselmann, M. H., Deslandes, S. F., & Reichenheim, M. E. (2020). Violence against women, children, and adolescents during the COVID-19 pandemic: Overview, contributing factors, and mitigating measures. *Cadernos de Saude Publica*, 36(4). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00074420>
- Marra, M. M., & Costa, L. F. (2018). Between revelation and first care: Family and sexual abuse. *Avances En Psicologia Latinoamericana*, 36(3), 459–476.  
<https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.3564>
- Mata, N. T., da Silveira, L. M. B., & Deslandes, S. F. (2017). Família e negligência: Uma análise do conceito de negligência na infância. *Ciencia e Saude Coletiva*, 22(9), 2881–2888. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.13032017>

- Mathews, B., Lee, X. J., & Norman, R. E. (2016). Impact of a new mandatory reporting law on reporting and identification of child sexual abuse: A seven year time trend analysis. *Child Abuse and Neglect*, *56*, 62–79.  
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.04.009>
- McGoldrick, M., Gerson, R., & Petry, S. (2012). *Genogramas: Avaliação e intervenção familiar*. Artmed.
- Melo, I. R., Amorim, T. H., Garcia, R. B., Polejack, L., & Seidl, E. M. F. (2020). O direito à saúde da população LGBT: Desafios contemporâneos no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). *Revista Psicologia e Saúde*, *12*(3), 63–78.  
<https://doi.org/10.20435/pssa.vi.1047>
- Melo, K. (2020, May 18). *Denúncias de violações contra crianças e adolescentes aumentam 14%*. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-05/denuncias-de-violacoes-contra-criancas-e-adolescentes-aumentam-14>
- Méndez-López, C., & Pereda, N. (2019). Victimization and poly-victimization in a community sample of Mexican adolescents. *Child Abuse and Neglect*, *96*.  
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104100>
- Minayo, M. C. de S. (1994). A Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saude Publica*, *10*(1), 07–18.
- Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos. (2018). *Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)*. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/conanda>
- Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos. (2021a). *Brasil tem apenas 110 delegacias especializadas em crimes contra crianças e adolescentes*.



<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/brasil-tem-apenas-110-delegacias-especializadas-em-crimes-contra-criancas-e-adolescentes>

Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos. (2021b). *Centros de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência*.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/centros-de-atendimento-integrado-para-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-violencia>

Ministério da Saúde. (2021). *Como se proteger?* <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-se-proteger>

Ministério Público Federal. (n.d.). *Sobre o MPF: Informações sobre a estrutura e funcionamento do MPF*. Retrieved September 8, 2021, from

<http://www.mpf.mp.br/o-mpf/sobre-o-mpf>

Minuchin, S., Nichols, M. P., & Lee, W.-Y. (2009). *Família e casais: Do sintoma ao sistema*. Artmed.

Miranda, M. H. H., Fernandes, F. E. C. V., Melo, R. A. de, & Meireles, R. C. (2020).

Violência sexual contra crianças e adolescentes: Uma análise da prevalência e fatores associados. *Revista Da Escola de Enfermagem Da USP*, 54.

<https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019013303633>

Moody, G., Cannings-John, R., Hood, K., Kemp, A., & Robling, M. (2018). Establishing

the international prevalence of self-reported child maltreatment: A systematic review by maltreatment type and gender. *BMC Public Health*2, 18(1164), 1–15.

<https://doi.org/10.1186/s12889-018-6044-y>

Morin, E. (1996). Epistemologia da complexidade. In D. F. Schnitman (Ed.), *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Artes Médicas.

Morin, E. (2005). *Introdução ao pensamento complexo*. Editora Sulina.

- Moura, B. D. (2015, March). *Os crimes sexuais e a Lei nº 12.015/2009 - Jus.com.br / Jus Navigandi*. <https://jus.com.br/artigos/37514/os-crimes-sexuais-e-a-lei-n-12-015-2009>
- Murakami, H. (2013). *O incolor Tsukuru Tazaki e seus anos de peregrinação*. Alfaguara.
- Musicaro, R. M., Spinazzola, J., Arvidson, J., Swaroop, S. R., Goldblatt Grace, L., Yarrow, A., Suvak, M. K., & Ford, J. D. (2019). The complexity of adaptation to childhood polyvictimization in youth and young adults: Recommendations for multidisciplinary responders. *Trauma, Violence, and Abuse, 20*(1), 81–98. <https://doi.org/10.1177/1524838017692365>
- Negriff, S., Schneiderman, J. U., & Trickett, P. K. (2015). Child maltreatment and sexual risk behavior: Maltreatment types and gender differences. *Journal of Developmental and Behavioral Pediatrics, 36*(9), 708–716. <https://doi.org/10.1097/DBP.0000000000000204>
- Nichols, M. P., & Schwartz, R. C. (2007). *Terapia familiar: conceitos e métodos*. Artmed.
- Norman, R. E., Byambaa, M., De, R., Butchart, A., Scott, J., & Vos, T. (2012). The long-term health consequences of child physical abuse, emotional abuse, and neglect: A systematic review and meta-analysis. *PLoS Medicine, 9*(11). <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1001349>
- Nunes, A. J., & Sales, M. C. V. (2016). Violence against children in Brazilian scenery. In *Ciência e Saúde Coletiva* (Vol. 21, Issue 3, pp. 871–880). Associação Brasileira de Pós - Graduação em Saúde Coletiva. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.08182014>
- O’Leary, P. J., & Barber, J. (2008). Gender differences in silencing following childhood

sexual abuse. *Journal of Child Sexual Abuse*, 17(2), 133–143.

<https://doi.org/10.1080/10538710801916416>

Oliveira, J. R., Costa, M. C. O., Amaral, M. T. R., Santos, C. A., Assis, S. G., & Nascimento, O. C. (2014). Violência sexual e coocorrências em crianças e adolescentes: Estudo das incidências ao longo de uma década. *Ciencia e Saude Coletiva*, 19(3), 759–771.

OMS. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde* (Krug, Etie).

ONU. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

[https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)

ONU. (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*.

<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>

OPAS, & OMS. (n.d.). *Histórico da pandemia de COVID-19*.

<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>

Otto, A. F. N., & Ribeiro, M. A. (2020). Contribuições de Murray Bowen à terapia familiar sistêmica. *Pensando Famílias*, 24(1).

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2020000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000100007)

Owens, D. (2019). *Um lugar bem longe daqui*. Intrínseca.

Paixão, É. S., & Souza Neto, J. C. (2020). O abuso sexual de crianças e adolescentes: Considerações sobre o fenômeno. *Territorium*, 27(1), 97–111.

[https://doi.org/10.14195/1647-7723\\_27-1\\_8](https://doi.org/10.14195/1647-7723_27-1_8)

Palermo, T., Pereira, A., Neijhoft, N., Bello, G., Buluma, R., Diem, P., Aznar Daban, R., Fatoumata Kaloga, I., Islam, A., Kheam, T., Lund-Henriksen, B., Maksud, N., Maternowska, M. C., Potts, A., Rottanak, C., Samnang, C., Shawa, M., Yoshikawa, M., & Peterman, A. (2019). Risk factors for childhood violence and

- polyvictimization: A cross-country analysis from three regions. *Child Abuse and Neglect*, 88(October 2018), 348–361. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.10.012>
- Parizotto, A. P. A. V., & Baran, M. F. (2015). Abuso sexual em meninos: Rompendo o silêncio. *Unoesc & Ciência - ACBS*, 6(2), 129–136.  
<https://unoesc.emnuvens.com.br/acbs/article/view/6882>
- PCDF, & UNB. (2019). *Manual para uso do protocolo de polícia judiciária para depoimento especial de criança e adolescente*.  
[https://www.pcdf.df.gov.br/images/documentos/Manual\\_DPCA\\_atualizado.pdf](https://www.pcdf.df.gov.br/images/documentos/Manual_DPCA_atualizado.pdf)
- Pedersen, G. A., Smallegange, E., Coetzee, A., Hartog, K., Turner, J., Jordans, M. J. D., & Brown, F. L. (2019). Correction to: A systematic review of the evidence for family and parenting interventions in low- and middle-income countries: Child and youth mental health outcomes. *Journal of Child and Family Studies*, 28(8), 2326–2327. <https://doi.org/10.1007/s10826-019-01498-2>
- Pelisoli, C., & Dell’Aglío, D. D. (2016). A humanização do sistema de justiça por meio do depoimento especial: Experiências e desafios. *Psico-USF*, 21(2), 409–421.  
<https://doi.org/10.1590/1413-82712016210216>
- Penso, M. A., Conceição, M. I. G., Costa, L. F., Said, A. P., & Willians, L. C. de A. (2019). Boy sexual victimization: Characteristics of family configuration and of the offender. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35.  
<https://doi.org/10.1590/0102.3772E35428>
- Pereda, N., Guilera, G., & Abad, J. (2014). Victimization and polyvictimization of Spanish children and youth: Results from a community sample. *Child Abuse and Neglect*, 38(4), 640–649. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2014.01.019>
- Pereira, L. C. D. V., Barone, L. R., & Paulon, S. M. (2021). Vista de apoio matricial em saúde mental na atenção primária à saúde: Construções processuais. *Avances En*

- Psicología Latinoamericana*, 39(1), 1–18.  
<https://doi.org/http://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.7429>
- Pinto-Cortez, C., & Venegas, K. (2015). Experiencias de victimización y polivictimización en jóvenes chilenos. *Señales*, 9(14), 5–25.
- Pinto-Cortez, Cristian, Pereda Beltrán, N., & Chacón Fuertes, F. (2017). Prevalencia del abuso sexual infantil en hombres del norte de Chile. *Interciencia*, 42(2), 94–100.
- Prosas. (2021). *CECRIA - Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes*. <https://prosas.com.br/empreendedores/1207-centro-de-referencia-estudos-e-acoes-sobre-criancas-e-adolescentes>
- Ribeiro, L., Oliveira, G. De, & Câmara, L. (2021). Meninos não choram : Estudo sobre um caso de abuso sexual infantil. *Desidades*, 29, 151–167.
- Romano, E., Moorman, J., Ressel, M., & Lyons, J. (2019). Men with childhood sexual abuse histories: Disclosure experiences and links with mental health. *Child Abuse and Neglect*, 89, 212–224. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.12.010>
- Rosa, C. E., & Souza, J. F. (2020). Violência/abuso sexual contra meninos: Masculinidades e silenciamentos em debate. *Pesquisa Em Foco*, 25(2), 144–167.  
[http://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA\\_EM\\_FOCO](http://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA_EM_FOCO)
- Rosa, N. B., & Silva-Roosli, A. C. B. (2019). A psicologia na atenção básica: Possibilidades de intervenção na promoção e prevenção à saúde. *Revista Psicologia e Saúde*, 11(2), 99–114. <https://doi.org/10.20435/pssa.v11i2.654>
- Rosen, N. L., & Nofziger, S. (2019). Boys, bullying, and gender roles: How hegemonic masculinity shapes bullying behavior. *Gender Issues*, 36(3), 295–318.  
<https://doi.org/10.1007/s12147-018-9226-0>
- Rudolph, J., & Zimmer-Gembeck, M. J. (2018). Parents as protectors: A qualitative study of parents' views on child sexual abuse prevention. *Child Abuse and Neglect*,

- 85(March), 28–38. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.08.016>
- Said, A. P., & Costa Jr., A. L. (2018). Polivitimização de meninos vitimizados sexualmente: Uma análise documental a partir de fichas de notificação. *Contextos Clínicos*, 11(1), 26–36. <https://doi.org/10.4013/ctc.2018.111.03>
- Sani, A. I., Bastos, D., & Dinis, M. A. P. (2021). Child and adolescent multiple victimization and/or polyvictimization: A portuguese comparative study. *Societies*, 11(4). <https://doi.org/10.3390/soc11040120>
- Santos, B. D. S. (2016). Para uma nova visão da Europa: Aprender com o sul. In *Sociologias* (Vol. 18, Issue 43). <https://doi.org/10.1590/15174522-018004302>
- Santos, L. F., Costa, M. M. da, Javae, A. C. R. de S., Mutti, C. F., & Pacheco, L. R. (2019). Fatores que interferem no enfrentamento da violência infantil por conselheiros tutelares. *Saúde Em Debate*, 43(120), 137–149. <https://doi.org/http://10.1590/0103-1104201912010>
- Santos, M. de J., Mascarenhas, M. D. M., Rodrigues, M. T. P., & Monteiro, R. A. (2018). Characterization of sexual violence against children and adolescents in school - Brazil, 2010-2014. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 27(2), 1–10. <https://doi.org/http://10.5123/S1679-49742018000200010>
- Santos, S. V. S. (2017). Socialização de gênero na educação infantil: Continuidades e rupturas vivenciadas pelas crianças na família, na igreja e na escola. *Educação*, 42(3), 731–750. <https://doi.org/10.5902/1984644428325>
- Schnitman, D. F. (Org. . (1996). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Artes Médicas.
- Scholes, L. J., Jones, C. M., & Nagel, M. C. (2014). Boys and CSA prevention: Issues surrounding gender and approaches for prevention. *Australian Journal of Teacher Education*, 39(11), 1–15. <https://doi.org/10.14221/ajte.2014v39n11.1>

- Schwab-Reese, L. M., Currie, D., Mishra, A. A., & Peek-Asa, C. (2018). A comparison of violence victimization and polyvictimization experiences among sexual minority and heterosexual adolescents and young adults. *Journal of Interpersonal Violence*, 886260518808853. <https://doi.org/10.1177/0886260518808853>
- Scobernatti, G., & Nardi, H. C. (2020). Os usos do abuso sexual. *Psicologia e Sociedade*, 33(e228632), 1–15.
- Sena, D., & Penso, M. A. (2018). *Os juízes de família e a guarda compartilhada: uma análise psicojurídica*. Paco Editorial.
- Seto, M. C. (2012). Is pedophilia a sexual orientation? *Archives of Sexual Behavior*, 41(1), 231–236. <https://doi.org/10.1007/s10508-011-9882-6>
- Seto, M. C., Babchishin, K. M., Pullman, L. E., & McPhail, I. V. (2015). The puzzle of intrafamilial child sexual abuse: A meta-analysis comparing intrafamilial and extrafamilial offenders with child victims. *Clinical Psychology Review*, 39, 42–57. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2015.04.001>
- Silva, A. F., & Barbosa, I. A. (2020). *O Valor Probatório da Palavra da Vítima na Condenação do Crime de Estupro - Âmbito Jurídico*. Âmbito Jurídico. <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/o-valor-probatorio-da-palavra-da-vitima-na-condenacao-do-crime-de-estupro/>
- Silva, J. F. (2016). *Ato libidinoso no crime de estupro e a necessidade de um novo tipo penal intermediário*. Jus.Com.Br. <https://jus.com.br/artigos/49529/o-principio-da-proporcionalidade-o-conceito-de-ato-libidinoso-no-crime-de-estupro-e-a-criacao-de-um-tipo-penal-intermediario>
- Skype Technologies. (2020). *Skype (versão 8.78.0.159)*.
- Sluzki, C. E. (1998). *La red social: Frontera de la practica sistematica*. gedisa editorial.
- Soares, A. M. (2015). Violência como fenômeno intrínseco à cultura política brasileira.

*Sinais: Revista de Ciências Sociais*, 2(18), 92–108.

<https://doi.org/http://10.25067/s.v2i18.13254>

Soares, J. (2020, September 24). *Volta às aulas no País e acesso à internet não são temas do MEC, diz ministro*. O Estado de São Paulo.

<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,voltas-as-aulas-no-pais-e-acesso-a-web-nao-sao-temas-do-mec-diz-ministro,70003450120>

Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. (n.d.). *Orientações da OMS para prevenção do COVID-19*. Retrieved September 9, 2021, from

<https://sbpt.org.br/portal/covid-19-oms/>

Soler, L., Kirchner, T., Paretilla, C., & Forns, M. (2013). Impact of poly-Victimization on mental health: The mediator and/or moderator role of self-esteem. *Journal of Interpersonal Violence*, 28(13), 2695–2712.

<https://doi.org/10.1177/0886260513487989>

Sousa, A. J. M., Araújo, M. M., Sousa, A. J. M., Araújo, P. M., & Figueiredo, E. B. G. (2021). Educação sexual nas escolas: Um desafio possível. *Psicologia e Saúde Em Debate*, 7(1), 15–26. <https://doi.org/10.22289/2446-922x.v7n1a2>

Souza, S. S., & Xavier Filha, C. (2021). A violência sexual contra meninos e as discussões de gênero para o campo da educação. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa Em Educação*, 23(2), 346–361. <https://doi.org/10.34019/1984-5499.2021.v23.33762>

Stoltenborgh, M., Bakermans-Kranenburg, M. J., & Van Ijzendoorn, M. H. (2013). The neglect of child neglect: A meta-analytic review of the prevalence of neglect. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 48(3), 345–355.

<https://doi.org/10.1007/s00127-012-0549-y>

Stoltenborgh, M., Bakermans-kranenburg, M. J., Van Ijzendoorn, M. H., & Alink, L. R.



- A. (2013). Cultural-geographical differences in the occurrence of child physical abuse? A meta-analysis of global prevalence. *International Journal of Psychology*, 48(2), 81–94. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1080/00207594.2012.697165>
- Stoltenborgh, M., van IJzendoorn, M. H., Euser, E. M., & Bakermans-Kranenburg, M. J. (2011). A global perspective on child sexual abuse: Meta-analysis of prevalence around the world. *Child Maltreatment*, 16(2), 79–101. <https://doi.org/10.1177/1077559511403920>
- Taubman, A. V. (2017). *Não me toca, seu boboca!* Aletria.
- Teo, S. S., & Griffiths, G. (2020). Child protection in the time of COVID-19. *Journal of Paediatrics and Child Health*, 56(6), 838–840. <https://doi.org/10.1111/jpc.14916>
- Trasi, A. (2019). *Todas as cores do céu*. Harper Colins.
- Trindade, A. de A., & Hohendorff, J. Von. (2020). Enforcement of the Menino Bernardo Law on networks for the protection and care of children and adolescents in Brazil. *Cadernos de Saude Publica*, 36(10). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00193919>
- Turner, H. A., Finkelhor, D., Ormrod, R., Hamby, S., Leeb, R. T., Mercy, J. A., & Holt, M. (2012). Family context, victimization, and child trauma symptoms: Variations in safe, stable, and nurturing relationships during early and middle childhood. *American Journal of Orthopsychiatry*, 82(2), 209–219. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.2012.01147.x>
- Turner, H. A., Shattuck, A., Finkelhor, D., & Hamby, S. (2016). Polyvictimization and youth violence exposure across contexts. *Journal of Adolescent Health*, 58(2), 208–214. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2015.09.021>
- Turner, H. A., Shattuck, A., Finkelhor, D., & Hamby, S. (2017). Effects of polyvictimization on adolescent social support, self-concept, and psychological distress. *Journal of Interpersonal Violence*, 32(5), 755–780.

<https://doi.org/10.1177/0886260515586376>

- Verdério, A. (2020). *Governo altera comissão de combate à violência sexual contra crianças / Agência Brasil*. Agência Brasil.
- Vigarello, G., Corbin, A., & Courtine, J.-J. (2013). *História da virilidade: A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes*. Editora Vozes.
- Walger, P., Heininger, U., Knuf, M., Exner, M., Popp, W., Fischbach, T., Trapp, S., Hübner, J., Herr, C., & Simon, A. (2020). Children and adolescents in the CoVid-19 pandemic: Schools and daycare centers are to be opened again without restrictions. The protection of teachers, educators, carers and parents and the general hygiene rules do not conflict with this. *GMS Hygiene and Infection Control*, 15, Doc11. <https://doi.org/10.3205/dgkh000346>
- Weber, S., Landolt, M. A., Maier, T., Mohler-Kuo, M., Schnyder, U., & Jud, A. (2017). Psychotherapeutic care for sexually-victimized children: Do service providers meet the need? Multilevel analysis. *Children and Youth Services Review*, 165–172. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2016.12.015>
- Whatsapp LLC. (2020). *Whatsapp (versão 2.20.201.17)*. <https://www.whatsapp.com/>
- WHO. (1999). *Report of the consultation on child abuse prevention*.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris Editora.

## **Apêndice A: Roteiros de Entrevistas Semiestruturados**

### **Roteiro A1: Grupo 1 - Meninos Polivítimas**

1. Como é a sua rotina diária?
  1. Com quais pessoas você mais convive? (Família, escola, outras instituições, colegas e pares)
2. Você poderia montar uma linha da sua vida com momentos marcantes, positivos e negativos (podem ser disponibilizadas imagens e palavras de recortes de revistas e jornais para que eles usem, caso queiram)?
  1. Como você se sente quando fala sobre esse assunto? (Podem ser apresentados desenhos de carinhas “emojis” para facilitar a expressão deles).

#### Complemento de frases

1. Para mim, violência é...
2. Alguns exemplos de violência são...
3. Quando meninos sofrem violências...
4. Quando meninas sofrem violências...
5. Ajuda para quem sofre de violência....

### **Roteiro A2: Grupo 2 - Pais/Responsáveis**

1. Atualmente, você exerce quais papéis dentro de sua família?
2. Como sua experiência e história pessoal pode interferir no seu papel de \_\_\_\_\_ (papel familiar)?
3. O que você sabe sobre violências?
  1. Pode citar alguns exemplos?
  2. Como você obtém conhecimento a respeito?
4. Como você acha que uma família pode ser impactada se alguém houver sido vítima de uma violência? E se for mais de uma?

#### Complemento de frases

1. Uma pessoa que sofre mais de um tipo de violência...
2. Para meninos, as violências...
3. Para meninas, as violências...
4. Para família, as violências...
5. Como ajuda às pessoas que sofrem várias violências....

### **Roteiro A3: Grupo 3 - Profissionais**

1. O que você sabe sobre violência contra crianças e adolescentes (conceito, exemplos, especificidades)?
2. Como é a sua experiência profissional com a violência sexual contra crianças e adolescentes?
3. No seu exercício profissional, quais são as violências mais frequentes em crianças e adolescentes do sexo masculino?
4. Como você chamaria crianças e adolescentes que além de sofrerem abuso sexual também sofreram/sofrem outros tipos de violência?
5. Há alguma diferença entre elas e aquelas que vivenciam apenas a violência sexual?
6. Como você lida com situações de polivitimização (situações em que há mais de um tipo de violência na experiência da criança/adolescente)?

7. Há alguma implicação, na sua forma de atuar, quando se tem a queixa de polivitimização?
8. Você gostaria de compartilhar um caso marcante, na sua atividade profissional, de...
  1. Violência sexual contra vítimas do sexo masculino;
  2. Polivitimização com vítimas de abuso sexual do sexo masculino.

Complemento de frases

1. Na minha experiência trabalhando com violência, o maior desafio é...
2. Para os meninos, as violências...
3. Para as meninas, as violências...
4. Para os familiares, as violências...
5. Como ajuda às pessoas que sofrem várias violências....

**Apêndice B: Questionário Sociodemográfico do Grupo 3**

Nome Completo: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_\_

Sexo:

- Feminino  
 Masculino  
 Outro  
 Prefiro não informar

Cor/Raça:

- Branco  
 Preto  
 Pardo  
 Amarelo  
 Indígena

Situação Conjugal/ Estado civil:

- Solteiro  
 Casado/ união consensual  
 Viúvo  
 Separado/ divorciado

Possui filhx(s)?

- Sim  
 Não

Quantas do sexo feminino?

\_\_\_\_\_

Quantos do sexo masculino?

\_\_\_\_\_

Grau de Escolaridade:

- Ensino Médio Completo  
 Ensino Super Incompleto  
 Ensino Super Completo  
 Mestrado em andamento  
 Mestrado completo  
 Doutorado em andamento  
 Doutorado completo

Se iniciou/cursou o ensino superior, qual(is) foi(ram) o(s) curso(s) de graduação?

\_\_\_\_\_

Se mestrado ou doutorado, qual a área e tema da pós-graduação?

\_\_\_\_\_

Há quanto tempo você está no trabalho atual?

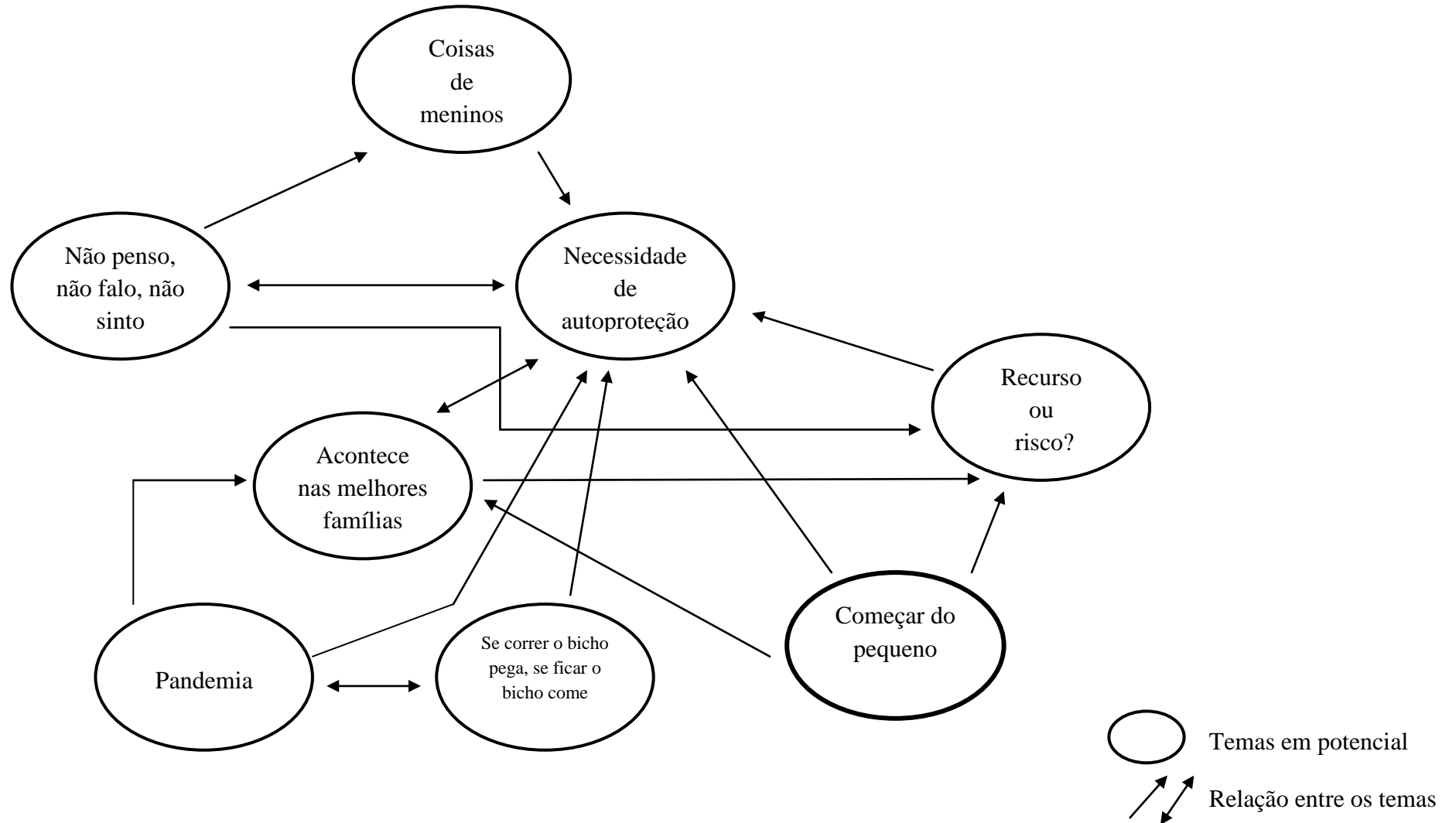
\_\_\_\_\_

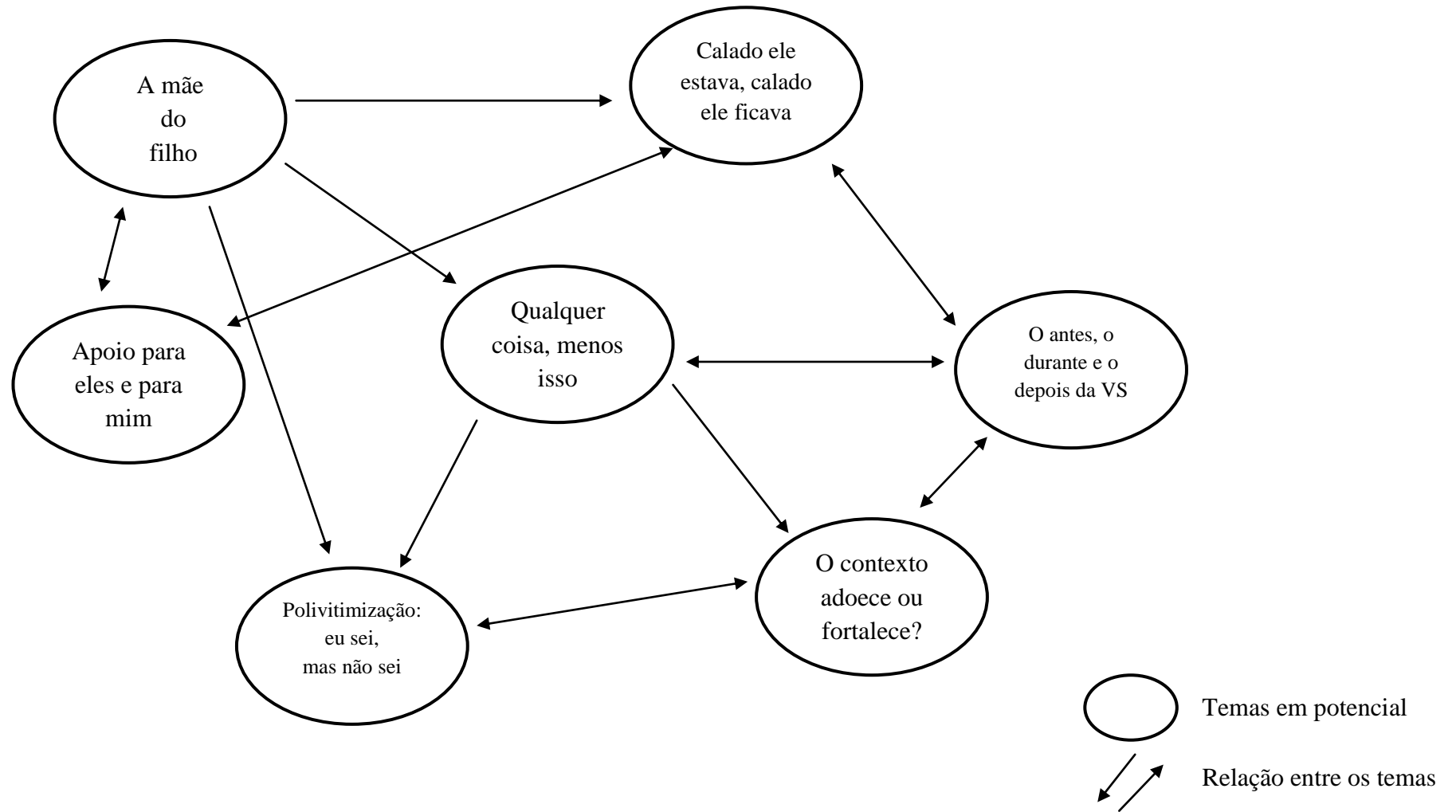
Quais outras áreas/instituições de atuação passadas?

\_\_\_\_\_

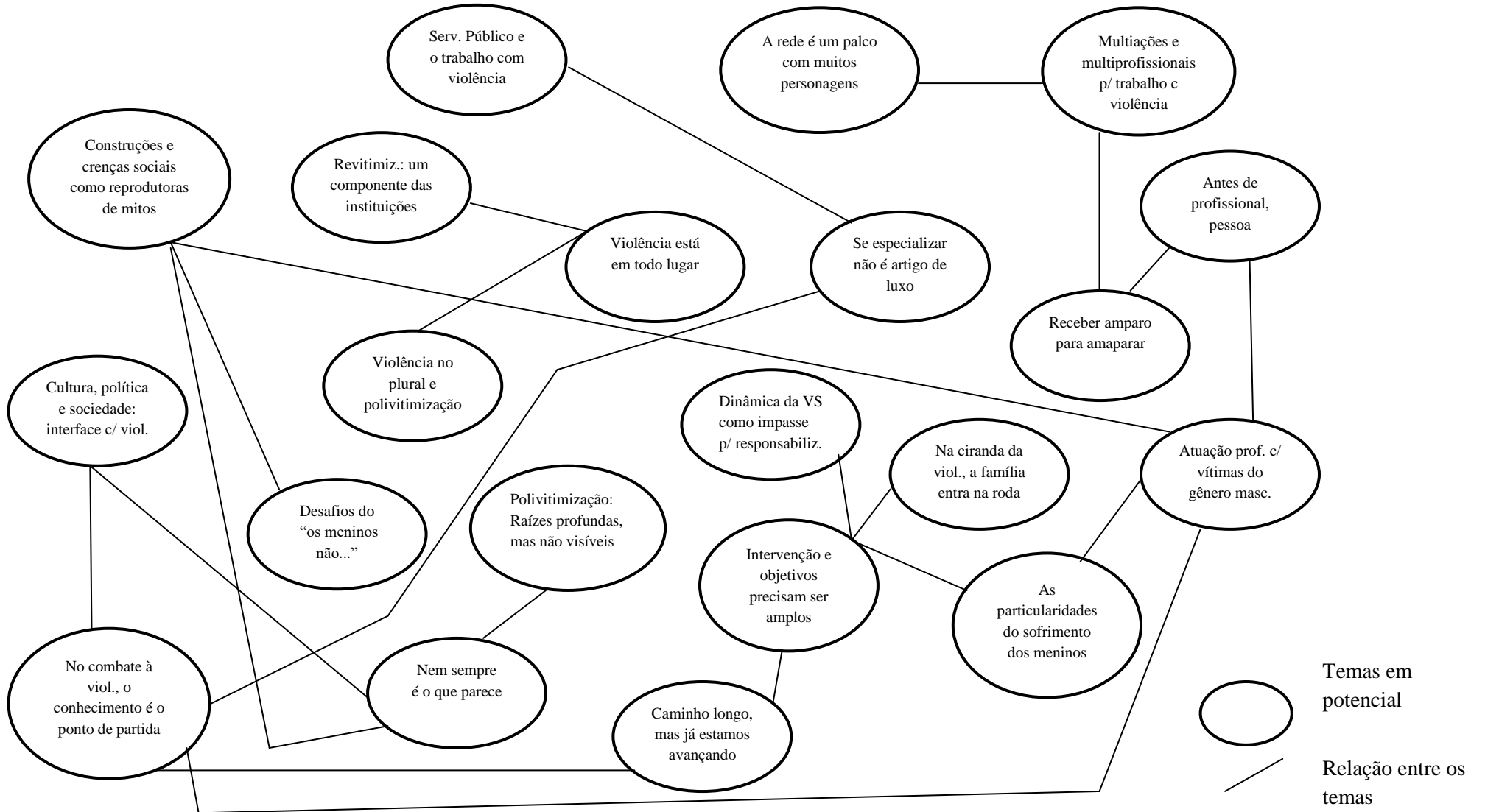
## Apêndice C: Mapas Temáticos com Temas em Potencial – 3ª Etapa de Análise

## Mapa C1: Mapa Temático Inicial do Grupo 1



**Mapa C2: Mapa Temático Inicial do Grupo 2**

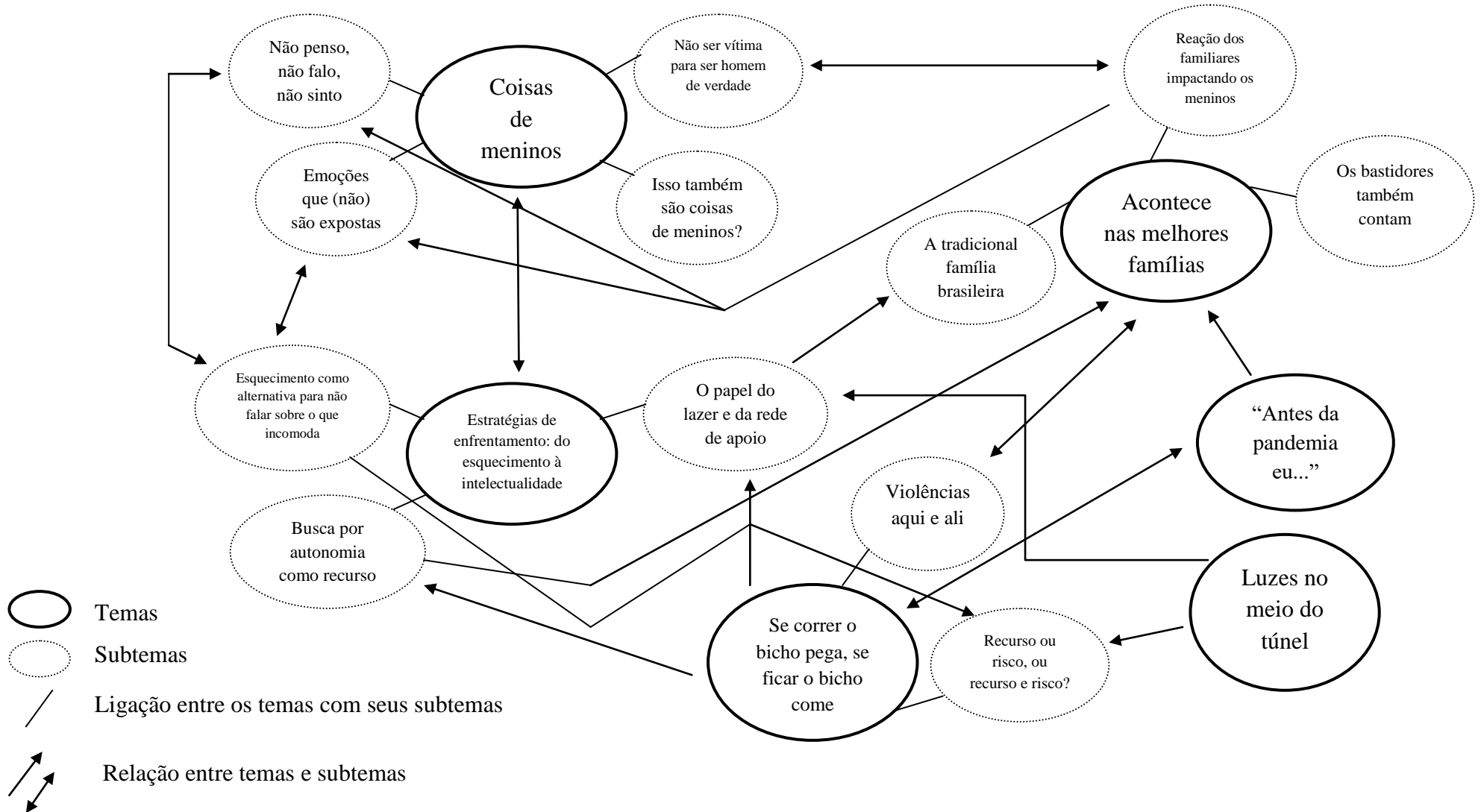
**Mapa C3: Mapa Temático Inicial do Grupo 3**



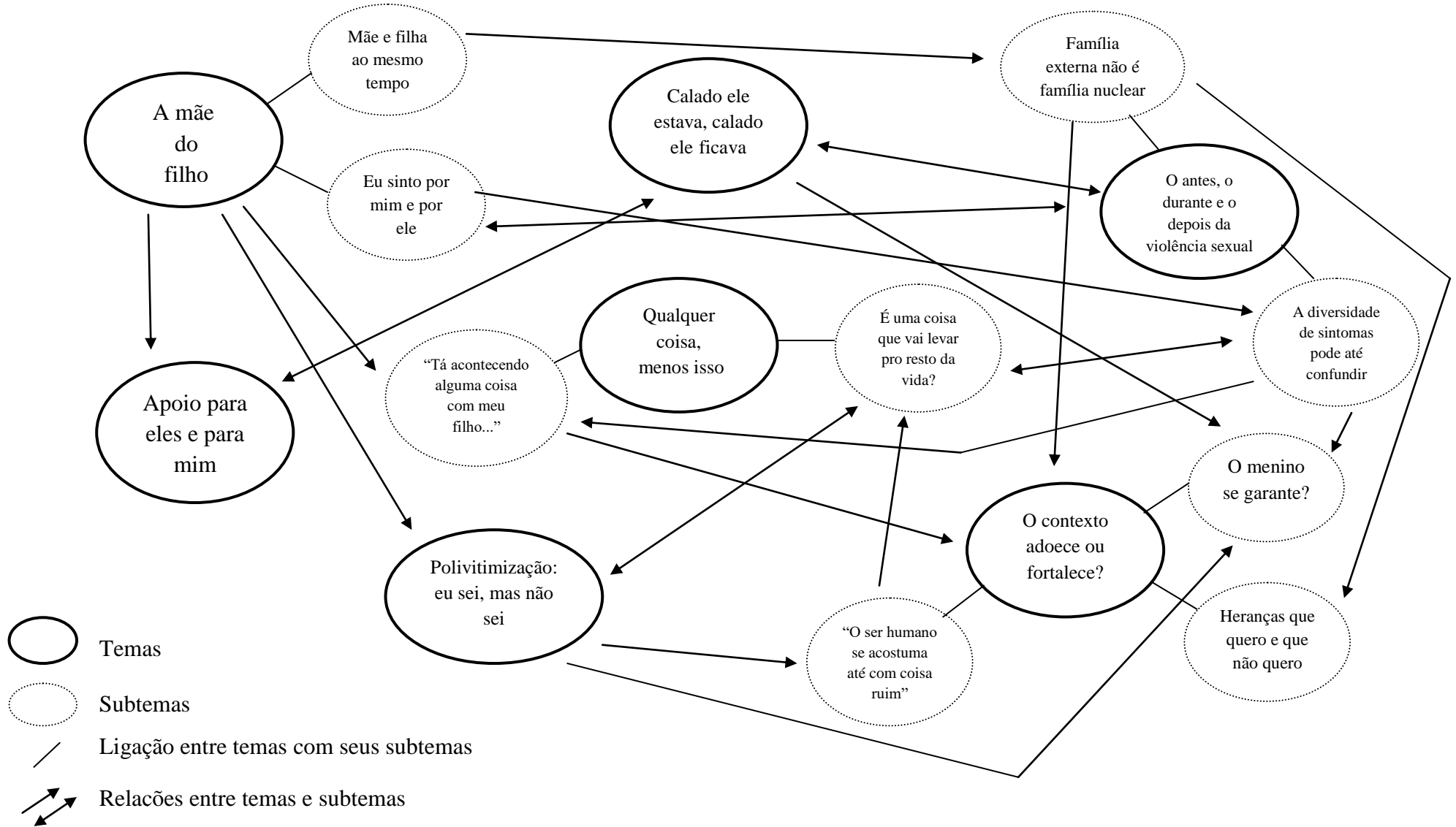


Apêndice D: Mapas Temáticos Refinados – 4ª e 5ª Etapas de Análise

Apêndice D1: Mapa Temático Refinado do Grupo 1



Mapa D2: Mapa Temático Refinado do Grupo 2





## **Apêndice E: Lista Com as Mudanças Feitas da 5ª para a 6ª Etapa de Análise**

### **Lista E1: Mudanças no Grupo 2**

- (1) Tema “Calado ele estava, calado ele ficava” deixou de ser o Tema 2 e virou Tema 3.
- (2) O tema “Qualquer coisa, menos isso” deixou de existir e foi integrado ao Tema 2 “O antes, o durante e o depois da violência sexual”) como Subtema 3.1.
- (3) Exclusão do Subtema “A diversidade de sintomas pode até confundir” com seus códigos e trechos distribuídos para o Subtema 3.1 “Qualquer coisa, menos isso”.
- (4) O subtema “Família extensa não é família nuclear” trocou de ordem e passou a ser o Subtema 4.1 do Tema 4 (“O contexto adocece ou fortalece?”).
- (5) Alteração na definição do Subtema 4.3 (“O ser humano se acostuma até com o que é ruim”).

### **Lista E2: Mudanças no Grupo 3**

- (1) Exclusão dos subtemas do Tema 2 (“É como se fizesse parte do dia-a-dia”).
- (2) Exclusão do Subtema 5.3.
- (3) Realocação de um dos códigos do Tema 7, que foi incorporado ao Subtema 1.3.
- (4) Exclusão do Subtema 7.2 (“Caracterização dos meninos e dos episódios de suas violências”) com seus códigos e trechos transferidos para o Subtema 1.3, que também trocou de nome para “A (Poli)vitimização de Meninos Tem Muitas Facetas”.
- (5) Título do Subtema 9.1 alterado de “Precisa-se falar sobre violência e tudo relacionado a ela” para “Precisa-se falar sobre violência e suas conexões”.
- (6) Exclusão do Subtema 10.4 (“Ações e intervenções vão além do contato direto com a polivítima”) com seus códigos e trechos redistribuídos para Subtema 10.1 e Tema 12.
- (7) Título do Subtema 10.3 alterado para “Prevenção também é intervenção” (8) Excluídos os Subtemas do Tema 11 (“Na ciranda da violência, a família entra na roda”).
- (9) Exclusão do Subtema 12.3 (“Apoio e suporte são fundamentais”) e realocação dos seus trechos e códigos nos Subtemas 13.1 e 13.2.
- (10) Exclusão do Tema “A atuação profissional e a polivitimização de meninos” e realocação de seus Subtemas, códigos e códigos para os Subtemas 3.2 e 13.4.
- (11) Título do Subtema 13.2 alterado de “Insuficiências e disponibilidade” para “Impasses e possibilidades”.
- (12) Exclusão dos subtemas do Tema 14 (“Mudanças favorecem mudanças”).